

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO EXERCÍCIO 2021



DOCAPESCA
PORTOS E LOTAS, S.A.

ÍNDICE

1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	006	2.8. DESPESAS NÃO DOCUMENTADAS OU CONFIDENCIAIS	033
2. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS	012	2.9. RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES PAGAS A MULHERES E HOMENS	033
2.1. OBJETIVOS DE GESTÃO (ARTIGO 38.º DO RJSPE) E PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO (PAO)	015	2.10. ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS E RESPECTIVO RELATÓRIO ANUAL	033
a) Objetivos definidos pelo acionista para 2021	015	2.11. CONTRATAÇÃO PÚBLICA	033
b) Execução do plano de atividades e orçamento para 2021	016	a) Aplicação das normas vigentes em 2021	033
c) Empresas públicas do perímetro de consolidação das Administrações Públicas	017	b) Procedimentos internos	033
2.2. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO	018	c) Atos ou contratos celebrados com valor superior a 5 milhões de euros	033
2.3. LIMITE DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO	019	2.12. SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS	034
2.4. EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO (PMP) E ATRASOS NOS PAGAMENTOS (“ARREARS”)	019	2.13. MEDIDAS DE OTIMIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE GASTOS OPERACIONAIS (ART.º 158.º DO DLEO 2019)	035
2.5. RESULTADOS OBTIDOS NO ÂMBITO DO CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA E DILIGÊNCIAS TOMADAS PARA SOLUCIONAR AS SITUAÇÕES SUBJACENTES À EMISSÃO DE RESERVAS NA ÚLTIMA CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	020	2.14. CONTRATAÇÃO DE ESTUDOS, PARECERES, PROJETOS E CONSULTORIA (ART.º 49.º, N.º 7, DO DLEO 2019)	037
2.6. REMUNERAÇÕES/HONORÁRIOS	022	2.15. PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO	037
a) Órgãos sociais	022	2.16. AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS	038
b) Auditor externo	030	2.17. PLANO PARA A IGUALDADE	038
2.7. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 32.º E 33.º DO EGP	030	2.18. ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA	038
a) Cartões de crédito	030	2.19. QUADRO RESUMO DO CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	040
b) Despesas de representação pessoal	030	2.20. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	044
c) Despesas associadas a comunicações	030	2.21. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	044
d) Valor do combustível e portagens	031		

3. ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

046

4. INFORMAÇÃO NÃO FINANCEIRA DA DOCAPESCA

100

4.1. INTRODUÇÃO

103

4.2. DOCAPESCA, UM NEGÓCIO RESPONSÁVEL

103

a) Compromisso com a sustentabilidade

103

b) Ética, transparência e credibilidade

105

4.3. OS NOSSOS MARES

106

a) Preservação dos recursos e ecossistemas marinhos

106

b) Lixo marinho

108

c) Maximização do valor do pescado

109

d) Atratividade da primeira venda em loja

112

e) Comunicação e sensibilização do consumidor

112

f) Inovação, investigação e desenvolvimento

114

4.4. AS NOSSAS PESSOAS E COMUNIDADES

116

a) Gestão do talento

116

b) Segurança no trabalho, saúde e bem-estar dos trabalhadores

118

c) Interação com a comunidade

121

4.5. AS NOSSAS OPERAÇÕES

123

a) Manutenção e modernização dos estabelecimentos

123

b) Segurança alimentar e certificações

123

c) Energia e mobilidade

126

d) Gestão de água e efluentes

128

e) Promoção da economia circular

128

f) Compras sustentáveis e gestão de fornecedores

131

5. PERFORMANCE DA DOCAPESCA

132

5.1. DIREÇÃO DE ACESSORIA JURÍDICA E DOMINIAL (DAJD)

135

5.2. DIREÇÃO DE RECURSOS HUMANOS (DRH)

135

5.3. DIREÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E MODERNIZAÇÃO DE ATIVOS (DIMA)

140

5.4. DIREÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (DSI)

141

5.5. DIREÇÃO DE EXPLORAÇÃO (DEXP)

142

5.6. DIREÇÃO FINANCEIRA (DF)

145

5.7. DIREÇÃO DE SEGURANÇA E MANUTENÇÃO (DSM)

146

5.8. DIREÇÃO DE INOVAÇÃO E MARKETING (DIM)

148

5.9. GABINETE DE ESTATÍSTICA (GE)

152

5.10. GABINETE DE AUDITORIA INTERNA (GAI)

160

5.11. GABINETE DE SEGURANÇA ALIMENTAR E CERTIFICAÇÃO (GSAC)

161

5.12. GABINETE DE PLANEAMENTO E CONTROLO ORÇAMENTAL (GPCO)

162

6. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

164

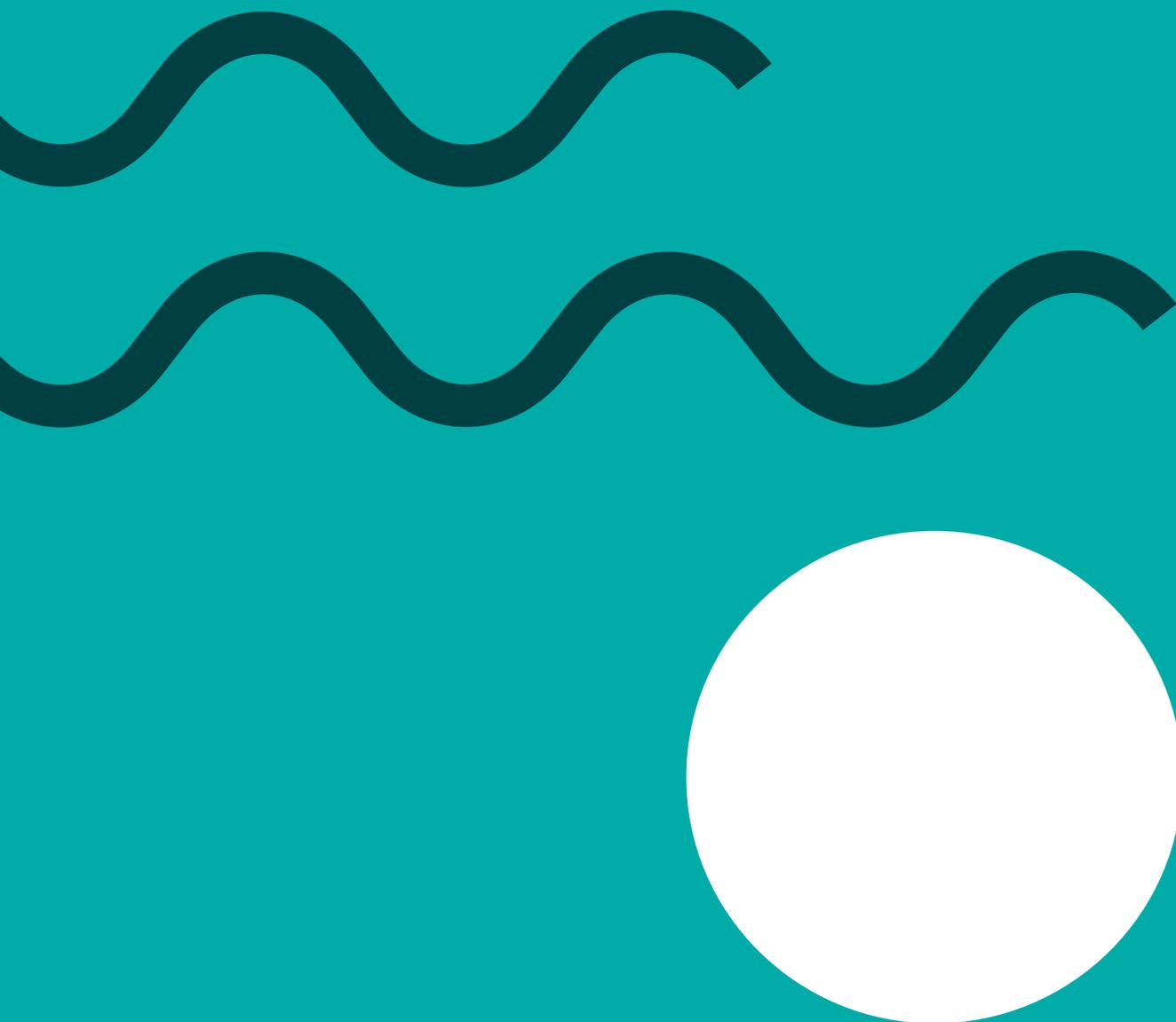
ANEXOS – TABELA GRI

190





1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



O pescado transacionado em lota atingiu os 251 milhões de euros, o melhor valor desde que existem registos.

O ano de 2021 foi um ano singular na atividade da Docapesca – Portos e Lotas, SA (Docapesca), no qual se atingiram os melhores resultados desde que existem registos.

O contexto económico e social em que se desenvolveu a atividade foi influenciado por um conjunto de acontecimentos de âmbito mundial e nacional, com predominância ainda para a pandemia de COVID-19. No decorrer do ano verificou-se uma tendência de recuperação do modo de vida anterior à pandemia e um progressivo otimismo partilhado pela generalidade dos agentes económicos, apesar da perceção de uma crescente pressão sobre a inflação registada no segundo semestre, a nível mundial, e da incerteza política nacional registada no decorrer do quarto trimestre.

A mudança na tendência de crescimento económico, associada a fatores como a recuperação do estado de algumas espécies de pescado e uma gestão criteriosa dessas pescarias, teve reflexos diretos no desempenho e respetivos resultados do setor de atividade da pesca e das atividades conexas. Assim, regista-se que, no ano de 2021, foram transacionados 252 milhões de euros de pescado fresco nas lotas e postos de Portugal Continental. Este valor corresponde a um aumento de 29,3%, face a 2020, e a um aumento de 18,6%, quando comparado com 2019, ano em que se havia registado o melhor valor desde que existem registos.

Também a quantidade de pescado transacionado aumentou em 2021, 27,3% face a 2020, fixando-se nas 115.649 toneladas.

O crescimento mais acentuado do valor face à quantidade deu origem a um aumento do preço médio, que correspondeu a 2,18 euros/kg, valor 1,5% superior ao registado em 2020 e 15,4% superior a 2019. Esta evolução do preço médio na primeira venda é resultado do esforço conjunto dos diversos parceiros do setor na valorização dos produtos do mar português, no qual a Docapesca tem um papel fundamental.

O empenho da empresa nessa valorização dos produtos da pesca e da aquicultura reflete-se diretamente nas atividades que desenvolve, desde logo, na modernização e garantia de condições de segurança nos portos e lotas de Portugal continental que se encontram sob sua gestão e/ou jurisdição, e que no ano de 2021 totalizaram um volume global de investimento na ordem dos 6,37 milhões de euros.

O investimento, aliado a um esforço continuado para a implementação das melhores práticas internacionais no âmbito da segurança alimentar, permitiu que no ano de 2021 fosse concretizada a extensão da certificação pela norma ISO 22000:2018 a mais 3 lotas, totalizando 12 lotas certificadas. Tendo em conta a necessidade de garantir condições de trabalho aos profissionais da pesca e de reforçar a rastreabilidade do pescado e a confiança do consumidor, foram também estabelecidas as condições para aumentar, de 22 para 24, o número de estabelecimentos com Número de Controlo Veterinário (NCV) e foram abertos dois novos postos de registo no Estuário do Tejo.

A valorização dos produtos do mar e uma distribuição equilibrada dos rendimentos ao longo da sua cadeia de valor, constitui um dos objetivos estratégicos da Docapesca.

A valorização dos produtos do mar e uma distribuição equilibrada dos rendimentos ao longo da sua cadeia de valor, constitui um dos objetivos estratégicos da Docapesca. A concretização desse objetivo requer inovação e transferência de conhecimento para o setor, criação de novos produtos e diversificação de mercados. Nesse sentido, no ano de 2021, a Docapesca organizou a *Expo Fish Portugal*, a primeira feira internacional de negócios virtual dedicada aos produtos da pesca e do mar português. A feira pretendeu alavancar negócios e incentivar as empresas portuguesas para a

exportação e transição digital, tendo gerado 305 reuniões entre 80 expositores e 450 visitantes importadores, com origem em mais de 30 mercados internacionais.

No contexto do objetivo de valorização do pescado, foi ainda apresentado o Leilão a Bordo, uma nova solução tecnológica que permite antecipar a venda e compra do pescado ainda a bordo da embarcação, com total transparência, segurança e controlo de qualidade, e foi lançada uma atualização do site www.lotaemcasa.pt, que evoluiu para um *marketplace*, que permite agora a cada comerciante a criação da sua loja online e vender os seus produtos ao consumidor final.

Ao longo do ano de 2021 comemoraram-se os 60 anos da empresa. Nesse âmbito, foi inaugurado o primeiro Centro de Interpretação da Docapesca, instalado na antiga Lota de Sagres, foi realizada a primeira edição do "mARTE", um concurso de expressão artística destinado a sensibilizar para a problemática da poluição marinha, foram realizados seis documentários com testemunhos de algumas das principais personalidades do setor, e publicado um livro com uma compilação de fotografia a preto e branco, no qual se pretendeu imortalizar os rostos que povoam os portos e as lotas do nosso país.

O compromisso da Docapesca com a sustentabilidade é total, tendo o mesmo sido reforçado no ano de 2021, através da publicação do Relatório de Sustentabilidade 2017/2020, no qual foi possível partilhar com as partes interessadas da empresa a nossa visão e as ações que temos vindo a implementar neste importante desígnio.

O balanço do ano de 2021 é por isso muito positivo no que se refere às atividades da empresa e também no que refere ao desempenho económico-financeiro. A Docapesca encerrou o exercício com um resultado líquido de 2.664.688 euros, contribuindo assim para manter uma trajetória de crescimento sustentável e a ausência de endividamento financeiro.

A finalizar, fica a esperança de que, em 2022, seja possível ultrapassar os constrangimentos da pandemia COVID-19 ainda existentes e, em particular, ver convergir uma solução de paz no grave conflito em curso no leste europeu, que de forma tão dramática está a atingir milhões de vidas humanas, e ao qual nenhum de nós pode ficar indiferente.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Sérgio Miguel Redondo Faias

(Presidente)

João Pedro da Silva Correia

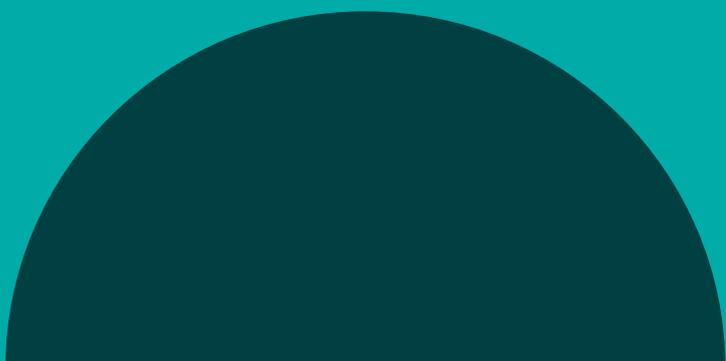
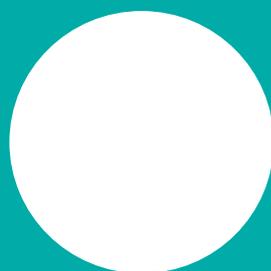
(Vogal)

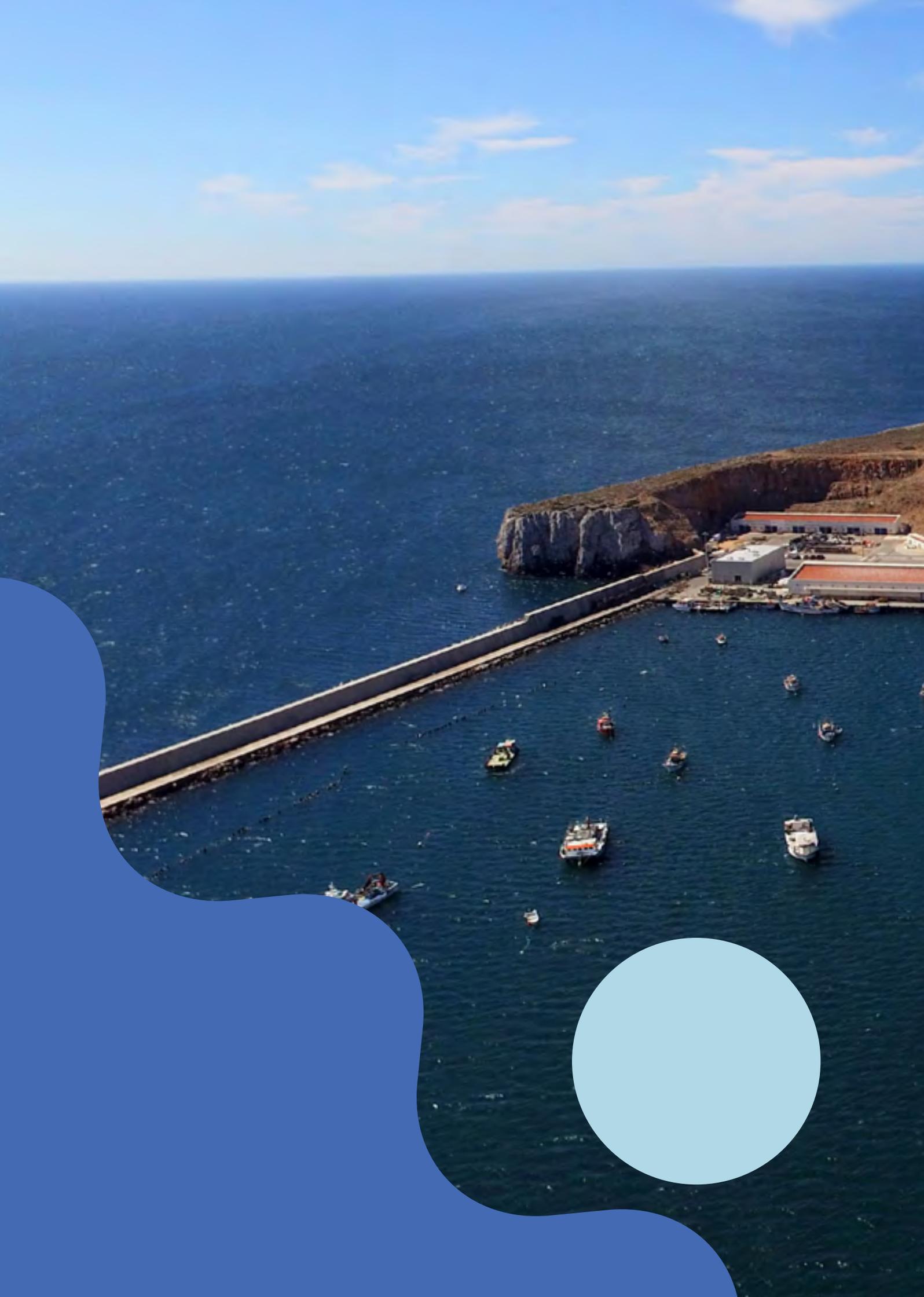
Isabel Maria Rodrigues Feijão Ferreira

(Vogal)

Os investimentos na modernização e garantia de condições de segurança nos portos e lotas totalizaram 6,37 milhões de euros.

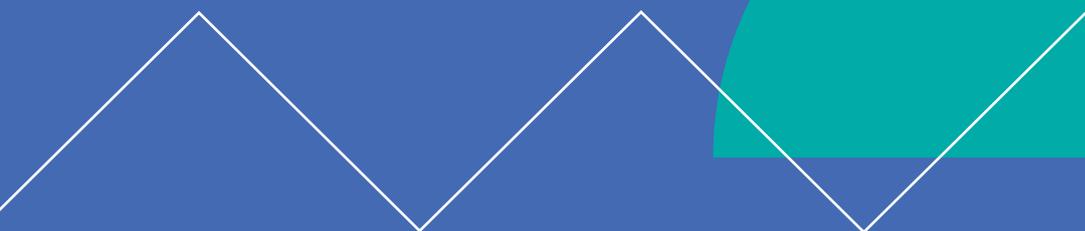
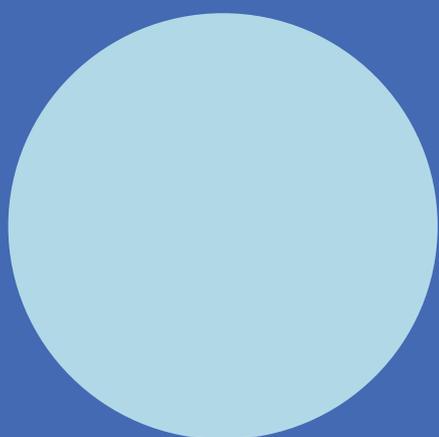








2. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS



2.1. OBJETIVOS DE GESTÃO E PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

a) Objetivos definidos pelo acionista para 2021

A avaliação dos objetivos de gestão é habitualmente feita de acordo com os objetivos constantes dos contratos de gestão dos membros do Conselho de Administração. No entanto, uma vez que não foram celebrados contratos, a avaliação foi efetuada com base nos objetivos previstos no Plano de Atividades e Orçamento (PAO) 2021. De referir que o PAO 2021 foi aprovado através da Deliberação Social Unânime por Escrito, datada de 11 de março de 2021.

Através da Deliberação Social Unânime por Escrito, de 17 de

junho de 2021, o acionista autorizou a operação de aumento de capital social da empresa, no montante de 500 mil euros, correspondendo a 100.000 novas ações, no valor de cinco euros cada uma, devendo este montante ser utilizado, exclusivamente, no financiamento dos investimentos indicados como "Construção do Porto de Pesca da Trafaria". Conforme previsto da deliberação, procedeu-se à atualização do Plano de Investimentos Anual e Plurianual 2021-2023, criando uma linha específica para este investimento, com o montante de € 500.000. De realçar, que ao proceder a esta alteração, foram realizadas correções pontuais devido ao reajustamento de alguns projetos previstos no plano, mantendo-se constantes os valores totais de cada ano.

Os valores que se apresentam no Quadro 1 – Objetivos de Gestão, relativos ao grau de cumprimento dos objetivos de gestão consideram toda a atividade da empresa, bem como a atividade que transitou para a Docapesca ao abrigo do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro.

QUADRO 1 OBJETIVOS DE GESTÃO

	PESO DE CADA OBJ.	OBJETIVOS DE GESTÃO 2021			
		PROPOSTO	EXECUTADO	EXECUÇÃO PERCENTUAL	EXECUÇÃO PERCENTUAL PONDERADA
Indicadores financeiros	50,00%				68,9%
Eixo 4 - Volume de Negócios (€)	10,00%	26.558.771	29.628.457	111,6%	11,2%
Eixo 4 - Peso dos CMVMC+FSE+GcP no Volume de Negócios	10,00%	81,8%	75,9%	107,2%	10,7%
Eixo 4 - PMP	10,00%	33	38	84,8%	8,5%
Eixo 4 - Resultado Líquido (€)	10,00%	993.662	2.664.688	268,2%	26,8%
Eixo 4 - EBITDA (€)	5,00%	5.331.698	7.411.511	139,0%	7,0%
Eixo 4 - Taxa de Cofinanciamento Investimentos	5,00%	45,0%	43,2%	96,0%	4,8%
Indicadores de atividade	50,00%				42,8%
Eixo 1 - Desenvolvimento Sustentável e Inovação	25,00%	100,00%	66,0%	66,0%	16,5%
Eixo 2 - Modernização, Qualidade e Segurança	20,00%	100,00%	106,00%	106,0%	21,2%
Eixo 3 - Desempenho Organizacional	5,00%	100,00%	102,50%	102,5%	5,1%
Total	100,00%				111,8%

1) Volume de Negócios = 71 Vendas + 72 Prestação de Serviços

2) CMVMC = Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas; FSE = Fornecimentos e serviços externos e GcP = Gastos com o pessoal. A rubrica Gastos com Pessoal não incorpora o valor referente às indemnizações por rescisão, nem o impacto das valorizações remuneratórias

3) PMP calculado de acordo com a RCM n.º 34/2008, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril.

4) Resultado líquido - Valor constante na Demonstração de Resultados por natureza anual, apurado de acordo com o SNC.

5) EBITDA corresponde ao valor apurado na Demonstração de Resultados, na linha Resultado antes Depreciações, Gastos Financeiros e Impostos.

6) Taxa de cofinanciamento Investimentos corresponde ao valor do cofinanciamento sobre o valor do investimento total

7) Para cada indicador de atividade é estabelecido o objectivo anual de 100%.

O Quadro 1 evidencia que a Docapesca atingiu um grau de execução dos objetivos definidos de 111,8%, acima dos 100% planeados. Importa, salientar que os indicadores que mais contribuíram para a boa prestação da empresa foram o volume de negócios e, conseqüentemente, o resultado líquido. Ambos os indicadores se situaram muito acima dos valores previstos para o ano de 2021 em sede de Plano de Atividades e Orçamento, já que a atividade teve um comportamento mais favorável do que o inicialmente previsto.

Refira-se que ao nível do volume de negócios, o comportamento da primeira venda de pescado em lota foi o melhor desde que há registos na Docapesca, tendo contribuído para o grande aumento no valor das prestações de serviços relacionadas com a primeira venda, designadamente, as taxas de venda.

Assim, verificou-se que, no seu conjunto, o grau de execução dos indicadores financeiros se situou bastante acima do previsto no PAO 2021.

Salienta-se que o indicador peso dos gastos operacionais no volume de negócios aqui apresentado, não foi sujeito a qualquer correção, pelo que difere do indicador apresentado no mapa do ponto "13. Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais (art.º 158.º do DLEO 2019)". Tendo presente este aspeto, na comparação da execução com o PAO 2021, verifica-se que o indicador apresentou um comportamento muito favorável, em grande parte decorrente do facto do volume de negócios ter ficado muito acima do previsto no PAO.

Ao nível da execução dos indicadores de atividade, realça-se que o Eixo 1, ficou bastante aquém da execução prevista, não tendo sido atingidos quatro dos seis objetivos intermédios, na sua maioria em resultado da situação de Pandemia e dos constrangimentos por ela provocados. Já no que concerne aos Eixos 2 e 3, o desempenho situou-se ligeiramente acima do que havia sido previsto.

b) Execução do plano de atividades e orçamento para 2021

A Docapesca não tem investimentos de montante igual ou superior a 10 milhões de euros, nem que correspondam a 10% do seu orçamento anual (tomando para este o valor do ativo líquido do balanço). Salienta-se ainda que a empresa não recorre a endividamento para realizar os investimentos previstos no seu plano de atividades e orçamento, realizando-os com recurso aos fluxos libertos pelas atividades operacionais, bem como através de subsídios ao investimento, nos casos dos investimentos comparticipados.

Tendo presente o exposto, foi elaborada a lista seguinte, na qual se indicam os investimentos por direção de lotas e portos de pesca, no caso do investimento específico, bem como do total do investimento corrente. Neste mapa é possível verificar que o grau de concretização do investimento foi de 77,4%.

INVESTIMENTO	VALOR PREVISTO PAO 2021	VALOR EXECUTADO 2021	DESVIO	GRAU DE EXECUÇÃO
DLPP Norte e Matosinhos	1.217.427 €	1.202.594 €	-14.833 €	98,8%
DLPP Centro Norte	400.246 €	390.277 €	-9.969 €	97,5%
DLPP Centro	1.287.322 €	958.131 €	-329.191 €	74,4%
DLPP Centro Sul	1.090.000 €	539.552 €	-550.448 €	49,5%
DLPP Algarve	2.596.606 €	1.406.105 €	-1.190.501 €	54,2%
Outros Projetos Específicos	141.464 €	45.198 €	-96.266 €	32,0%
Total Investimento Específico	6.733.065 €	4.541.857 €	-2.191.208 €	67,5%
Investimento Corrente	1.500.000 €	1.826.739 €	326.739 €	121,8%
Total Investimento (Específico+Corrente)	8.233.065 €	6.368.596 €	-1.864.469 €	77,4%

INVESTIMENTO/PROJETO	VALOR TOTAL INVESTIMENTO PLANO PLURIANUAL	VALOR PREVISTO PAO 2021	VALOR EXECUTADO 2021	DESVIO	OBSERVAÇÕES
Vila do Conde - Intervenção de proteção e reabilitação do sistema costeiro na marginal atlântica de Vila do Conde – troço Praia do Mestre e Praia da Olinda Norte	416.990 €	365.000 €	335.020 €	29.980 €	
Vila do Conde - Estaleiros de Azurara: Beneficiação da Infraestrutura e Sistema de Varagem de Embarcações	600.000 €	6.000 €	406.246 €	-400.246 €	Os valores executados encontram-se, na sua maioria, acima do valor previsto, o que se justifica pelos seguintes motivos: 1. Os investimentos em questão fazem parte de um plano plurianual pelo que, uma vez iniciado o investimento, geralmente não é exequível realizar física e financeiramente apenas o valor que se encontra previsto para um dado ano; 2. Os valores previstos no plano são as melhores estimativas no momento da sua elaboração, sendo que apenas no momento da conclusão dos procedimentos concursais podemos saber o exato valor das empreitadas.
Aveiro - Reabilitação e Apetrechamento da Ponte-Cais 2 e conservação de fundos das zonas dos cais de descarga, de abastecimento e de estacionamento de embarcações	1.500.000 €	110.000 €	214.047 €	-104.047 €	
Nazaré - Reabilitação do edifício da lota e pavimento	600.000 €	120.000 €	301.747 €	-181.747 €	
Peniche - Reabilitação da Lota para certificação	450.000 €	150.000 €	256.947 €	-106.947 €	
Sines - Edificação e Infraestruturas para substituição do Telheiro de Apoio à Descarga da Sardinha, de modo ao cumprimento do HACCP na nova Construção.	1.330.000 €	420.000 €	395.157 €	24.843 €	
Algarve - Melhoria da Eficiência Energética dos Portos - Iluminação e Redes de Distribuição (Baleeira, Lagos, Rio Arade, Olhão, VRSA) e Prod Fotovoltaica (Rio Arade, VRSA)	450.000 €	236.335 €	232.521 €	3.814 €	
Olhão - Pavimentação e reabilitação da rede viária, pedonal, telheiro para estacionamento (fotovoltaicos e carregadores de VE) e ordenamento de tráfego da zona afeta à área do Porto de Pesca intervencionada.	700.000 €	75.000 €	442.110 €	-367.110 €	

c) Empresas públicas do perímetro de consolidação das Administrações Públicas

Não aplicável à Docapesca – Portos e Lotas, S.A..

2.2. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

A Docapesca não detém ativos financeiros, com exceção dos relativos ao Fundo de Compensação de Trabalho e à participação na Associação para a promoção e desenvolvimento do Parque de Ciência e Tecnologia do Mar Peniche. Os instrumentos de financiamento da Docapesca são remunerados pela aplicação de taxas de juro indexadas à Euribor.

Desde junho de 2014, após uma consulta ao mercado para financiamentos de curto prazo, a DGTf autorizou a contratação de um descoberto em depósitos à ordem no montante de 1.250 mil euros, junto do Millennium BCP, que se mantém até à data.

Em 2021, a Docapesca não recorreu ao descoberto bancário.

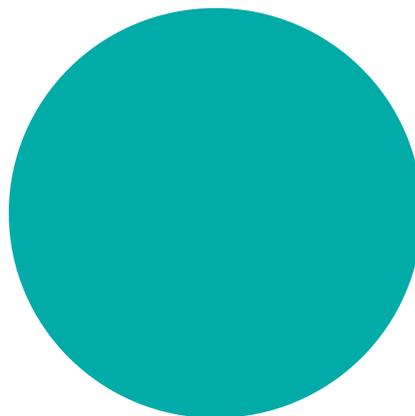
De acordo com o Despacho n.º 101/2009-SETF, de 30 de janeiro, a Docapesca relata em seguida a taxa média de financiamento, considerando todos os custos financeiros associados ao financiamento. No quadro abaixo aparece evidenciado que a empresa não recorreu a endividamento:

ANOS	2021	2020	2019	2018	2017
Encargos Financeiros (€)	3.125	3.125	3.125	3.125	3.174
Taxa Média de Financiamento (%)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

Dado que devido à não utilização do financiamento bancário, bem como à introdução e reforço de custos relacionados com comissões de gestão, renovação e imobilização cobrados pelas instituições financeiras, o acréscimo da taxa média de financiamento "all in cost", no período de 2017 a 2021, seria desmesurado, optou-se por não apresentar o valor.

Assim, apresenta-se de seguida a taxa média de endividamento que a Docapesca usufrui caso necessite de utilizar o descoberto bancário.

PERÍODO	TAXA MÉDIA ANUAL DE FINANCIAMENTO	ENCARGOS FINANCEIROS SUPOSTADOS	COMISSÕES S/ AS LINHAS DE CRÉDITO	FINANCIAMENTO MÉDIO
2017	2,50%	48,55 €	3.125,04 €	0,00 €
2018	2,50%	0,00 €	3.125,04 €	0,00 €
2019	2,50%	0,00 €	3.125,04 €	0,00 €
2020	2,50%	0,00 €	3.125,04 €	0,00 €
2021	2,50%	0,00 €	3.124,94 €	0,00 €



2.4. EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO E ATRASOS NOS PAGAMENTOS

Prazo Médio de Pagamento

O prazo médio de pagamento (PMP) a fornecedores, calculado de acordo com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, evoluiu, de 31 de dezembro de 2020 para 31 de dezembro de 2021, conforme explicitado no quadro seguinte:

PMP	2021	2020	VARIÇÃO 21/20	
			VALOR	%
Prazo (dias)	38	33	5	15%

No final de 2021 registou-se um atraso na receção das faturas dos fornecedores, tendo muitas delas dado entrada na empresa já no início de 2022, o que impossibilitou o seu registo e respetivo pagamento antes do final do ano.

Esta situação resultou num aumento do número de dias do PMP em 31 de dezembro de 2021 face ao que se tinha verificado em 31 de dezembro de 2020. No entanto, apesar de o valor ter ficado aquém do valor previsto no PAO 2021, a Docapesca cumpre o Programa Pagar a Tempo e Horas, já que o valor de 2021 é inferior a 40 dias.

Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")

DÍVIDAS VENCIDAS	VALOR DAS DÍVIDAS VENCIDAS DE ACORDO COM O ART. 1.º DL 65-A/2011 (€)				
	0-90 DIAS	90-120 DIAS	120-240 DIAS	240-360 DIAS	> 360 DIAS
Aq. de Bens e Serviços	1.568.548,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Aq. de Capital	1.121.333,39 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	2.689.881,39 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

A Docapesca não tem dívidas a fornecedores vencidas há mais de 90 dias.

2.3. LIMITE DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO

A Docapesca não tem endividamento conforme se encontra evidenciado no quadro abaixo.

PASSIVO REMUNERADO	2021	2020
	VALORES	
Financiamento Remunerado (Corrente e Não Corrente)	- €	- €
Capital Social/Capital Estatutário	- €	- €
Novos Investimentos no ano 2021 (com expressão material)	- €	- €
VARIAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	- €	- €

2.5. RESULTADOS OBTIDOS NO ÂMBITO DO CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA E DILIGÊNCIAS TOMADAS PARA SOLUCIONAR AS SITUAÇÕES SUBJACENTES À EMISSÃO DE RESERVAS NA ÚLTIMA CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Na Assembleia Geral de 31 de março de 2021, que foi realizada com recurso a meios telemáticos, o acionista Estado votou favoravelmente a aprovação do Relatório de Gestão e das Contas relativas ao exercício de 2020, atentas as reservas expressas na Certificação Legal das Contas, recomendando ao Conselho de Administração que diligenciasse no sentido de: i) produzir anualmente o relatório sobre prevenção da corrupção, conforme previsto no n.º 1 do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e de ii) dar cumprimento ao disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 158.º do no Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2019, relativa aos gastos com o pessoal.

As diligências tomadas pela Docapesca no sentido de ir ao encontro das recomendações do acionista, foram as seguintes:

- (i) Relativamente à apresentação anual do relatório sobre prevenção da corrupção, a Docapesca elaborou o Relatório de Execução Anual de 2020 do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão, incluindo os Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, tendo o mesmo sido aprovado em 29 de abril de 2021.

Importa referir que esta monitorização incidiu sobre a execução das medidas de mitigação do novo plano, aprovado em 22 de janeiro de 2020, e que no final do 1.º semestre de 2020 já havia sido feita uma primeira monitorização.

Em 2021, no final do 1.º semestre, foi preparado o relatório semestral relativamente à avaliação da execução das medidas de mitigação. Já no início de 2022, foi preparado o Relatório Anual com a avaliação de 2021 do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão, incluindo os Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, tendo o mesmo sido aprovado em 2 de março de 2022.

- (ii) Na parte que se refere ao cumprimento ao disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 158.º do no Decreto-Lei de

Execução Orçamental para 2019, relativa aos gastos com o pessoal importa salientar o seguinte:

- o A referida alínea a) indica que devem ser iguais ou inferiores aos montantes do ano anterior (2020) os gastos com pessoal, corrigidos dos encargos decorrentes das indemnizações por rescisão, da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das valorizações remuneratórias nos termos do disposto na Lei do Orçamento de Estado;
- o O mesmo artigo refere que o rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios deve ser igual ou inferior ao verificado no ano anterior (2020);
- o Ao longo do ano, atividade da Docapesca, particularmente a primeira venda de pescado, teve um acréscimo significativo, o que resultou num aumento de 16% do volume de negócios face ao ano de 2020. Este acréscimo resultou do aumento substancial do pescado transacionado em lota (em quantidade e valor);
- o A primeira venda de pescado é uma atividade mão de obra intensiva, pelo que, de modo a assegurar o seu normal funcionamento, a empresa recorre à contratação de curto prazo para dar resposta a acréscimos significativos de atividade.

Ora em 2021, para fazer face ao aumento de atividade de primeira venda, a empresa viu-se na obrigação de recorrer à contratação de curto prazo de trabalhadores de modo a garantir que o processo de primeira venda em lota decorria nas melhores condições.

Assim, apesar do aumento verificado no valor dos gastos com o pessoal, a empresa conseguiu melhorar substancialmente o rácio de eficiência operacional (75,9% em 2021 face a 83,4% em 2020, considerando os valores sem correções), já que o aumento dos gastos operacionais se situou muito abaixo do aumento do volume de negócios.

As reservas contidas na Certificação Legal de Contas do ano de 2020, são as seguintes:

- “Com a publicação do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, a Docapesca assumiu as funções de autoridade portuária nos portos de pesca e marinas de recreio anteriormente sujeitos à jurisdição do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, IP (IPTM), bem como todos os bens, direitos e obrigações afetos ao referido Instituto. Tal como referido na Nota 1.3 do Anexo, o processo de integração encontra-se ainda em curso, tendo em 2020 sido reconhecidos 81 455 euros referentes a clientes. Assim, as demonstrações financeiras da Empresa referentes ao exercício de 2020, conforme detalhado na Nota 28 do Anexo, refletem alguns saldos decorrentes desse processo, nomeadamente Outras variações no capital próprio no total de 633 785 euros (430 015 euros em 2019), fundamentalmente com



integração de saldos de clientes e responsabilidades com processos judiciais e outras responsabilidades. Os bens patrimoniais e dominiais, com exceção, das viaturas, das embarcações e dos equipamentos de movimentação portuária, não foram ainda integrados por não se encontrarem ainda avaliados, pelo que não é possível concluir sobre os eventuais efeitos nas demonstrações financeiras resultantes dessa integração, bem como dos ajustamentos que possam vir a ser necessários efetuar relativamente aos saldos já reconhecidos.”

- “Na sequência das novas competências atribuídas e da negociação de alguns contratos de concessão celebrados com Administrações Portuárias, a Empresa assume a responsabilidade pela manutenção das infraestruturas móveis e imóveis, assumindo por isso encargos associados ao Imposto Municipal sobre Imóveis sobre as referidas infraestruturas. Uma vez que não é possível determinar nem o valor patrimonial tributário dos bens nem as possíveis isenções em sede de IMI, a empresa não está em condições de determinar o potencial montante a pagar. Em exercícios anteriores e para bens registados antes da integração foi utilizado como base o valor de aquisição e constituída uma provisão, no montante de cerca de 348 375 euros, a qual não foi objeto de qualquer reforço ou reversão no corrente ano, conforme referido na nota 14 do Anexo. Dado que não dispomos de elementos que nos permitam aferir a razoabilidade de tal montante, e considerando que a estimativa efetuada pelos Serviços, para além de não ter sido atualizada em 2020, não tomou em consideração a totalidade das infraestruturas envolvidas, não nos foi possível desenvolver procedimentos alternativos suscetíveis de apurar o montante de responsabilidades que poderão estar envolvidas, bem como a suficiência, ou insuficiência, da provisão constituída.”

Em relação à primeira reserva, as demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2021, à semelhança do que ocorreu nos anos anteriores, continuam a refletir alguns saldos decorrentes do processo, de integração, designadamente com a integração de saldos de clientes e

outras responsabilidades. No que concerne à integração de clientes, em 2021 foram registados mais 69.035 euros, ficando no total 1.915.109,88 euros.

No que se refere aos bens patrimoniais e dominiais, com exceção, das viaturas, embarcações e equipamentos de movimentação portuária, não foram ainda avaliados nem integrados.

O principal motivo para a não avaliação prende-se com o processo de descentralização que se encontra em curso, ao abrigo da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto (Lei-Quadro de transferência de competências para as Autarquias Locais), a Docapesca encontra-se a aguardar o progresso do mesmo, já que a maioria das áreas dominiais deixarão de estar sob jurisdição e gestão da empresa e passarão para as câmaras municipais.

A Docapesca já reuniu com diversas autarquias e foram celebrados oito acordos de gestão. No entanto, até à presente data ainda não teve lugar a respetiva homologação.

No que concerne à segunda reserva, a empresa encontra-se a aguardar o desenrolar do processo de descentralização que se encontra em curso. Assim, durante o ano de 2021 não se registou qualquer desenvolvimento em relação aos eventuais encargos associados ao Imposto Municipal sobre Imóveis.

2.6. REMUNERAÇÕES/ HONORÁRIOS

a) Órgãos sociais

Mesa da Assembleia Geral

As remunerações apresentadas correspondem ao pagamento da Assembleia Geral (AG) de 2021, realizada no dia 31 de março.

MANDATO	CARGO	NOME	VALOR DA SENHA FIXADO (€)	VALOR BRUTO AUFERIDO (€)
2018-2020	Presidente	Maria Fernanda Joana Silva Martins	500,00 €	500,00 €
2018-2020	Vice-Presidente	Carlos Manuel Sousa Martins	425,00 €	425,00 €
2018-2020	Secretária	Alexandra Maria Brito Carvalho	350,00 €	0,00 €

925,00 €

Conselho de Administração

Através da Deliberação Social Unânime por Escrito (DUE) datada de 31 de julho de 2019, foi eleito o Conselho de Administração da empresa para o mandato 2019-2021, com produção de efeitos a partir de 1 de agosto. Os membros do Conselho de Administração que desempenharam funções no mandato 2016-2018 foram todos reconduzidos no cargo.

O vogal Carlos Manuel Inácio Figueiredo foi ainda designado, nos termos do n.º 4 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, para aprovar expressamente qualquer matéria cujo impacto financeiro na empresa pública seja superior a 1% do ativo líquido.

Em 17 de setembro de 2020, a Presidente do Conselho de Administração apresentou a renúncia ao cargo, tendo sido substituída apenas em 29 de janeiro de 2021.

Ao longo de 2021, o Conselho de Administração da Docapesca apresentou diversas configurações, que decorreram de renúncias (da Presidente, como atrás explicado, e do Vogal Dr. Carlos Figueiredo, que renunciou ao cargo com efeitos a 31 de agosto) e eleição para os cargos que ficaram vagos na sequência dessas renúncias. No entanto, apesar das alterações verificadas, não houve alteração de mandato, tendo a eleição que tiveram lugar ocorrido para acompanhar o mandato 2019-2021. A eleição dos membros do Conselho de Administração aconteceu através duas Deliberações Sociais Unânicas por Escrito datadas de 29 de janeiro e de 5 de novembro.

De seguida, apresenta-se a composição do Conselho de Administração relativamente ao mandato 2019-2021, evidenciando as alterações ocorridas ao longo do ano de 2021:

Conselho de Administração (1 de janeiro a 29 de janeiro)

MANDATO	CARGO	NOME	DESIGNAÇÃO		OPRLO OU OPÇÃO PELA MÉDIA DOS ÚLTIMOS 3 ANOS (2)				N.º DE MANDATOS
			FORMA	DATA	SIM/NÃO	ENTIDADE DE ORIGEM	ENTIDADE PAGADORA (O/D)	IDENTIFICAÇÃO DA DATA DE AUTORIZAÇÃO E FORMA	
2019-2021	Vogal	Sérgio Miguel Redondo Faias	DUE	31/07/2019	Não	Instituto Superior de Engenharia de Lisboa	D	n.a.	2
2019-2021	Vogal	Carlos Manuel Inácio Figueiredo	DUE	31/07/2019	Não	DGO	D	n.a.	2

Conselho de Administração (30 de janeiro a 31 de agosto)

MANDATO	CARGO	NOME	DESIGNAÇÃO		OPRLO OU OPÇÃO PELA MÉDIA DOS ÚLTIMOS 3 ANOS (2)				N.º DE MANDATOS
			FORMA	DATA	SIM/NÃO	ENTIDADE DE ORIGEM	ENTIDADE PAGADORA (O/D)	IDENTIFICAÇÃO DA DATA DE AUTORIZAÇÃO E FORMA	
2019-2021	Presidente	Sérgio Miguel Redondo Faias	DUE	29/01/2021	Não	Instituto Superior de Engenharia de Lisboa	D	n.a.	2
2019-2021	Vogal	Carlos Manuel Inácio Figueiredo	DUE	31/07/2019	Não	DGO	D	n.a.	2
2019-2021	Vogal	Isabel Maria Rodrigues Feijão Ferreira	DUE	29/01/2021	Não	Turismo de Portugal, IP	D	n.a.	1

Conselho de Administração (1 de setembro a 5 de novembro)

MANDATO	CARGO	NOME	DESIGNAÇÃO		OPRLO OU OPÇÃO PELA MÉDIA DOS ÚLTIMOS 3 ANOS (2)				N.º DE MANDATOS
			FORMA	DATA	SIM/NÃO	ENTIDADE DE ORIGEM	ENTIDADE PAGADORA (O/D)	IDENTIFICAÇÃO DA DATA DE AUTORIZAÇÃO E FORMA	
2019-2021	Presidente	Sérgio Miguel Redondo Faias	DUE	29/01/2021	Não	Instituto Superior de Engenharia de Lisboa	D	n.a.	2
2019-2021	Vogal	Isabel Maria Rodrigues Feijão Ferreira	DUE	29/01/2021	Não	Turismo de Portugal, IP	D	n.a.	1

Conselho de Administração (6 de novembro a 31 de dezembro)

MANDATO	CARGO	NOME	DESIGNAÇÃO		OPRLO OU OPÇÃO PELA MÉDIA DOS ÚLTIMOS 3 ANOS (2)				N.º DE MANDATOS
			FORMA	DATA	SIM/NÃO	ENTIDADE DE ORIGEM	ENTIDADE PAGADORA (O/D)	IDENTIFICAÇÃO DA DATA DE AUTORIZAÇÃO E FORMA	
2019-2021	Presidente	Sérgio Miguel Redondo Faias	DUE	29/01/2021	Não	Instituto Superior de Engenharia de Lisboa	D	n.a.	2
2019-2021	Vogal	João Pedro da Silva Correia	DUE	05/11/2021	Não	n.a.	D	n.a.	1
2019-2021	Vogal	Isabel Maria Rodrigues Feijão Ferreira	DUE	29/01/2021	Não	Turismo de Portugal, IP	D	n.a.	1

O Dr. João Pedro da Silva Correia, eleito para completar o mandato 2019-2021, foi designado, nos termos de n.º 4 do artigo 31.º, para aprovar expressamente qualquer matéria cujo impacto financeiro na Sociedade seja superior a 1% do ativo líquido.

MEMBRO DO CA	ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES			
	ENTIDADE	FUNÇÃO	REGIME	IDENTIFICAÇÃO DA DATA DE AUTORIZAÇÃO E FORMA
Sérgio Miguel Redondo Faias	Assembleia Municipal de Sesimbra	Deputado Municipal	Público	n.a.
Sérgio Miguel Redondo Faias	Cercizimbra – Cooperativa para a Educação e Reabilitação dos Cidadãos Inadaptados de Sesimbra, C.R.L.	Presidente do Conselho Fiscal	Privado	n.a.
Sérgio Miguel Redondo Faias	Liga dos Amigos de Sesimbra	Presidente da Assembleia Geral	Privado	n.a.
Sérgio Miguel Redondo Faias	Associação Indo-Europeia de Ciências e Artes – AIECA	Vogal da Direção	Privado	n.a.



Polvo-vulgar (*Octopus vulgaris*)

Paredes da Atalaia

Após lançar um jato de tinta para cima do fotógrafo, um polvo-comum nada intimidado pela presença humana nas águas verdes ricas em nutrientes desta região, em busca de um novo esconderijo.

Na DUE de 31 de julho de 2019 foi fixado o estatuto remuneratório de acordo com a classificação C atribuída à Docapesca. Neste mandato manteve-se a redução de 5%, nos termos do art.º 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho. Apesar das alterações na composição do Conselho de Administração que se verificaram ao longo do ano de 2021, foi mantido o estatuto remuneratório constante da DUE de 31 de julho de 2019.

Conselho de Administração (1 de janeiro a 29 de janeiro)

MEMBRO DO CA (NOME)	EGP			
	FIXADO	CLASSIFICAÇÃO	REMUNERAÇÃO MENSAL BRUTA (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	VENCIMENTO MENSAL	DESPESAS REPRESENTAÇÃO
Sérgio Miguel Redondo Faias	S	C	3.662,56 €	1.465,02 €
Carlos Manuel Inácio Figueiredo	S	C	3.662,56 €	1.465,02 €

Conselho de Administração (30 de janeiro a 31 de agosto)

MEMBRO DO CA (NOME)	EGP			
	FIXADO	CLASSIFICAÇÃO	REMUNERAÇÃO MENSAL BRUTA (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	VENCIMENTO MENSAL	DESPESAS REPRESENTAÇÃO
Sérgio Miguel Redondo Faias	S	C	4.578,20 €	1.831,28 €
Carlos Manuel Inácio Figueiredo	S	C	3.662,56 €	1.465,02 €
Isabel Maria Rodrigues Feijão Ferreira	S	C	3.662,56 €	1.465,02 €

Conselho de Administração (1 de setembro a 5 de novembro)

MEMBRO DO CA (NOME)	EGP			
	FIXADO	CLASSIFICAÇÃO	REMUNERAÇÃO MENSAL BRUTA (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	VENCIMENTO MENSAL	DESPESAS REPRESENTAÇÃO
Sérgio Miguel Redondo Faias	S	C	4.578,20 €	1.831,28 €
Isabel Maria Rodrigues Feijão Ferreira	S	C	3.662,56 €	1.465,02 €

Conselho de Administração (6 de novembro a 31 de dezembro)

MEMBRO DO CA (NOME)	EGP			
	FIXADO	CLASSIFICAÇÃO	REMUNERAÇÃO MENSAL BRUTA (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	VENCIMENTO MENSAL	DESPESAS REPRESENTAÇÃO
Sérgio Miguel Redondo Faias	S	C	4.578,20 €	1.831,28 €
João Pedro da Silva Correia	S	C	3.662,56 €	1.465,02 €
Isabel Maria Rodrigues Feijão Ferreira	S	C	3.662,56 €	1.465,02 €

Tendo presente o atrás descrito, a remuneração anual dos membros do Conselho de Administração no ano de 2021 foi a seguinte:

MEMBRO DO CA (NOME)	REMUNERAÇÃO ANUAL (€)				
	FIXA (1)	VARIÁVEL (2)	VALOR BRUTO (3)=(1)+(2)	REDUÇÕES REMUNERATÓRIAS (4)	VALOR BRUTO FINAL (5)=(3)-(4)
Sérgio Miguel Redondo Faias	89.250,97 €	0,00 €	84.788,42 €	-4.239,42 €	80.549,00 €
Carlos Manuel Inácio Figueiredo	50.633,20 €	0,00 €	48.101,54 €	-2.405,08 €	45.696,46 €
Isabel Maria Rodrigues Feijão Ferreira	66.744,59 €	0,00 €	63.407,36 €	-3.170,37 €	60.236,99 €
João Pedro da Silva Correia	17.806,14 €	0,00 €	16.915,83 €	-845,79 €	16.070,04 €
			213.213,15 €	-10.660,66 €	202.552,49 €

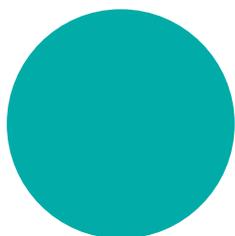
(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento+despesas de representação (sem reduções).

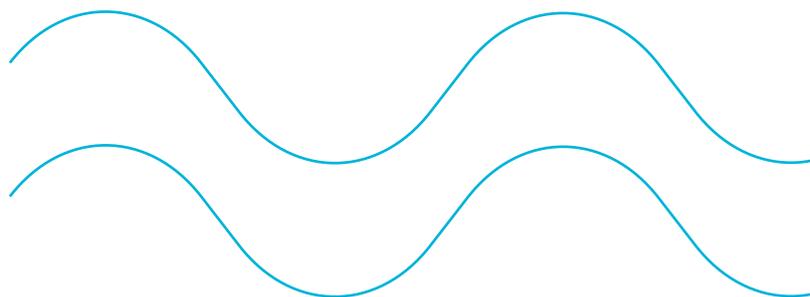
A coluna relativa às reduções remuneratórias inclui a redução de 5% do art.º 12.º da Lei n.º 12- A/2010, de 30 de junho.

Em 2021, não foram pagos, aos membros do Conselho de Administração da Docapesca, quaisquer montantes por outras sociedades em relação de domínio, de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum, nem foi atribuída qualquer remuneração a título de participação nos lucros ou quaisquer outros prémios.

Em 2021 não foram atribuídos prémios de gestão, relativamente aos objetivos de gestão de 2020, aos membros do Órgão de Administração da Docapesca, nem foram pagas quaisquer indemnizações a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

De acordo com o n.º 1 do art.º 27.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, a avaliação dos gestores públicos e o pagamento de remunerações variáveis de desempenho em 2021 ocorrerá em função da execução dos objetivos de gestão de 2021. Atento o grau de execução atingido de 111,8%, e apesar de o apuramento ter sido efetuado face aos valores previstos no PAO 2021, o valor apurado conferiria direito à atribuição de prémios aos membros do Conselho de Administração.





MEMBRO DO CA	BENEFÍCIOS SOCIAIS (€)							
	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		REGIME DE PROTEÇÃO SOCIAL		ENCARGO ANUAL SEGURO DE SAÚDE	ENCARGO ANUAL SEGURO DE VIDA	ENCARGO ANUAL SEGURO DE ACIDENTES DE TRABALHO	ENCARGO ANUAL SEGURO ACIDENTES PESSOAIS
	VALOR / DIA	MONTANTE PAGO ANO	IDENTIFICAR	ENCARGO ANUAL				
Sérgio Miguel Redondo Faias	10,00 €	2.450,00 €	CGA	19.378,82 €	328,52 €	n.a.	775,12 €	0,00 €
Carlos Manuel Inácio Figueiredo	10,00 €	1.760,00 €	CGA	10.964,94 €	219,02 €	n.a.	510,59 €	0,00 €
Isabel Maria Rodrigues Feijão Ferreira	10,00 €	1.980,00 €	CGA	14.460,74 €	301,15 €	n.a.	582,81 €	0,00 €
João Pedro da Silva Correia	10,00 €	170,00 €	SS	3.835,26 €	27,38 €	n.a.	86,96 €	0,00 €
		6.360,00 €		48.639,76 €	876,06 €	n.a.	1.955,48 €	0,00 €

MEMBRO DO CA	ENCARGOS COM VIATURAS								
	VIATURA ATRIBUÍDA [S/N]	CELEBRAÇÃO DE CONTRATO [S/N]	VALOR DE REFERÊNCIA DA VIATURA	MODALIDADE	ANO INÍCIO	ANO TERMO	VALOR DA RENDA MENSAL	GASTO ANUAL COM RENDAS	PRESTAÇÕES CONTRATUAIS REMANESCENTES
Sérgio Miguel Redondo Faias	S	N	38.325,82 €	AOV	2020	2024	779,77 €	9.357,45 €	35,5
Carlos Manuel Inácio Figueiredo	N	N	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Isabel Maria Rodrigues Feijão Ferreira (*)	S	N	24.900,00 €	Aquisição	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
João Pedro da Silva Correia (*)	S	N	22.959,18 €	Aquisição	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

MEMBRO DO CA (NOME)	GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS A DESLOCAÇÕES EM SERVIÇO (€)					
	DESLOCAÇÕES EM SERVIÇO	CUSTO COM ALOJAMENTO	AJUDAS DE CUSTO	OUTRAS		GASTO TOTAL COM VIAGENS (Σ)
				IDENTIFICAR	VALOR	
Sérgio Miguel Redondo Faias	0,00 €	743,50 €	717,15 €	n.a.	0,00 €	1.460,65 €
Carlos Manuel Inácio Figueiredo	0,00 €	80,00 €	47,85 €	n.a.	0,00 €	127,85 €
Isabel Maria Rodrigues Feijão Ferreira	24,00 €	345,00 €	201,40 €	n.a.	0,00 €	570,40 €
João Pedro da Silva Correia	0,00 €	0,00 €	17,65 €	n.a.	0,00 €	17,65 €
						2.176,55 €

Fiscalização Conselho Fiscal

MANDATO	CARGO	NOME	DESIGNAÇÃO		ESTATUTO REMUNERATÓRIO FIXADO MENSAL	N.º DE MANDATOS
			FORMA	DATA		
2018-2020	Presidente	Pedro Miguel Pinto Monteiro	AG	05/06/2018	1.281,90 €	1
2018-2020	Vogal Efetivo	André Joaquim Lima Ribas	DUE	31/07/2019	961,42 €	1
2018-2020	Vogal Efetivo	Maria Gabriela Nunes Mendes Campos	AG	05/06/2018	961,42 €	1
2018-2020	Vogal Suplente	Ana Elisabete de Assunção Militão (*)	AG	05/06/2018	961,42 €	1

(*) A Vogal Suplente Ana Elisabete de Assunção Militão apresentou a renúncia ao cargo em 25 de novembro de 2019, não tendo sido substituída até à presente data

NOME	REMUNERAÇÃO ANUAL (€)		
	BRUTO (1)	REDUÇÕES REMUNERATÓRIAS (2)	VALOR FINAL (3) = (1)-(2)
Pedro Miguel Pinto Monteiro	17.946,60 €	0,00 €	17.946,60 €
André Joaquim Lima Ribas	13.459,88 €	0,00 €	13.459,88 €
Maria Gabriela Nunes Mendes Campos	13.459,88 €	0,00 €	13.459,88 €
			44.866,36 €

Revisor Oficial de Contas

MANDATO	CARGO	IDENTIFICAÇÃO SROC/ROC			DESIGNAÇÃO			Nº DE ANOS DE FUNÇÕES EXERCIDAS NO GRUPO	Nº DE ANOS DE FUNÇÕES EXERCIDAS NA SOCIEDADE
		NOME	Nº DE INSCRIÇÃO NA OROC	Nº REGISTO NA CMVM	FORMA	DATA	DATA DO CONTRATO		
2018-2020	ROC - Efetivo	BDO & Associados, SROC, Lda.	29	20161384	DUE	10/12/2018	22/01/2019	3	3
2018-2020	ROC - Representante Efetivo	Pedro Manuel Aleixo Dias	725	20160361	DUE	10/12/2018	22/01/2019	3	3
2018-2020	ROC - Suplente	Sociedade Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda.	74	20161408	DUE	10/12/2018	n.a.	0	0
2018-2020	ROC - Representante Suplente	Luís Areal Alves da Cunha	585	20140240	DUE	10/12/2018	n.a.	0	0

NOME ROC/FU	VALOR ANUAL DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - 2021 (€)			IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO	VALOR ANUAL DE SERVIÇOS ADICIONAIS - 2021 (€)		
	VALOR (1)	REDUÇÕES (2)	VALOR FINAL (3) = (1)-(2)		VALOR (1)	REDUÇÕES (2)	VALOR FINAL (3) = (1)-(2)
BDO & Associados, SROC, Lda.	13.500,00 €	0,00 €	13.500,00 €	n.a.	0,00 €	0,00 €	0,00 €



b) Auditor externo

Auditor

IDENTIFICAÇÃO DO AUDITOR			DATA DA CONTRATAÇÃO	DURAÇÃO DO CONTRATO	Nº DE ANOS DE FUNÇÕES EXERCIDAS NO GRUPO	Nº DE ANOS DE FUNÇÕES EXERCIDAS NA SOCIEDADE
NOME AUDITOR	Nº OROC	Nº CMVM				
Vitor Almeida & Associados, SROC, Lda.	191	20161491	30/11/2021	4 meses	n.a.	n.a.
Vitor Manuel Baptista de Almeida	691	20160331				

Em 2017 foram prestados serviços da mesma natureza pela Vitor Almeida & Associados, SROC, Lda.. No entanto não se trata de funções com caráter de continuidade.

NOME AUDITOR	VALOR ANUAL DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - 2021 (€)			IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO	VALOR ANUAL DE SERVIÇOS ADICIONAIS - 2021 (€)		
	VALOR (1)	REDUÇÕES (2)	VALOR FINAL (3) = (1)-(2)		VALOR (1)	REDUÇÕES (2)	VALOR FINAL (3) = (1)-(2)
	7.690,00 €	0,00 €	7.690,00 €	n.a.			

A contratação do auditor externo da Docapesca foi feita através de um procedimento de contratação pública, por consulta prévia, via correio eletrónico. O procedimento, que teve lugar em 2021, foi efetuado para a contratação do serviço de auditoria às demonstrações financeiras para o ano de 2021. Foram convidadas a apresentar proposta 4 empresas de auditoria e foi escolhida a Vitor Almeida & Associados, SROC, Lda. cuja proposta era economicamente mais vantajosa.

A política seguida para a contratação do auditor externo desde 2017, quando passou a ser efetuada a contratação para um período de apenas um ano, foi a seguinte:

- Através de um procedimento de ajuste direto de ajuste direto em 2017;
- Através de um procedimento de consulta prévia para os anos de 2018 a 2020.

O critério de adjudicação tem sido sempre o da proposta economicamente mais vantajosa.

2.7. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 32.º E 33.º DO EGP

a) Cartões de crédito

A Docapesca cumpriu com o disposto no n.º 2 do art.º 32.º do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, designadamente vedando a utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por parte dos membros do Conselho de Administração, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.

b) Despesas de representação pessoal

A Docapesca cumpriu com o disposto no n.º 1 do art.º 32.º do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, não reembolsando quaisquer despesas no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

c) Despesas associadas a comunicações

Nos termos dos números 3 e 4 do art.º 32.º do Estatuto do Gestor Público, e conforme fixado na Deliberação Social Unânime por Escrito de 31 de julho de 2019, o abono máximo para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet não pode exceder 80 euros.

Na Docapesca foi fixado o *plafond* mensal de 75 euros para comunicações móveis efetuadas pelos membros do Conselho de Administração. No entanto, em resultado da contratação de um pacote integrado para todas os serviços de comunicação da empresa na sequência de um concurso público, os gastos com comunicações foram substancialmente reduzidos.

Assim, os gastos com comunicações no ano de 2021 foram os seguintes:

MEMBRO DO CA	GASTOS COM COMUNICAÇÕES		
	PLAFOND MENSAL DEFINIDO	VALOR ANUAL	OBSERVAÇÕES
Sérgio Miguel Redondo Faias	75,00 €	188,03 €	
Carlos Manuel Inácio Figueiredo	75,00 €	90,83 €	
Isabel Maria Rodrigues Feijão Ferreira	75,00 €	134,80 €	
João Pedro da Silva Correia	75,00 €	13,48 €	

d) Valor do combustível e portagens

MEMBRO DO CA	PLAFOND MENSAL COMBUSTÍVEL E PORTAGENS	GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS A VIATURAS			OBSERVAÇÕES
		COMBUSTÍVEL (GASÓLEO/ELETRICIDADE)	PORTAGENS	TOTAL	
Sérgio Miguel Redondo Faias	434,93 €	1.848,35 €	960,30 €	2.808,65 €	
Carlos Manuel Inácio Figueiredo (*)	347,94 €	n.a.	n.a.	0,00 €	
Isabel Maria Rodrigues Feijão Ferreira (**)	347,94 €	251,84 €	103,00 €	354,84 €	
João Pedro da Silva Correia (**)	347,94 €	44,47 €	8,80 €	53,27 €	
				3.216,76 €	

(*) O vogal Carlos Figueiredo não tinha viatura atribuída.

(**) Os gastos apresentados referem-se a duas viaturas totalmente elétricas.

Apesar de em 2021 ter havido menos deslocações em serviço por parte do Conselho de Administração (bem como por parte dos trabalhadores), decorrente da situação de Pandemia por COVID-19, os gastos relacionados com combustíveis e portagens correspondem às deslocações necessárias para acompanhar as atividades tradicionais da Docapesca e as integradas do IPTM, que têm elevada dispersão geográfica no território continental de Portugal.

Em 2021, os gastos com combustível e portagens dos membros do Conselho de Administração ficaram abaixo do *plafond* estabelecido para cada membro.



2.8. DESPESAS NÃO DOCUMENTADAS OU CONFIDENCIAIS

A Docapesca rege-se pelo Sistema de Normalização Contabilística e cumpriu com o disposto no n.º 2 do art.º 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e com o disposto no art.º 11.º do Estatuto do Gestor Público, não tendo qualquer tipo de despesa não documentada nos seus registos contabilísticos.

2.9. RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES PAGAS A MULHERES E HOMENS

Em março de 2021 foi aprovado o Relatório de Remunerações por Género relativamente ao ano de 2020. O relatório incide sobre as remunerações pagas a mulheres e homens, tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações, e foi divulgado internamente, encontrando-se disponível para consulta no sítio na Internet da Docapesca em <http://www.docapesca.pt/pt/praticas-de-bom-governo.html>, no separador Plano para a Igualdade e não Discriminação na Docapesca.

O primeiro relatório sobre remunerações pagas a homens e mulheres foi elaborado de acordo com o determinado no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março. Este primeiro relatório incidiu sobre o ano de 2016 e foi aprovado pelo Conselho de Administração a 4 de agosto de 2017.

2.10. ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS E RESPECTIVO RELATÓRIO ANUAL

No início de 2020, foi aprovado pelo Conselho de Administração o novo Plano de Prevenção dos Riscos de

Gestão, incluindo os Riscos de Corrupção e de Infrações Conexas (Plano). Nesse ano foi ainda decidido passar a monitorizar a execução do Plano semestralmente.

A unidade orgânica responsável pela avaliação do Plano já efetuou quatro monitorizações, duas semestrais (em 2020 e 2021) e duas coincidentes com o final de cada ano. Nestas ações de avaliação do grau de execução das medidas de mitigação, o Gabinete de Auditoria Interna, em articulação com todas as unidades orgânicas da Docapesca, prepara os relatórios de execução e submete-os à aprovação do Conselho de Administração.

O relatório de execução do Plano referente ao ano de 2021, que, à semelhança dos anteriores, integra um capítulo no qual se destacam os riscos de corrupção e infrações conexas, bem como o grau de execução das medidas de mitigação destes riscos, foi aprovado pelo Conselho de Administração em 2 de março de 2022.

2.11. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

a) Aplicação das normas vigentes em 2021

Em matéria de contratação, a Docapesca aplica o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro e subseqüentes alterações.

b) Procedimentos internos

A Direção de Assessoria Jurídica e Dominial, através da Área de Contratação Pública, elaborou um manual de procedimentos relativamente à contratação pública, que resultou da compilação dos diferentes procedimentos a este respeito. Este manual, que foi inserido do Manual de Procedimentos da Docapesca, integra as atualizações mais recentes do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Paralelamente, têm vindo a ser atualizadas as minutas já existentes, adequando-as às alterações ocorridas no CCP. A Docapesca dispõe de minutas para todas as fases dos procedimentos de contratação pública.

Todos os procedimentos de contratação pública feitos na empresa são sujeitos a uma revisão efetuada por esta direção, de modo a aferir se estão cumpridas todas as formalidades legais e se os processos não enfermam de algum vício.

c) Atos ou contratos celebrados com valor superior a 5 milhões de euros

A Docapesca não celebrou quaisquer atos ou contratos com valor superior a 5 milhões de Euros.

2.12. SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS

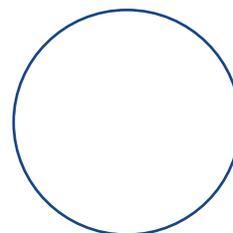
A Docapesca aderiu à ESPAP/ANCP, em 9 de agosto de 2012.

Em 2015, a Docapesca participou num procedimento agregado para a aquisição de combustíveis em postos públicos de abastecimento e de gasóleo a granel para consumo interno, promovido pela ESPAP - Entidade Serviços Partilhados da Administração Pública, conjuntamente com outras entidades públicas nomeadamente Câmaras Municipais e outras do Sector Empresarial do Estado, tendo como objetivo obter maiores descontos nos abastecimentos efetuados para a Docapesca.

Resultou desse procedimento a assinatura de dois contratos com efeito a partir de 1 de Janeiro de 2016.

A Docapesca aderiu voluntariamente ao Parque de Veículos do Estado em março de 2013.

Em 2021, a Docapesca participou nos procedimentos de contratação centralizada a conduzir pela ESPAP, I.P. para o fornecimento de Eletricidade, Gás Natural e/ou Combustíveis Rodoviários para o ano de 2022.



2.13. MEDIDAS DE OTIMIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE GASTOS OPERACIONAIS (ART.º 158.º DO DLEO 2019)

EFICIÊNCIA OPERACIONAL	2021 EXEC.	2021 ORÇ.	2020 EXEC.	2019 EXEC.	2021/2020		2021/2019	
					Δ ABSOL.	VAR. %	Δ ABSOL.	VAR. %
(0) EBITDA	7.411.511 €	5.331.698 €	5.001.259 €	6.494.954 €	2.410.252 €	48,2%	916.557 €	14%
(1) CMVMC	391.507 €	485.705 €	442.976 €	564.578 €	-51.469 €	-11,6%	-173.071 €	-31%
(2) FSE	8.912.815 €	8.457.644 €	8.065.096 €	8.466.267 €	847.719 €	10,5%	446.548 €	5%
(3) Gastos com o pessoal	13.173.219 €	12.790.630 €	12.798.195 €	12.261.024 €	375.024 €	2,9%	912.195 €	7%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	140.168 €	200.000 €	151.000 €	178.840 €	-10.832 €	-7,2%	-38.672 €	-22%
(3.ii) Valorizações remuneratórias	123.871 €	52.856 €	92.028 €	78.991 €	31.843 €	34,6%	44.880 €	57%
(3.iii) Impacto da aplicação dos IRCT	46.969 €	46.969 €	44.144 €	0 €	2.826 €	6,4%	46.969 €	n.a.
(4) Gastos com o pessoal sem os impactos i, ii e iii	12.862.210 €	12.490.805 €	12.511.023 €	12.003.192 €	351.187 €	2,8%	859.018 €	7%
(5) Impactos da pandemia por COVID 19 nos Gastos Operacionais a)	32.897 €	34.005 €	155.866 €	0 €	-122.969 €	-78,9%	32.897 €	n.a.
(6) Gastos operacionais para efeitos de apuramento da eficiência operacional (1)+(2)+(3)-(5)	22.444.644 €	21.699.974 €	21.150.400 €	21.291.868 €	1.294.244 €	6,1%	1.152.775 €	5%
(7) Volume de negócios (VN)	29.628.457 €	26.558.771 €	25.546.082 €	26.950.995 €	4.082.374 €	16,0%	2.677.462 €	10%
Subsídios à Exploração	65.296 €	58.528 €	289.076 €	232.334 €	-223.780 €	-77,4%	-167.038 €	-72%
Indemnizações Compensatórias	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	n.a.	n.a.	n.a.
(8) Perda de receita decorrente da pandemia por COVID 19 a)	0 €	392.224 €	473.519 €	0 €	-473.519 €	n.a.	0 €	n.a.
(9) Volume de negócios para efeitos de apuramento da eficiência operacional (7+8)	29.628.457 €	26.950.995 €	26.019.601 €	26.950.995 €	3.608.855 €	13,9%	2.677.462 €	10%
(10) Peso dos Gastos/VN = (6)/(9)	75,8%	80,5%	81,3%	79,00%	-5,5%	-6,8%	-3,2%	-4%
i. Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	8.229 €	21.935 €	6.185 €	22.288 €	2.043 €	33,0%	-14.059 €	-63%
ii. Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	17.094 €	22.242 €	13.259 €	25.108 €	3.835 €	28,9%	-8.013 €	-32%
iii. Gastos associados à frota automóvel (b)	190.645 €	206.441 €	159.245 €	176.084 €	31.400 €	19,7%	14.561 €	8%
(11) Total = (i) + (ii) + (iii)	215.968 €	250.618 €	178.689 €	223.479 €	37.279 €	20,9%	-7.511 €	-3%
(12) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	93.525 €	109.200 €	69.853 €	110.315 €	23.673 €	33,9%	-16.790 €	-15%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	510	510	505	505	5	1,0%	5	1%
N.º Órgãos Sociais (OS)	6	6	5	6	1	20,0%	0	0%
N.º Cargos de Direção (CD)	18	19	18	18	0	0,0%	0	0%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	486	485	482	481	4	0,8%	5	1%
N.º Trabalhadores/N.º CD	27,0	25,5	26,8	26,7	0	0,8%	0,28	1%
N.º de viaturas	43	38	40	37	3	7,5%	6	16%

a) Os impactos das medidas tomadas para fazer face à pandemia COVID-19 deverão ser devidamente justificados e discriminados (se aplicável), bem como os impactos COVID-19 nas rubricas de vendas e serviços prestados.

b) Os gastos com as viaturas incluem: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis e/ou eletricidade, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

As orientações contidas no artigo 158.º - Gastos operacionais das empresas do setor empresarial do Estado, do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho (Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2019), com as necessárias adaptações para 2021, comparando com 2020, que se aplicam à Docapesca são as que decorrem:

- Do n.º 1 – “Para efeitos do disposto no artigo 57.º da Lei do Orçamento do Estado, o rácio dos gastos operacionais, sobre o volume de negócios, deve ser igual ou inferior ao verificado em 2018, sem prejuízo do disposto no número seguinte.”
- Do n.º 3 – “...devem ser iguais ou inferiores aos montantes registados em 2018 os seguintes gastos operacionais:
 - a) Com pessoal, corrigidos dos encargos decorrentes das indemnizações por rescisão, da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das valorizações remuneratórias nos termos do disposto na Lei do Orçamento do Estado;
 - b) Conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel;
 - c) Conjunto dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria.”
- Do n.º 4 – “O acréscimo dos gastos operacionais referidos no número anterior apenas pode ocorrer em situações excecionais e devidamente sustentadas em análise custo-benefício, mediante autorização do membro do Governo responsável pela área das finanças, em sede de apreciação do plano de atividades e orçamento da empresa.”

O rácio de eficiência operacional apresenta uma melhoria significativa (- 5,5%) face a 2020, que decorre do aumento registado no volume de negócios, devido ao aumento do pescado transacionado em lota.

Em relação à primeira orientação, nos dados apresentados no quadro Eficiência Operacional, verifica-se que o rácio de eficiência operacional apresenta uma melhoria significativa (- 5,5%) face a 2020, Esta situação decorre do aumento registado no volume de negócios, na sequência do aumento do pescado transacionado em lota, quer em valor, quer em volume. Este aumento foi acompanhado de um acréscimo do conjunto dos gastos operacionais, acréscimo este muito menor do que o verificado no volume de negócios. Ou seja, enquanto os gastos operacionais aumentaram 6,1%, para fazer face ao aumento da atividade operacional da Docapesca, o volume de negócios teve um incremento de 13,9%.

Salienta-se ainda que, quer ao nível dos fornecimentos e serviços externos, quer em relação aos gastos com o pessoal, a empresa foi forçada a reforçar os seus gastos de modo a ser possível fazer face ao grande acréscimo da atividade na prestação do serviço público de primeira venda de pescado em lota.

No que se refere à segunda orientação, que se decompõe em três, podemos constatar o seguinte:

- A variação dos gastos com o pessoal de 2020 para 2021, corrigidos dos efeitos das indemnizações, da reposição do Acordo de Empresa e das valorizações remuneratórias, regista um acréscimo de 2,8%, o que se explica, como atrás referido, (no ponto 5) pela necessidade de efetuar contratações de curto prazo, para fazer face ao acréscimo de atividade de primeira venda de pescado, de modo a não colocar em causa a prestação do serviço público de primeira venda de pescado nas melhores condições;
- O conjunto dos gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, bem como os associados à frota automóvel registado em 31 de dezembro de 2021 foi superior ao registado em 31 de dezembro de 2020 (de € 178.689 em 2020 para € 215.860 em 2021), Contudo, esta variação explica-se:

o por um lado, pelo aumento das deslocações e respetivas ajudas de custo, ao retomar-se parte da atividade normal de acompanhamento das direções de portos e lotas pelos trabalhadores da sede, nas diferentes vertentes (investimento, segurança alimentar, segurança e saúde no trabalho, entre outras), e,

o por outro, pelo aumento verificado nos gastos com a frota automóvel, no decurso da aquisição de viaturas automóveis (aquisição prevista nos Planos de Atividades e Orçamento de 2020 e 2021) e que geraram depreciações acrescidas, bem como no aumento dos gastos correntes de combustíveis, já que houve mais deslocações em serviço, e, ainda, com as rendas de mais uma viatura em regime de AOV. De relevar que o gasto com depreciações não é um gasto operacional pelo que faria sentido isolá-lo dos restantes.

Acresce ainda informar que o número de viaturas aumentou, uma vez que ainda não se procedeu ao abate de todas as viaturas substituídas.

- O conjunto dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria apresenta em 2021 uma variação positiva, face aos valores de 2020, no montante de 23.672,50 euros. Esta variação explica-se pela retoma parcial no período pós estado de emergência. No entanto, ressalva-se o facto de o valor executado se situar abaixo do valor orçamentado para 2021.

2.14. CONTRATAÇÃO DE ESTUDOS, PARECERES, PROJETOS E CONSULTORIA (ART.º 49.º, N.º 7, DO DLEO 2019)

A Docapesca apenas contratou a aquisição de serviços com objeto estudos, pareceres, projetos e serviços de consultoria nos casos em que se revelou a impossibilidade de satisfação das necessidades, apenas em matérias em que não havia recursos internos devidamente capacitados para a respetiva realização.

	EXECUÇÃO 2021	EXECUÇÃO 2020	VARIAÇÃO 2021/2020
Gastos com contratações de estudos, pareceres, projetos e consultoria	93.525,00 €	69.852,50 €	23.672,50 €

2.15. PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO

Desde 2016, apesar de ter obtido exceção do cumprimento do princípio de Unidade de Tesouraria do Estado (UTE), que a Docapesca promoveu um ajustamento gradual e progressivo do funcionamento dos portos e lotas, para que possibilitar a utilização dos serviços bancários disponibilizados pela tesouraria do Estado, conforme indicado nos despachos de autorização.

Em 2020, a Docapesca apresentou novo o pedido de dispensa do cumprimento do princípio da unidade de tesouraria do Estado, mas a resposta obtida do IGCP foi no sentido de

excecionar o cumprimento da UTE, para os anos de 2020 e 2021, somente os valores:

- Dos descobertos bancários;
- Das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos de caução à ordem de terceiros;
- Objeto dos contratos de recolha de valores celebrados com a banca comercial, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para contas de Docapesca no IGCP.

A Docapesca tem vindo a envidar esforços no sentido de ir ao encontro das orientações do IGCP. Assim, ao longo de 2021, as principais diligências a que a Docapesca procedeu para corresponder integralmente ao determinado pelo IGCP no sentido do cumprimento do princípio da UTE:

- alterações dos procedimentos administrativos de modo a adequá-los à nova organização de tesouraria;
- adesão à proposta de utilização dos terminais de pagamento (TPA) disponibilizados pela banca comercial através do IGCP, com 19 pontos já instalados;
- os depósitos de cheques e em numerário passaram a ser regularmente efetuados na banca comercial, em contas tituladas pelo IGCP,
- está em curso o processo para encerramento de todas as contas bancárias com exceção de uma conta no Millenniumbcp (descoberto bancário e garantias bancárias prestadas e depósito de cheques "não à ordem"), uma no BPI (garantias bancárias prestadas) e outra na CGD (garantias bancárias prestadas, depósito de cheques "não à ordem" e depósitos em numerário para caução por fornecedores correntes e de imobilizado).

Ao longo de 2021 a Docapesca apresentava saldos nas contas na banca comercial, embora com uma tendência claramente decrescente, como se pode observar no quadro seguinte:

BANCA COMERCIAL	1.º TRIMESTRE	2.º TRIMESTRE	3.º TRIMESTRE	4.º TRIMESTRE	OBSERVAÇÕES
Banco Comercial Portugues, SA	409.231,62 €	79.386,60 €	8.992,76 €	74.255,88 €	
Banco BPI, SA	46.416,08 €	45.056,82 €	32.161,17 €	22.702,06 €	
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo	268.452,37 €	343.927,80 €	350.914,66 €	167.780,66 €	
Caixa Geral de Depositos, SA	109.305,29 €	7.516,55 €	7.468,56 €	873,58 €	
Caixa Economica Montepio Geral	17.435,66 €	3.741,54 €	56,12 €	0,00 €	
Total	850.841,02 €	479.629,31 €	399.593,27 €	265.612,18 €	
Juros auferidos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	

No quadro seguinte é possível verificar as disponibilidades da Docapesca que se encontravam na conta do IGCP no final de cada trimestre. Salientamos que no final de 2021 foi feita uma aplicação a prazo (CEDIC) que se venceu em 3 de janeiro de 2022.

IGCP	2021			
	1.º TRIMESTRE	2.º TRIMESTRE	3.º TRIMESTRE	4.º TRIMESTRE
Disponibilidades	5.586.982,26 €	7.130.881,44 €	11.049.201,39 €	1.024.493,81 €
Aplicações Financeiras	- €	- €	- €	5.500.000,00 €
Total	5.586.982,26 €	7.130.881,44 €	11.049.201,39 €	6.524.493,81 €

De realçar que a Docapesca não tem qualquer aplicação financeira na banca comercial e que os juros auferidos nos últimos anos foram exclusivamente os que respeitam à distribuição de resultados efetuada pela Caixa de Crédito Agrícola aos seus associados.

2.16. AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS

No decurso dos anos 2019, 2020 e 2021 a Docapesca não foi auditada pelo Tribunal de Contas.

2.17. PLANO PARA A IGUALDADE

O primeiro Plano para a Igualdade e Não Discriminação da Docapesca, Portos e Lotas, SA foi aprovado em 2012.

Em setembro de 2020, na sequência da publicação da Lei n.º 60/2018, de 21 de agosto e do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 17 de junho, a Docapesca aprovou um novo Plano para a Igualdade e Não Discriminação, tendo por objeto abranger as seguintes áreas e dimensões:

- Igualdade no acesso ao emprego;
- Igualdade nas condições de trabalho;
- Igualdade remuneratória;
- Proteção da parentalidade;
- Conciliação da atividade profissional com a vida pessoal e familiar;

e como objetivos gerais: reconhecer explicitamente que a igualdade entre homens e mulheres é um direito elementar, devendo ser implementadas políticas transversais e positivas que permitam que esse direito seja uma realidade; promover uma mudança de cultura da organização que integre a

igualdade nos seus atos de gestão; reduzir os desequilíbrios detetados e prevenir possíveis desequilíbrios no futuro.

Em 2021, também em setembro, foi aprovada uma revisão ao plano de 2020, integrando já um plano de ação com medidas definidas para o ano de 2022.

O conjunto de medidas já implementadas e a implementar na Docapesca encontram-se nas várias dimensões, como atrás referido, contemplando ainda a formação inicial e contínua e a prevenção da prática de assédio no trabalho.

2.18. ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA

Em 2010, a Docapesca elaborou o primeiro relatório de Sustentabilidade. Desde 2011, e até 2017, a empresa elaborou relatórios de sustentabilidade de 2 em 2 anos, tendo já apresentado os relativos a 2011-2012, 2013-2014 e 2015-2016.

Os relatórios são preparados de acordo com as normas GRI (Global Report Initiative), e neles podemos encontrar políticas da empresa neste âmbito, bem como as medidas a concretizar nos anos futuros. Os Relatórios de Sustentabilidade encontram-se no site da empresa em <http://www.docapesca.pt/pt/sustentabilidade.html>.

Não tendo sido possível preparar o relatório para o período 2017-2018, a Docapesca elaborou o Relatório de Sustentabilidade para o período de 2017 a 2020, relatório que foi divulgado no final de 2021.

A demonstração não financeira relativa ao ano de 2021, preparada de acordo com o normativo GRI, é apresentada no capítulo 4 do presente relatório.



2.19. QUADRO RESUMO DO CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS - 2021	CUMPRIMENTO		JUSTIFICAÇÃO / REFERÊNCIA AO PONTO DO RELATÓRIO
	S/N/N.A.	QUANTIFICAÇÃO/IDENTIFICAÇÃO	
Objectivos de Gestão (a)			
Eixo 4 - Volume de Negócios (€)	S	111,6%	Ponto 1
Eixo 4 - Peso dos CMVMC+FSE+GcP no Volume de Negócios	S	107,2%	Ponto 1
Eixo 4 - PMP	N	84,8%	Ponto 1
Eixo 4 - Resultado Líquido (€)	S	268,2%	Ponto 1
Eixo 4 - EBITDA superior ao de 2018 (€)	S	139,0%	Ponto 1
Eixo 4 - Taxa de Cofinanciamento Investimento (€)	N	96,0%	Ponto 1
Eixo 1 - Desenvolvimento Sustentável e Inovação	N	66,0%	Ponto 1
Eixo 2 - Modernização, Qualidade e Segurança	S	106,0%	Ponto 1
Eixo 3 - Desempenho Organizacional	S	102,5%	Ponto 1
Metas a Atingir constantes no PAO 2021			
Investimento	N	O plano de investimentos teve uma execução de 77,4% do valor previsto na revisão do PAO 2021.	Ponto 1
Nível de Endividamento	S	A Docapesca não tem endividamento.	Ponto 1
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	N.A.	Não aplicável	Ponto 1
Gestão do Risco Financeiro	S	A taxa média de financiamento é de 2,5%.	Ponto 2
Limites de Crescimento do Endividamento	S	A Docapesca não tem qualquer endividamento.	Ponto 3
Evolução do PMP a fornecedores	N	A variação do PMP foi de mais 5 dias	Ponto 4
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	S	A Docapesca não tem dívidas em atraso.	Ponto 4
Recomendações do acionista na última aprovação de contas			
Produzir anualmente o relatório sobre prevenção da corrupção, conforme previsto no n.º 1 do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro	S	O relatório de execução o plano de prevenção dos riscos de gestão, incluindo os risco de corrupção e infrações conexas, do ano de 2021 foi aprovado pelo Conselho de Administração em 2 de março de 2022.	Ponto 5
Dar cumprimento ao disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 158.º do no Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2019, relativa aos gastos com o pessoal	S	"Em 2021, devido ao aumento de atividade de 1.ª venda, a empresa viu-se recorrer à contratação de e trabalhadores a curto prazo para garantir o processo de primeira venda em lota. Apesar do aumento no valor dos gastos com o pessoal, a empresa melhorou o rácio de eficiência operacional, já que o aumento dos gastos operacionais se situou muito abaixo do aumento do volume de negócios"	Ponto 5

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS - 2021	CUMPRIMENTO	QUANTIFICAÇÃO/IDENTIFICAÇÃO	JUSTIFICAÇÃO / REFERÊNCIA AO PONTO DO RELATÓRIO
	S/N/N.A.		
Reservas emitidas na última CLC			
Reserva relativa ao processo de integração dos ativos do ex-IPTM.	S	Em 2021 procedeu-se à integração de mais 69.035 euros de clientes. Ainda não se procedeu à avaliação dos restantes ativos devido ao processo de descentralização que se encontra em curso.	Ponto 5
Reserva relativa à assumpção dos encargos associados ao Imposto Municipal sobre Imóveis sobre infraestruturas.	N	Durante o ano de 2021 não se registou qualquer desenvolvimento em relação aos eventuais encargos associados ao Imposto Municipal sobre Imóveis.	Ponto 5
Remunerações/honorários			
Não atribuição de prémios de gestão	S	Em 2021 não foram atribuídos prémios de gestão.	Ponto 6
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2021 (se aplicável)	S	O valor total da redução remuneratória, que corresponde à redução prevista no efetuada aos membros do Conselho de Administração foi de 10.1660,66 euros.	Ponto 6
Fiscalização (CF/ROC) - reduções remuneratórias vigentes em 2021 (se aplicável)	N.A.		Ponto 6
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2021 (se aplicável)	N.A.		Ponto 6
EGP - artigo 32º e 33.º do EGP			
Não utilização de cartões de crédito	S	Os membros do CA não têm cartões de crédito da empresa.	Ponto 6
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S	Não foi efetuado qualquer reembolso de despesas de representação pessoal aos membros do CA.	Ponto 6
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S	Os membros do CA não ultrapassaram o plafond atribuído para comunicações.	Ponto 6
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S	Os membros do CA não ultrapassaram o plafond atribuído para combustível e portagens.	Ponto 6
Despesas não documentadas ou confidenciais- n.º 2 do artigo 16º do RJSPE e artigo 11.º do EGP			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S	A Docapesca não tem despesas não documentadas ou confidenciais.	Ponto 8
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S	http://www.docapesca.pt/pt/praticas-de-bom-governo.html	Ponto 9
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção	S	http://www.docapesca.pt/pt/component/docman/doc_download/1706-plano-de-prevencao-de-riscos-de-gestao-da-docapesca-portos-e-lotas-sa-incluindo-os-riscos-de-corrupcao-e-de-infracoes-conexas-16-12-2019-.html	Ponto 10

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS - 2021	CUMPRIMENTO		QUANTIFICAÇÃO/IDENTIFICAÇÃO	JUSTIFICAÇÃO / REFERÊNCIA AO PONTO DO RELATÓRIO
	S/N/N.A.			
Contratação Pública				
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S	A Docapesca aplica o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro e subsequentes alterações	Ponto 11	
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	S		Ponto 11	
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	Em 2021 não foram enviados contratos para visto prévio do Tribunal de Contas. Conforme indicação do TC, a Docapesca não está obrigada a enviar contratos para visto prévio.	Ponto 11	
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas				
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	S	Os gastos operacionais de 2021 apresentam um aumento de 7,6% quando comparados com 2020 e o volume de negócios apresenta um acréscimo de 18,2%, pelo que o rácio de eficiência operacional melhora substancialmente (de 83,2% para 75,8%)	Ponto 13	
Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria (art.º 49.º do DLEO 2019)	S	A Docapesca apenas contratou a aquisição de serviços com objeto estudos, pareceres, projetos e serviços de consultoria nos casos em que se revelou a impossibilidade de satisfação das necessidades, apenas em matérias em que não havia recursos internos devidamente capacitados para a respetiva realização.	Ponto 14	
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)				
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	N	As disponibilidades e aplicações junto do IGCP em 31/12/2021 representam 96,09%.	Ponto 15	
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	N	O saldo da banca comercial em 31/12/2021 era de € 265.612,18	Ponto 15	
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	S	Em 2021 não foi recebido qualquer montante a título de juros.	Ponto 15	
Auditorias do Tribunal de Contas (b)				
Auditorias do Tribunal de Contas	S	Não houve qualquer auditoria do Tribunal de Contas nos últimos 3 anos	Ponto 16	
Elaboração dos Planos de Igualdade conforme determina o art.º 7.º da Lei 62/2017, de 1 de agosto	S	O plano da Igualdade foi elaborado em 2020, conforme determina o art.º 7.º da Lei 62/2017, de 1 de agosto	Ponto 17	
Apresentação da demonstração não financeira	S	Para 2021, a demonstração não financeira da Docapesca é apresentada num capítulo do Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2021.	Ponto 18	

(a) Indicar cada objetivo de gestão da empresa.

(b) Deverão ser indicadas também recomendações resultantes de auditorias transversais ao sector de atividade e/ou SEE.

INFORMAÇÃO A CONSTAR NO SITE DO SEE	DIVULGAÇÃO		COMENTÁRIOS
	S/N/N.A.	DATA ATUALIZAÇÃO	
Estatutos	S	2020	
Caracterização da Empresa	S	2020	
Função de tutela e acionista	S	2020	
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais	S	2020	
- Identificação dos órgãos sociais	S	2020	
- Estatuto Remuneratório Fixado	S	2020	
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	2020	
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	2020	
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	2020	
Esforço Financeiro Público	S	2020	
Ficha Síntese	S	2020	
Informação Financeira histórica e atual	S	2020	
Princípios de Bom Governo	S	2020	
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	2020	
- Transações relevantes com entidades relacionadas	S	2020	
- Outras transações	S	2020	
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:	S	2020	
Económico	S	2020	
Social	S	2020	
Ambiental	S	2020	
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	2020	
- Código de ética	S	2020	

2.20. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

O atual contexto internacional (quer ao nível da pandemia, quer da situação de conflito armado no leste europeu), não nos permite ainda aferir quais os impactos, e respetiva dimensão, que se vão sentir na economia nacional e, consequentemente, na empresa. Poder-se-ão sentir os efeitos nos custos de energia elétrica e no aumento do custo dos bens e serviços e das empreitadas.

Contudo, apesar do grau de incerteza, o Conselho de Administração da Docapesca considera que não está colocada em causa continuidade da atividade da empresa.

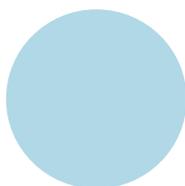
2.21. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Docapesca encerrou o exercício de 2021 com um resultado líquido positivo de 2.664.687,60 euros, o qual é apresentado de acordo com os normativos contabilísticos nacionais definidos no Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

O Conselho de Administração propõe que, de acordo com a alínea a) do art.º 18.º dos Estatutos da Docapesca, sejam transferidos 10% do Resultado Líquido para Reservas Legais. Propõe ainda que, uma vez que a conta de Reservas Legais ainda não atingiu 20% do Capital Social (n.º 1 do art.º 295.º do Código das Sociedades Comerciais), sejam transferidos adicionalmente mais 10% do Resultado Líquido para Reservas Legais.

O Conselho de Administração propõe que os 80% remanescentes sejam transferidos para Resultados Transitados.

Assim, a proposta é que o resultado seja distribuído da seguinte forma: 532.937,52 euros para a conta de Reservas Legais e 2.131.750,08 euros para a conta de Resultados Transitados.



AGRADECIMENTOS

Manifestamos os nossos agradecimentos ao Sr. Ministro do Mar, Doutor Ricardo Serrão Santos, à Senhora Secretária de Estado das Pescas, Dra. Teresa Coelho pela forma como sempre apoiaram as ações desenvolvidas pela Docapesca – Portos e Lotas, S.A.. Sublinhamos o apoio do Gabinete do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, de todos os organismos e serviços do Ministério do Mar, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, da Direção-Geral de Autoridade Marítima e dos municípios com os quais temos vindo a promover uma gestão de proximidade. Agradecemos aos nossos parceiros institucionais com intervenção e responsabilidades no domínio do Mar, bem como aos nossos clientes e parceiros de negócio e aos sindicatos pela colaboração que temos desenvolvido. Por último, uma menção especial para os nossos trabalhadores que, com muita dedicação, zelo e profissionalismo, contribuem ativamente para o bom desempenho da empresa, ao Revisor Oficial de Contas e sua equipa, aos membros do Conselho Fiscal pelo empenho demonstrado no exercício das suas funções.

Lisboa, 7 de março de 2022

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Sérgio Miguel Redondo Faias

(Presidente)

João Pedro da Silva Correia

(Vogal)

Isabel Maria Rodrigues Feijão Ferreira

(Vogal)





3. ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

BALANÇOS

Balanços em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

Unidade: Euros

	NOTAS	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Investimentos financeiros	1	145.000,00	145.000,00
Ativos fixos tangíveis	8	25.603.742,62	23.175.030,22
Ativos intangíveis	9	409.212,75	295.484,62
Outros investimentos Financeiros		78.101,73	53.595,96
Ativos por impostos diferidos	17	534.995,89	584.344,86
		26.771.052,99	24.253.455,66
Ativo corrente			
Inventários	12	99.527,41	96.890,87
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		50.377,12	48.173,41
Produtos acabados		1.828,79	3.017,89
Mercadorias		47.321,50	45.699,57
Clientes	18	2.983.677,94	3.498.558,62
Estado e outros entes públicos	21	1.508,29	388,11
Outros créditos a receber	18	10.001.436,04	5.374.160,17
Diferimentos	20	184.580,73	157.782,98
Caixa e depósitos bancários	5	6.856.545,82	5.897.989,66
		20.127.276,23	15.025.770,41
Total do ativo		46.898.329,22	39.279.226,07
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	27	9.028.400,00	8.528.400,00
Reserva legal	27	912.579,91	682.434,25
Resultados transitados	15,17	4.192.446,25	3.271.863,60
Outras Variações no Capital Próprio	15, 17, 28	7.480.058,71	6.965.289,49
Outras var. no capital próprio - subsídios atribuídos	15	9.123.314,78	8.469.057,88
Outras var. no capital próprio - ajustamentos em subsídios		(2.052.745,82)	(1.905.538,01)
Outras var. no capital próprio - integração IPTM	15,28	702.819,75	633.784,62
Outras var. no capital próprio - ganhos atuariais	15,28	(293.330,00)	(232.015,00)
		21.613.484,87	19.447.987,34
Resultado líquido do período		2.664.687,60	1.150.728,31
Total do capital próprio		24.278.172,47	20.598.715,65
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	14	1.329.918,83	1.167.119,57
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	19	2.377.759,50	2.597.088,27
Outras dívidas a pagar	15,17	2.052.745,82	1.905.538,01
		5.760.424,15	5.669.745,85
Passivo corrente			
Fornecedores	18	1.568.645,77	863.631,02
Estado e outros entes públicos	21	3.052.194,48	1.660.027,85
Outras dívidas a pagar	18	12.226.720,87	10.467.105,44
Diferimentos	20	12.171,48	20.000,26
		16.859.732,60	13.010.764,57
Total do passivo		22.620.156,75	18.680.510,42
Total do capital próprio e do passivo		46.898.329,22	39.279.226,07

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2021

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Demonstração dos Resultados por Naturezas dos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

Unidade: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2021	2020
Vendas e serviços prestados	13	29.628.456,55	25.546.082,22
Subsídios à exploração	15	65.295,66	289.075,73
Varição nos inventários da produção	12	(1.189,10)	(123,06)
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	(391.507,24)	(442.975,84)
Fornecimentos e serviços externos	22	(8.912.814,96)	(8.065.096,13)
Gastos com o pessoal	23	(13.173.218,57)	(12.798.194,58)
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	12	(1.519,44)	(14.458,43)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	18	(231.914,55)	70.544,93
Provisões (aumentos/reduções)	14	(162.799,26)	(76.689,13)
Outros rendimentos	15, 25	2.240.996,56	2.527.591,80
Outros gastos	26	(1.648.274,66)	(2.034.498,56)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		7.411.510,99	5.001.258,95
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	24	(3.739.805,87)	(3.478.430,51)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3.671.705,12	1.522.828,44
Juros e rendimentos similares obtidos	11, 13	23.012,09	6.738,07
Juros e gastos similares suportados	11	(8.341,34)	(8.351,63)
Resultado antes de impostos		3.686.375,87	1.521.214,88
Impostos sobre o rendimento do período	17	(1.021.688,27)	(370.486,57)
Resultado líquido do período	29	2.664.687,60	1.150.728,31

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES AO CAPITAL PRÓPRIO

Demonstração das Alterações no Capital Próprio no Período findo em 31 de Dezembro de 2021

Unidade: Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS LEGAIS	RESULTADOS TRANSITADOS	OUTRAS VARIAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
Posição no início do período 2021		8.528.400,00	682.434,25	3.271.863,60	6.965.289,49	1.150.728,31	20.598.715,65
Alterações no Período							
Realizações de capital		500.000,00			-		500.000,00
Integração de saldos de clientes - IPTM	28				69.035,13		69.035,13
Integração de património - IPTM	28				-		-
Integração de responsabilidades - IPTM	28				-		-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							-
Resultado do exercício anterior	27		230.145,66	920.582,65		(1.150.728,31)	-
Subsídios ao Investimento	15				654.256,90		654.256,90
Subsídios - Ajustamentos	15				(147.207,81)		(147.207,81)
Ganhos Atuariais					(61.315,00)		(61.315,00)
		500.000,00	230.145,66	920.582,65	514.769,22	(1.150.728,31)	1.014.769,22
Resultado Líquido do Exercício		-	-	-	-	2.664.687,60	2.664.687,60
Resultado Integral		500.000,00	230.145,66	920.582,65	514.769,22	1.513.959,29	3.679.456,82
Posição no fim do período 2021		9.028.400,00	912.579,91	4.192.446,25	7.480.058,71	2.664.687,60	24.278.172,47

Demonstração das Alterações no Capital Próprio no Período findo em 31 de Dezembro de 2020

Unidade: Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS LEGAIS	RESULTADOS TRANSITADOS	OUTRAS VARIAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
Posição no início do período 2020		8.528.400,00	257.041,91	1.703.342,26	4.951.606,12	2.126.961,68	17.567.351,97
Alterações no Período							
Integração de saldos de clientes - IPTM	28				81.454,79		81.454,79
Integração de património - IPTM	28				2,00		2,00
Integração de responsabilidades - IPTM	28			(133.048,00)	122.313,10		(10.734,90)
Outras alt. reconhecidas no capital próprio							-
Resultado do exercício anterior	27		425.392,34	1.701.569,34		(2.126.961,68)	-
Subsídios ao Investimento	15				2.473.612,24		2.473.612,24
Subsídios - Ajustamentos	15				(556.562,76)		(556.562,76)
Ganhos Atuariais					(107.136,00)		(107.136,00)
		-	425.392,34	1.568.521,34	2.013.683,37	(2.126.961,68)	1.880.635,37
Resultado Líquido do Exercício		-	-	-	-	1.150.728,31	1.150.728,31
Resultado Integral		-	425.392,34	1.568.521,34	2.013.683,37	(976.233,37)	3.031.363,68
Posição no fim do período 2020		8.528.400,00	682.434,25	3.271.863,60	6.965.289,49	1.150.728,31	20.598.715,65

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Demonstração dos Fluxos de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Unidade: Euros

	NOTAS	31-12-2021	31-12-2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes	5	33.710.176,60	30.735.798,32
Pagamentos a fornecedores		(12.264.448,37)	(10.958.315,46)
Pagamentos ao pessoal		(13.140.346,06)	(13.109.190,13)
		Caixa gerada pelas operações	8.305.382,17
			6.668.292,73
Pagamentos / recebimentos do imposto sobre o rendimento		(15.266,19)	(853.384,59)
Outros recebimentos / pagamentos		(2.712.750,15)	(2.455.717,05)
		Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	5.577.365,83
			3.359.191,09
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(6.942.156,45)	(6.550.390,43)
Ativos intangíveis		(4.305,00)	(5.313,60)
Investimentos financeiros		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Subsídios ao investimento	15	1.834.855,71	2.380.690,94
Juros e rendimentos similares		1,42	-
		Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(5.111.604,32)
			(4.175.013,09)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Realizações capital e outros instr. cap. próprio		500.000,00	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares		(7.205,35)	(16.958,63)
Outras operações de financiamento		-	-
		Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	492.794,65
			(16.958,63)
Variações de caixa e seus equivalentes		958.556,16	(832.780,63)
Caixa e seus equivalentes no início do período		5.897.989,66	6.730.770,29
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	6.856.545,82	5.897.989,66

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



3.1. DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DO RELATO

1.1. Designação da entidade

Docapesca – Portos e Lotas, SA
(em seguida referida como “Docapesca” ou “Empresa”)

Capital Social: 9.028.400,00 Euros

Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa
– Matrícula n.º 500 086 826 (antigo n.º 27.401)

Pessoa Coletiva n.º 500.086.826

CAE Principal:
03111 – Pesca Marítima (Serviços de Apoio à Pesca)

CAE Secundário 1:
35302 – Produção de Gelo

CAE Secundário 2:
93292 – Atividades dos Portos de Recreio (Marinas)

3.1.2. Sede da entidade

Avenida Brasília, Pedrouços – 1400-038 Lisboa

3.1.3. Natureza da atividade

Através do Decreto-Lei n.º 107/90, de 27 de março, o Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação promoveu a integração do Serviço de Lotas e Vendagem na Docapesca – Sociedade Concessionária da Doca de Pesca, SA e alterou a denominação desta para Docapesca – Portos e Lotas, SA.

A Docapesca é participada a 100% pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

De acordo com o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, diploma que regula o Regime do Setor Público Empresarial (RSPE), são empresas públicas as organizações empresariais constituídas sob a forma de sociedade de responsabilidade limitada nos termos da lei comercial, nas quais o Estado ou outras entidades públicas possam exercer, isolada ou conjuntamente, de forma direta ou indireta, influência dominante, pelo que a Docapesca se enquadra no conceito legal de empresa pública supra descrito, estando, por isso, sujeita ao regime jurídico do setor empresarial do Estado.

A Docapesca é uma empresa do Setor Empresarial do Estado, cujos Estatutos iniciais foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 107/90, de 27 de março. Os Estatutos foram alterados em 2 de junho de 2015, em Assembleia Geral, e, de novo, em 2018, encontrando-se publicados no Diário da República, 2.ª série, número 143, de 26 de julho de 2018, através do Aviso n.º 9989/2018.

A alteração de 2018 ficou a dever-se à necessidade de cumprimento da legislação em vigor, que obriga a um reforço da fiscalização nas empresas que atingem os limites previstos na alínea a) do n.º 2 do artigo 413.º do Código das Sociedades Comerciais, o que exige a alteração do modelo de fiscalização, de um Fiscal Único para um Conselho Fiscal e um Revisor Oficial de Contas que não integre este órgão.

Em 2021, na sequência do aumento de capital da sociedade, foram alterados, com publicação em agosto de 2021 (Diário da República, 2.ª série, número 162, de 20 de agosto de 2021, através do Aviso n.º 15678/2021).

Com estas alterações, o objeto da empresa foi alargado, incluindo, para além da prestação do serviço público de primeira venda de pescado e exploração de portos e lotas, a exploração de docas e marinas de recreio, bem como a garantia de segurança portuária (atuando como autoridade portuária nas zonas cuja gestão lhe é cometida).

Nesta qualidade, e nos termos do Decreto-Lei n.º 81/2005, de 20 de abril, a Docapesca tem a seu cargo assegurar a efetivação da primeira venda, em lota, de todo o pescado fresco descarregado em portos de Portugal continental, atividade esta que visa salvaguardar o interesse público, através da garantia das melhores práticas de segurança alimentar.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, a Docapesca sucedeu ao IPTM, I.P. nas funções de autoridade portuária nos portos de pesca e marinas de recreio sob sua jurisdição.

A Docapesca passou, assim, a exercer a função de autoridade portuária nas infraestruturas portuárias de apoio às atividades de pesca e náutica de recreio de Vila Praia de Âncora, Castelo do Neiva, Esposende, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Angeiras, Nazaré, São Martinho do Porto, Peniche, Ericeira, Baleeira, Lagos, Alvor, porto de pesca, estaleiros e área de Ferragudo em Lagoa, marina de Portimão e bacia do rio Arade desde a segunda ponte sobre o rio Arade até Silves, Albufeira, Vilamoura, Quarteira, Faro, exceto área do porto comercial e canal de acesso, Olhão, Fuseta e Tavira, bem como na via navegável e nas infraestruturas portuárias existentes ao longo do rio Guadiana entre Vila Real de Santo António e Mértola. Os portos de pesca e as marinas de recreio referidos incluem as áreas dentro do domínio público marítimo, os canais de navegação e as zonas flúvio-marítimas e terrestres, bem como as zonas terrestres e marítimas necessárias à exploração portuária e à execução e conservação de obras.

A Docapesca sucedeu ao IPTM, I.P., na titularidade de todos os direitos, obrigações e posições jurídicas, independentemente da sua fonte e natureza, que se encontrem afetos ao exercício das funções transferidas.

Transmitiu-se ainda para a Docapesca a universalidade dos bens e a titularidade dos direitos patrimoniais e contratuais, mobiliários e imobiliários, que integravam a esfera jurídica do IPTM, I.P., e que respeitavam à exploração das infraestruturas portuárias de apoio às atividades de pesca e da náutica de recreio, designadamente os imóveis, as infraestruturas, as

viaturas, as embarcações e os equipamentos identificados na Portaria n.º 182/2015, de 22 de junho.

O processo de integração do IPTM encontra-se em curso em 31 de dezembro de 2021.

Foi efetuada entre 2016 e 2021 a integração dos bens patrimoniais relativos às viaturas, embarcações e equipamentos de movimentação portuária.

Não foi efetuada durante o exercício de 2021 a integração dos restantes bens patrimoniais e dominiais do IPTM, IP na Docapesca. Nos termos do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 16/2014 de 3 de fevereiro, seria promovida pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGFT) a avaliação dos mesmos no prazo de 18 meses a contar da data de publicação do citado diploma.

Em 13 de setembro de 2017, a Docapesca enviou à Direção-Geral do Tesouro e Finanças um ofício, em que solicitava a adoção urgente das diligências tendentes à avaliação do património que transitou do IPTM, I.P. A Secretaria de Estado das Pescas reforçou, em outubro de 2017, esse pedido junto da DGTF.

No seguimento deste pedido de avaliação e da sua sequência processual, a Docapesca disponibilizou um conjunto de documentação contendo as plantas e localização, os registos no SIIIE e as cadernetas prediais existentes, referentes ao património transferido para a Docapesca de acordo com os artigos 3º e 4º do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro.

Em 12 de dezembro de 2018, a DGTF propôs que fosse apresentada uma proposta, no sentido de ser transmitida uma orientação formal do acionista, para que seja a própria Docapesca a providenciar os procedimentos necessários para realizar a avaliação dos ativos do ex-IPTM já identificados, para a qual a Docapesca declara que se encontram reunidas as condições para que possa desencadear o processo de contratação pública com o objetivo de obter a avaliação dos referidos ativos.

Nestes termos, e por indicação da DGTF, a Docapesca pretendia dar início ao processo de avaliação dos bens em apreço, estando previsto o lançamento de um conjunto de procedimentos por concurso para a avaliação patrimonial.

Contudo, no âmbito do processo de descentralização (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, Lei-Quadro de transferência de competências para as Autarquias Locais), está concluído o processo negocial com os municípios de Peniche, Cascais, Faro e Olhão, com vista à transferência de ativos e competências atualmente na área de jurisdição da Docapesca, sendo que a representante do Senhor Ministro de Estado e das Finanças neste processo referiu “que não se mostra necessário proceder à avaliação patrimonial das áreas a transferir...”. Nos casos de Peniche, Faro e Olhão, já houve aprovação das respetivas Assembleias Municipais, aguardando apenas homologação do Ministério do Mar. No caso de Cascais, verificou-se nada haver a transferir.

Para além dos quatro municípios atrás identificados, foram também já finalizados os processos negociais com os

municípios de Lagos e Nazaré, e com o município de Tavira, o qual foi já finalizado em 2021.

Aguarda-se início dos processos negociais com todos os restantes municípios envolvidos na transferência de competências da Docapesca, tal como decorre da lei em vigor.

Em relação aos saldos de fornecedores, a integração foi efetuada através do reconhecimento dos fornecimentos ainda em dívida e do seu pagamento pela Docapesca.

Em relação aos saldos de clientes, procedeu-se à integração, durante os exercícios de 2015 a 2021, dos saldos correspondentes aos recebimentos registados na tesouraria da Docapesca referentes à faturação em dívida no sistema informático de gestão de faturação e contas correntes do IPTM, IP (denominado SIGPOR), continuando os saldos por cobrar a aguardar a integração.

Através de Deliberação Social Unânime por Escrito de 31 de julho de 2019, foram reeleitos os membros do Conselho de Administração, e eleito o vogal do Conselho Fiscal – Mestre André Joaquim Lima Ribas, na sequência da renúncia do vogal efetivo André Bernardo de Lemos Alves.

Em 17 de setembro de 2020, a presidente do Conselho de Administração, Dra. Teresa Alexandra Meca Valverde Gouveia Coelho Estêvão Pedro, apresentou a renúncia ao cargo, não tendo sido nomeado um substituto até ao final do ano de 2020.

Em 29 de janeiro de 2021, a Deliberação social Unânime por Escrito elegeram, para finalizar o mandato 2019-2021, o Prof. Doutor Sérgio Miguel Redondo Faias para presidente e a Dra. Isabel Maria Rodrigues Feijão Ferreira para vogal.

Em 31 de agosto de 2021, na sequência do pedido de renúncia ao exercício do cargo apresentado em 7 de julho, o vogal Dr. Carlos Manuel Inácio Figueiredo cessou funções como membro do Conselho de Administração.

Em 5 de novembro de 2021, a Deliberação Social Unânime por Escrito elegeram, para completar o mandato 2019-2021 como vogal do Conselho de Administração, o Dr. João Pedro da Silva Correia. Este vogal foi ainda designado para aprovar expressamente qualquer matéria cujo impacto financeiro na Docapesca seja superior a 1% do ativo líquido, competência que estava atribuída ao Dr. Carlos Figueiredo.

Os Órgãos Sociais ficaram então compostos da seguinte forma:

Mesa da Assembleia Geral:

Presidente: Maria Fernanda Joanaz Silva Martins

Vice-Presidente: Carlos Manuel Sousa Martins

Secretária: Alexandra Maria Brito Carvalho

Conselho de Administração:

Presidente: Sérgio Miguel Redondo Faias

Vogal: João Pedro da Silva Correia

Vogal: Isabel Maria Rodrigues Feijão Ferreira

Conselho Fiscal:

Presidente: Pedro Miguel Pinto Monteiro

Vogal Efetivo: André Joaquim Lima Ribas

Vogal Efetivo: Maria Gabriela Nunes Mendes Campos

Vogal Suplente: Ana Elisabete de Assunção Militão (*)

(*) A vogal suplente Ana Militão apresentou a renúncia ao cargo em 25 de novembro de 2019, não tendo sido substituída até à presente data.

O Revisor Oficial de Contas é a BDO & associados, SROC, Lda.

Todos os valores são apresentados em Euros, salvo referência em contrário.

Notas sobre a atividade da Docapesca

Atividades tradicionais

O regime legal da primeira venda de pescado, fresco e refrigerado, foi atualizado e reunido num só diploma, o Decreto-Lei n.º 81/2005, de 20 de abril.

O conjunto de normas que regulam a primeira venda de pescado fresco fora de lota foi estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 197/2006, de 23 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 247/2010, de 3 de maio e pela Portaria n.º 36/2019, de 28 de janeiro.

Os rendimentos operacionais dividem-se em dois grandes grupos:

- Serviços de venda de pescado em lota, prestados de acordo com o regulamento geral de funcionamento das lotas (Portaria n.º 9/89, de 4 de janeiro), e sujeitos a tarifas fixadas pelo Governo (Portarias n.º 251/2008, de 4 de abril, e n.º 495/2008, de 23 de junho: Área de Negócios – Lotas);
- Atividades Comerciais – restantes áreas de negócios, incluindo a gestão de áreas do Domínio Público marítimo sob o título de Gestão Dominial.

Os rendimentos obtidos na prestação de serviços de venda de pescado em lota resultam da aplicação de taxas sobre o valor do pescado transacionado, a liquidar, em percentagens definidas por diploma, pelos armadores/pescadores e pelos compradores.

A atividade corrente da Docapesca depende diretamente da quantidade e qualidade do pescado capturado pelas embarcações de pesca, pelo que está condicionada quer pela atividade dos armadores, quer, por via indireta, pelas condições do meio ambiente.

A Docapesca, para além de promover a venda (por leilão ou contrato), efetua todo o seu tratamento administrativo, fornecendo aos armadores e compradores os correspondentes documentos comprovativos.

A Docapesca garante o pagamento das vendas de pescado aos armadores/pescadores (valor do pescado deduzido de tarifas e descontos obrigatórios e facultativos).

A Docapesca efetua a cobrança das aquisições de pescado aos compradores (valor do pescado + tarifas + IVA), podendo conceder crédito até três dias úteis, com base na Portaria n.º 9/89, mediante a obtenção de garantias.

O IVA pago pelos compradores e os descontos para a Segurança Social relativos às contribuições dos armadores da pesca local são entregues pela Docapesca ao Estado, em substituição dos armadores.

Os movimentos financeiros relativos ao valor do pescado transacionado em lota são relevados no Balanço em "outros créditos a receber" (compradores) e "outras dívidas a pagar" (armadores / pescadores e entidades beneficiárias de descontos). Nas contas de rendimentos do exercício apenas são relevados os montantes correspondentes às tarifas aplicadas sobre o valor do pescado transacionado em lota.

No ano de 2021 foram transacionadas, nas várias lotas da Docapesca, 115.649,3 toneladas de pescado fresco, no valor de 251.739.834 Euros, propriedade dos armadores, assumindo a Docapesca a cobrança e o pagamento a estes (em 2020: 90.812,8 toneladas, no valor de 194.692.931 Euros).

Nas contas de clientes estão relevados os débitos relativos às vendas e prestações de serviços das atividades comerciais.

A Docapesca tem recorrido a programas de apoio ao investimento, acumulando o recebimento de subsídios não reembolsáveis em conta própria de capitais próprios, deduzidos do respetivo ajustamento, que regista em Passivo Não Corrente.

Novas atividades transferidas do IPTM

Com a publicação e conseqüente entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, a Docapesca assumiu funções de autoridade portuária nos portos de pesca e marinas de recreio sob a anterior jurisdição do IPTM, IP.

A Docapesca passou, assim, a assegurar a gestão portuária e dominial das áreas anteriormente afetas ao IPTM, competindo-lhe nomeadamente:

- Garantir a segurança dos acessos marítimos às infraestruturas portuárias (assinalamento marítimo)
- Garantir o acesso em segurança de pessoas e bens às zonas portuárias (portarias, vigilância, vedações, reordenamento e limpeza de espaços)
- Garantir a segurança de pessoas e bens nas pontes-cais de apoio à pesca e transporte fluvial (intervenções de manutenção)
- Potenciar a utilização das áreas e espaços existentes na área de jurisdição portuária para os diferentes usos compatíveis com a missão da Docapesca (pesca, armazéns para armadores e comerciantes, apoio às marinas e docas de recreio, estaleiros navais e atividades conexas).

SmartOcean – Associação para a promoção e desenvolvimento do Parque da Ciência e Tecnologia do Mar – Peniche

Atendendo a que a Docapesca, na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, passou a estar incumbida de prosseguir atribuições de administração e fiscalização dos bens e áreas do domínio público que lhe foram afetos, integrados na sua área de jurisdição, foi a empresa convidada a participar, como associada fundadora, na Associação (sem fins lucrativos) “SmartOcean – Associação para a promoção e desenvolvimento do Parque da Ciência e Tecnologia do Mar”, em Peniche.

Esta associação tem por objeto a gestão e a exploração do Parque da Ciência e Tecnologia do Mar, nomeadamente assegurando a respetiva instalação e a construção de infraestruturas, promovendo a divulgação e o funcionamento do mesmo, desenvolvendo estudos, atividade, projetos e inovação, empreendedorismo, incubação empresarial e desenvolvimento tecnológico.

A Docapesca subscreveu 58 das 215 unidades de participação, de 2.500,00 euros cada, num valor total de 145.000,00 Euros, correspondentes a 27% do capital da associação.

Esta participação foi precedida de Deliberação Social Unânime por Escrito (DUE) por parte do acionista, de 28 de dezembro de 2018.

Outras considerações

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem, de forma verdadeira e apropriada, as operações da sociedade, bem como a sua posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa.

3.2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com a Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

3.3. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF

Nada a referir.

3.4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.4.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

3.4.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;

- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

A Empresa reconhece na demonstração dos resultados os rendimentos relativos à primeira venda de pescado pelo valor das taxas cobradas aos armadores e compradores de pescado intervenientes nas lotas. Contudo, o valor do pescado transacionado nas lotas, que constitui a remuneração da produção dos armadores e que, em simultâneo e pelo mesmo valor, representa as compras de pescado por parte dos compradores em lota, não é registado na demonstração dos resultados da Docapesca, embora seja a Empresa a cobrar o seu valor aos compradores de pescado e a entregá-lo aos armadores.

Locações financeiras

Os contratos de locação são classificados como:

- Locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse;
- Locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Locações em que a Empresa age como locatário

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são reconhecidos pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo (o menor valor entre o justo valor e o valor descontado das rendas) é registado na rubrica de ativos tangíveis, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a depreciação do ativo,

calculada conforme descrito na Nota 4.2, são registados na rubrica de gastos financeiros e gastos com amortizações e depreciações, da demonstração de resultados do exercício em apreço, respetivamente.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas são reconhecidas como gastos do exercício na rubrica "Fornecimentos e serviços externos", da demonstração de resultados, de forma linear durante o período do contrato de locação. As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

A Empresa celebrou com várias administrações portuárias acordos de concessão que possuem as seguintes características genéricas:

- Utilização de determinadas instalações mediante o pagamento de rendas (que poderão ser variáveis ou fixas, relacionadas ou não com o valor de pescado transacionado em lota); e
- Obrigam a Empresa a um conjunto de responsabilidades relacionadas com a manutenção e construção de infraestruturas, as quais reverterão, no final do período do contrato, para as administrações portuárias (podendo a Empresa ser ressarcida, em determinadas circunstâncias).

Estas responsabilidades podem incluir limpeza de fundos, dragagens e manutenção dos níveis de profundidade entre outras.

A Empresa regista os ativos construídos (ou as reparações/manutenções que se qualificam para serem consideradas como ativo) nos seus ativos fixos tangíveis. Contudo, estes contratos, pelas suas características, nomeadamente os serviços prestados pela Docapesca, a forma de remuneração e o tipo de entidades envolvidas, não se configuram abrangidas pela IFRIC *Interpretation 12 – Service Concession Arrangements* ("IFRIC 12"), através do modelo do ativo intangível ou modelo financeiro.

Encargos financeiros com financiamentos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições para a sua atribuição e de que estes serão recebidos.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são reconhecidos inicialmente no capital próprio, após o que são imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Os subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é pretendido compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Benefícios pós-emprego

Planos de benefício definido

No que diz respeito aos planos de benefício definido, o correspondente custo é determinado através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em reservas. O custo dos serviços passados é reconhecido em resultados numa base de linha reta durante o período, até que os correspondentes benefícios se tornem adquiridos. São reconhecidos imediatamente na medida em que os benefícios já tenham sido totalmente adquiridos.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e pelo custo dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

Imposto corrente: o imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos custos e proveitos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda custos e proveitos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Imposto diferido: os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis. Porém, tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada a

sua revisão, ajustando-os em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera vigorarem à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação e legislação fiscal que estejam aprovadas à data do balanço.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando, cumulativamente:

- A Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação;
- Tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal;
- A Empresa tem a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 (data de transição para as NCRF), encontram-se registados pelo seu valor considerado (*deemed cost*), o qual corresponde ao custo de aquisição ou custo de aquisição reavaliado, de acordo com as várias reavaliações legais e económicas, ao abrigo do disposto na NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF).

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos para desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de implantação nos quais a Empresa espera incorrer.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio na rubrica “Excedentes de revalorização”, exceto se reverter um decréscimo previamente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente na rubrica “Excedentes de revalorização” até à concorrência de qualquer saldo credor do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor é reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao ativo não é reclassificado para resultados.

As depreciações são calculadas desde o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, desde que o seja de facto, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

BEM	Nº ANOS
Edifícios e outras construções	3 a 25
Equipamento básico	1 a 15
Equipamento de transporte	1 a 8
Equipamento administrativo	1 a 12
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 12

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente. As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que ocorrem.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

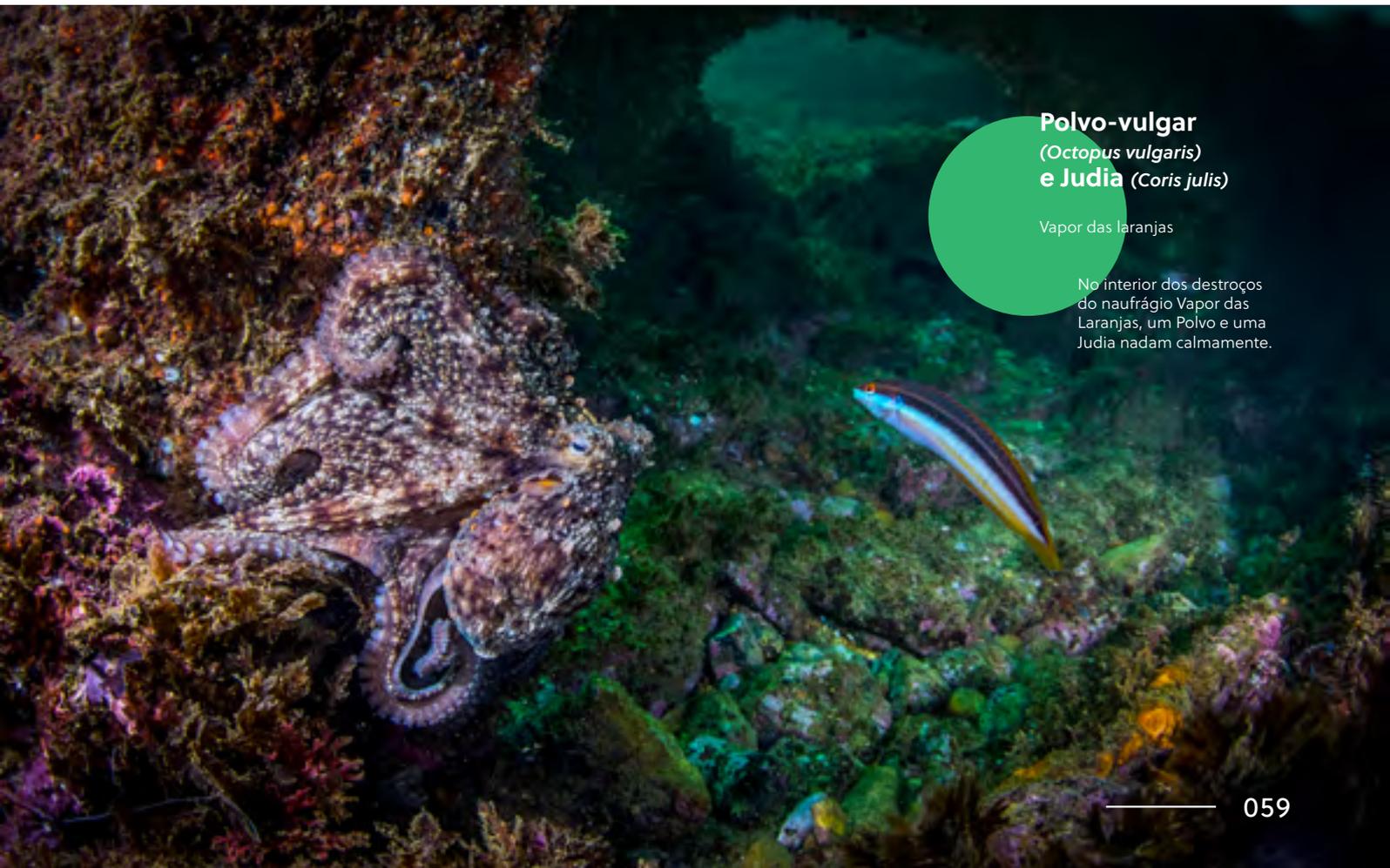
Ativos Intangíveis

Intangíveis adquiridos separadamente

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados pelo custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente. A todos os ativos intangíveis foi atribuída vida útil finita, e as respetivas amortizações foram calculadas de acordo com vidas úteis estimadas entre 3 e 6 anos.

Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. A existir, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos, a fim de determinar a extensão da perda por imparidade, se for o caso. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.



Polvo-vulgar
(*Octopus vulgaris*)
e **Judia** (*Coris julis*)

Vapor das laranjas

No interior dos destroços do naufrágio Vapor das Laranjas, um Polvo e uma Judia nadam calmamente.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre:

- O justo valor deduzido de custos para vender
- O valor de uso.

Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio, caso em que, será tratada como um decréscimo de revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor realizável líquido. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a venda.

A Empresa utiliza o custo médio como método de custeio dos inventários.

Os produtos acabados (que compreendem essencialmente o gelo) encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas e gastos gerais de fabrico.

Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, sendo provável que para liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos, cujo montante possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação, que é determinada

tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar e que excedem os benefícios económicos dele derivados.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

- Ao custo ou custo amortizado
- Ao justo valor, com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados (a empresa não tem investimentos financeiros reconhecidos ao justo valor).

Ao custo ou custo amortizado

São classificados na categoria "ao custo ou custo amortizado" os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

São ainda classificados na categoria "ao custo ou custo amortizado", sendo mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são revistos para identificar indícios de imparidade. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado), caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registadas em investimento em instrumentos de capital próprio (mensurado ao custo).

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando os transfere para outra entidade, bem como todos os riscos e benefícios significativos associados à sua posse. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.4.3. Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As receitas e as despesas foram registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento que em que são faturadas. As diferenças entre as receitas e despesas geradas e os correspondentes montantes faturados são registadas nas rubricas de diferimentos.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo, e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- As responsabilidades da Empresa com os complementos de pensão de reforma ou de invalidez, prémio de reforma ou invalidez, subsídio por morte ou pensão de sobrevivência (Plano de Benefícios Definidos), são determinadas pela obtenção, no final de cada exercício económico, de estudo atuarial elaborado por uma entidade especializada independente e de acordo com métodos e pressupostos atuariais globalmente aceites
- O custo final de processos judiciais, liquidações e outros litígios pode variar devido a estimativas baseadas em diferentes interpretações das normas, opiniões e avaliações finais do montante de perdas. Desse modo, qualquer variação nas circunstâncias relacionadas com este tipo de contingências poderá ter um efeito significativo no montante da provisão para contingências registado
- A Docapesca analisa a vida útil estimada dos ativos e o valor residual dos mesmos para determinar o montante das depreciações/amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício
- A Docapesca analisa de forma periódica os saldos vencidos de clientes, de forma a detetar eventuais situações de imparidade no recebimento destes valores relativos a risco de crédito ou período de regularização estimado

- A Empresa mantém provisões em 31 de dezembro de 2021 no montante de 1.329.918,83 Euros, donde se destacam 528.042,83 Euros relativos a processos judiciais que transitaram do IPTM (este valor corresponde à melhor estimativa do Conselho de Administração e seus consultores legais do exfluxo de recursos em que se espera que a Empresa venha a incorrer na sequência do desfecho dos mesmos), e 641.868,19 Euros para riscos e encargos (provisão para pagamento de imposto Municipal sobre Imóveis: 348.375,00 Euros; provisão para sinistro ocorrido com o Travel Lift de Portimão: 54.004,80 Euros, provisão para impugnação de taxas cobradas: 227.767,83 Euros; provisão para indemnização laboral: 3.900,00 Euros e provisão para acidente com embarcação: 7.820,56 Euros) e ainda duas provisões relacionadas com o processo de integração do IPTM. Para além destes valores, mantêm-se duas provisões para compromissos assumidos (ex-IPTM) no valor de 63.282,25 Euros e para taxa de movimentação de pescado em viana do Castelo, no valor de 96.725,56 Euros.

3.4.4. Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas

Ver nota 4.3.

3.4.5. Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas

Ver nota 4.3.

Nota adicional

A situação excecional de emergência de saúde pública relacionada com a propagação extensiva da COVID-19, cuja terceira vaga se vive hoje no país veio introduzir um risco adicional não controlável, que ameaçou comprometer significativamente a trajetória de sustentabilidade e equilíbrio financeiro que a empresa tem vindo a construir nos últimos anos.

O impacto desta nova realidade nas contas que agora se apresentam não é claramente quantificável, uma vez que a própria sazonalidade da principal atividade da Docapesca pode também ocasionar alterações significativas nos números apresentados.

Assim, a forte redução nos rendimentos relacionados com a primeira venda de pescado não está forçosamente ligada à pandemia, porquanto os rendimentos dos meses de janeiro e fevereiro de 2020, por exemplo (sem efeitos da doença em Portugal) são responsáveis por parte dessa redução. Mesmo no mês de março, a primeira quinzena foi ainda mais ou menos idêntica à do ano anterior, sendo a segunda quinzena a mais afetada, com um impacto muito forte na terceira semana e alguma recuperação logo na semana seguinte. Este efeito resultou, por exemplo, do encerramento em massa de restaurantes, principais veículos de escoamento das espécies de valor mais elevado, efeito esse que se foi repercutindo na atividade do setor em todos os períodos em que os restaurantes viram reduzida ou eliminada a sua atividade.

O efeito em 2021, a ter existido, foi marginal.

O impacto nas restantes rubricas de resultados e de balanço existe, mesmo que não quantificável, com especial destaque para as contas de resultados relacionadas com vendas (gelo), prestações de serviços (tarifas da primeira venda), concessões e cedências em portos de pesca (que dependem do valor do pescado transacionado) e para as contas de balanço relacionadas diretamente com os valores do pescado, como as cativações a armadores, as marés a pagar a armadores e as guias a receber de compradores,

Com possibilidade de quantificação, existem as despesas que a Docapesca suportou com a aquisição de produtos e equipamentos de proteção individual e com a realização de testes para deteção da infeção (32.897,13 Euros em 2021 e 60.540,19 Euros em fornecimentos e serviços externos em 2020 e acréscimo nos custos com o pessoal – equipamentos de proteção.

3.5. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, “caixa e seus equivalentes” inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

“Caixa e seus equivalentes” em 31 de dezembro de 2021 e 2020 detalha-se conforme se segue:

	2021	2020
Numerário	66.389,83	30.815,26
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis		
Banca comercial	265.662,18	488.382,44
IGCP	1.024.493,81	5.378.791,96
Aplicação a prazo	5.500.000,00	-
	6.856.545,82	5.897.989,66

Em 31 de dezembro de 2021 nenhuma conta bancária da Empresa tinha saldo a descoberto.

São preparadas diariamente folhas de caixa em todas as tesourarias - delegações e serviços centrais. As folhas de caixa relativas ao último dia útil de cada mês são enviadas para a Direção Financeira, nos serviços centrais, e devidamente conferidas com os movimentos registados em SAP. Este procedimento foi realizado para o período em análise.

Ao somatório dos saldos de caixa a 31 de dezembro de 2021 foi deduzido o montante de 88.053,51 Euros (acrescido à rubrica de "Outros créditos a receber" pelo montante de 85.460,65 Euros e à rubrica de "Clientes" pelo montante de 2.592,86 Euros), relativo a cheques em carteira, tendo os mesmos sido depositados no dia útil seguinte (3 de janeiro). Em 31 de dezembro de 2020 foi deduzido o montante de 99.194,14 Euros (acrescido às rubricas de "Outros créditos a receber" – 95.529,68 Euros e "Clientes" – 3.664,46 Euros), relativo a cheques em carteira, tendo os mesmos sido depositados no dia útil seguinte (4 de janeiro).

No dia 31 de dezembro de 2021, a Docapesca tinha contratada uma aplicação a prazo – CEDIC – no montante de 5.500.000,00 Euros, que se venceu em 3 de janeiro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2021 o detalhe dos depósitos bancários imediatamente mobilizáveis por delegações/lotas e natureza é o seguinte:

DELEGAÇÃO	TOTAL	BANCA COMERCIAL	IGCP
Matosinhos	139.188,54	139.188,54	-
Peniche	5.837,86	5.837,86	-
Sede	1.123.150,11	98.656,30	1.024.493,81
Setúbal	192,14	192,14	-
Portimão	21.787,34	21.787,34	-
	1.290.155,99	265.662,18	1.024.493,81

Pelo Ofício n.º SGC-2018/9193, de 4 de junho, o IGCP, IP, Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, autorizou a renovação da dispensa de obrigatoriedade de aplicação do princípio de Unidade de Tesouraria do Estado à Docapesca, para os anos de 2018 e 2019.

Pelo Ofício n.º SGC-2020/119, de 27 de novembro, o IGCP autorizou a renovação da dispensa de obrigatoriedade de aplicação do princípio de Unidade de Tesouraria do Estado à Docapesca para os anos de 2020 e 2021, ficando essa dispensa limitada aos descobertos bancários, às garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos de caução à ordem de terceiros e ao objeto dos contratos de recolha de valores celebrados com a banca comercial, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para contas da Docapesca no IGCP.

Na Demonstração de Fluxos de Caixa, nas atividades operacionais – recebimentos de clientes, estão relevados os fluxos relativos à transmissão do pescado vendido em lota pelo seu valor líquido, acrescido dos respeitantes às taxas cobradas aos compradores e armadores.

O valor do pescado transacionado em lota, cobrado aos compradores e entregue aos armadores (ou a terceiros, por sua ordem ou imposição legal), foi de 251.739.834 Euros no exercício de 2021 e de 194.692.931 Euros no exercício de 2020.

Unidade de Tesouraria do Estado

Ao longo do ano de 2021 a Docapesca procedeu às necessárias alterações dos seus procedimentos administrativos para corresponder integralmente às obrigações legais do cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria de Estado (UTE), conforme foi transmitido pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, EPE em dezembro de 2020.

Neste processo, a Docapesca aderiu à proposta de utilização dos TPA disponibilizados pela Banca comercial, através do IGCP, e que estão instalados em 18 lotas e um posto de vendagem.

A disponibilidade efetiva dos meios monetários arrecadados por este meio de pagamento foi acrescida em 1 ou 2 dias úteis com a passagem pela conta intermédia tutelada pelo IGCP e representa, em média, cerca de 2 milhões de euros por mês.

Os pagamentos diários da Docapesca, nomeadamente aos armadores, são agora assegurados por apenas três transferências bancárias diárias, a emitir até às 13 horas de cada dia, por imposição do IGCP, e obrigaram a Docapesca a uma revisão profunda do seu relacionamento com os credores, em particular com os armadores a quem está obrigada ao pagamento do produto líquido da vendas de pescado em lota até ao terceiro dia, em todas as 50 lotas e postos de vendagem, de Caminha a Vila Real de Santo António.

Os depósitos de cheques e em numerário passaram a ser regularmente efetuados na Banca Comercial, em contas tituladas pelo IGCP, diretamente ao balcão por não ser mais possível o depósito direto nas máquinas destas instituições, com o acréscimo de um dia útil.

Os cheques de terceiros emitidos "não à ordem" a favor da Docapesca são, pela lei do cheque, obrigatoriamente depositados nas antigas contas da Docapesca na banca comercial – Millenniumbcp ou Caixa Geral de Depósitos.

Pelo menos semanalmente, os saldos disponíveis nestas contas são transferidos para a nossa conta junto do IGCP.

Nos portos de pesca de Matosinhos e de Portimão (Lagoa) foram utilizadas até esta data as facilidades concedidas pela existência de cofres noturnos neles instalados pelas Caixas de Crédito Agrícola de Matosinhos e do Barlavento Algarvio, respetivamente.

Diariamente, os saldos disponíveis nestas contas são transferidos para a nossa conta junto do IGCP.

Está em curso o processo para encerramento de todas as contas bancárias com exceção de uma conta no Millenniumbcp (descoberto bancário e garantias bancárias prestadas e depósito de cheques "não à ordem"), outra no BPI (garantias bancárias prestadas) e outra na CGD (garantias bancárias prestadas, depósito de cheques "não à ordem" e depósitos em numerário para caução por fornecedores correntes e de imobilizado).

3.6. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Nada a referir.

3.7. PARTES RELACIONADAS

Identificação de partes relacionadas

A Empresa é detida em 100% pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

Remunerações do pessoal chave da gestão

As remunerações do pessoal chave de gestão da Empresa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, foram conforme se segue:

REMUNERAÇÕES	2021	2020
Remunerações dos Órgãos Sociais		
Remuneração mensal	111.945,05	109.457,29
Despesas de Representação	49.755,86	48.306,08
Subsídio de Refeição	6.360,00	6.580,00
Férias e Subsídio de férias	30.502,97	34.038,53
Subsídio de Natal	10.348,61	10.060,34
Ajudas de custo - Deslocações	984,05	1.768,26
Assembleia Geral	925,00	1.275,00
Revisão legal das Contas	13.500,00	13.500,00
Conselho Fiscal	44.866,52	45.266,93
Total das Remunerações dos Órgãos Sociais (Nota 23)	269.188,06	270.252,43
Encargos dos Órgãos Sociais		
Encargos com remunerações	48.639,76	48.467,34
Encargos com remunerações - Conselho Fiscal	9.329,12	9.197,30
Seguro de acidentes de trabalho	1.955,48	1.945,99
Seguro de saúde	876,06	957,00
Total dos Encargos dos Órgãos Sociais	60.800,42	60.567,63
	329.988,48	330.820,06

Com a alteração estatutária e a eleição do Conselho Fiscal, a Docapesca contratou os serviços de uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) para proceder à revisão legal de contas pelo montante de 13.500,00 Euros anuais.

3.8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

2021							
	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
Ativos							
Saldo inicial	59.185.613,11	15.891.014,59	605.506,18	3.967.152,99	1.734.348,63	4.462.873,01	85.846.508,51
Aquisições	2.150.276,78	368.944,41	138.443,21	126.883,92	209.447,75	3.230.963,76	6.224.959,83
Alienações	-	-	(79.989,95)	(3.861,70)	-	-	(83.851,65)
Transferências	1.912.102,23	238.458,77	-	33.362,98	5.214,21	(2.189.138,19)	-
Abates	(516.588,78)	(438.260,86)	-	(168.250,41)	(170.429,83)	(23.002,80)	(1.316.532,68)
Saldo final	62.731.403,34	16.060.156,91	663.959,44	3.955.287,78	1.778.580,76	5.481.695,78	90.671.084,01
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	43.923.024,82	13.544.364,09	419.109,43	3.519.705,87	1.265.274,08	-	62.671.478,29
Depreciações do exercício (nota 23)	2.562.727,82	679.963,09	37.059,91	192.791,99	238.354,54	-	3.710.897,35
Alienações	-	-	(79.989,95)	(3.014,68)	-	-	(83.004,63)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Abates	(478.502,69)	(434.404,47)	-	(165.535,92)	(153.467,38)	-	(1.232.029,62)
Saldo final	46.007.249,95	13.789.922,71	376.179,39	3.543.947,26	1.350.161,24	-	65.067.341,39
Ativos líquidos	16.724.153,39	2.270.234,20	287.780,05	411.340,52	428.419,52	5.481.695,78	25.603.742,62
2020							
	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
Ativos							
Saldo inicial	54.415.233,42	15.812.364,31	559.588,82	3.904.249,69	1.645.850,08	3.811.314,90	80.148.601,22
Aquisições	3.179.666,41	389.592,31	45.918,36	290.801,38	312.211,34	2.868.486,06	7.086.675,86
Alienações	(8.188,83)	(1,00)	-	(1,00)	(1,00)	-	(8.191,83)
Transferências	2.050.117,36	58.896,95	-	7.532,94	13.569,82	(2.216.815,10)	(86.698,03)
Abates	(451.215,25)	(369.837,98)	(1,00)	(235.430,02)	(237.281,61)	(112,85)	(1.293.878,71)
Saldo final	59.185.613,11	15.891.014,59	605.506,18	3.967.152,99	1.734.348,63	4.462.873,01	85.846.508,51
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	42.128.954,75	13.210.032,51	395.113,87	3.577.355,22	1.177.358,85	-	60.488.815,20
Depreciações do exercício (nota 23)	2.250.986,18	694.374,63	23.996,56	177.675,67	277.456,11	-	3.424.489,15
Alienações	(8.188,83)	(1,00)	-	-	-	-	(8.189,83)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Abates	(448.727,28)	(360.042,05)	(1,00)	(235.325,02)	(153.467,38)	-	(1.233.636,23)
Saldo final	43.923.024,82	13.544.364,09	419.109,43	3.519.705,87	1.301.347,58	-	62.671.478,29
Ativos líquidos	15.262.588,29	2.346.650,50	186.396,75	447.447,12	433.001,05	4.462.873,01	23.175.030,22

No decurso do ano de 2021, as principais aquisições de ativos fixos tangíveis foram registadas na rubrica de "Edifícios e outras construções" e "Ativos fixos tangíveis em curso", e dizem respeito, essencialmente, a requalificação de lotas, postos de vendagem e portos de pesca:

- Reabilitação das alagens dos estaleiros de Azurara (378.000,00 Euros)
- Reabilitação da defesa aderente da marginal de Vila do Conde (335.000,00 Euros)
- Ponte cais 2 do porto de pesca de Aveiro (227.000 Euros)
- Requalificação do edifício da lota da Nazaré (302.000,00 Euros)
- Requalificação do edifício da lota de Peniche - Certificação (257.000,00 Euros)
- Reabilitação do cais de estacionamento e abastecimento em Peniche (230.000,00 Euros)
- Novo posto de vendagem na Carrasqueira (97.000,00 Euros)
- Reabilitação do telheiro de apoio à trasfega de Sines (395.000,00 Euros)
- Parque de apoio aos armadores em Lagos (167.000,00 Euros)
- Construção do parque fotovoltaico de Portimão (160.000,00 Euros)
- Reabilitação do dique da Espargueira em Alvor (142.000,00 Euros)
- Reabilitação do cais de descarga da lota de Olhão (232.000,00 Euros)
- Reabilitação do pavimento dos arruamentos do porto de pesca de Olhão (186.000,00 Euros)
- Requalificação do edifício da lota de Fuzeta (181.000 Euros)

Ativos fixos tangíveis implantados em terrenos de domínio público

A maioria das instalações utilizadas pela Docapesca está implantada em terrenos que pertencem ao Domínio Público, tendo a Docapesca celebrado contratos de concessão com as Administrações dos portos do Douro e Leixões (Matosinhos), do porto de Sines e dos portos de Setúbal e Sesimbra e com as Administrações Portuárias de Viana do Castelo, Aveiro e Figueira da Foz.

Com as novas atribuições, ficam afetos à Docapesca os bens do domínio público e do domínio privado do Estado, bem como todos os bens imóveis edificados pelo IPTM, na área de jurisdição identificada no Decreto-Lei n.º 16/2014 (artigo 6.º).

O montante de ativos fixos tangíveis implantados em domínio público, em 31 de dezembro de 2021, ascende a 16.724.153,39 Euros, líquido de depreciações acumuladas de 46.007.249,95 Euros.

2021				
	ENTIDADE	VALOR DE AQUISIÇÃO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO
Porto de Pesca de Viana do Castelo	APDL	503.644,61	319.999,41	183.645,20
Porto de Pesca de Matosinhos	APDL	17.552.537,44	16.850.842,73	701.694,71
Porto de Pesca de Aveiro	APA	2.265.549,16	1.522.527,09	743.022,07
Porto de Pesca de Figueira da Foz	APFF	4.395.255,38	3.367.015,61	1.028.239,77
Edifício Av. Brasília (Serviços Centrais)	APL	76.263,00	31.441,94	44.821,06
Porto de Pesca de Sesimbra	APSS	4.559.286,17	3.873.361,50	685.924,67
Porto de Pesca de Setúbal	APSS	1.328.977,78	1.221.575,09	107.402,69
Porto de Pesca de Sines	APS	1.633.399,85	1.535.403,65	97.996,20
Lota de Cascais	Município	256,95	256,95	-
Posto de Vendagem de Mira	Município	29.929,85	20.462,43	9.467,42
Entrepasto Frigorífico de Peniche	Município	3.564.188,65	3.564.188,65	-
Edifício Rua das Naus - Sagres	IGFSS	377.657,15	305.407,35	72.249,80
Posto de Vendagem de Carrasqueira	Município	29.828,35	29.828,35	-
Posto de Vendagem de Fuzeta	IGFSS	393.644,39	16.444,33	377.200,06
Posto de Vendagem de Armação de Pêra	---	23.256,03	20.276,03	2.980,00
Posto de Vendagem de Arrifana	---	68.891,73	51.272,20	17.619,53
Posto de Vendagem de Azenha do Mar	---	61.960,61	60.876,48	1.084,13
Posto de Vendagem de Burgau	---	5.872,96	5.872,96	-
Posto de Vendagem de Costa da Caparica	---	830.943,40	362.498,43	468.444,97
Posto de Vendagem de Trafaria	---	126.679,44	8.502,79	118.176,65
Posto de Vendagem de Fonte da Telha	---	68.404,27	62.067,86	6.336,41
Posto de Vendagem de Foz do Arelho	---	10.009,97	10.009,97	-
Posto de Vendagem de Foz do Montijo	---	4.950,00	206,25	4.743,75
Posto de Vendagem de Foz de Caminha	---	5.808,93	580,89	5.228,04
Posto de Vendagem de Gâmbia	---	19.036,39	19.036,39	-
Posto de Vendagem de Monte Gordo	---	12.464,25	12.464,25	-
Posto de Vendagem de Porto Covo	---	27.140,57	27.140,57	-
Posto de Vendagem de Salema	---	11.981,87	11.981,87	-
Posto de Vendagem de Torreira	---	33.437,73	12.823,74	20.613,99
Posto de Vendagem de Vila Chã	---	19.968,95	19.968,95	-
Posto de Vendagem de Zambujeira	---	89.124,48	84.840,71	4.283,77
Posto de Vendagem de Vila Nova de Milfontes	---	621.429,35	356.681,60	264.747,75
Sub-Total 1		38.751.779,66	33.785.857,02	4.965.922,64

2021				
	ENTIDADE	VALOR DE AQUISIÇÃO	DEPRECIACÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO
Posto de Vendagem de Vila Praia de Âncora	Docapesca (a)	210.683,33	60.726,91	149.956,42
Posto de Vendagem de Esposende	Docapesca (a)	68.212,61	36.139,01	32.073,60
Porto de Pesca de Póvoa de Varzim	Docapesca (a)	1.420.240,46	778.689,42	641.551,04
Posto de Vendagem de Vila do Conde	Docapesca (a)	187.508,99	115.061,28	72.447,71
Estaleiros Navais de Azurara - Vila do Conde	Docapesca (a)	40.404,20	8.382,78	32.021,42
Posto de Vendagem de Afurada	Docapesca (a)	13.344,03	13.344,03	-
Posto de Vendagem de Aguda	Docapesca (a)	34.161,65	26.105,12	8.056,53
Posto de Vendagem de Angeiras	Docapesca (a)	126.566,26	48.371,35	78.194,91
Porto de Pesca de Angeiras	Docapesca (a)	301.749,74	205.249,23	96.500,51
Porto de Pesca de Nazaré	Docapesca (a)	1.432.775,72	1.025.400,11	407.375,61
Porto de Pesca de Peniche	Docapesca (a)	4.162.781,42	2.053.712,93	2.109.068,49
Porto de Pesca de Cascais	Docapesca (a)	21.235,71	11.679,64	9.556,07
Posto de Vendagem de Ericeira	Docapesca (a)	620.704,90	281.630,10	339.074,80
Porto de Pesca de Sagres (Baleeira)	Docapesca (a)	1.504.663,33	1.056.700,81	447.962,52
Porto de Pesca de Lagos	Docapesca (a)	1.644.411,73	1.054.244,22	590.167,51
Posto de Vendagem de Albufeira	Docapesca (a)	79.784,55	47.000,72	32.783,83
Porto de Pesca de Portimão	Docapesca (a)	2.051.634,47	1.016.456,27	1.035.178,20
Porto de Pesca de Olhão	Docapesca (a)	2.594.565,83	1.492.676,53	1.101.889,30
Porto de Pesca de Quarteira	Docapesca (a)	598.823,05	300.033,27	298.789,78
Porto de Pesca de FuzetaQuarteira	Docapesca (a)	10.730,00	447,08	10.282,92
Porto de Pesca de Tavira	Docapesca (a)	2.975.480,55	466.490,65	2.508.989,90
Posto de Vendagem de Santa Luzia	Docapesca (a)	250.155,87	157.921,61	92.234,26
Posto de Vendagem de Alvor	Docapesca (a)	207.591,79	22.575,23	185.016,56
Posto de Vendagem de Faro	Docapesca (a)	583.341,34	199.668,48	383.672,86
Posto de Vendagem de Cabanas	Docapesca (a)	42.901,91	26.308,30	16.593,61
Posto de Vendagem de Armona	Docapesca (a)	3.951,79	1.712,45	2.239,34
Posto de Vendagem de Culatra	Docapesca (a)	302.237,41	94.972,81	207.264,60
Porto de Pesca de Vila Real de Santo António	Docapesca (a)	2.306.270,95	1.577.075,45	729.195,50
Área Dominial - Guadiana	Docapesca (a)	4.020,00	3.015,00	1.005,00
Assinalamento Marítimo - Norte	Docapesca (a)	48.847,00	8.033,71	40.813,29
Assinalamento Marítimo - Centro	Docapesca (a)	52.323,84	6.350,10	45.973,74
Assinalamento Marítimo - Sul	Docapesca (a)	77.519,25	25.218,33	52.300,92
Sub-Total 2		23.979.623,68	12.221.392,93	11.758.230,75
TOTAL		62.731.403,34	46.007.249,95	16.724.153,39

(a) - ocorreu transferência de jurisdição do IPTM para a Docapesca

As instalações do entreposto frigorífico de Peniche estão implantadas em terrenos pertencentes à Câmara Municipal de Peniche, detendo a Docapesca um direito de superfície. Estes ativos, com o valor bruto de 3.564.188,65 Euros, estão completamente reintegrados à data de 31 de dezembro de 2021. A exploração do entreposto frigorífico de Peniche foi cedida à empresa ESIP, S.A. (industrial conserveira), com base num protocolo celebrado entre a Docapesca, a ESIP e a Câmara Municipal de Peniche em agosto de 2012.

Ativos fixos em poder de terceiros

Os ativos fixos em poder de terceiros, a 31 de dezembro de 2020, eram os seguintes:

1. Molde de gravação de caixas de plástico (em poder da firma Baquelite Liz, Lda.), no valor de € 60.105,15; o molde é cedido, em cada momento, à entidade contratada para o fabrico de caixas de plástico para movimentação de pescado;
2. Equipamentos do entreposto frigorífico de Peniche, explorado pela ESIP, com o valor de aquisição de 1.161.450,68, relativos a apetrechamento frigorífico, equipamento de estiva e estanteria;
3. Conjunto de cadeiras de auditório, em armazém do porto de pesca de Póvoa de Varzim (em poder da Apropesca), cedido por Protocolo, no valor de 15.842,50 Euros;
4. Quebra-Mar flutuante no valor total de 219.844,44 Euros, que inclui poste de sinalização autónomo e dois armários de emergência (cedido por Protocolo à Associação de Moradores da Ilha da Culatra).

Vidas úteis e depreciação

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método da linha reta durante as seguintes vidas úteis estimadas:

BEM	Nº ANOS
Edifícios e outras construções	3 a 25
Equipamento básico	1 a 15
Equipamento de transporte	1 a 8
Equipamento administrativo	1 a 12
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 12

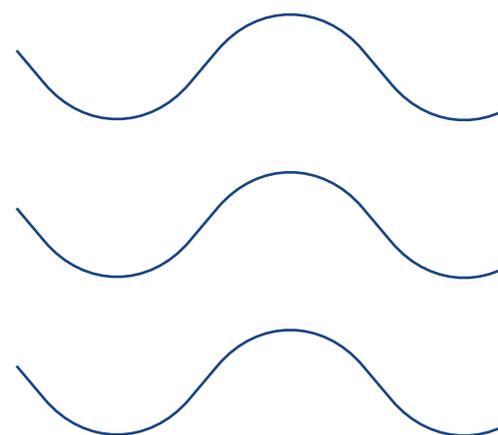
As depreciações do exercício, no montante de 3.710.897,35 Euros (3.424.489,15 Euros em 2020), foram registadas na rubrica de Gastos de depreciação e amortização (Nota 24).

Até 2012, a Docapesca depreciou os bens implantados em terrenos de domínio público de acordo com os períodos máximos permitidos pela Legislação Fiscal, sendo que resultavam da utilização deste critério valores líquidos contabilísticos positivos na data final dos prazos de vigência dos contratos de concessão e das licenças de utilização celebrados com as administrações portuárias.

A partir de 2013 foram adaptadas as taxas de amortização dos bens referidos, para que a depreciação termine no último ano de vigência dos contratos de concessão celebrados com as entidades concedentes, se ainda contida na vida útil máxima para efeitos fiscais.

3.9. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:



2021				
	PROGRAMAS COMPUTADOR	PROPRIIDADE INDUSTRIAL	INTANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
Ativos				
Saldo inicial	288.198,81	1.214.261,70	265.048,03	1.767.508,54
Aquisições	22.446,88	-	120.189,77	142.636,65
Transferências	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-
Saldo final	310.645,69	1.214.261,70	385.237,80	1.910.145,19
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade				
Saldo inicial	258.384,53	1.213.639,39	-	1.472.023,92
Depreciações do exercício (nota 23)	28.908,52	-	-	28.908,52
Transferências	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-
Saldo final	287.293,05	1.213.639,39	-	1.500.932,44
Ativos líquidos	23.352,64	622,31	385.237,80	409.212,75

2020				
	PROGRAMAS COMPUTADOR	PROPRIIDADE INDUSTRIAL	INTANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
Ativos				
Saldo inicial	288.198,81	1.214.261,70	178.350,00	1.680.810,51
Aquisições	-	-	-	-
Transferências	-	-	86.698,03	86.698,03
Abates	-	-	-	-
Saldo final	288.198,81	1.214.261,70	265.048,03	1.767.508,54
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade				
Saldo inicial	218.480,03	1.199.602,53	-	1.418.082,56
Depreciações do exercício (nota 23)	39.904,50	14.036,86	-	53.941,36
Transferências	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-
Saldo final	258.384,53	1.213.639,39	-	1.472.023,92
Ativos líquidos	29.814,28	622,31	265.048,03	295.484,62

As amortizações de ativos intangíveis reconhecidas no período findo em 31 de dezembro de 2021, no montante de 28.908,52 Euros (53.941,36 Euros em 2020), foram registadas na rubrica de "Gastos de depreciação e amortização" (Nota 24).

Vidas úteis

A todos os ativos intangíveis foi atribuída vida útil finita, cujas respetivas amortizações foram calculadas de acordo com vidas úteis estimadas entre os 3 e os 6 anos.

3.10. LOCAÇÕES

Locação operacional

Os gastos reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 são detalhados conforme se segue:

	2021	2020
Locação operacional		
Viaturas de mercadorias	5.574,27	3.843,81
Viaturas ligeiras de passageiros	32.399,67	25.181,31
	37.973,94	29.025,12
Outras		
Viaturas para transporte de pescado	15.984,25	12.470,52
Viaturas para transporte de materiais	188,20	-
	16.172,45	12.470,52

Os encargos em 2021 (com exceção de despesas esporádicas não correspondentes a contratos de locação) correspondem a uma viatura de mercadorias cujo contrato está concluído, cinco viaturas ligeiras de passageiros cujos contratos estão concluídos, uma viatura ligeira de passageiros cujo contrato termina em 2024, cinco viaturas ligeiras de passageiros cujos contratos terminam em 2025 e uma viatura de transporte de pescado cujo contrato termina em 2022.

Os gastos a reconhecer no futuro (relativos a seis viaturas ligeiras de passageiros e uma viatura para transporte de pescado em 2022, 2023 e seguintes) relativamente aos contratos AOV em curso são:

	PAGAMENTOS MÍNIMOS A EFETUAR		
	2022	2023	APÓS 2023
Locação operacional			
Viaturas ligeiras de passageiros	33.837,00	33.837,00	44.036,75
	33.837,00	33.837,00	44.036,75
Viaturas para transporte de pescado	6.339,60	0,00	0,00
	6.339,60	0,00	0,00

3.11. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 são detalhados conforme se segue:

	2021	2020
Juros suportados		
Financiamentos bancários	-	-
Outros financiamentos	54,04	329,07
Outros gastos de financiamento		
Comissões e encargos similares	3.124,94	3.125,04
Garantias bancárias	5.162,36	4.897,52
	8.341,34	8.351,63

Os juros e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são detalhados conforme se segue:

	2021	2020
Juros obtidos		
Juros de Mora	23.010,67	6.738,07
Juros de adiantamentos sobre vendas	-	-
Outros rendimentos similares		
Outros	1,42	-
	23.012,09	6.738,07

3.12. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	2021		2020			
	QUANTIA BRUTA	PERDAS POR IMPARIDADE	QUANTIA LÍQUIDA	QUANTIA BRUTA	PERDAS POR IMPARIDADE	QUANTIA LÍQUIDA
Mercadorias	83.988,78	(36.667,28)	47.321,50	85.150,61	(39.451,04)	45.699,57
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	70.884,46	(20.507,34)	50.377,12	64.377,55	(16.204,14)	48.173,41
Produtos acabados e intermediários	1.828,79	-	1.828,79	3.017,89	-	3.017,89
	156.702,03	(57.174,62)	99.527,41	152.546,05	(55.655,18)	96.890,87

É esperado que os seguintes inventários sejam realizados após o período de 12 meses seguinte à data das demonstrações financeiras:

- Mercadorias;
- Matérias de consumo e conservação.



Rascasso-rosado

Ilhéus do Martinhal

Enquanto fotografava corais de água fria, o fotógrafo foi surpreendido com o movimento daquilo que aparentava ser uma rocha de pequenas dimensões. No entanto, através de um olhar mais atento foi possível identificar um dos reis da camuflagem do fundo marinho da região, um rascasso-rosado.

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, é detalhado conforme se segue:

2021			
MP, SUBS.			
	MERCADORIAS	CONSUMO	TOTAL
Saldo inicial	85.150,61	64.377,55	149.528,16
Compras	257.752,73	180.497,31	438.250,04
Regularizações	(41.167,37)	(230,35)	(41.397,72)
Saldo final	(83.988,78)	(70.884,46)	(154.873,24)
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	217.747,19	173.760,05	391.507,24

2020			
MP, SUBS.			
	MERCADORIAS	CONSUMO	TOTAL
Saldo inicial	115.101,18	48.182,24	163.283,42
Compras	239.030,31	202.925,49	441.955,80
Regularizações	(12.235,98)	(39,70)	(12.275,68)
Saldo final	(85.150,61)	(64.377,55)	(149.528,16)
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	256.744,90	186.230,94	442.975,84

A variação dos inventários da produção dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é detalhada conforme se segue:

	2021	2020
	PRODUTOS ACABADOS	PRODUTOS ACABADOS
Saldo inicial	3.017,89	3.140,95
Saldo final	(1.828,79)	(3.017,89)
Variação dos inventários de produção	1.189,10	123,06

A quantidade de gelo em silo, em toneladas, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é detalhada a seguir:

	TONELADAS EM SILO	
	2021	2020
Viana do Castelo	0,35	0,50
Vila Praia de Âncora	-	0,15
Póvoa de Varzim	2,00	2,50
Matosinhos	70,00	50,00
Aveiro	25,00	69,00
Figueira da Foz	14,00	63,37
Sagres	2,40	3,30
Portimão	0,80	3,30
Lagos	2,00	3,00
Quarteira	5,00	2,00
VRSA	1,80	2,70
Total	123,35	199,82

Perdas por imparidade

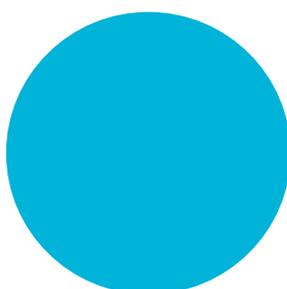
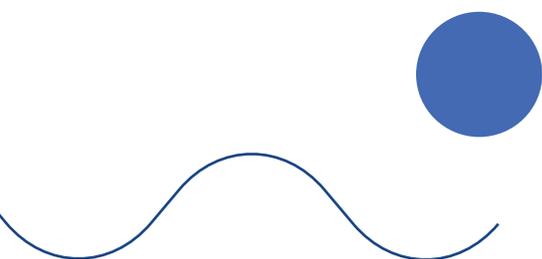
A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é a seguinte:

2021					
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REVERSÕES	UTILIZAÇÕES	SALDO FINAL
Mercadorias	39.451,04	1.048,94	(3.832,70)	-	36.667,28
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	16.204,14	20.507,34	(16.204,14)	-	20.507,34
	55.655,18	21.556,28	(20.036,84)	-	57.174,62

2020					
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REVERSÕES	UTILIZAÇÕES	SALDO FINAL
Mercadorias	29.929,29	28.051,62	(18.529,87)	-	39.451,04
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	11.267,46	16.204,14	(11.267,46)	-	16.204,14
	41.196,75	44.255,76	(29.797,33)	-	55.655,18

A imparidade anual incide sobre o conjunto de materiais de consumo que se encontram armazenados nos serviços centrais e que se destinam a ser consumidos nos diferentes estabelecimentos da empresa.

As perdas por imparidade de inventários de mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no montante de 57.174,62 Euros, bem como as reversões no montante de 55.655,18 Euros, foram registadas na rubrica de "Imparidade de inventários".



3.13. RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é detalhado conforme se segue:

	2021	2020
Venda de bens	1.597.356,42	1.338.530,97
Prestação de serviços	28.031.100,13	24.207.551,25
Juros obtidos (Nota 11)	23.010,67	6.738,07
	29.651.467,22	25.552.820,29

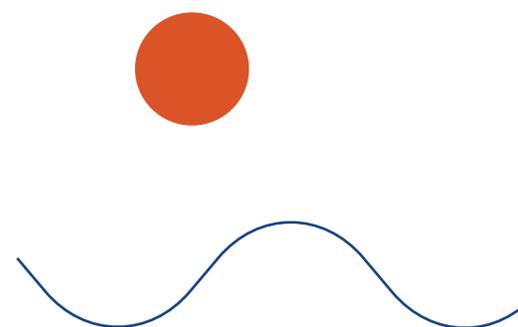
O montante dos juros obtidos refere-se apenas aos juros recebidos e que se estima receber.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a rubrica "Vendas e serviços prestados" apresentava a seguinte composição:

	2021	2020
Venda de gelo	1.403.933,15	1.097.430,28
Venda de combustíveis	143.937,67	192.339,83
Venda de aprestos de pesca	12.484,26	14.365,62
Venda de lubrificantes	7.926,80	7.120,50
Venda de baterias	1.456,30	1.505,36
Venda de comandos	27.172,02	25.600,07
Venda de embalagens	446,22	169,31
Outros serviços prestados:		
Serviço de 1º. Venda de pescado	19.284.583,76	15.768.045,34
Serviços dos portos de pesca	5.002.350,93	4.742.860,85
Gestão dominial	2.184.799,98	2.156.148,38
Serviços de Náutica de Recreio e Marítimo-Turísticas	1.272.558,05	1.241.488,70
Outros	286.807,41	299.007,98
	29.628.456,55	25.546.082,22

A Docapesca não efetua vendas nem presta serviços para o mercado externo.

Na rubrica de Prestações de Serviços da primeira venda de pescado estão registados os valores das taxas de primeira venda de pescado cobradas pela Docapesca sobre o valor transacionado em lota.



3.14. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

3.14.1 Provisões

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 é apresentada nos quadros seguintes:

2021						
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REVERSÕES	UTILIZAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS / REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
Para compromissos assumidos - IPTM	63.282,25	-	-	-	-	63.282,25
Para processo judicial - APVC	96.725,56	-	-	-	-	96.725,56
Para processo judicial - San Jose	290.000,00	-	-	-	-	290.000,00
Para processo judicial - Grupo Lena	238.042,83	-	-	-	-	238.042,83
Para riscos e encargos - Travel Lift - Portimão	54.004,80	-	-	-	-	54.004,80
Para imposto municipal sobre imóveis	348.375,00	-	-	-	-	348.375,00
Para impugnação de taxas cobradas	76.689,13	165.418,96	(14.340,26)	-	-	227.767,83
Para acidentes de embarcações	-	7.820,56	-	-	-	7.820,56
Para indenizações a pagar	-	3.900,00	-	-	-	3.900,00
	1.167.119,57	177.139,52	(14.340,26)	-	-	1.329.918,83

2020						
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REVERSÕES	UTILIZAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS / REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
Para compromissos assumidos - IPTM	63.282,25	-	-	-	-	63.282,25
Para processo judicial - APVC	96.725,56	-	-	-	-	96.725,56
Para processo judicial - San Jose	290.000,00	-	-	-	-	290.000,00
Para processo judicial - Grupo Lena	238.042,83	-	-	-	-	238.042,83
Para riscos e encargos - Travel Lift - Portimão	54.004,80	-	-	-	-	54.004,80
Para imposto municipal sobre imóveis	348.375,00	-	-	-	-	348.375,00
Para impugnação de taxas cobradas	-	76.689,13	-	-	-	76.689,13
	1.090.430,44	76.689,13	-	-	-	1.167.119,57



Provisões para responsabilidades assumidas

1. Foi constituída em 2016 uma provisão no montante de 63.282,25 Euros para fazer face à possibilidade de a Docapesca ser obrigada ao pagamento de uma verba reclamada pelo IMT (Instituto da Mobilidade e Transportes), e que se relaciona com o pagamento dos salários e encargos aos trabalhadores do IPTM no período de dois meses imediatamente anteriores à sua transição, por acordo de cedência de interesse público, para a Docapesca.
2. Foi constituída em 2016 uma provisão no montante de 96.725,56 Euros para fazer face à possibilidade de a Docapesca ser obrigada ao pagamento de uma verba reclamada pela AT em Processo de execução fiscal por uma dívida de 2000 a 2004, reclamada inicialmente pelo IPTM em 2008, e que se anulou por confusão entre o devedor e o credor (fusão por incorporação do IPTM na Docapesca) mas que o tribunal entendeu ser devida à Administração do Porto de Viana do Castelo. A Docapesca já apresentou impugnação judicial junto do Tribunal Tributário de Lisboa.

Provisão para riscos e encargos

Foram constituídas em 2015 provisões para o eventual pagamento de indemnizações na sequência de um sinistro ocorrido com o *Travel Lift* de Portimão (risco avaliado em 54.004,80 Euros), que se mantém em 2021.

Foram constituídas em 2020 provisões para o eventual pagamento na sequência de impugnação de taxas cobradas por dois clientes:

1. Cliente Marcelina Maria da Conceição de Sousa: Processo nº 182/17.2BELLE Unidade Orgânica 2, Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé. A impugnante deduziu impugnação judicial do ato de liquidação e cobrança de taxa devida pela ocupação do domínio público marítimo do apoio de praia simples denominado "Borda d'Água", relativo ao ano 2016, emitido pela Docapesca, no valor de € 6.974,10 (seis mil novecentos e setenta e quatro Euros e dez cêntimos). No dia 1 de abril de 2020 foi proferida sentença que julgou a ação procedente, declarando a anulação do ato de liquidação por vício de violação da lei, consubstanciado em erro nos pressupostos de direito. A Docapesca apresentou em tempo e modo próprio o competente recurso, mas constituiu provisão para este processo, e também para as verbas faturas em anos posteriores ao mesmo cliente, num total de € 35.304,45 euros.

Em 2021 foi revertida parte desta provisão (6.601,65 Euros), correspondente ao IVA incluído na faturação (por ser recuperável) e acrescida mais uma anuidade (5.858,10 Euros).

2. Cliente O Farol – Cervejaria Bar, Lda.: Processo nº 183/17.2BELLE Unidade Orgânica 2, Tribunal

Administrativo e Fiscal de Loulé. A impugnante deduziu impugnação judicial do ato de liquidação e cobrança de taxa devida pela ocupação do domínio público marítimo do apoio de praia denominado "O Farol", relativo ao ano 2016, emitido pela Docapesca, no valor de € 8.175,20 (oito mil cento e setenta e cinco Euros e vinte cêntimos). No dia 1 de abril de 2020 foi proferida sentença que julgou a ação procedente, declarando a anulação do ato de liquidação por vício de violação da lei, consubstanciado em erro nos pressupostos de direito. A Docapesca apresentou em tempo e modo próprio o competente recurso, mas constituiu provisão para este processo, e também para as verbas faturas em anos posteriores ao mesmo cliente, num total de € 41.384,68 euros.

Em 2021 foi revertida parte desta provisão (7.738,61 Euros), correspondente ao IVA incluído na faturação (por ser recuperável) e acrescida mais uma anuidade (6.867,00 euros).

3. Cliente Sagritur – Sociedade Agro-Turística, Lda.: Processo nº 165/20.5BELLE – Unidade Orgânica 2, Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra. A impugnante discute se o prédio em causa se encontra dentro do limite do Domínio Público Marítimo. Já foi intentada a competente ação de reconhecimento de propriedade privada. Valor: 135.156,05 Euros.
4. Cliente Condomínio do Edifício Marquês e outros - Processo nº 373/20.9BELRA Unidade Orgânica 2, Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria. A Docapesca foi notificada da impugnação judicial e apresentou contestação. A ação foi apresentada na sequência de indeferimento expresso da reclamação graciosa deduzida contra os atos de liquidação da taxa de ocupação liquidada entre 1991 2019. Valor: 11.004,71 Euros.
5. Cliente Condomínio Infante II - Processo nº 1259/19.5BELRA Unidade Orgânica 2, Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria. O reclamante deduziu oposição ao processo executivo para cobrança da taxa de utilização do Domínio Público Marítimo correspondente ao ano de 2019. Valor: 6.533,10 Euros).
6. Carlos Alberto Torres Sampaio - Processos nº 45/20.4TNLSB, Tribunal Marítimo de Lisboa. Na sequência de um acidente que a sua embarcação sofreu (alegadamente por causa do mau estado em que se encontravam os cunhos de amarração das embarcações no porto de pesca de Vila Praia de Âncora), o autor vem pedir uma indemnização que inclui a reparação da embarcação e a privação do uso da mesma. Realizou-se audiência prévia e, em 13-12-2021, a audiência de julgamento. Aguarda-se sentença. Valor: 7.820,56 Euros.
7. Jaime Gabriel Passos de Sá - Processo nº 2853/21.0T8VCT, Juízo do Trabalho do Tribunal Judicial da Comarca de Viana do Castelo. Na sequência do despedimento do trabalhador, o mesmo alegou pela ilicitude do mesmo sendo previsível o pagamento de uma indemnização, bem como a reintegração do trabalhador. Valor: 3.900,00 Euros.

Provisão para Imposto Municipal sobre imóveis

Foi constituída em 2015 uma provisão para fazer face ao pagamento do IMI sobre os edifícios construídos pela Docapesca nos terrenos do Porto de pesca de Matosinhos, na sequência de um pedido da AT para a entrega dos elementos que discriminam esses mesmos edifícios, com data limite de novembro de 2015.

A provisão foi calculada tomando por base o valor de aquisição dos referidos edifícios e a possibilidade de serem exigidos os 4 últimos anos.

Em 2016, a provisão foi reforçada com idêntico cálculo sobre os bens construídos pela Docapesca nos restantes portos de pesca, de acordo com o registo no ativo fixo tangível da Docapesca e apresenta o valor de 348.375,00 Euros.

Provisões transitadas do ex-IPTM

Foi contabilizada em 2015 uma dívida a pagar, provisionada pelo ex-IPTM, relativa à Construtora San José, no montante de € 290.000,00 Euros, com contrapartida em capital próprio (integração de saldos).

Em 2017, foi esse montante transferido para a conta de provisões, por transferência da conta original, sem impacto em custos do exercício.

Da mesma forma, foi contabilizada, em 2017, uma provisão para o eventual pagamento às empresas Lena – Engenharia e construções, S.A. e Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A. do montante de € 238.042,83, também com contrapartida em capital próprio (integração de saldos).



15. SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Subsídios ao investimento não reembolsáveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Empresa beneficiou dos seguintes subsídios:

SUBSÍDIO	2021				
	MONTANTE TOTAL	MONTANTE LÍQUIDO RECEBIDO	MONTANTE POR RECEBER	RÉDITO DO PERÍODO	RÉDITO ACUMULADO
Ativos tangíveis e intangíveis	26.941.202,95	1.834.855,71	-	1.177.116,88	22.118.083,48
Ativos tangíveis abatidos	255.761,00		-	3.481,93	-
	27.196.963,95	1.834.855,71	-	1.180.598,81	22.118.083,48

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a empresa reconheceu o montante de 1.834.855,71 Euros como subsídios ao investimento.

O ganho do período relativamente ao reconhecimento de subsídios, no montante de 1.180.598,81 Euros (1.179.355,86 Euros em 31 de dezembro de 2020), foi registado na demonstração dos resultados na rubrica de Outros rendimentos (Nota 25).

Em 31 de dezembro de 2021, a Docapesca reconheceu ajustamentos aos subsídios recebidos e a receber, no montante de 2.052.745,82 Euros, considerando uma taxa de imposto sobre o rendimento de 21% e derrama de 1,5% (Nota 17).

2021		
SUBSÍDIO	OUTRAS VARIACÕES CAPITAL PRÓPRIO	OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR (AJUSTAMENTOS)
Subsídios relacionados com ativos:		
Ativos tangíveis e intangíveis	7.070.568,96	(2.052.745,82)

2020		
SUBSÍDIO	OUTRAS VARIACÕES CAPITAL PRÓPRIO	OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR (AJUSTAMENTOS)
Subsídios relacionados com ativos:		
Ativos tangíveis e intangíveis	6.563.519,87	(1.905.538,01)

Subsídios à exploração

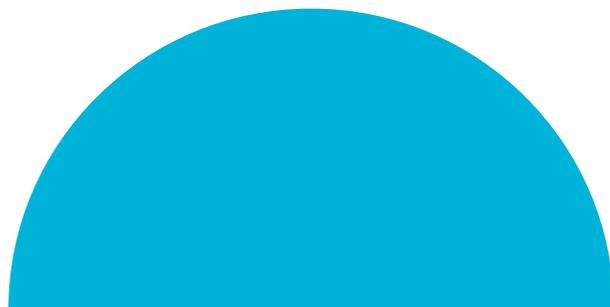
A Docapesca registou, durante o exercício de 2021, recebimentos de subsídios relacionados com projetos afetos à sua atividade comercial. Foi registado nas contas de "Subsídios à Exploração" o montante total de 65.295,66 Euros, relativos a projetos de divulgação.

3.16. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 17 de fevereiro de 2022. Contudo, estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor.

O atual contexto internacional (quer ao nível da pandemia, quer da situação de conflito armado no leste europeu), não nos permite ainda aferir quais os impactos, e respetiva dimensão, que se vão sentir na economia nacional e, consequentemente, na empresa. Poder-se-ão sentir os efeitos nos custos de energia elétrica e no aumento do custo dos bens e serviços e das empreitadas.

Contudo, apesar do grau de incerteza, o Conselho de Administração da Docapesca considera que não está colocada em causa continuidade da atividade da empresa.



3.17. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO E IMPOSTOS DIFERIDOS

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2018 a 2021 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

O gasto com impostos sobre o rendimento, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, é detalhado conforme se segue:

	2021	2020
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do período - IRC	816.381,33	249.034,32
Ajustamentos ao IRC de períodos anteriores	-	12.994,89
Ajustamentos ao IRC de períodos anteriores - Derrama Estadual	-	1.856,41
Ajustamentos ao IRC de períodos anteriores - Derrama Municipal	-	928,20
Ajustamentos ao IRC de períodos anteriores - Trib. Autónoma	-	2.033,49
Imposto s/ o rendimento Exercício - Derrama Municipal	58.312,95	17.788,17
Imposto s/ o rendimento Exercício - Derrama Estadual	71.625,90	-
Imposto s/ o rendimento Exercício - Tributação Autónoma	26.019,12	20.815,15
	972.339,30	305.450,63

Impostos diferidos:

Impostos diferidos relacionados com a origem/ reversão de diferenças temporárias	49.348,97	65.035,94
	49.348,97	65.035,94
Gasto com impostos sobre o rendimento	1.021.688,27	370.486,57

	2021	2020
Resultado antes de imposto	3.686.375,87	1.521.214,88
Diferenças permanentes	184.097,09	(226.551,06)
Diferenças temporárias	17.057,19	(108.786,10)
Lucro tributável	3.887.530,15	1.185.877,72
IRC - Coleta	816.381,33	249.034,32
Derrama Municipal	58.312,95	17.788,17
Derrama Estadual	71.625,90	-
Tributação Autónoma	26.019,12	20.815,15
IRC a pagar	972.339,30	287.637,64
	972.339,30	305.450,63

Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 foi como se segue:

	2021		2020	
	ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS
Saldo inicial	584.344,86	-	649.380,80	-
Subsídios reconhecidos no ano				
Provisão para Processos Judiciais				
Anulação	-	-		
Plano de Benefícios de Reforma				
Constituição				
Utilização	(49.348,97)		(65.035,94)	
	(49.348,97)	-	(65.035,94)	-
Saldo final	534.995,89	-	584.344,86	-

O detalhe final dos saldos de impostos diferidos é o seguinte:

	2021	2020
Ativos por impostos diferidos	534.995,89	584.344,86
Plano de Pensões	534.995,89	584.344,86
Processos Judiciais	-	-

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Docapesca mantém registo de Ativos por Impostos Diferidos no montante de 534.995,89 Euros.

Nos termos da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, o período de reporte dos prejuízos fiscais foi alargado para doze anos, tendo a Empresa decidido registar os Ativos por impostos diferidos relativos ao pagamento futuro dos complementos de pensões decididos ao abrigo do plano de benefícios em vigor na empresa (ver nota 19).

Processos em execução fiscal

Liquidação adicional de IVA

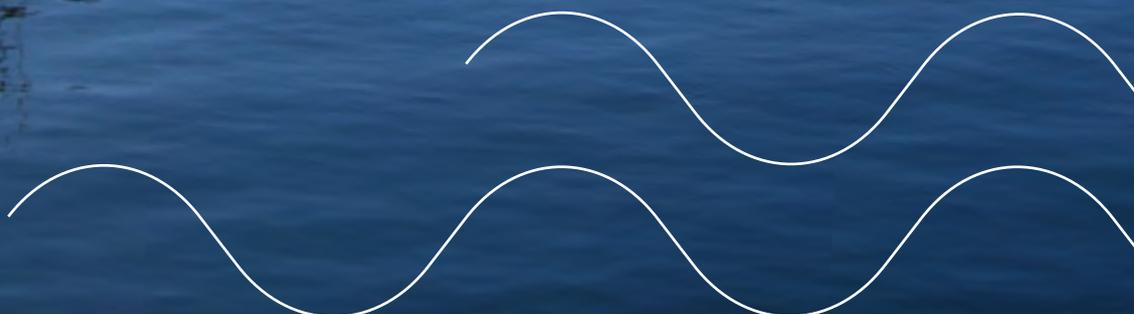
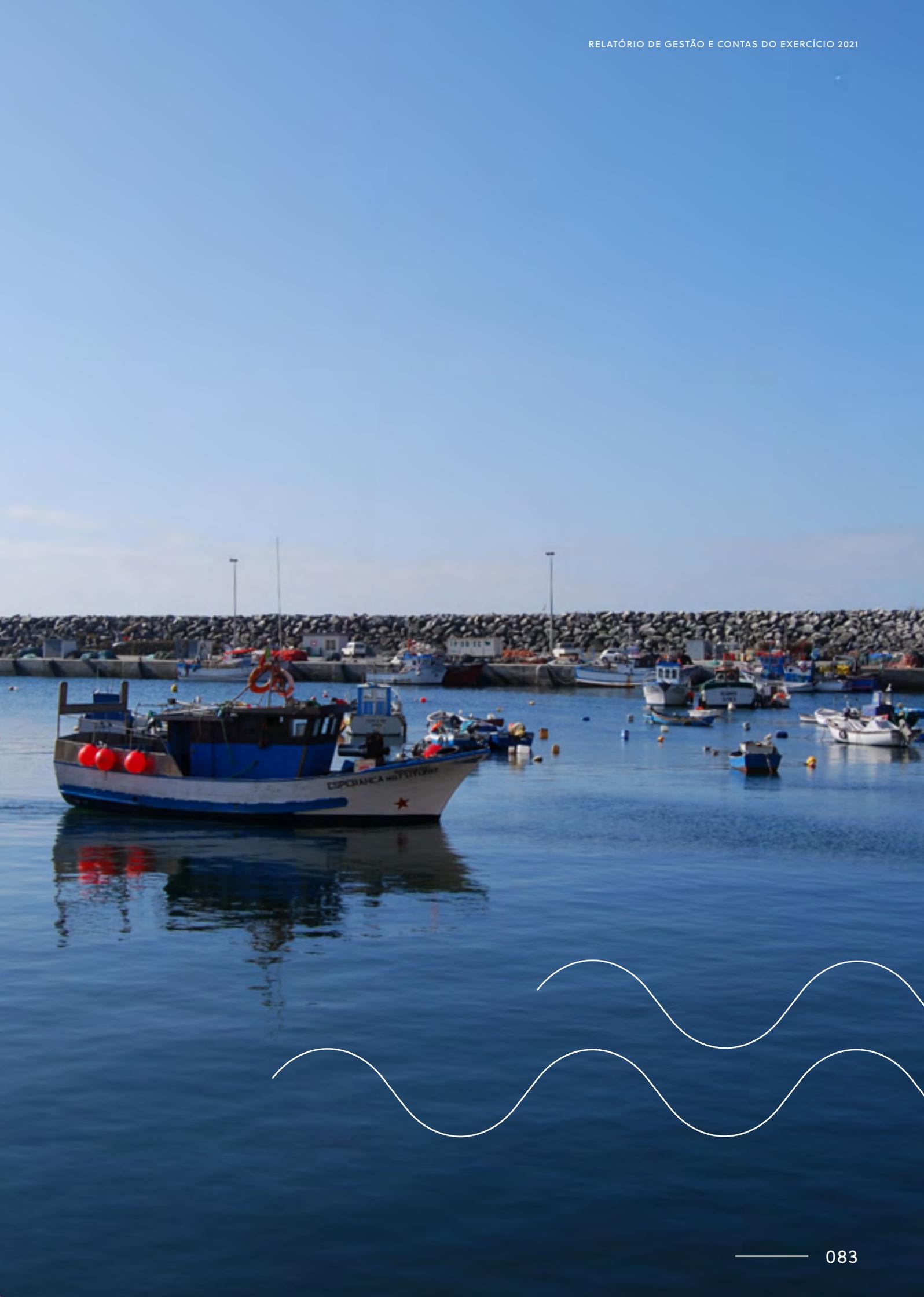
Foi requerida a suspensão da execução fiscal relacionada com a liquidação adicional de IVA efetuada pela Direção-Geral de Impostos em 2002. Esta liquidação foi reclamada, tendo sido apresentada uma garantia bancária à Entidade acima referida, no montante de 591.279,43 Euros, destinada à suspensão da execução fiscal. Este processo encontra-se pendente no Tribunal Central Administrativo. A provisão constituída para o eventual pagamento deste montante foi reduzida para 354.273,41 Euros, na sequência do perdão de juros comunicado pela Direção-Geral de Contribuições e Impostos, estando pendente a resolução final, quer quanto à matéria, quer relativamente ao valor da própria dívida, caso se conclua devida.

Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 151-A/2013, de 31 de outubro, e com o objetivo de beneficiar do regime de perdão fiscal proporcionado, a Docapesca decidiu pelo pagamento do montante em dívida, tendo para o efeito utilizado a provisão constituída. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 registou-se um ganho de 4.784,87 Euros na conta própria de reversões, devido ao perdão das custas do processo, que se encontravam igualmente provisionadas. A Garantia Bancária foi cancelada.

A Empresa não abdicou, no entanto, da reclamação apresentada.

Autoridade Tributária e Aduaneira

Foi apresentada uma reclamação graciosa do ato de liquidação de dívida aduaneira, no montante de 138.854,75 Euros, acrescido de custas processuais. Esta reclamação respeitava ao processo interposto por aquela autoridade à Docapesca, processo esse que aponta três irregularidades nos procedimentos de venda de combustível e que resultou de uma ação inspetiva levada a cabo pela Divisão Operacional do Sul da Direção de Serviços Antifraude Aduaneira. As três irregularidades são: incorreto registo contabilístico das existências (combustíveis), não cumprimento dos pressupostos de venda de gasóleo colorido e marcado e diferença nas quantidades entre o faturado e o registado nos terminais POS/TPA. Na sequência da reclamação, foi indeferido o pedido de anulação ao ato de liquidação da dívida aduaneira deduzido na reclamação graciosa apresentada. Foi efetuado o pedido de impugnação judicial do processo, que se encontra em apreciação no Tribunal Tributário de 1.ª Instância de Lisboa.



A Docapesca efetuou em 2016, o pagamento do montante reclamado, ao abrigo do programa PERES, não abdicando de prosseguir com o pedido de impugnação judicial junto do Tribunal Tributário de Lisboa.

3.18. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Clientes e outros créditos a receber

A antiguidade do saldo da rubrica “Clientes”, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, é detalhada conforme segue:

	2021			2020		
	QUANTIA BRUTA	IMPARIDADE ACUMULADA	QUANTIA ESCRITURADA LÍQUIDA	QUANTIA BRUTA	IMPARIDADE ACUMULADA	QUANTIA ESCRITURADA LÍQUIDA
Não vencido	685.197,74	-	685.197,74	2.061.188,03	-	2.061.188,03
Vencido:						
0-90 dias	1.005.996,92	(39.526,07)	966.470,85	1.133.978,90	(61.275,48)	1.072.703,42
90-180 dias	328.344,96	(82.816,00)	245.528,96	626.242,13	(261.574,96)	364.667,17
180-360 dias	398.213,99	(197.626,00)	200.587,99	192.888,19	(192.888,19)	-
> 360 dias	6.215.454,26	(5.329.561,86)	885.892,40	5.592.806,47	(5.592.806,47)	-
	8.633.207,87	(5.649.529,93)	2.983.677,94	9.607.103,72	(6.108.545,10)	3.498.558,62

Os saldos de 2021 refletem uma operação de *Write Off* nas contas de alguns clientes, que resulta das recomendações emitidas pela Inspeção Geral de Finanças no decurso de uma ação inspetiva.

A Docapesca iniciou um procedimento de revisão exaustiva dos créditos registados como de cobrança duvidosa, de clientes e outros devedores, sobre os quais se encontravam registadas imparidades de igual montante.

Foram selecionados nesta fase os créditos sem qualquer possibilidade de ação futura, por não haver informação relevante em processo físico, por não ser o devedor reconhecível por falta de informação ou por encerramento da atividade/dissolução do devedor.

Foram anuladas as dívidas consideradas de cobrança duvidosa de 191 clientes e devedores, no montante de 2.425.820,03 Euros, que se dividem em 657.825,64 Euros de créditos de clientes e 1.767.994,39 Euros de outros devedores.

O montante relativo a “Clientes” – não vencido está acrescido em 2.592,86 Euros, correspondentes a cheques em carteira à data de 31 de dezembro de 2021 e depositados no dia útil seguinte (Nota 5).

As dívidas de clientes com mais de 360 dias que não foram objeto de perda por imparidade correspondem à faturação de clientes que ainda se encontram a pagar as dívidas integradas do IPTM (anteriores a junho de 2014), assim como às dívidas de clientes com acordo de pagamento em cumprimento e ainda ao conjunto da faturação de pequeno montante dirigida a um número significativo de clientes que se encontra em análise por diversas reclamações, não se tendo dado ainda início à sua cobrança. Entendemos, contudo, que estes montantes serão realizados no decurso do próximo exercício, pelo que não foi registada qualquer perda por imparidade.

Apesar de não ter sido ainda integrado na contabilidade da Docapesca todo o conjunto de faturação em aberto produzida pelo IPTM (através da aplicação informática SIGPOR), verificou-se por parte de vários clientes o pagamento à Docapesca de montantes não faturados pela Docapesca.

Assim, foi já integrado o montante total de 1.915.109,88 Euros, correspondente aos recebimentos até 31 de dezembro de 2021.

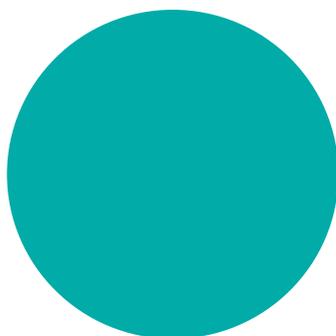
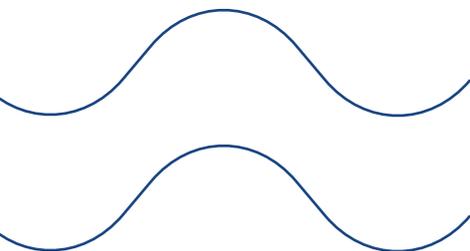
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os "Outros créditos a receber" da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	2021			2020		
	QUANTIA BRUTA	IMPARIDADE ACUMULADA	QUANTIA ESCRITURADA LÍQUIDA	QUANTIA BRUTA	IMPARIDADE ACUMULADA	QUANTIA ESCRITURADA LÍQUIDA
Correntes:						
Outros devedores						
Compradores - guias	8.355.029,58	-	8.355.029,58	3.976.044,24	-	3.976.044,24
Devedores duvidosos	1.034.276,44	(1.034.276,44)	-	2.795.273,63	(2.795.273,63)	-
Devedores diversos	1.183.669,47	(10.000,00)	1.173.669,47	930.887,58	(10.000,00)	920.887,58
Subsídios à Exploração a receber (nota 14)	-	-	-	180.694,46	-	180.694,46
Outros	96.081,51	(6.087,40)	89.994,11	69.689,20	(6.087,40)	63.601,80
	10.669.057,00	(1.050.363,84)	9.618.693,16	7.952.589,11	(2.811.361,03)	5.141.228,08
Acréscimos de proveitos						
Outros	382.742,88	-	382.742,88	232.932,09	-	232.932,09
	382.742,88	-	382.742,88	232.932,09	-	232.932,09
	11.051.799,88	(1.050.363,84)	10.001.436,04	8.185.521,20	(2.811.361,03)	5.374.160,17

Ao montante relativo a "Compradores – Guias" foram acrescidos 85.460,65 Euros, correspondentes a cheques em carteira à data de 31 de dezembro de 2021, depositados no dia útil seguinte (Nota 5).

A antiguidade do saldo da rubrica "Compradores - Guias" e "Devedores Duvidosos", em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, é detalhada conforme segue:

	2021			2020		
	QUANTIA BRUTA	IMPARIDADE ACUMULADA	QUANTIA ESCRITURADA LÍQUIDA	QUANTIA BRUTA	IMPARIDADE ACUMULADA	QUANTIA ESCRITURADA LÍQUIDA
Não vencido	4.362.149,08	-	4.362.149,08	1.542.658,92	-	1.542.658,92
Vencido:						
0-90 dias	3.820.380,25	-	3.820.380,25	2.210.236,02	-	2.210.236,02
90-180 dias	26.724,25	-	26.724,25	124.680,06	-	124.680,06
180-360 dias	12.852,68	-	12.852,68	30.628,35	-	30.628,35
> 360 dias	1.167.199,76	(1.034.276,44)	132.923,32	2.863.114,52	(2.795.273,63)	67.840,89
	9.389.306,02	(1.034.276,44)	8.355.029,58	6.771.317,87	(2.795.273,63)	3.976.044,24



Para além do processo de *Write Off* já referido, foi reconhecida, no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, uma perda em imparidades líquidas de reversões (dívidas recebidas ou anuladas) no montante de 231.914,55 Euros (ganho de 70.544,93 Euros em 2020), as quais se encontram registadas na rubrica de "Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)" conforme quadro seguinte:

2021			
	AUMENTOS	REVERSÕES	SALDO
Clientes	683.875,29	(451.323,21)	232.552,08
Outros devedores	1.466,86	(2.104,39)	(637,53)
	685.342,15	(453.427,60)	231.914,55

2020			
	AUMENTOS	REVERSÕES	SALDO
Clientes	373.929,17	(353.884,77)	20.044,40
Outros devedores	23.066,64	(113.655,97)	(90.589,33)
	396.995,81	(467.540,74)	(70.544,93)

As dívidas de clientes e de compradores de pescado estão parcialmente acauteladas através de garantias prestadas a favor da Docapesca e de Cauções em Numerário. Em 31 de dezembro de 2021, estavam na posse da Docapesca 638 Garantias Bancárias, no valor de 13.374.914,46 Euros e Cauções em Numerário no valor total de 2.309.210,91 Euros.

	2021	2020
Garantias bancárias	13.374.914,46	12.165.543,18
Cauções em numerário	2.309.210,91	2.170.284,48
	15.684.125,37	14.335.827,66

Existem também, prestadas por fornecedores, garantias destinadas a dar cobertura, quer a adiantamentos com adjudicações, quer à execução das obras efetuadas, distribuídas do seguinte modo:

	2021		2020	
	DOCAPESCA	EX-IPTM	DOCAPESCA	EX-IPTM
Garantias bancárias	2.201.102,21	326.093,17	1.561.507,79	326.093,17
Garantias prestadas por soc. garantia mútua	61.897,79	-	77.586,68	-
Seguros de caução	259.506,62	53.687,36	128.985,68	53.687,36
Depósitos bancários para retenção garantias	188.967,21	97.112,96	108.661,26	97.112,96
Retenção para reforço de garantia				
Fornecedores correntes	2.829,28	-	21.395,14	-
Fornecedores de investimento	258.951,81	-	273.782,96	-
	2.973.254,92	476.893,49	2.171.919,51	476.893,49

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são detalhados conforme se segue:

	2021				2020		
	ENTIDADE FINANCIADORA	LIMITE	MONTANTE UTILIZADO		MONTANTE UTILIZADO		
			CORRENTE	NÃO CORRENTE	LIMITE	CORRENTE	NÃO CORRENTE
Outros empréstimos obtidos:							
Descoberto bancário	Millenium BCP	1.250.000,00	-	-	1.250.000,00	-	-
		1.250.000,00	-	-	1.250.000,00	-	-

Todos os financiamentos estão expressos em Euros.

Durante o exercício de 2021 não houve endividamento.

PERÍODO	TAXA MÉDIA ANUAL DE FINANCIAMENTO	ENCARGOS FINANCEIROS SUPORTADOS	COMISSÕES SOBRE AS LINHAS DE CRÉDITO	FINANCIAMENTO MÉDIO
2005	3,72%	85.410	14.801	2.298.395
2006	4,14%	130.600	6.808	3.156.540
2007	4,99%	269.831	7.059	5.402.702
2008	5,38%	254.023	7.025	4.717.840
2009	3,53%	145.626	11.411	4.129.719
2010	3,00%	118.246	11.429	3.921.391
2011	3,65%	97.409	18.514	2.634.530
2012	4,09%	41.682	34.184	1.018.977
2013	2,66%	15.037	30.386	508.089
2014	1,87%	4.157	19.246	148.193
2015	2,56%	116	5.865	6.911
2016	2,50%	1.517	2.604	60.693
2017	2,50%	49	3.125	-
2018	2,50%	-	3.125	-
2019	2,50%	-	3.125	-
2020	2,50%	-	3.125	-
2021	2,50%	-	3.125	-

A taxa média anual de financiamento apresentada corresponde ao indexante + spread + imposto de selo.

A conta caucionada foi garantida por subscrição de livrança em branco com convenção de preenchimento.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a rubrica de "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:

	2021	2020
Fornecedores, conta corrente:		
Não vencido	1.233.412,43	591.977,64
0-90 dias	332.306,29	249.392,37
90-180 dias	-	-
180-210 dias	-	-
> 210 dias	-	-
	1.565.718,72	841.370,01
Fornecedores por retenções	2.829,28	21.395,14
Fornecedores, fat. em receção e conferência	97,77	865,87
	1.568.645,77	863.631,02

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 a rubrica de "Outras dívidas a pagar" apresentava a seguinte composição:

	2021	2020
Outras dívidas a pagar (não corrente):	2.052.745,82	1.905.538,01
Ajustamentos a subsídios	2.052.745,82	1.905.538,01
Outras dívidas a pagar (corrente):	12.226.720,87	10.467.105,44
Cativações a armadores	2.928.087,94	2.113.624,45
Cauções	2.376.168,30	2.250.438,90
Armadores - marés	1.248.942,43	773.833,52
Reserva pessoal dos armadores	1.200.173,77	982.556,38
Armadores - Segurança Social	6.244,69	6.261,08
Fornecedores de imobilizado	1.121.333,39	1.233.559,12
IFAP - Subsídios processados em excesso	91.825,81	95.024,50
APA - acordo a recuperar com dragagens	550.662,57	550.662,57
Outros	513.867,55	421.410,40
Acréscimos de gastos		
- Férias a liquidar	1.666.663,66	1.488.735,50
- Água	68.889,25	48.671,95
- Electricidade	109.923,88	149.450,04
- Vigilância e Segurança	52.760,17	84.235,80
- Limpeza	39.918,64	18.866,36
- Serviços dos Postos de Vendagem	79.477,18	59.863,15
- Descontos em Serviços da Lota	12.113,26	10.729,60
- Imposto Municipal sobre Imóveis	30.803,32	29.356,92
- Transporte de Pescado	2.976,03	6.448,04
- Diversos	125.889,03	143.377,16

Os montantes referentes a reserva pessoal dos armadores e pagamento de marés têm exigibilidade imediata.

3.19. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

A Empresa assumiu o compromisso de conceder, aos empregados, prestações pecuniárias, para os seguintes benefícios:

- Pensões de reforma por velhice ou invalidez;
- Prémio de reforma por velhice ou invalidez;
- Subsídio de morte;
- Pensão de sobrevivência.

O plano de benefícios definidos da Docapesca está dividido em duas partes, havendo um fundo constituído, gerido por uma entidade gestora de fundos de pensões, para a cobertura parcial dos complementos de pensão de reforma por velhice ou invalidez, estando as restantes responsabilidades a cargo da própria Empresa.

Breve descrição do plano de benefício definidos:

Pensões de reforma

Elegibilidade: todos os trabalhadores da Empresa admitidos até 30 de junho de 2001.

Idade normal de reforma: 66 anos para os homens e para as mulheres.

Número de pagamentos: 13 vezes ao ano.

A Docapesca revogou a disposição que atribuía o 14.º mês aos beneficiários dos complementos de pensão, com efeito a partir do ano de 2012. Em 2011, a Empresa suspendeu o pagamento do 14.º mês.

Salário pensionável líquido: último salário mensal recebido no ativo, excluindo as remunerações de caráter variável, líquido de TSU e IRS.

Pensão de reforma por velhice ou invalidez

$$PD = B \times SPL - PSS - PF$$

$$\text{Max PD} = SPB - PSS$$

Em que:

PD = pensão de reforma mensal DOCAPESCA

SPL = salário pensionável líquido

PSS = pensão mensal a cargo da Segurança Social

PF = pensão a cargo do Fundo de Pensões

SPB = salário pensionável bruto

B = % benefício em função dos anos de serviço (tabela I)

ANTIGUIDADE	% DE BENEFÍCIO
>= 30	100%
>= 25 e < 30	90%
>= 20 e < 25	80%
< 20	75%

Atualização das pensões: O valor da pensão é recalculado anualmente (para pensões cujo valor na data da reforma é superior a zero), tendo por base a pensão da Segurança Social e o salário líquido que o reformado receberia se estivesse no ativo. Com esta atualização não poderá ser excedido o salário pensionável bruto auferido à data da reforma.

Fundo de pensões da Docapesca

Uma parcela das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência é suportada pelo Fundo de Pensões da Docapesca, tendo por base o atual clausulado do Contrato Constitutivo.

Salário pensionável líquido: último salário mensal recebido no ativo, excluindo as remunerações de caráter variável, líquido de TSU e IRS.

Pensão de reforma por velhice ou invalidez

$$PF = B \times SPL - PSS$$

$$\text{Max PF} = 100 \text{ Euros}$$

Em que:

PF = pensão de reforma mensal a cargo do Fundo

SPL = Salário pensionável líquido

PSS = calculada de acordo com o regime em vigor em 1993

Sobre os quais incidiram as contribuições para a Segurança Social.

N = anos de serviço com descontos para a Segurança Social

B = % benefício em função dos anos de serviço (Tabela I)

Número de pagamentos: 13 vezes ao ano.

Prémio de reforma

Os trabalhadores que passem à reforma por velhice ou invalidez ao serviço da Docapesca têm direito a um prémio calculado da seguinte forma:

NÚMERO DE ANOS DE SERVIÇO (N)	PRÉMIO DE VELHICE	PRÉMIO DE INVALIDEZ
N < 20	1 x salário mensal	---
20 <= 25 N < 25	2 x salário mensal	1 x salário mensal
25 <= 25 N < 30	3 x salário mensal	1 x salário mensal
30 <= 25 N < 35	6 x salário mensal	2 x salário mensal
35 < N	6 x salário mensal	3 x salário mensal

Idade normal de reforma: 66 anos para as mulheres e para os homens.

Salário mensal: último salário líquido mensal recebido no ativo, excluindo remunerações de caráter variável (RIM).

Nota: A Docapesca suspendeu os pagamentos referentes aos prémios de reforma atribuíveis de 2011 a 2016.

Subsídio por morte

Em caso de morte do trabalhador no ativo, ou na situação de reformado, a Docapesca pagará aos seus herdeiros o seguinte valor:

Morte no ativo	3 x salário mensal
Morte na reforma	3 x complemento mensal

O subsídio será atribuído pela seguinte ordem de prioridades a:

- Cónjuge sobrevivente, não separado judicialmente de pessoas e bens;
- Pessoa que viva com o trabalhador em situação análoga à de cónjuge, nos termos do art.º 2020.º do Código Civil;
- Filhos ou equiparados com direito ao Abono de Família.

Salário mensal: último salário líquido mensal recebido no ativo, excluindo remunerações de caráter variável (RIM).

Complemento mensal: último complemento de reforma mensal recebido pelo falecido, pago pela Empresa ou pelo Fundo.

Nota: A Docapesca suspendeu os pagamentos referentes aos subsídios por morte atribuíveis de 2011 a 2016.

Pensões de sobrevivência

Em caso de morte do trabalhador no ativo, a Docapesca pagará uma pensão de sobrevivência aos filhos do trabalhador, nas seguintes condições:

- Filhos menores
- Filhos até atingirem os 20 anos de idade

O valor da pensão de sobrevivência será indexado ao salário mínimo da Empresa e será distribuído da seguinte forma:

NÚMERO DE FILHOS	BENEFÍCIO
1 filho	35% x salário mínimo da empresa
2 filhos	55% x salário mínimo da empresa
3 ou mais filhos	75% x salário mínimo da empresa

Número de pagamentos: 12 vezes ao ano.

Atualização das pensões: de acordo com a revisão anual da tabela salarial.

Nota: A Docapesca suspendeu os pagamentos referentes às pensões de sobrevivência atribuíveis de 2011 a 2016.



Plano de pensões

A avaliação atuarial mais recente dos ativos do plano e do valor presente da obrigação de benefícios definidos foi efetuada em 31 de dezembro de 2021 pelo BPI Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA. O valor presente da obrigação de benefícios definidos e o custo dos serviços correntes e dos serviços passados relacionados foram mensurados através do método da unidade de crédito projetada.

Os principais pressupostos seguidos na avaliação atuarial atrás referida foram os seguintes, no pressuposto “Cenário de financiamento”:

	2021	2020
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de desconto	0,50%	0,70%
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%

Os principais pressupostos seguidos na avaliação atuarial atrás referida foram os seguintes, no pressuposto “Cenário contabilístico”:

	2021	2020
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de desconto	0,12%	0,00%
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica “Gastos com o pessoal”:

	2021	2020
Custo dos serviços correntes	9.198,00	9.689,00
Custo de juros	-	4.168,00
Rendimento esperado do Fundo	-	(518,00)
Perdas/(ganhos) atuariais reconhecidos	-	-
Revisão Atuarial	-	-
Cortes do plano /(ganhos)/ perdas reconhecidos	-	-
Total de gastos	9.198,00	13.339,00

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 foram reconhecidos, respetivamente, os montantes de 61.315,00 Euros e 107.136,00 de ganhos e perdas atuariais, em Capital Próprio.

O montante da responsabilidade associada aos planos de benefícios definidos em 31 de dezembro de 2021 é detalhado conforme se segue:

	ATIVOS	REFORMADOS	TOTAL
N.º de colaboradores	492	181	673

Valor presente da obrigação de benefícios definidos - com fundo	592	412.307	412.899
Justo valor dos ativos do fundo			349.964
Deficit do fundo			62.935

Valor presente da obrigação de benefícios definidos - sem fundo	1.313.267	1.001.559	2.314.826
---	-----------	-----------	------------------

Responsabilidade líquida de planos de benefícios definidos			2.377.761
--	--	--	------------------

Os movimentos no valor presente da obrigação de benefícios definidos – fora do fundo – nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 são descritos conforme se segue:

	2021	2020
Saldo inicial - obrigação de benefícios definidos	2.450.087,00	2.712.627,00
Custo dos serviços correntes	9.171,00	9.377,00
Custo de juros	-	3.425,00
Alterações no plano	-	-
(Ganhos)/perdas actuariais	47.973,00	(129.539,00)
Benefícios previstos	(161.215,00)	(175.536,00)
Alteração da taxa de desconto	(31.189,00)	29.733,00
Saldo final - obrigação de benefícios definidos	2.314.826,00	2.450.087,00

Os movimentos no justo valor dos ativos do plano nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 são descritos a seguir:

	2021	2020
Saldo inicial - justo valor dos activos do fundo	348.370	447.259
Retorno real dos activos do fundo	136	(2.460)
Contribuições para o fundo	78.950	-
Benefícios pagos	(77.492)	(96.429)
Saldo final - justo valor dos activos do fundo	349.964	348.370

O retorno real dos ativos do fundo foi de 136,00 Euros em 31 de dezembro de 2021 (negativo em 2.460,00 Euros em 2020).

O mínimo de financiamento exigido pelo ISP, calculado de acordo com a Norma n.º 21/96-R., de 5 de dezembro, encontra-se assegurado em 99,7 %, com referência a 31 de dezembro de 2021.

Desta forma, as responsabilidades não se encontram financiadas.

Foi efetuada uma contribuição para o fundo no final de 2021, no montante de 30.261,00 Euros. O montante de 78.950,00 referida no mapa acima inclui também a entrega do montante de 48.689,00 Euros que, sendo relativa a 2020, foi efetuada em 2021.

A informação relativa à contabilização dos benefícios a cargo da Empresa e do fundo de pensões da Empresa, em conformidade com o disposto na NCRF 28, é detalhada conforme se segue:

	SEM FUNDO	COM FUNDO	SEM FUNDO	COM FUNDO
PERÍODO TERMINADO EM	31-12-2021	31-12-2021	31-12-2020	31-12-2020
A. Alterações nas responsabilidades				
Responsabilidades no início do período	2.450.087	544.062	2.712.627	620.770
Custo dos serviços correntes	9.171	28	9.377	312
Custo dos juros	-	-	3.425	743
(Ganhos) / perdas atuariais	47.973	(35.435)	(129.539)	17.557
Benefícios previstos	(161.215)	(93.376)	(175.536)	(98.715)
Alterações no plano	-	-	-	-
Alteração da taxa de desconto	(31.189)	(2.380)	29.733	3.394
Responsabilidades no final do período	2.314.826	412.899	2.450.087	544.062
B. Alterações no Fundo				
Valor do fundo no início do período	-	348.370	-	447.259
Rendimento esperado	-	-	-	518
Ganho/ (perda) de rendimento	-	136	-	(2.978)
Contribuições da empresa	259.582	78.950	360.834	-
Benefícios pagos	(259.582)	(77.492)	(360.834)	(96.429)
Valor do fundo no final do ano	-	349.964	-	348.370
C. Valores reconhecidos no balanço				
<i>Valores do Balanço</i>				
Responsabilidades	2.314.826	412.899	2.450.087	544.062
Fundo	-	349.964	-	348.370
Valor líquido das responsabilidades	2.314.826	62.935	2.450.087	195.692

	SEM FUNDO	COM FUNDO	SEM FUNDO	COM FUNDO
PERÍODO TERMINADO EM	31-12-2021	31-12-2021	31-12-2020	31-12-2020
D. Custo com pensões				
<i>Valores reconhecidos na demonstração de resultados</i>				
Custo dos serviços correntes	9.171	28	9.377	312
Custo dos juros	-	-	3.425	743
Rendimento esperado do fundo	-	-	-	(518)
Amortização dos (ganhos)/ perdas	-	-	-	-
Cortes do plano /(ganhos)/ perdas reconhecidos	-	-	-	-
Valor total reconhecido nos resultados	9.171	28	12.802	537
<i>Rendimento efetivo</i>				
Rendimento do fundo		136		(2.460)
Rendimento de reembolsos		-		-
<i>OCI: Reconhecimento imediato de ganhos e Perdas no Balanço</i>				
(Ganhos) / Perdas por reconhecer de exercícios anteriores	-	-	-	-
(Ganhos) / Perdas do exercício	115.150	(53.835)	85.493	21.643
(Ganho) / Perda atuarial	16.784	(37.815)	(99.805)	20.951
(Ganho) / Perda de rendimento	-	(136)	-	2.978
(Ganho) / Perda de benefícios	98.366	(15.884)	185.298	(2.286)
(Ganhos) / Perdas	115.150	(53.835)	85.493	21.643
E. Principais pressupostos				
<i>Na determinação das responsabilidades</i>				
Taxa de desconto	0,12%	0,12%	0,00%	0,00%
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
<i>Na determinação dos custos</i>				
Taxa de desconto	0,00%	0,00%	13,00%	13,00%
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
F. Activos do Fundo				
Ações		11,20%		11,10%
Obrigações Taxa Fixa		48,00%		42,90%
Obrigações Taxa Variável		30,20%		33,10%
Imobiliário		1,60%		1,90%
Retorno Absoluto		0,70%		8,00%
Liquidez		8,30%		10,10%
G. Histórico de (ganhos) / perdas				
<i>Diferença entre o rendimento esperado e efectivo</i>				
a. Em valor		(136)		2.978
b. Em percentagem dos ativos	n.a.	0,00%	n.a.	-0,09%
<i>Diferença entre as responsabilidades esperadas e efetivas</i>				
a. Em valor	16.784	(37.815)	(99.805)	20.951
b. Em percentagem das responsabilidades	0,7%	-9,20%	-4,1%	3,90%
H. Reconciliação balanço				
Activo / (Passivo) no início do período	(2.450.087)	(195.692)	(2.712.627)	(173.511)
Ganhos / (Perdas) reconhecidos	(115.150)	53.835	(85.493)	(21.643)
Custo com pensões	(9.171)	(28)	(12.802)	(537)
Contribuições da empresa	-	78.950	-	-
Benefícios pagos diretamente pela empresa	259.582	-	360.834	-
Activo / (passivo) reconhecido no final do período (1)+(2)+(3)-(4)-(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)+(11)	(2.314.826)	(62.935)	(2.450.087)	(195.692)

Nota: Foi cumprida a obrigação contida nos artigos 20.º e 25.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro, mediante o envio mensal à CGA do ficheiro contendo a indicação dos montantes dos complementos de pensão abonados pela Docapesca aos seus beneficiários. Esta obrigação foi cumprida através do BPI Pensões.

Nota referente ao PEC 2010 - 2013

O PEC 2010-2013 previa que os planos existentes que não se configurassem como sendo de “contribuição definida” fossem fechados à admissão de novos beneficiários. O Plano da Docapesca, não sendo de “contribuição definida”, encontra-se fechado a novas admissões desde 30 de junho de 2001.

O PEC 2010-2013 previa que se procedesse à sua adaptação (passagem de “benefício definido” para “contribuição definida”) mediante negociação, sem prejuízo do respeito pelos direitos adquiridos. A Docapesca procedeu a uma reformulação do seu plano de “benefícios definidos” em 2003, tendo reduzido consideravelmente o âmbito dos benefícios mediante a introdução do salário líquido de IRS e TSU em substituição do anterior referencial (salário ilíquido).

A constituição de um novo plano de pensões, aberto aos novos colaboradores, não está equacionada.

A Docapesca procedeu à revogação da atribuição do 14.º mês a todos os pensionistas com efeitos a partir de 2012. Esta alteração ao plano correspondeu a um ganho atuarial no ano de 2012 no montante de 360.546 Euros.

A Docapesca procedeu à suspensão do pagamento do prémio de reforma e do subsídio por morte a todos os trabalhadores que se reformaram ou faleceram desde 2011, bem como das pensões de sobrevivência atribuíveis. Estes pagamentos foram retomados em 2017.

3.20. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 as rubricas do ativo corrente e do passivo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	2021	2020
Diferimentos ativos		
Seguros diversos	24.837,45	79.918,71
Seguros de acidentes de trabalho	-	-
Dragagem de Aveiro	24.574,95	18.474,95
Manutenção de licenças (Software)	40.018,65	30.694,60
Renda do Edifício da Sede	21.617,84	21.525,16
Diversos custos diferidos	73.531,84	7.169,56
	184.580,73	157.782,98
Diferimentos passivos		
Débito juros a receber	522,44	8.750,26
Ced.Explor. Entrepasto Frigorífico Peniche	11.250,00	11.250,00
Outros	399,04	-
	12.171,48	20.000,26

3.21. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	2021		2020	
	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas				
IRC - Imposto Estimado	-	816.381,33	-	249.034,32
Imposto Estimado Derrama Municipal	-	58.312,95	-	17.788,17
Imposto Estimado Derrama Estadual	-	71.625,90	-	-
Pagamento adicional por conta	-	-	-	(33.666,00)
Pagamento por conta	-	(226.644,00)	-	(454.160,00)
Tributação autónoma a pagar	-	26.019,12	-	20.815,15
Retenção na Fonte - rendimentos capitais e prediais	1.508,29	-	388,11	-
Impostos sobre o rendimento		132.182,33	-	134.518,92
Imposto sobre o valor acrescentado		1.916.693,78	-	1.462.826,37
Contribuições para a Segurança Social		257.623,07	-	262.870,92
Outros Impostos		-	-	-
	1.508,29	3.052.194,48	388,11	1.660.027,85

A responsabilidade efetiva relativa a IRC a pagar (excluindo tributação autónoma) é o que resulta dos montantes de IRC e Derramas (946.320,18 Euros), deduzidos dos montantes de pagamentos antecipados (226,644,00 Euros), cifrando-se, em termos líquidos, num pagamento relativo a 2021.

Em 2021, não foram efetuados quaisquer pagamentos a título de Pagamento Especial por Conta.

Imposto sobre o valor acrescentado: Inclui o IVA liquidado pelos compradores de pescado em lota que é entregue pela Docapesca ao Estado em substituição dos armadores (Decreto-Lei n.º 122/88, de 20 de abril).

3.22. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 é detalhada conforme segue:

	2021	2020
Eletricidade	976.695,69	1.000.647,30
Limpeza, higiene e conforto	1.816.752,35	1.625.554,38
Conservação e reparação	1.090.729,63	1.083.807,02
Vigilância e segurança	1.437.065,28	1.465.928,80
Serviços de mão-de-obra externa	24.012,26	43.819,02
Água	395.358,64	301.899,14
Trabalhos especializados	714.320,45	604.267,69
Comunicações	127.413,35	121.476,81
Honorários	35.755,82	39.958,99
Rendas e alugueres	233.644,87	230.299,63
Serviços postos vendagem	1.114.204,67	736.493,45
Participação em Feiras	117.645,86	63.008,55
Seguros	186.826,85	146.123,76
Contencioso e Notariado	41.546,52	63.591,34
Publicidade	198.421,82	110.684,27
Produtos para prevenção COVID	32.897,13	60.540,19
Outros	369.523,77	366.995,79
	8.912.814,96	8.065.096,13

Os fornecimentos de energia elétrica e de água contratados pela Empresa, destinam-se em parte ao consumo na prestação de serviços e fabrico de gelo e, na parte restante, ao consumo nas instalações cedidas aos clientes, conforme abaixo:

	2021	2020
Energia elétrica faturada pelos fornecedores	1.934.957,69	2.033.330,95
Fornecimentos e Serviços Externos	976.695,69	1.000.647,30
Consumida nas instalações cedidas a terceiros	958.262,00	1.032.683,65
	2021	2020
Água faturada pelos fornecedores	726.195,40	680.445,33
Fornecimentos e Serviços Externos	395.358,64	301.899,14
Imputada a custo de produção do gelo	59.768,52	97.479,43
Consumida nas instalações cedidas a terceiros	271.068,24	281.066,76

O consumo de energia e água registado nas instalações cedidas a terceiros foi faturado pela Docapesca aos utentes (Nota 25).

3.23. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 é detalhada conforme quadro seguinte:

	2021	2020
Remunerações dos órgãos sociais (nota 7)	269.188,06	270.252,43
Remunerações do pessoal	9.990.340,39	9.666.163,09
Benefícios pós-emprego		
Benefícios definidos (Nota 19)	9.199,00	13.338,00
Indemnizações	140.168,20	151.000,00
Encargos sobre remunerações	2.295.743,87	2.205.364,64
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	100.156,24	97.489,27
Gastos de ação social	233.140,48	187.348,30
Gastos com formação	36.705,90	36.227,65
Outros	98.576,43	171.011,20
	13.173.218,57	12.798.194,58

O número médio de trabalhadores ao serviço da Empresa, incluindo os contratados e cedidos por acordo de cedência de interesse público, nos anos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi de 531 e 525 trabalhadores, respetivamente.

3.24. DEPRECIACÕES

A decomposição da rubrica de "Gastos / Reversões de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 é conforme se segue:

	2021	2020
Ativos fixos tangíveis (Nota 8)	3.710.897,35	3.424.489,15
Ativos Intangíveis (Nota 9)	28.908,52	53.941,36
	3.739.805,87	3.478.430,51

3.25. OUTROS RENDIMENTOS

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 é conforme se segue:

	2021	2020
Rendimentos suplementares:		
Outros rendimentos suplementares (Nota 22)		
Energia elétrica	447.617,21	303.630,15
Água	257.785,03	245.578,05
Cedência de exploração	48.476,56	50.702,75
Outros	177.031,43	172.909,30
Descontos de pronto pagamento obtidos	5,00	-
Ganhos em ativos fixos tangíveis	60.033,22	49.978,76
Ganhos em inventários	10.485,41	2.332,37
Subsídios do Governo ao investimento (Nota 15)	1.180.598,81	1.179.355,86
Reembolso de custos	33.786,63	480.199,60
Outros	25.177,26	42.904,96
	2.240.996,56	2.527.591,80

O montante registado na rubrica de "Outros rendimentos suplementares" está essencialmente relacionado com rendimentos provenientes da faturação de energia elétrica, água potável e salgada dos consumos efetuados pelos clientes nas instalações, cedência de exploração de atividades e serviços de abastecimento de combustíveis. O gasto com energia elétrica e água potável faturada é deduzido ao respetivo rendimento (Nota 22).

A rubrica “Cedência de exploração” respeita aos entrepostos frigoríficos de Matosinhos e de Peniche que se encontram cedidos para exploração, desde 2010 e outubro de 2012, respetivamente.

3.26. OUTROS GASTOS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 é conforme segue:

	2021	2020
Impostos e taxas	106.531,36	101.499,28
Cedência de exploração	29.500,42	29.800,34
Concessões de portos de pesca	1.217.279,65	1.050.119,24
Perdas em ativos fixos tangíveis	140.220,76	81.466,96
Perdas em inventários	11.241,71	17.057,56
Regularização APA	0,00	447.693,15
Penalizações contratuais	72,27	80.299,99
Reembolso de prejuízos	3.802,72	89.084,82
Comissões bancárias TPA	64.671,41	47.906,84
Outros	74.954,36	89.570,38
	1.648.274,66	2.034.498,56

As rubricas “Gastos com cedências de exploração” e “Concessões dos portos de pesca” incluem, principalmente:

- O cálculo de 0,7% sobre o valor do pescado transacionado em lota no porto de pesca de Matosinhos (APDL), de 0,6% no porto de pesca de Sesimbra (APSS), de 0,5% nos portos de pesca de Setúbal (APSS) e de Sines (APS) e de 0,55% no porto de pesca de Viana do Castelo, no montante de 509.599,57 Euros (364.465,43 Euros em 2020);
- O cálculo de 30% sobre o valor faturado a título de licenças de ocupação dos armazéns no porto de pesca de Sesimbra (APSS), no montante de 154.612,20 Euros (132.420,09 Euros em 2020);
- O valor de 18.447,58 Euros referente à cedência de exploração das fábricas de gelo de Aveiro e Figueira da Foz (APA e APFF) – 18.746,54 Euros em 2020;
- O valor de 344.858,28 Euros relativo ao novo contrato de concessão celebrado com a APA (344.961,72 Euros em 2020);
- O valor de 208.209,60 Euros relativo ao novo contrato de concessão celebrado com a APFF (208.272,00 Euros em 2020);
- O cálculo de 50% sobre as licenças de ocupação de Viana do Castelo, no valor de 7.574,16 Euros (7.574,16 Euros em 2020).

3.27. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Capital subscrito: Em 31 de dezembro de 2021 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 1.805.680 ações no valor nominal de 5,00 Euros. O capital social é detido a 100% pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

Aumento de Capital: Considerando o artigo sétimo e o ponto 144 do anexo I (mapa de alterações e transferências orçamentais) da Lei do Orçamento de Estado para 2021, do qual resulta a transferência de verbas do Ministério das Finanças para a Docapesca, no montante de 500.000,00 euros, destinada à construção do porto de pesca da Trafaria, e na sequência da Deliberação Social Unânime por Escrito de 17 de junho de 2021, o Conselho de Administração deliberou dar cumprimento à vontade expressa do acionista Estado, assumindo a transferência o caráter de aumento do capital social da Docapesca, no montante referido, correspondendo de 100.000 ações, no valor de 5,00 Euros cada, subscritas e realizadas pelo Estado em numerário, a utilizar especificamente para o financiamento do investimento indicado.

Reserva Legal: De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 10% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital. A reserva legal ascende a 912.579,91 Euros em 31 de dezembro de 2021 (682.434,25 em 31 de dezembro de 2020).

Os Estatutos da Docapesca determinam que, pelo menos, 10% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta atinja o montante exigível.

Outras variações no capital próprio: Esta rubrica, em 31 de dezembro de 2021, corresponde ao valor dos subsídios não reembolsáveis ao investimento (líquida de ajustamentos), ainda não reconhecidos em resultados (Nota 15), no valor de 7.070.568,96 Euros, bem como ao efeito da integração parcial de saldos do ex-IPTM (Nota 28), no valor de 702.819,75 Euros e das perdas atuariais relativos ao fundo de Pensões (Nota 19), no valor de 293.330,00 Euros.

3.28. INTEGRAÇÃO DOS SALDOS DO EX-IPTM

	SALDO 31-12-2020	MOVIMENTO DO ANO	SALDO 31-12-2021
Integração de Clientes	1.846.074,75	69.035,13	1.915.109,88
Património	2.561,00	-	2.561,00
Processos - AT	(10.734,90)	-	(10.734,90)
Responsabilidades associadas a património	(60.563,47)	-	(60.563,47)
Outras responsabilidades	(722.396,47)	-	(722.396,47)
	1.054.940,91	69.035,13	1.123.976,04
Subsídios descontados pelo IFAP	(421.156,29)	-	(421.156,29)
	633.784,62	69.035,13	702.819,75

Entre 2015 e 2021 foi apenas possível integrar parcialmente os saldos de clientes do ex-IPTM (ver nota 18), que originaram um ativo no montante de 1.915.109,88 Euros.

As responsabilidades incluem:

- O montante de 290.000,00 Euros, no âmbito de um processo judicial movido contra o ex-IPTM pela construtora San Jose; esta responsabilidade foi integrada no ano de 2015 por contrapartida de "outras dívidas a pagar". Em 2017, o montante foi considerado como Provisão;
- O montante de 180.024,18 Euros relativo à integração do processo da Fingelo em 2016;
- O montante de 238.042,83 Euros relativo a um desembolso potencial no âmbito de um processo movido contra o ex-IPTM pelas empresas Lena – Engenharia e construções, S.A. e Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A., originado por trabalhos em infraestruturas, alegadamente executados e não pagos pelo ex-IPTM, no porto de pesca de Peniche.

3.29. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 foi determinado de acordo com o apresentado no quadro seguinte:

	2021	2020
Resultados:		
Resultado líquido do período	2.664.687,60	1.150.728,31
Número de ações		
Número médio ponderado de ações em circulação	1.805.680	1.705.680
Resultado por ação básico	1,4757	0,6746

3.30. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, como segue:

	2021		2020
Repsol	160.000,00	(a)	160.000,00
Petrolgal	-	(a)	-
APA	100.000,00	(b)	100.000,00
APFF	100.000,00	(b)	100.000,00
Autoridade Tributária	109.152,26		109.152,26
Restantes Garantias Prestadas	31.657,21		31.657,21
Total	500.809,47		500.809,47

- Uma garantia bancária, de 50.000 Euros, destinada a cobrir o fornecimento de combustível para o posto de abastecimento do porto de pesca de Matosinhos, explorado pela Docapesca, em nome da Repsol, duas garantias bancárias, uma de 100.000 Euros e outra de 10.000 Euros, também em nome da Repsol, para igual destino.
- Garantias bancárias prestadas no âmbito da assinatura de novos contratos de concessão com a APA e com a APFF.

3.31. RESPONSABILIDADE CONTINGENTES

TIPO (1)	DESCRIÇÃO (2)	R&C 2020 (3)	NOTA (4)	QUANTIFICÁVEL (5)	PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA (6)	MONTANTE (7)	HORIZONTE TEMPORAL (8)	OBSERVAÇÕES (9)
Garantias	Garantias bancárias prestadas a terceiros	Sim	Nota 30	Sim	Havendo cumprimento, a probabilidade é nula	500.809,47	n. a.	Destinam-se a caucionar fornecimentos (160.000,00), cumprimento de contratos (200.000,00), Processo AT (€ 109.152,26) e diversos (31.657,21)

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Medusa ou Alforreca

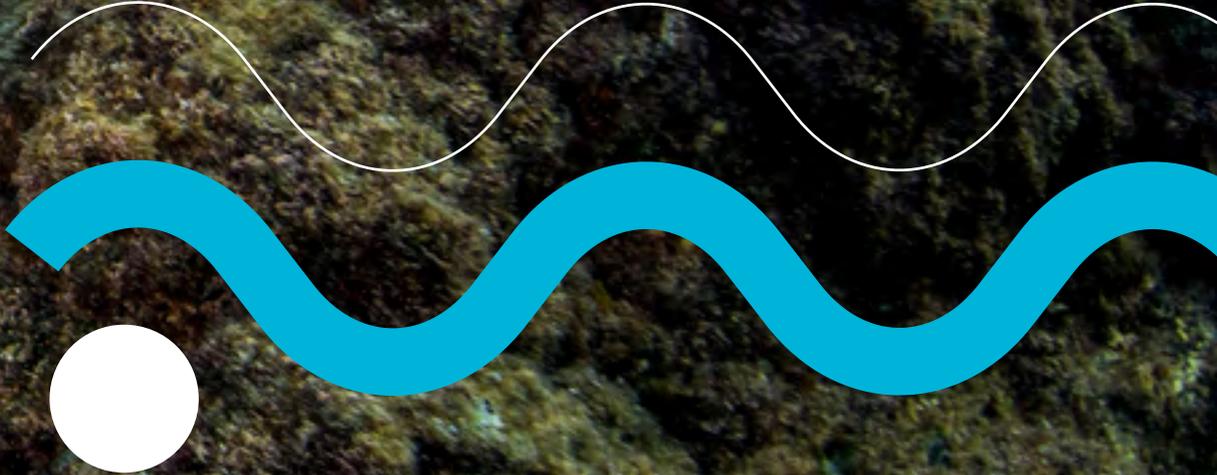
(*Catostylus tagi*)

Paredes da Atalaia

Alguns minutos após o sol se esconder para lá da linha do horizonte, uma alforreca nada gentilmente junto à superfície da água ao largo das falésias imponentes da Atalaia.







4. INFORMAÇÃO NÃO FINANCEIRA DA DOCAPESCA



Compromisso com a sustentabilidade até 2030

- . expandir o projeto "A Pesca por um Mar sem Lixo" a todos os portos de pesca de Portugal Continental**
- . aumentar a consciencialização relativa ao consumo sustentável através das campanhas de valorização do pescado**

4.1. INTRODUÇÃO

A Docapesca elabora, desde 2010 e com base no referencial internacional estabelecido pela *Global Reporting Initiative* (GRI), o seu relatório de sustentabilidade. É através deste relato que se dá a conhecer às Partes Interessadas (PI) da empresa, o seu principal desempenho económico, ambiental e social.

De referir que em 2020/2021 decorreu o processo para determinação dos tópicos materiais da Docapesca, tendo sido identificados 17 temas de sustentabilidade mais relevantes para as PI da empresa e que refletem os seus principais impactes económicos, ambientais e sociais. Tratou-se de um passo dado pela empresa no sentido de perceber a importância relativa das temáticas, e identificar tópicos novos e emergentes para as PI, permitindo centrar, nos tópicos avaliados como mais relevantes, a sua gestão e relato de sustentabilidade. O processo envolveu uma

Encaramos o diálogo com as nossas partes interessadas e o estabelecimento de relações de proximidade e parceria, como aspeto determinante do sucesso das nossas atividades e potenciadora da geração de valor a longo prazo.

auscultação aos doze grupos de PI, tendo-se recorrido a diversas metodologias e momentos de envolvimento, para potenciar a participação das PI internas e externas – através de workshops, focus group, entrevistas e inquérito online.

O resultado deste exercício permitiu que o conteúdo do relatório de sustentabilidade de 2017/2020 espelhasse os referidos 17 tópicos materiais, reforçando a valorização do papel da empresa na cadeia de valor do pescado e a afirmação da Docapesca como uma marca positiva. Foi ainda feita uma aposta numa produção gráfica do documento, tornando-o mais convidativo à leitura por parte das diversas PI, na integração de elementos que permitam

reforçar a sua literacia no âmbito da atividade desenvolvida pela Docapesca.

O relatório de sustentabilidade é publicado bianualmente, e embora tenha havido um hiato no último ciclo de relato, que acabou por contemplar quatro anos de atividade (2017/2020), o próximo relatório de sustentabilidade retomará o ciclo de dois anos, e contemplará o período de 2021/2022. Por este motivo e por forma a refletir, no imediato, o desempenho do ano transato e dar resposta ao requisito do seu acionista, elaborou-se o presente capítulo como parte integrante do relatório e contas referente ao exercício de 2021.

O presente documento foi preparado de acordo com as Normas GRI, na sua versão de 2016, na opção “Essencial”. Os tópicos materiais dão estrutura ao texto que se apresenta de

seguida, encontrando-se em anexo o índice de conteúdos da GRI, onde se faz a identificação das normas e indicadores GRI aos quais se está a dar resposta, fazendo-se a remissão para os respetivos conteúdos deste documento (ou outros recursos externos) e detalhando-se a resposta, na própria tabela, sempre que aplicável.

Devido à extensão dos conteúdos do presente documento, optamos por excluir a utilização de linguagem inclusiva, prescindido das referências de desagregação por género. Porque estamos comprometidos com a promoção da igualdade de género, conforme espelhado nos conteúdos do ponto 4. a) Gestão do Talento, consideramos que esta opção em nada prejudica o nosso posicionamento face a esta matéria, nem as nossas políticas e práticas.

4.2. DOCAPESCA, UM NEGÓCIO RESPONSÁVEL

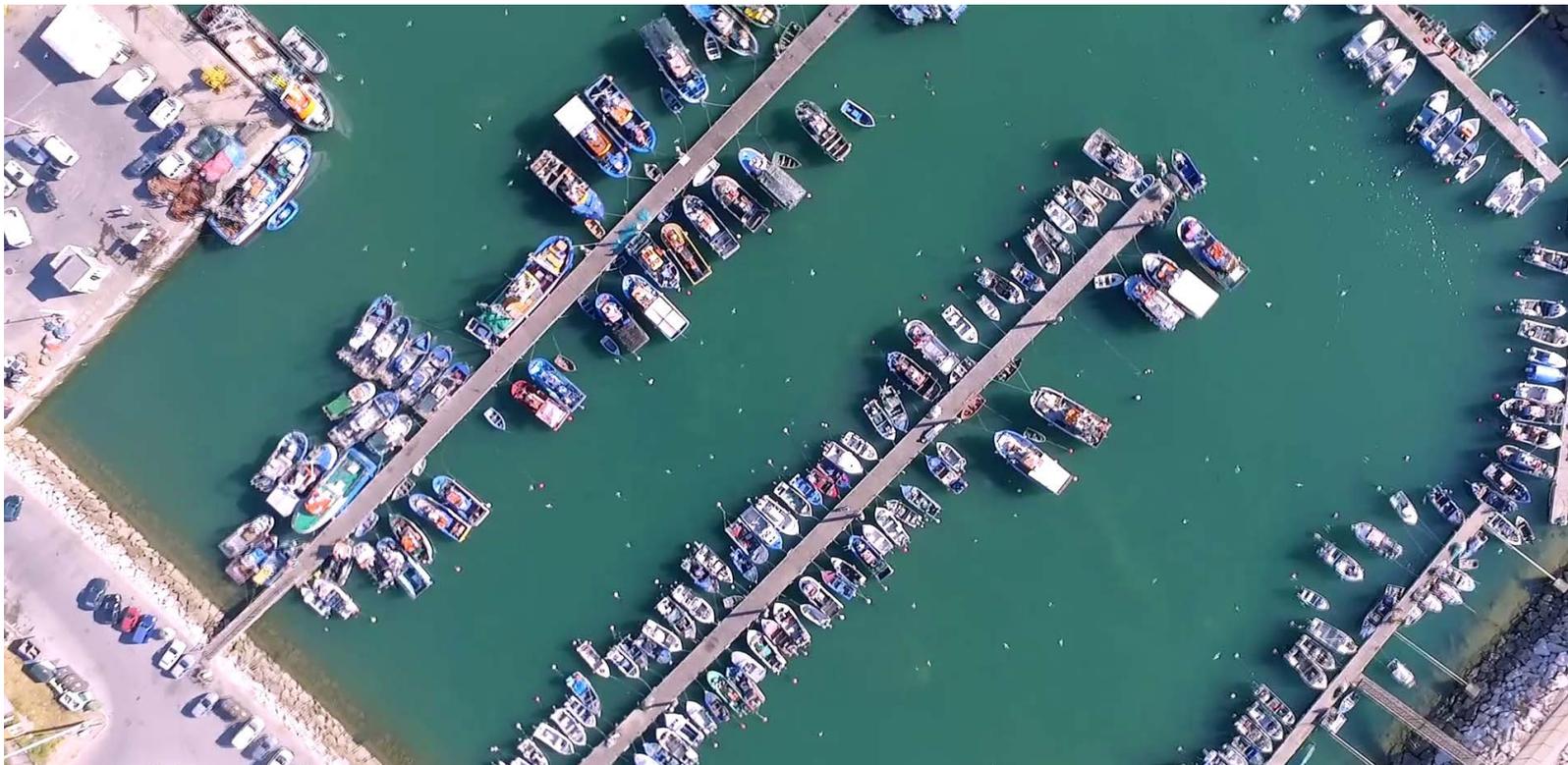
a) Compromisso com a sustentabilidade

A Docapesca assume o seu compromisso na persecução dos ODS enquanto empresa responsável e empenhada em contribuir para o desenvolvimento sustentável, mas também como parte dos compromissos voluntários assumidos por Portugal, sendo responsável por:

- Até 2030, expandir o projeto “A Pesca por um Mar sem Lixo” a todos os portos de pesca de Portugal Continental, para concretização da meta 14.1. Compromisso apresentado na Conferência das Nações Unidas sobre o Oceano (Nova Iorque, junho 2017) e na Conferência *Our Ocean* 2017 (Malta, outubro de 2017).
- Até 2030 aumentar a consciencialização relativa ao consumo sustentável através das campanhas de valorização do pescado, visando a meta 14.4. Compromisso apresentado na Conferência *Our Ocean* 2018 (Bali, outubro de 2018).

Com base nestes compromissos, nas atribuições e estratégia da empresa, análise de materialidade e na forma como cria valor sustentável para as suas PI, ao longo da cadeia de valor, identificou-se um conjunto de treze ODS aos quais a Docapesca dá resposta. São três os ODS de foco para os quais a Docapesca contribui, de forma mais direta e impactante: ODS 14 - Proteger a vida marinha; ODS 12 - Produção e consumo sustentáveis; ODS 8 - Trabalho digno e crescimento económico. A Docapesca contribui ainda para um conjunto adicional de nove ODS, considerados de “suporte” – 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 16 e 17 – com destaque para o ODS 17 - Parcerias para a implementação dos objetivos, uma vez que o estabelecimento de parcerias é parte integrante da atuação da Docapesca e um aspeto transversal para a concretização de vários objetivos.

De referir que em 2021, e no seguimento da publicação do “Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025 – Portugal contra o Racismo” (publicado em Resolução do Conselho de Ministros, de 28 de julho de 2021), a Docapesca afirmou também o seu compromisso de lutar contra as desigualdades, contribuindo para a promoção da igualdade e da não discriminação (ver caixa de destaque).



SOMOS TODOS PESCA



CAMPANHA CONTRA O RACISMO

Integrado no “Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025 – Portugal contra o Racismo”, a Docapesca iniciou um conjunto de iniciativas de sensibilização para a temática, dirigidas ao setor da pesca e para os seus trabalhadores.

Sob o mote “Somos Todos Pesca”, a Docapesca deu a conhecer, em novembro de 2021, nas suas redes sociais, o primeiro vídeo promocional desta campanha, com música e letra de LL The Savage, e que conta com os testemunhos do armador Oleg Kravtsov e do trabalhador da Docapesca, Jobson Moura.

A empresa realizou ainda as primeiras ações de sensibilização subordinadas à temática “Princípios de Igualdade e Não Discriminação (contra o racismo): Divulgação de Boas Práticas na Pesca”, que decorreram em Matosinhos e Póvoa de Varzim. Cada sessão teve uma duração de quatro horas, e no total de ambas, contou-se com 14 participantes.

DOCAPESCA SUSTENTÁVEL

#docapescasustentável

A Docapesca integrou, a partir de novembro de 2021, uma rubrica de comunicação dedicada à Docapesca Sustentável (#docapescasustentável).

Através de publicações regulares nas redes sociais, os posts dão a conhecer, a um público alargado, as atividades, projetos e atribuições da Docapesca, e divulgam os principais impactos e desempenho económico, ambiental e social da empresa. Contribuem igualmente para a promoção da literacia dos oceanos e da economia do mar.

Esta publicação surge no seguimento da elaboração do relatório de sustentabilidade de 2017/2020, tirando partido do exercício de estruturação da informação que foi realizado, para, de forma acessível e transparente, dar a conhecer, à generalidade das partes interessadas, os contributos da Docapesca para o desenvolvimento sustentável.

b) Ética, transparência e credibilidade

A boa reputação e credibilidade da Docapesca, um dos ativos mais importantes da empresa, dependem diretamente da forma de atuação dos seus órgãos de governação e dos seus trabalhadores, quer na sua atuação interna quer na interação com outras entidades. Enquanto empresa que assume uma missão pública, a Docapesca respeita as Práticas de Bom Governo das empresas do Setor Empresarial do Estado.

A Docapesca possui um conjunto de instrumentos que formalizam e operacionalizam a gestão da ética na empresa e que moldam a sua cultura empresarial. A este nível assumem especial importância os Valores, os Princípios e o Código de Conduta da empresa.

O Código de Conduta, datado de 2018, foi atualizado pelo Conselho de Administração em setembro de 2021. Na sua revisão teve-se em consideração as disposições previstas na Lei n.º 73/2017, de 16 de agosto, que reforça o quadro legislativo para a prevenção da prática de assédio, e a Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, relativa ao regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos. O código reúne as linhas de orientação em matéria de conduta profissional aplicáveis a todos os trabalhadores, colaboradores, titulares dos órgãos sociais e todos os que prestam serviço a título permanente ou ocasional na

Docapesca, incluindo os trabalhadores que celebraram um acordo de cedência de interesse público com a Docapesca.

De referir que a Docapesca tem reforçado as suas exigências relativamente ao conflito de interesses e ao regime de acumulação de funções. Conforme previsto no Código de Conduta, os trabalhadores estão abrangidos pela entrega anual da “Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesse” no âmbito das suas funções, e por listar as situações de eventual ou potencial conflito de interesses. Os trabalhadores que pretendam exercer qualquer atividade profissional externa, em acumulação, estão obrigados a requer a sua autorização prévia.

No âmbito dos princípios da igualdade e não discriminação, a empresa tem instituído o “Plano para a Igualdade e Não Discriminação” e ações específicas, direcionados para todos os seus trabalhadores. Este plano foi revisto em setembro de 2021 (ver capítulo 2, ponto 17, do presente Relatório e Contas).

A Docapesca promove igualmente a adoção de mecanismos que permitem identificar e gerir potenciais riscos. A empresa possui um Plano de Prevenção de Riscos de Gestão (incluindo os riscos de corrupção e infrações conexas), cuja última versão foi aprovada pelo Conselho de Administração em 2020. A execução do plano é anualmente monitorizada, estando publicamente disponíveis os respetivos relatórios (ver capítulo 2, Ponto 10, do presente Relatório e Contas).

Ao nível da contratação pública, uma das atividades que apresenta potenciais riscos de corrupção, estão instituídos controlos para as atividades desenvolvidas na Docapesca. Existem diversos graus de validação da informação e é promovida a formação dos trabalhadores neste âmbito (ver “Compras sustentáveis e gestão de fornecedores”).

O controlo dos riscos é reforçado também através de assessorias jurídicas instituídas interna e externamente, conforme a especialidade.

Entre os mecanismos existentes para a prevenção de riscos, refira-se também:

- O Estatuto do Gestor Público pelo qual o Conselho de Administração da Docapesca se encontra abrangido;
- O Órgão de Fiscalização da Docapesca, composto pelo Conselho Fiscal e pelo Revisor Oficial de Contas, é a quem compete diligenciar no sentido de cumprir o disposto nos estatutos da Docapesca, para além das atribuições constantes da lei.
- A supervisão e o controlo externo a que a Docapesca está sujeita, realizados por várias entidades e organismos, nos termos legalmente previstos para as empresas do Setor Empresarial do Estado, como por ex., a Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), a Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização (UTAM), a Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), a Inspeção-Geral de Finanças (IGF), o Tribunal de Contas, a Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT).

Em 2021, foram realizadas avaliações de riscos de corrupção e não foram identificados incidentes confirmados de corrupção.

Para promover uma cultura de prevenção de riscos e conduta ética, em 2021, foram ministradas: seis ações de formação ao nível da ética e boas práticas, que totalizaram 38 horas e abrangeram 50 trabalhadores; quatro ações ao nível do controlo interno da contratação pública, que totalizaram 33 horas e abrangeram 46 trabalhadores.

De referir ainda que a Docapesca, definiu em 2018 a sua Política de Proteção de Dados, para dar a conhecer aos clientes/utilizadores e outros operadores as regras gerais de tratamento de dados pessoais, no âmbito da entrada em vigor do Regulamento Geral de Proteção de Dados.

Por forma a promover a transparência e a prestação de contas, a Docapesca publica regularmente, no site, informação relevante para as suas partes interessadas. Nestas incluem-se:

- Informações sobre a gestão da empresa – práticas de bom governo e execução orçamental;
- Desempenho de sustentabilidade, através da publicação do relatório de sustentabilidade;
- Tarifários de bens e serviços e regulamento de exploração das lotas;
- Editais e avisos.

Para identificação de preocupações e atos referentes a comportamentos antiéticos ou ilícitos e que ponham em causa a integridade da Docapesca, a empresa definiu uma Política de Comunicação de Irregularidades e canal de comunicação próprio para o efeito, gerido pelo Gabinete de Auditoria Interna. A comunicação de irregularidades pode ser feita por qualquer parte interessada relacionada com a Docapesca, interna ou externa, estando disponível um formulário online e endereço de *email* (comunicar_irregularidade@docapesca.pt) específicos para o efeito. Alternativamente, a comunicação pode ser enviada por correio postal. A política e procedimentos existentes asseguram os princípios da confidencialidade, anonimato (se solicitado) e não retaliação. Em 2021 não foram recebidas denúncias de irregularidades.

4.3. OS NOSSOS MARES

a) Preservação dos recursos e ecossistemas marinhos

A preservação dos recursos e ecossistemas marinhos assume-se como um dos temas de maior relevância para a Docapesca, para o setor das pescas e das comunidades que dependem destes recursos, sendo essencial para a sustentabilidade das suas atividades, atuais e futuras, e do próprio planeta.

A Docapesca, no âmbito das suas atribuições, desempenha um papel relevante, de *pivot*, estando na *interface* entre várias partes interessadas. Desenvolve um conjunto de atividades relevantes neste âmbito e às quais foi dada continuidade em 2021:

- Informação sobre as quotas, TAC – Totais admissíveis de capturas, épocas de defeso e períodos de interdição da utilização de artes de pesca;
- Controlo das espécies vendidas em lota (tamanhos mínimos, grau de frescura e sua etiquetagem);
- Recusa / interdição de venda de espécies em lota mediante controlo realizado, quotas, TAC e épocas de defeso;
- Disponibilização de observadores de pesca, a bordo das frotas comerciais portuguesas, que exerçam atividade de pesca nas Zonas NAFO - Zona de Regulamentação da Organização das Pescarias do Noroeste do Atlântico, CEEAF - Comité das Pescas do Atlântico Centro- Este e nas armações licenciadas para o Atum Rabilho (ver capítulo 5, “Direção de Exploração”);
- Publicação de estatísticas de pescado (ver capítulo 5 “Gabinete de Estatística”), essencial para a definição das espécies sujeitas a limitações de captura e para a determinação anual das quotas de pesca. Neste âmbito presta apoio aos armadores, aos pescadores, às organizações de produtores (ao fornecer a informação estatística do pescado dos seus aderentes) e a diversas entidades oficiais com competência na área de regulação e fiscalização;

- Participação em grupos de trabalho para monitorização dos stocks de pescado e a preservação dos recursos – tais como a Comissão de Acompanhamento da Sardinha e Comissão das Denominações Comerciais para os produtos da pesca e da aquicultura;
- Participação em projetos de investigação (ver “Inovação, investigação e desenvolvimento”);
- Campanhas de sensibilização e valorização do pescado (ver “Maximização do valor do pescado” e “Comunicação e sensibilização do consumidor”), nomeadamente de promoção de espécies abundantes/comuns na nossa costa, com alto valor nutricional e pouco conhecidas/valorizadas pelo consumidor final (ex. cavala), visando o seu consumo e protegendo as que se encontram mais afetadas;
- Prevenção e remoção do lixo marinho (ver “Lixo marinho”);
- Participação em eventos, nacionais e internacionais, que visam a promoção da sustentabilidade dos oceanos.

Entre os projetos em que participa para preservação dos recursos e ecossistemas marinhos, destaca-se o Projeto LIFE Águeda (ver caixa de destaque).

A preservação dos recursos e ecossistemas marinhos assume-se como um dos temas de maior relevância para a Docapesca, para o setor das pescas e das comunidades que dependem destes recursos, sendo essencial para a sustentabilidade das suas atividades, atuais e futuras, e do próprio planeta.

POSTO MÓVEL DE REGISTO DE PEIXES MIGRATÓRIOS NO ÂMBITO DO PROJETO LIFE ÁGUEDA



No âmbito do projeto LIFE ÁGUEDA - Ações de conservação e gestão para peixes migradores na bacia hidrográfica do Vouga (LIFE16 ENV/PT/000411), foi retomada, em março de 2021, a atividade do veículo Posto Móvel de Registo, operado pela Docapesca, na bacia do Vouga. A atividade esteve suspensa parcialmente em 2020, após ter sido decretado o estado de emergência. Nesta época, foram identificados 119 espécimes de lampreia e sável.

O veículo Posto Móvel de Registo com as funções de “Lota Móvel” permite que a lota se desloque ao pescador e que seja efetuado o registo do número de indivíduos capturados e respetivo peso, na área de intervenção direta do projeto, onde não existam infraestruturas físicas da Docapesca. Possibilita ainda a colocação do selo de origem “Peixe do

Vouga”, em associação ao CCL – Comprovativo de Compra em Lota, permitindo diferenciar o pescado capturado pelos pescadores aderentes.

Este é um projeto piloto de diferenciação e valorização de pescado fresco proveniente de pescarias sustentáveis e tem como objetivo a valorização de espécies anádromas (nascidas no rio e com parte do seu ciclo de vida no mar, regressando ao rio para se reproduzir) com valor comercial, como o sável e a lampreia-marinha das bacias do Vouga e do Mondego.

b) Lixo marinho

Um dos projetos “bandeira” da Docapesca é “A Pesca por um Mar Sem Lixo”, através do qual se promove a redução dos resíduos marinhos, apoiando a adoção de boas práticas ambientais por parte dos profissionais da pesca e a valorização e reciclagem dos resíduos recolhidos no mar. Em 2021 este projeto teve vários desenvolvimentos, como o lançamento de uma aplicação móvel e a realização de ações de limpeza costeira e de recolha de lixo marinho (ver caixa de destaque).

A Docapesca estabelece parcerias com várias entidades, participa em eventos de divulgação do projeto “A pesca por um mar sem lixo” e partilha de conhecimento. Apoia também outras iniciativas similares que visam a prevenção e a remoção do lixo marinho, tais como o [CleanAtlantic Project](#) (ex. nos Portos de Aveiro, Olhão, Peniche, Sesimbra e Setúbal), um projeto de sensibilização ambiental que tem como principais objetivos proteger a biodiversidade e os serviços dos ecossistemas no espaço Atlântico.

No âmbito dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica, a Docapesca realiza ações de limpeza das bacias portuárias, removendo o lixo marinho acumulado.

A Docapesca disponibiliza, nas áreas portuárias sob sua gestão e jurisdição, infraestruturas para a deposição de artes de pesca abandonadas e outras tipologias de lixo marinho, assegurando o seu encaminhamento para destino final e procurando, sempre possível, soluções que promovam a sua valorização e a economia circular (ver “Promoção da economia circular”).

Assegura ainda ações de sensibilização/formação junto a pescadores, armadores e outras partes interessadas, como as escolas (alunos e professores) no contexto da Escola Azul. Em 2021, foi lançado um concurso de expressão artística, denominado “mARTE”, destinado a sensibilizar para a problemática da poluição marinha (ver caixa de destaque).

A PESCA POR UM MAR SEM LIXO

“[A Pesca Por Um Mar Sem Lixo](#)” é um projeto que promove a recolha seletiva dos resíduos gerados a bordo e capturados nas artes de pesca e em simultâneo disponibiliza infraestruturas adequadas para a sua receção em terra e posterior valorização.

Este projeto, coordenado pela Docapesca, une organizações de produtores, armadores e pescadores, bem como entidades públicas e privadas dos portos, visando a melhoria das condições ambientais da zona costeira portuguesa. Atualmente envolve um total de 52 entidades parceiras e está implementado em 17 comunidades piscatórias, prevendo-se o seu alargamento, até 2030, a todos os portos de pesca do continente português.

Em 2021, foi lançado o site do projeto e a [aplicação móvel “Mar Sem Lixo”](#). Esta aplicação permite quantificar e caracterizar automaticamente os resíduos capturados nas redes durante a faina, através de um sistema de inteligência artificial, sendo também registada a localização GPS da ocorrência.

No âmbito deste projeto e da comemoração de várias efemérides (ex. Dia Internacional da Limpeza Costeira, Dia Mundial da Conservação da Natureza, Dia Mundial do Ambiente), foram desenvolvidas, em 2021, várias ações de limpeza costeira, ex.Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Figueira da Foz, Nazaré, Cascais, Sines, Sagres e Albufeira, bem como ações de recolha de lixo marinho nos portos de pesca. Estas iniciativas contaram com a participação voluntária de pescadores, funcionários da Docapesca, participantes de diversas associações e entidades dos concelhos aderentes, assim como de individuais e famílias.

No âmbito do projeto já foram recolhidos 4.692 m³ de resíduos indiferenciados e 2.185 m³ de embalagens, envolvendo 784 embarcações, que representam cerca de 3.157 pescadores e 28 organizações de produtores e associações.



mARTE CONCURSO DE EXPRESSIONISMO ARTÍSTICO

A Docapesca lançou, em julho de 2021, o concurso de expressão artística "mARTE", com o objetivo de reconhecer o trabalho realizado pelos pescadores no âmbito do projeto "A Pesca por um Mar Sem Lixo", e divulgar artistas nacionais e internacionais.

Os artistas foram desafiados à criação de obras constituídas por lixo marinho proveniente dos portos de pesca. Contou com diversas participações de todo o país e abordagens muito criativas à reutilização de resíduos, dando-lhes uma nova vida.

O júri do concurso mARTE, constituído por Artur Bordalo (Bordalo II), Carla Tomás (jornalista do Jornal Expresso) e Luís Gonçalves (professor da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa), premiou três obras: "R(hope) II" de Lisa Marques; "Azulejos do Mar" de Cássio de Lucena Carvalho; "Cavalixo-marinho" de Eugénia Martins.

As obras premiadas estão exibidas em três portos de Pesca de Portugal Continental, sob a gestão da Docapesca, Aveiro, Peniche e Rio Arade.

c) Maximização do valor do pescado

Através das suas atividades, a Docapesca visa contribuir para o aumento do rendimento da frota de pesca portuguesa ao longo de toda a cadeia de valor e para o equilíbrio da balança comercial do pescado, através do aumento das exportações e da preferência, no consumo doméstico, por espécies portuguesas. Para tal definiu como objetivo estratégico promover a valorização do pescado e os circuitos de proximidade, suportada através de:

- Realização de campanhas de nominalização do pescado e respetivas ações de promoção e sensibilização, direcionadas para a divulgação das espécies abundantes, pouco valorizadas e de alto valor nutricional;
- Estabelecimento de parcerias através do reforço do papel das organizações de produtores, e de organismos científicos;
- Promoção de circuitos comerciais curtos (cabazes de pescado), que tem como objetivo a redução do número de intermediários, criando relações de proximidade entre quem pesca e quem consome (ex. [Cabaz do Peixe](#)

e [Cabaz Frescomar](#)). Contribui-se, deste modo, para a valorização do pescado e para a promoção da identidade das comunidades piscatórias locais.

Outro dos objetivos estratégicos da Docapesca consiste na garantia da segurança alimentar na cadeia de pescado, através da aposta crescente na certificação das lotas, como importante fator para a atratividade da primeira venda em lota e contributo para a valorização do pescado (ver "Segurança alimentar e certificações").

Visando a maximização do valor do pescado, refira-se como principais iniciativas promovidas pela Docapesca em 2021:

- [A Expo Fish Portugal](#), o maior espaço virtual de promoção de pescado português e das atividades ligadas ao Mar (ver caixa de destaque);
- O projeto CCL – Comprovativo de Compra em Lota, criado em 2012, é o "chapéu" de várias iniciativas desenvolvidas pela empresa na última década no âmbito da valorização do pescado transacionado em lota. De salientar, neste âmbito, o desenvolvimento da 2.ª fase do projeto "[A Lota em Casa](#)", através de uma plataforma de comércio online (*Marketplace*), e o lançamento da campanha "O Melhor Peixe É Nosso" (ver caixas de destaque).

EXPO FISH PORTUGAL

MAIOR EVENTO INTERNACIONAL VIRTUAL DEDICADO AO PESCADO PORTUGUÊS

A Docapesca inaugurou, em novembro de 2021, o maior espaço virtual de promoção de pescado português e das atividades ligadas ao Mar – [EXPO FISH PORTUGAL](#).

Com o patrocínio institucional do Ministério do Mar, este evento tem como principal objetivo contribuir para a internacionalização e promoção das atividades ligadas ao setor da pesca e da comercialização do pescado, bem como outras atividades conexas do mar, como a construção e reparação naval, a náutica de recreio e o turismo.

Este evento permitiu centralizar a oferta de pescado nacional num evento híbrido (presencial e virtual) que agregou comércio, investigação e inovação, reunindo

especialistas e empresas do setor do pescado. A plataforma digital incluiu um espaço expositivo virtual, uma plataforma de encontros de negócios (B2B) e uma conferência.

A primeira edição do evento contou com a presença de 62 importadores de pescado oriundos de mais de 30 mercados internacionais e 81 expositores. A plataforma registou cerca de 4.000 visitantes nos dois dias do evento e as conferências obtiveram mais de 2.000 visualizações no YouTube, tendo sido realizadas 183 reuniões B2B. Depois do sucesso desta primeira edição e do feedback obtido junto das empresas nacionais – 90% manifestou interesse em participar numa edição futura – a Expo Fish Portugal 2022 já está agendada para os dias 15 e 16 de novembro.



O MELHOR PEIXE É NOSSO

A campanha de sensibilização “[O Melhor Peixe É Nosso](#)”, lançada pela Docapesca, em agosto de 2021, deu a conhecer alguns dos armadores, pescadores e comerciantes que, de Norte a Sul, no mar, nas lotas ou nos mercados, garantem o abastecimento de pescado fresco ao país. Esta campanha apelou ao consumo de pescado português e, chamou mais uma vez a atenção, para a importância do selo CCL – Comprovativo de Compra da Docapesca, que atesta que o pescado passou pelas Lotas nacionais, respeitando os circuitos tradicionais de venda, com transparência e qualidade.

O [Comprovativo de Compra em Lota \(CCL\)](#) é uma etiqueta que disponibiliza ao consumidor final a informação necessária para uma compra consciente e responsável. Através da identificação e diferenciação do pescado transacionado nas lotas do continente português, tem como objetivo contribuir para a sua valorização, qualitativa e quantitativa e, conseqüentemente, para a sustentabilidade e rentabilidade do setor da pesca em Portugal.

Sendo essencialmente uma pesca de proximidade e sustentável, o pescado é capturado por embarcações nacionais a operar na costa portuguesa e descarregado nas lotas geridas pela Docapesca, poucas horas depois da captura, garantindo assim um elevado grau de frescura. Por ser transacionado em lota, significa também que as regras de rastreabilidade, sazonalidade de cada espécie, quotas de pesca e tamanhos mínimos foram cumpridas, dando cumprimento à legislação e preservando os stocks piscícolas.

No total o CCL conta com cerca de 524 aderentes e mais de 1.000 pontos de venda.

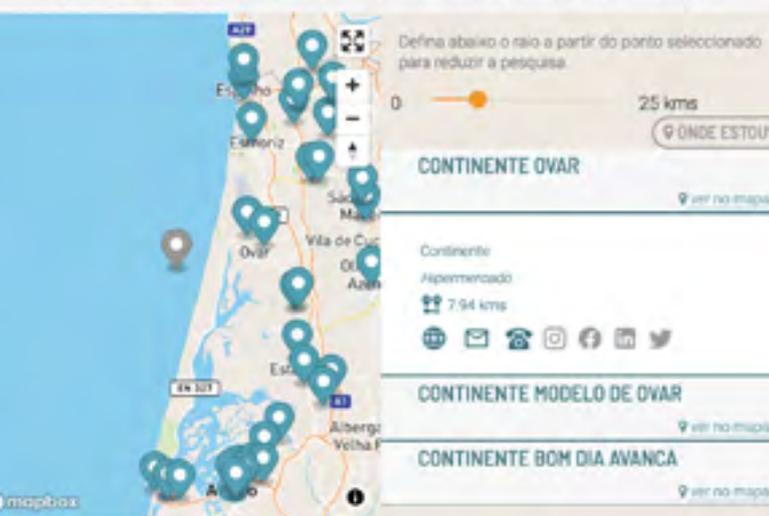
alotaemcasa
REDE NACIONAL DE PONTOS DE VENDA DOL

encontre pescado da lota perto de si

PESCADO DA LOTA

PONTO DE VENDA

Conheça os pontos de venda de pescado das lotas portuguesas mais próximos de si.



A LOTA EM CASA

DESENVOLVIMENTO DO MARKETPLACE

A Docapesca desenvolveu, em 2021, a 2.ª fase do "A Lota em Casa", através da evolução para uma plataforma de comércio *online* (*Marketplace*) entre comerciantes aderentes e o consumidor final. Pretende-se que esta iniciativa contribua para a transição digital das empresas do setor e para o aumento do mercado potencial dos comerciantes, facilitando também o acesso do consumidor ao pescado das lotas portuguesas, com vista à valorização do produto ao longo da cadeia.

O desenvolvimento deste site constituiu uma medida Simplex 20/21. Permite identificar os pontos de venda de pescado fresco com origem nas lotas portuguesas em cada região, incluindo mercados municipais, peixarias, grandes superfícies, circuitos curtos de comercialização de pescado e outros potenciais aderentes. Desde o seu lançamento no dia 4/12/2020, o site já contou com 18.000 visitantes.

No que diz respeito à promoção de espécies abundantes, de alto valor nutricional e de baixo valor comercial, a Docapesca realiza um conjunto de ações de comunicação tais como nos pontos de venda / distribuição, em eventos e junto dos consumidores finais (ver "Comunicação e sensibilização do consumidor"). Entre as iniciativas desenvolvidas, destacam-se as Campanha da Cavala e do Carapau, como as duas grandes iniciativas realizadas nos últimos anos pela empresa.

O conjunto de iniciativas realizado pela Docapesca tem contribuído para a valorização do pescado transacionado em lota: existe uma tendência de crescimento do valor global das vendas em lota e dos preços médios das duas espécies-alvo das campanhas da cavala e do carapau, que contribuíram para o aumento da popularidade destas espécies junto do consumidor e do rendimento dos pescadores.

EVOLUÇÃO ENTRE O VALOR E QUANTIDADE DE PESCADO TRANSACIONADO



Face aos desafios colocados pela pandemia, os dados do ano de 2020 e 2021 vêm confirmar a elevada resiliência do setor. Em 2021 atingiu-se, inclusivamente, o valor máximo de pescado transacionado na primeira venda desde que existem registos estatísticos sistematizados, com um aumento de 29,3% e 15,7%, face aos anos de 2020 e 2019, respetivamente. A tendência de aumento também se registou em relação à quantidade de pescado transacionado na primeira venda, face aos anos de 2020 e 2019, com mais de 115,6 mil toneladas de pescado em 2021, e no preço médio de venda em lota, que ascendeu, neste ano, aos 2,18€/kg, também o mais elevado desde que existem registos.

d) Atratividade da primeira venda em lota

A Docapesca tem como uma das principais atribuições a prestação do serviço público da primeira venda de pescado fresco em lota. A empresa tem apostado numa prestação de serviços de excelência e no estabelecimento de um diálogo aberto junto aos armadores e seus representantes, acreditando-se que estes são importantes fatores para dissuadir a venda ilegal.

A preocupação em tornar a primeira venda de pescado em lota atrativa concretiza-se através:

- Das iniciativas de valorização do pescado (apresentadas no ponto anterior);
- Ao nível da modernização dos estabelecimentos e investimento em elevados padrões de qualidade e segurança das suas infraestruturas (ver “Manutenção e modernização dos estabelecimentos” e “Segurança alimentar e infraestruturas”)
- Através do investimento no seu capital humano (ver “Gestão do talento”).

A venda de pescado em lota, proporcionada pela empresa, garante um conjunto de condições e benefícios, tais como:

- Transparência, fiabilidade e rapidez na transação efetuada do produto, dado que a mesma é realizada através de leilão com recurso a um programa eletrónico;
- O cumprimento dos requisitos aplicáveis em matéria de segurança alimentar e a aposta na certificação das lotas), assim como a sua correta classificação e valorização (espécie, frescura, tamanho, entre outros);
- Pagamentos de marés (valor pela venda do pescado em lota), apostando num prazo médio de pagamento curto, e na efetivação dos respetivos descontos, nomeadamente para a segurança social (ver “Interação com a comunidade”).

Desta forma, os armadores são aliciados a efetuar a venda de pescado nas instalações da Docapesca, em detrimento de uma venda ilegal.

Neste âmbito, destaque-se ainda a aposta na inovação e o desenvolvimento e implementação de um *software* de primeira venda de pescado nas lotas e do leilão a bordo (ver “Inovação, investigação e desenvolvimento”), bem como as iniciativas desenvolvidas pela Docapesca no âmbito da promoção do CCL e das espécies de pescado nacional.

A implementação destes projetos contribui para uma maior fiabilidade e valorização do pescado transacionado em lota, verificando-se o crescimento do valor global das vendas e dos preços médios de algumas espécies.

Por forma a garantir a qualidade do pescado e a prevenção da fuga à lota, a Docapesca tem vindo igualmente a estreitar a relação com as Unidades de Controlo Costeiro da Guarda Nacional Republicana, a Direção-Geral da Marinha, a Direção-Geral da Alimentação e Veterinária e a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica.

e) Comunicação e sensibilização do consumidor

A melhoria da informação e sensibilização junto dos consumidores finais é fundamental, para que estes possam tomar escolhas mais informadas e conscientes, contribuindo para a sustentabilidade dos recursos marinhos e para a valorização do pescado nacional.

As ações desenvolvidas visam estabelecer uma aproximação ao consumidor final, divulgar a imagem do pescado das lotas portuguesas, em associação ao CCL - Comprovativo de Compra em Lota, ou de produção aquícola nacional, contribuindo, deste modo, para:

- Uma maior consciência ambiental na compra e consumo do pescado, salientando aspetos de segurança alimentar, de rastreabilidade e de sustentabilidade dos recursos;
- Um aumento do rendimento da frota de pesca portuguesa, através da valorização do pescado, bem como ao longo de toda a fileira;
- Hábitos de alimentação mais saudáveis em particular junto das camadas mais jovens;
- Melhorar o conhecimento de crianças e jovens sobre a pesca, o pescado e o mar.

Para a realização das ações de promoção do pescado, a Docapesca tem apostado no estabelecimento de parcerias – ex. autarquias locais, produtores e associações do setor, escolas de hotelaria e turismo, entre outros.

No âmbito do projeto CCL têm vindo a ser realizadas diversas campanhas de comunicação e sensibilização, junto do consumidor final, destacando-se como as mais significativas, as campanhas de promoção da cavala e carapau, juntamente com o lançamento da plataforma eletrónica “[A Lota em Casa](#)”, realizada em 2020. Apoiada ainda a divulgação de projetos de circuitos curtos de comercialização de pescado (ver “Maximização do valor do pescado”).

Marca presença regular em diversos eventos ligados ao mar (ex. congressos, competições desportivas, feiras gastronómicas e outras). Realiza degustações, showcookings, aulas de culinárias e diversas iniciativas que visam a promoção de pescado fresco nacional vendido em lota.

A Docapesca realiza também ações junto ao público escolar, como apresentações, palestras e acompanhamento de

visitas de estudo a lotas. Entre os projetos de literacia dos oceanos, destacam-se as ações em escolas desenvolvidas no contexto do programa "Escola Azul", visando alunos e professores. Em 2021, manteve-se a aposta no incremento da literacia dos oceanos em parceria com várias entidades e no estabelecimento de um protocolo para lançamento das "Docapesca Ocean Sessions" (ver caixa de destaque).



PROMOÇÃO DA LITERACIA DOS OCEANOS



32 palestras



42 visitas a lotas



80 pranchas de surf



879 alunos



584 pessoas



80 fatos

A Docapesca desenvolve ações regulares em escolas que visam a sensibilização da comunidade educativa. Entre estas, participa no programa educativo "Escola Azul", do Ministério do Mar e desenvolvido pela Direção-Geral de Política do Mar. Este programa tem como missão promover a Literacia do Oceano na comunidade escolar e criar gerações mais responsáveis e participativas, que contribuam para a sustentabilidade do Oceano.

Em janeiro de 2021, a Docapesca, o MARE – Centro de Ciências do Mar e do Ambiente e a SPEA – Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves dinamizaram uma sessão dedicada à temática do "Lixo Marinho" e que foi dirigida a professores de todos os ciclos. Em complemento, foram realizadas duas outras sessões de formação sobre o tema "Consumo Sustentável do Pescado", tendo participado 25 professores, incluindo dois docentes de Angola e São Tomé e Príncipe. A oficina foi conduzida pela Docapesca, MARE - Centro de Ciências do Mar e do Ambiente e ANP/WWF Portugal.

No global, em 2021, foram realizadas 32 palestras, que alcançaram um total de 879 alunos, e 42 visitas a lotas, que abrangeram um total de 584 pessoas.

De referir também que a Docapesca celebrou, em janeiro de 2021, um protocolo com a Direção Geral da Educação, com vista à doação de 80 pranchas de surf e 80 fatos para os Centros de Formação Desportiva do Desporto Escolar. O objetivo será promover as "Docapesca Ocean Sessions", potenciando o contacto de milhares de jovens em idade escolar com a prática de um desporto ligado ao mar. Pretende-se, deste modo, consciencializar os jovens em idade escolar, para as temáticas da sustentabilidade dos recursos, da importância do consumo de pescado para uma alimentação saudável, da necessidade de manter um estilo de vida ativo para a saúde e da problemática do lixo marinho, em alinhamento com os objetivos estratégicos da Docapesca.

Paralelamente são realizadas campanhas televisivas, na rádio, publicidade exterior (mupis, multibanco e transportes públicos) e em meios de comunicação social locais. De salientar a forte aposta da Docapesca nas redes sociais e *Internet*, como canais preferenciais de comunicação, e o lançamento das iniciativas “Ó Chef” e “Pitada à Pescador”, lançadas em 2021 (ver caixa de destaque).

f) Inovação, investigação e desenvolvimento

A Docapesca opera num setor tradicional, cuja melhoria do desempenho, juntamente com a proteção dos recursos e ecossistemas marinhos, passam pela capacidade de se reinventar e pelo desenvolvimento / modernização de processos e implementação de novas tecnologias.

Deste modo, o investimento em processos de inovação, investigação e desenvolvimento é essencial para promover a economia do mar e para alavancar o seu potencial de crescimento, tornando-a mais competitiva, atrativa e sustentável. A empresa desenvolve duas linhas de ação principais:

- Desenvolvimento sustentável e inovação, visando a valorização do pescado e promoção da sustentabilidade ambiental;
- Promoção da desmaterialização de procedimentos e ganhos de eficiência.

No primeiro caso, a Docapesca aposta no desenvolvimento de iniciativas inovadoras no âmbito dos seus programas “bandeira”, nomeadamente do CCL e da “Pesca por um Mar sem Lixo”. Paralelamente participa em projetos científicos no âmbito da preservação dos recursos e ecossistemas marinhos, valorização do pescado e do setor.

De salientar também a sua participação na [Smart Ocean](#), infraestrutura tecnológica de acolhimento empresarial em Peniche, focada na economia do mar.

Em 2021, destacam-se como iniciativas mais relevantes o lançamento do “Leilão a bordo”, como inovação tecnológica introduzida, e a participação no projeto de investigação “[Nem tudo o que vem à rede é Peixe](#)”, que visa criar redes de pesca biodegradáveis (ver caixas de destaque). Foi concluído o projeto ValorMar - [Valorização Integral dos Recursos Biológicos Marinhos: Potencial, Inovação Tecnológica e Novas Aplicações](#), desenvolvido pelo Fórum Oceano, e que contou com a participação da Docapesca como parceiro e co-promotor.



APOSTA EM CONTEÚDOS VÍDEO PARA PROMOÇÃO DO PESCADO NACIONAL

A Docapesca, em 2021, investiu em ações de comunicação, em formato vídeo, para promoção e valorização do pescado nacional. Integrado na estratégia de comunicação da empresa, e tendo em conta a situação de pandemia vivida, que impossibilitou a realização de grande parte das iniciativas exteriores habituais, como festivais gastronómicos, foram desenvolvidas diferentes rubricas para as redes sociais da empresa, entre as quais: “Ó Chef” e “A Pitada à Pescador”.

A *webseries* “Ó Chef”, disponível via Youtube, é um projeto conjunto da comunicadora Fátima Lopes e do chef Vítor Sobral que, ao longo de 24 programas, abordaram pratos e ingredientes tradicionais da gastronomia portuguesa, de uma forma simples, descomplicada e direcionados às famílias. A Docapesca participou através do seu projeto CCL, visando a valorização do consumo diversificado de espécies de baixo valor comercial – provenientes da nossa costa, de recursos estáveis, e de alta qualidade gastronómica – e, simultaneamente, sensibilizando o público e o consumidor, para a importância da sustentabilidade dos recursos do mar e do consumo de produtos de proximidade. O projeto ocorreu entre maio e outubro de 2021 e, até à data, conta com mais de 120.000 visualizações na plataforma.

Com o objetivo de dar cara e voz a toda a comunidade piscatória e às pessoas reais de norte a sul do país, desde a pesca, transporte, venda e confeção do pescado, com as várias especificidades locais de cada região, foi desenvolvido um *road-show* em parceria com o blog “A Pitada do Pai”. No âmbito deste projeto, realizaram-se 30 vídeos semanais, em 10 localidades definidas pela Docapesca: Quarteira, Sagres, Sines, Sesimbra, Peniche, Nazaré, Figueira da Foz, Aveiro, Matosinhos e Póvoa de Varzim.





O “[Leilão a Bordo](#)” é um novo serviço digital que a Docapesca disponibiliza a toda a comunidade de pescadores e comerciantes com o intuito de criar um acesso cada vez mais cómodo e seguro à primeira venda do pescado.

Lançada em dezembro de 2021, com uma navegação *user friendly*, a *app* “Leilão a Bordo” une diretamente a rede de pescadores e compradores permitindo a compra e venda de pescado fresco, ainda a bordo da embarcação e logo após o momento de captura. Através de um mecanismo de leilão crescente, os compradores de pescado podem licitar os lotes disponibilizados pela frota de barcos nacionais aderentes num período entre o registo do pescado no mar e até à sua chegada a terra.

Esta iniciativa tem como objetivos simplificar e otimizar os processos de primeira venda, ao mesmo tempo que cria novas oportunidades de negócio, valorizando a disponibilidade da oferta, a qualidade e frescura do pescado nacional e a rastreabilidade digital desde o mar até ao consumidor final.

Financiada pelo programa MAR 2020, constitui um importante passo na digitalização do setor, permitindo otimizar a cadeia de valor, com total transparência e segurança nas negociações comerciais, transformação e logística.

O novo sistema de compra e venda da Docapesca foi disponibilizado primeiramente na lota de Sesimbra, prevendo-se a sua ampliação para todas as lotas em 2022 e implementação nos postos de vendagem em 2023.

No que diz respeito à aposta na digitalização e desmaterialização de procedimentos, esta tem vindo a assumir-se como fundamental no âmbito da modernização dos processos internos da Docapesca e da sua prestação de serviços.

Os trabalhos neste âmbito passam pela criação de um sistema que, para além de centralizar e facilitar o acesso aos serviços da empresa, permitirá encurtar prazos de resposta relativos aos processos, evitar deslocações dos utentes, aumentar a rastreabilidade dos processos e otimizar a gestão do seu capital humano.

No que concerne à primeira venda de pescado, a Docapesca encontra-se a desenvolver um novo software para o leilão de venda, para efeitos de otimização de processos e substituição do atual.

No sentido de levar a cabo a modernização necessária ao nível dos processos internos da empresa, foram iniciados, no final do período de relato, as seguintes ações:

- Identificação dos processos associados à venda de pescado, desde o desembarque ao leilão, culminando com a identificação do possível design de solução para o desenvolvimento da aplicação informática a criar.
- Criação de um portal de comunicação para pedidos de licenciamento (a concluir em 2022)."

Para mais informações ver Capítulo 5, “Direção de Sistemas de Informação”.

NEM TUDO O QUE VEM À REDE É PEIXE

No âmbito do projeto “[Nem tudo o que vem à rede é Peixe](#)”, a Docapesca integra um consórcio liderado pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL), com o envolvimento da Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE), Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) e o Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA).

Este projeto tem como principais objetivos:

- Obter informação sobre o tipo, número e razão pela qual as artes de pescas são deixadas no mar;
- Estudar alternativas ambientalmente mais sustentáveis que reduzam a perda de artes no mar e que minimizem os impactos no caso de perda irreversível;
- Sensibilizar as comunidades piscatórias no sentido de minimizar a perda de artes no mar e promover a recuperação e reciclagem das artes perdidas e/ou danificadas.

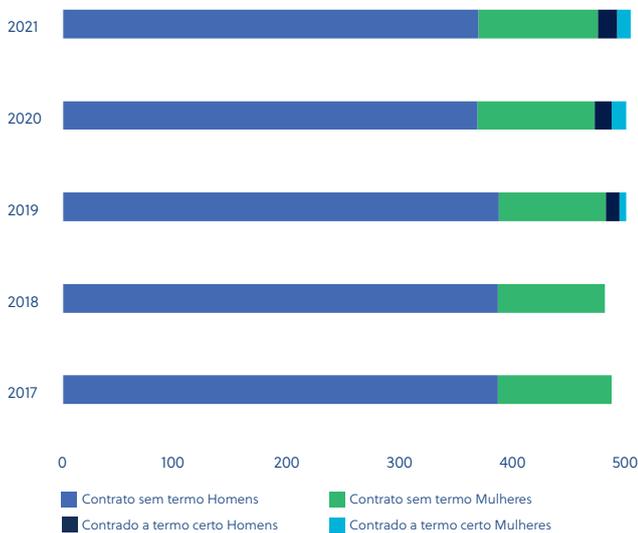
Em curso desde 2019, o projeto contou com algumas interrupções entre março 2020 e janeiro 2021, devido à pandemia. Em 2021, a Docapesca retomou o acompanhamento do projeto. A sua ação incide sobretudo sobre a comunicação e divulgação estratégica do projeto junto das comunidades piscatórias.

4.4. AS NOSSAS PESSOAS E COMUNIDADES

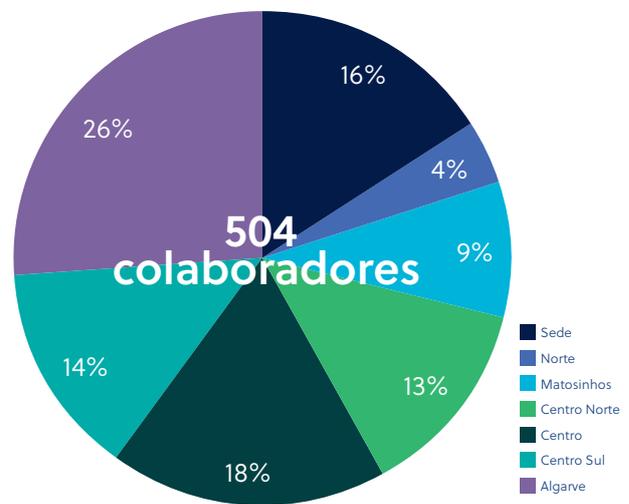
a) Gestão do talento

A Docapesca conta, em 2021, com um total de 504 trabalhadores, distribuídos de Norte a Sul, no litoral de Portugal Continental. Apresenta um capital humano estável, em que 94% dos trabalhadores têm contrato sem termo e 99,9% estão em regime de tempo integral.

 **NÚMERO TOTAL DE COLABORADORES POR DURAÇÃO DE CONTRATO E POR GÉNERO**



 **DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DE COLABORADORES**



Reconhece a importância da formação profissional, encarando-a como uma ferramenta estratégica de gestão, estruturante para o aperfeiçoamento das práticas laborais existentes e também como forma de capacitar e motivar os seus trabalhadores. Deste modo, elabora um Plano Plurianual de formação, apostando na realização de ações de formação profissional internas e externas. Adicionalmente, tem previsto, no seu Acordo de Empresa, o subsídio de apoio ao estudo para todos os trabalhadores que frequentemente com aproveitamento o ensino superior, em área relevante para a empresa.

Remete-se para a Tabela GRI (indicadores 102-8, 401-1, 404-1, 404-3) e capítulo 5 “Direção de Recursos Humanos” para mais informações sobre as práticas contratuais, progressão na carreira e valorização do capital humano.

A empresa tem assumido o compromisso de introduzir mudanças para promover e incorporar uma cultura de diversidade e inclusão num setor de atividade que é histórica, cultural e predominantemente representado por pessoas do género masculino. Reconhece explicitamente

que a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres é um direito elementar, pelo que devem ser implementadas políticas transversais e positivas que permitam que esse direito seja uma realidade. Está comprometida em promover uma mudança na cultura da empresa, integrando a igualdade nos seus atos de gestão e em reduzir e prevenir desequilíbrios neste âmbito.

O compromisso com a promoção da igualdade e não discriminação surge expresso no [Plano para a Igualdade e Não Discriminação](#), assim como referido no [Código de Conduta](#) e na [Carta de Princípios da Docapesca](#).

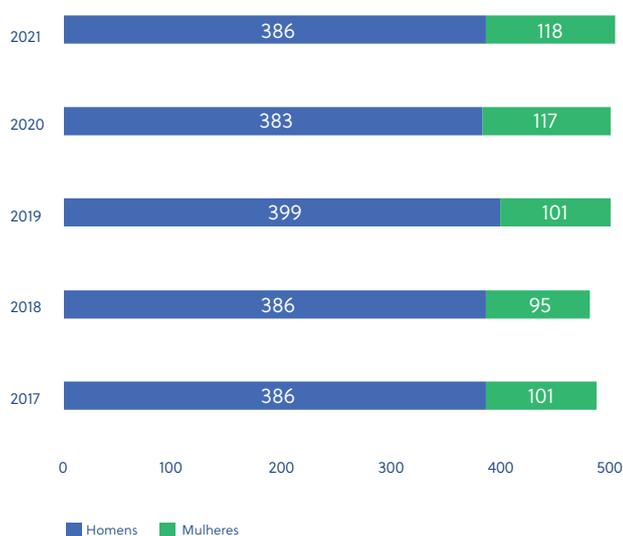
No cômputo geral, a estrutura do quadro de pessoal da Docapesca é composta maioritariamente por trabalhadores de sexo masculino, com as mulheres a representarem, em 2021, 23% da força de trabalho da empresa. Tal deve-se a razões históricas associadas ao setor, à estrutura operativa e à exigência física da grande maioria das funções executadas.

Acréscimo ainda a dificuldade de encontrar mulheres no mercado de trabalho para o preenchimento de vagas para determinadas categorias profissionais, pelo que algumas

são ocupadas maioritariamente ou exclusivamente por homens, como no caso dos operadores de exploração, operadores de venda e operadores técnicos e de manutenção. Apesar desta tendência, na Docapesca existe uma efetiva igualdade de tratamento entre homens e mulheres, relativamente ao critério de admissões.

A percentagem de mulheres é mais expressiva nas funções administrativas (73%), de técnicos (32%) e técnicos superiores (45%). De referir ainda que 46% de cargos dirigentes de 1.ª e 2.ª linha ocupados por mulheres.

DISTRIBUIÇÃO DOS COLABORADORES POR GÉNERO



DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES POR CATEGORIA FUNCIONAL E GÉNERO

CATEGORIA	2020		2021	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
Técnico Superior	55%	45%	55%	45%
Técnico	68%	33%	68%	32%
Administrativo	32%	68%	27%	73%
Operador de Exploração	92%	8%	93%	7%
Operador de Serviços de Apoio	75%	25%	71%	29%
Operador de Venda	93%	7%	94%	6%
Operador Técnico e de Manutenção	100%	0%	100%	0%

Nota: Dados a 31 de dezembro.

A Docapesca conta, em 2021, com um total de 504 trabalhadores, distribuídos de Norte a Sul, no litoral de Portugal Continental. Apresenta um capital humano estável, em que 94% dos trabalhadores têm contrato sem termo e 99,9% estão em regime de tempo integral.

No que diz respeito à Lei nº 62/2017, de 1 de agosto, a Docapesca tem vindo a implementar medidas para cumprir a meta da quota mínima por género de 33,3%, estabelecida pelo regime da representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização das entidades do Setor Empresarial do Estado. Desde o primeiro trimestre do ano de 2021, a empresa conta com uma mulher como vogal do Conselho de Administração, tendo, no entanto e nos anos precedentes (de maio de 2016 a setembro de 2020), este Conselho sido presidido por uma mulher. Remete-se para o capítulo 2, ponto 6, "Remunerações", "a) Órgãos sociais" para informações adicionais.

A Docapesca elabora trienalmente um Relatório de Remunerações por Género para monitorizar o processo de remunerações pagas a mulheres e homens face ao género, tendo como objetivo a prevenção de diferenças injustificadas no âmbito de qualquer remuneração.

A Docapesca assegura a atribuição de remuneração igual a mulheres e homens assente numa política remuneratória transparente, não existindo qualquer diferença na sua atribuição. Para trabalho igual remuneração igual. As remunerações praticadas na Docapesca baseiam-se no Acordo de Empresa, em vigor, e as eventuais diferenças salariais, que possam ser verificadas, entre homens e mulheres, resultam essencialmente da antiguidade dos trabalhadores na empresa.

 **RÁCIO DE REMUNERAÇÃO ENTRE MULHERES E HOMENS, POR CATEGORIA FUNCIONAL**

CATEGORIA	2020	2021
Técnico Superior	0,95	0,95
Técnico	0,93	0,97
Administrativo	0,79	0,77
Operador de Exploração	0,90	0,96
Operador de Serviços de Apoio	0,96	0,96
Operador de Venda	0,94	0,93
Operador Técnico e de Manutenção	-	-

Nota: Dados a 31 de dezembro.

No que diz respeito ao sistema de quotas de emprego para pessoas com deficiência, definido pela Lei n.º 4/2019, de 31 de maio, a Docapesca contabiliza, em 2021, um total de cinco trabalhadores com incapacidade superior a 60%. Encontra-se em fase de transição, conforme legalmente previsto, para assegurar o pleno cumprimento com as quotas definidas, contribuindo para o acesso das pessoas com deficiência ao mercado de trabalho e à oportunidade de desenvolver um percurso profissional.

De referir que para o estabelecimento de uma relação de proximidade e promoção de um diálogo aberto com os trabalhadores, refira-se os mecanismos de envolvimento existentes (ver indicador GRI 102-43) e a comunicação interna. A Docapesca disponibiliza vários canais de comunicação e consulta aos trabalhadores no âmbito da segurança e saúde do trabalho. De referir que está em curso o desenvolvimento de uma *intranet* da empresa, que será uma ferramenta essencial para a promoção de uma comunicação interna mais eficaz e eficiente.

Como fomento da identidade corporativa e da marca, saliente-se a comemoração do 60.º aniversário da Docapesca (ver caixa de destaque). Adicionalmente, a Docapesca tem desenvolvido vários *kits* institucionais (ex. agendas anuais/cadernos, *kits* de refeição, chapéus, garrafa de água de vidro, entre outros), presenteando os trabalhadores no âmbito dos convívios de Natal, assim como os seus filhos (através da oferta de presentes adaptados às diferentes faixas etárias). Os benefícios incluídos no âmbito do Acordo de Empresa constituem *per se* também forte incentivo à motivação dos trabalhadores, contribuindo para a atração e retenção de talento.

b) Segurança no trabalho, saúde e bem-estar dos trabalhadores

A melhoria das condições de segurança e a prevenção de acidentes nos espaços geridos pela Docapesca, juntamente com a promoção do bem-estar físico, mental e social dos trabalhadores, são uma prioridade para a empresa.

A Docapesca possui uma Política de Segurança e Saúde no Trabalho (SST). Nesta reconhece-se que a SST é uma responsabilidade partilhada e comum a todos. Todos os trabalhadores e utilizadores dos espaços, sob a responsabilidade da Docapesca, devem, no desempenho das suas atividades diárias, adotar comportamentos que visem salvaguardar a sua segurança física e a de terceiros, bem como identificar situações de melhoria, quer de processos de trabalho, quer da segurança das infraestruturas. Com a definição e implementação da política, visa-se o desenvolvimento de uma cultura de segurança e saúde efetiva, que mantenha a confiança dos trabalhadores, dos clientes, dos fornecedores e do público em geral. De referir que a Docapesca definiu como objetivo a implementação de um Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho (SGSST) até ao primeiro semestre de 2023.

60.º

ANIVERSÁRIO DA DOCAPESCA

No dia 10 de janeiro de 2021, assinalou-se o 60.º aniversário da Docapesca. São seis décadas de serviço público no âmbito da primeira venda de pescado, nas suas diferentes valências, não só na gestão e modernização dos portos de pesca e lotas, mas também cumprindo a sua importante função social de apoio a um setor de relevância estratégica para Portugal.

No âmbito das comemorações, foram desenvolvidas, ao longo do ano de 2021, um conjunto de iniciativas das quais se destacam: o lançamento do concurso mARTE (Cap. 3. b) Lixo Marinho); o lançamento de seis documentários e entrevistas a partes interessadas preparados pelo realizador Francisco Manso e que foram publicados faseadamente ao longo de seis meses; o lançamento de um livro de fotografia onde se pretendeu registar e imortalizar aqueles que são os rostos que povoam os portos de pesca e as lotas do país.

No que diz respeito aos acidentes de trabalho, a Docapesca continua a prosseguir o objetivo de querer atingir a máxima de "zero acidentes". Assumem-se como principais riscos profissionais, decorrentes das atividades desenvolvidas na empresa, os riscos de carácter físico, relacionados com as condições estruturais, máquinas e equipamentos, e os riscos de carácter ergonómico, decorrentes do manuseamento manual de cargas, ritmo elevado de trabalho, monotonias, repetibilidade de tarefas e posturas inadequadas de trabalho.

ACIDENTES DE TRABALHO

	2019	2020	2021
N.º acidentes de trabalho	28	29	35
Horas trabalhadas	845.772	896.330	922.640
Tx. frequência de acidentes de trabalho	33,1	32,4	37,9

A Docapesca trabalha continuamente na compreensão das causas dos acidentes, na melhoria das condições de trabalho e segurança e requalificação dos espaços, na proteção e capacitação dos trabalhadores

Os acidentes ocorrem, predominantemente, no espaço da lota e resultam de quedas ao mesmo nível e do incorreto manuseamento manual de cargas, originando lesões de tipo entorses e luxações nos pés, mãos e costas. Felizmente não houve mortes a lamentar nem doenças profissionais a registar. De referir, que muitos dos acidentes não se traduzem em incapacidade para o trabalho e que a grande maioria são de baixa gravidade.

Apesar dos acidentes de trabalho terem sofrido um aumento nos últimos dois anos, ressalva-se que existe uma prática/cultura generalizada de comunicação dos acidentes, mesmo dos menos graves, o que justifica o incremento verificado no número de acidentes reportados.

A Docapesca trabalha continuamente na compreensão das causas dos acidentes, na melhoria das condições de trabalho

e segurança/requalificação dos espaços, na proteção (através da disponibilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI)) e capacitação dos trabalhadores. Todos os anos a empresa ministra ações de formação no âmbito da SST, cujos conteúdos estão devidamente adaptadas às atividades da empresa. Estas ações são essenciais para reforçar as competências dos trabalhadores no âmbito do desempenho das suas funções, prevenir as práticas inseguras e a ocorrência de acidentes de trabalho e doenças profissionais.

FORMAÇÃO EM SST

	2019	2020	2021
N.º de ações de formação	66	98	23
N.º de horas de formação	417	488	724
N.º de participantes	307	383	611

Ao nível da promoção da saúde e paralelamente aos serviços de medicina no trabalho, legalmente definidos e disponibilizados a todos os trabalhadores, a empresa também proporciona um seguro de saúde aos trabalhadores do seu quadro efetivo (ver promoção do bem-estar dos trabalhadores).

Em 2021 e à semelhança do ocorrido no ano anterior, e em virtude da pandemia de COVID-19, foi reforçado o foco na proteção da saúde dos trabalhadores, para fazer face à urgência e complexidade da situação vivida. Este traduziu-se na implementação de ações dedicadas à prevenção e proteção COVID-19, com reforço dos protocolos de higienização dos postos de trabalho e equipamentos, dos meios de proteção individual, medição da temperatura, realização de testes rápidos de antigénio para despiste de infetados, entre outras. Foram realizadas ações de informação e sensibilização dos trabalhadores para os riscos e medidas preventivas a implementar no combate à COVID-19.

O bem-estar dos trabalhadores foi sempre um aspeto relevante para a Docapesca, tanto do ponto de vista da conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar, como da valorização pessoal e profissional e promoção de um bom ambiente de trabalho. Ao diminuir as situações de conflito entre o trabalho e a vida familiar e pessoal e promover a sua conciliação, está-se a contribuir para aumentar o nível da satisfação dos trabalhadores, melhorar o seu desempenho profissional e a produtividade. Neste âmbito destacam-se um conjunto de benefícios previstos no âmbito do Acordo de Empresa:

- A prática de horário flexível (incluindo a abertura para o teletrabalho) para prestar apoio familiar, devidamente fundamentado, sem perda de direitos ou remuneração adquiridos;

- Um seguro de saúde, para promover o acesso aos cuidados de saúde, quer aos trabalhadores, quer aos seus familiares;
- Um complemento de subsídio de doença e de acidentes de trabalho;
- Um subsídio de estudo para desenvolver as habilitações literárias;
- Quatro dias de dispensa por ano (remunerados e sem apresentação de justificação);
- O pagamento de dias de ausência ao trabalho por assistência à família;
- O patrocínio de atividades desportivas, nomeadamente, corridas para promover a participação ativa dos trabalhadores;
- A celebração de protocolos com cadeias de ginásios;
- Subsídio de casamento, no valor de 500€, por colaborador e ainda o direito a 10 dias úteis de férias para gozo de lua-de-mel;
- Adiantamento por conta da remuneração, correspondente ao máximo de 15% da remuneração anual do colaborador, para fazer face a despesas inesperadas e inadiáveis (ex. cirurgias, substituição/manutenção de veículo pessoal, pagamento de propinas da escola dos filhos, entre outros).

A Docapesca promove ainda ações de reforço da literacia no âmbito da alimentação saudável, associada ao consumo de pescado. Canaliza essencialmente estas informações através das redes sociais, associadas às campanhas externas que realiza no âmbito da comunicação e sensibilização ao consumidor.

c) Interação com a comunidade

A Docapesca estabelece um estreito relacionamento com as comunidades locais das zonas costeiras, de norte a sul do continente português, em especial com as comunidades piscatórias e com aquelas que operam no mesmo setor e que se situam geograficamente próximas. Dá um importante contributo para o desenvolvimento das zonas envolventes, para a sua sustentabilidade económica e social, não só ao nível dos operadores comerciais envolvidos nesta área de negócio como das próprias comunidades.

A este nível, a Docapesca: (1) garante o pagamento diário/semanal à produção no menor prazo possível; apoia as comunidades locais e o setor da pesca, através (2) dos projetos de valorização do pescado, dos portos de abrigo e grande diversidade de serviços prestados e (3) de ações de responsabilidade social.

Como parte das suas atribuições, a empresa procede à retenção de receitas públicas e à prestação de serviços institucionais, retendo – e entregando posteriormente à Autoridade Tributária e à Segurança Social – o IVA devido pelos comerciantes na compra de pescado e cativando,

A Docapesca: (1) garante o pagamento diário/semanal à produção no menor prazo possível

mediante descontos efetuados ao valor das vendas das embarcações de pesca local e costeira, as contribuições dos armadores/pescadores para a Segurança Social.

Consciente da importância de um pagamento atempado aos armadores e do seu impacto na remuneração dos respetivos trabalhadores, e como parte de uma atuação socialmente responsável, é preocupação da Docapesca que a efetivação do pagamento aos produtores se dê em menor tempo do que aquele definido pela Portaria n.º 9/89, de 4 de janeiro. O prazo de pagamento legalmente instituído é o 3.º dia, no entanto, a Docapesca tem reduzido este prazo médio para cerca de um dia útil (ver tabela).



PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO AOS ARMADORES (EM DIAS ÚTEIS)

	2019	2020	2021
Prazo médio de pagamento	1,36	1,16	1,44

Esta atuação fomenta, junto dos agentes do setor, uma atividade potenciadora do trabalho digno e um crescimento económico sustentável, dando cumprimento às obrigações legais e visando a proteção social e fiscal dos produtores.

No âmbito da interação com as comunidades locais, em 2021, deu-se continuidade ao programa CCL Social (ver caixa de destaque), surgido como resposta à pandemia de COVID-19. Merece igualmente destaque o investimento da empresa na recuperação e a instalação de um espaço de divulgação da atividade piscatória do edifício da antiga lota de Sages, designado como Centro de Interpretação da Lota de Sagres, tão relevante para a região na preservação das memórias da comunidade piscatória local (ver caixa de destaque).

CCL SOCIAL: DOAÇÃO DE PESCADO A FAMÍLIAS CARENCIADAS

O projeto CCL Social insere-se na vertente social da campanha de promoção do pescado nacional – CCL - Comprovativo de Compra em Lota (Cap. 3.c) Maximização do Valor do Pescado). Através desta medida, incluiu-se o pescado nos programas de apoio locais a famílias carenciadas, reforçando o apoio social em várias comunidades e as relações de proximidade com as autarquias locais. O pescado doado foi adquirido pela Docapesca aos armadores das várias lotas abrangidas, beneficiando também os pescadores a escoar o seu próprio pescado.

Em 2021, aumentou-se a quantidade de pescado doado semanalmente, de 100 kg para 200 kg por lota. No total, desde o início do projeto, doaram-se mais de 33,4 toneladas de pescado, no valor de 27 193,64 €, tendo-se contado com o envolvimento de 23 Juntas de Freguesia, de norte a sul do país.



O edifício da antiga lota de Sagres deu lugar ao Centro de Interpretação da Lota de Sagres. Inaugurado em julho de 2021, o Centro tem como objetivo aumentar o conhecimento sobre a atividade piscatória e a sua importância, económica e social, para a região.

Durante a sessão de inauguração, foi assinado o Protocolo de Colaboração, entre a Docapesca e a Câmara Municipal de Vila do Bispo, que visa estabelecer as condições de colaboração entre as partes com vista a assegurar o funcionamento do Centro de Interpretação da Lota de Sagres. Através deste protocolo, a Docapesca cedeu à Câmara Municipal de Vila do Bispo a exploração do Centro, que passou também a integrar a rede de museus e centros de interpretação do concelho.

4.5. AS NOSSAS OPERAÇÕES

a) Manutenção e modernização dos estabelecimentos

A Docapesca reconhece que a manutenção e modernização de equipamentos e infraestruturas associados às lotas, portos de pesca e áreas portuárias, é essencial para garantir a segurança de pessoas e bens e as boas condições da primeira venda de pescado.

O plano de modernização e beneficiação da Docapesca visa melhorar os serviços prestados, nomeadamente as condições higio-sanitárias e o comportamento energético e ambiental, assegurar as condições operacionais e garantir a qualidade e a segurança. A política de investimentos da Docapesca, com vista à requalificação dos estabelecimentos de primeira venda e áreas adjacentes, necessárias ao funcionamento da empresa, bem como das infraestruturas conexas, traduz-se em benefícios, económicos, sociais e ambientais, diretos e indiretos, para as comunidades onde as lotas e portos estão inseridos.

Anualmente são identificadas as ações a estabelecer com vista à reabilitação/requalificação de infraestruturas e à modernização e/ou construção de novas (ver capítulo 5, Direção de Infraestruturas e Modernização de Ativos" e "Direção de Segurança e Manutenção").

Verifica-se uma tendência crescente nos investimentos de modernização e requalificação realizados pela Docapesca. Estes são executados com recurso aos fluxos de caixa gerados pelas atividades operacionais e aos subsídios recebidos. No sentido de melhor potenciar o orçamento disponível para investimento, a Docapesca tem recorrido aos mecanismos de financiamento disponíveis, com maior incidência no Programa Operacional MAR2020, aos quais tem apresentado diversas candidaturas.

INVESTIMENTOS (MILHÕES DE EUROS)



De referir ainda que decorrem atividades regulares de manutenção preventiva e corretiva das infraestruturas e equipamentos dos portos de pesca e áreas dominiais sob responsabilidade da Docapesca. Para relato das anomalias e identificação de necessidades de intervenção curativa/corretiva, foi implementada uma ferramenta informática de gestão de pedidos de assistência técnica (portal de *Helpdesk*). Em 2021 destaca-se também o desenvolvimento das seguintes atividades:

- Foi finalizada a otimização dos processos relacionados com o estabelecimento e acompanhamento de contratos de serviços de manutenção, de projetos, empreitadas e fiscalizações e com o desenvolvimento, implementação e monitorização do PIC – Plano de Investimentos Correntes e PIE – Plano de Investimentos Específicos; e
- Foi dada continuidade ao processo de implementação de um sistema de indicadores de desempenho dos equipamentos críticos e da atividade de manutenção.

b) Segurança alimentar e certificações

Na Docapesca, a segurança alimentar constitui um dos valores da empresa. A Docapesca tem apostado na implementação e melhoria do seu Sistema de Gestão da Segurança Alimentar, através da certificação, de acordo com a NP EN ISO 22000, das suas lotas.

Os princípios do HACCP - Hazard Analysis and Critical Control Points são assegurados pela totalidade das lotas com NCV - Número de Controlo Veterinário, mesmo que não estejam ainda certificadas. É objetivo alargar, progressivamente, a certificação às restantes lotas, até final de 2023, e assegurar, simultaneamente, a manutenção da certificação das restantes. A empresa visa igualmente manter o NCV em todos os estabelecimentos que já o detêm, pretendendo que os postos de vendagem que são requalificados passem também a ter NCV.

Para além das auditorias internas e externas no âmbito da certificação, a Docapesca é sujeita regularmente a vistorias pela Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), controlos de verificação pela Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), e visitas de outras entidades reguladoras e fiscalizadoras, por forma a verificar a conformidade com os requisitos aplicáveis.

A segurança alimentar constitui um dos valores da empresa

DOZE LOTAS CERTIFICADAS NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

12  LOTAS

5  ANOS

A Docapesca tem apostado na certificação do seu Sistema de Gestão da Segurança Alimentar. Atualmente são doze as lotas com certificação, segundo o referencial normativo ISO 22000, atribuída pela APCER, entidade independente e devidamente acreditada para o efeito.

Em 2021, a certificação foi alargada às lotas de Peniche, Rio Arade e Olhão, tendo igualmente sido renovada a certificação das lotas de Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Aveiro, Figueira da Foz, Sesimbra, Setúbal, Sagres, Quarteira e Vila Real de Santo António.

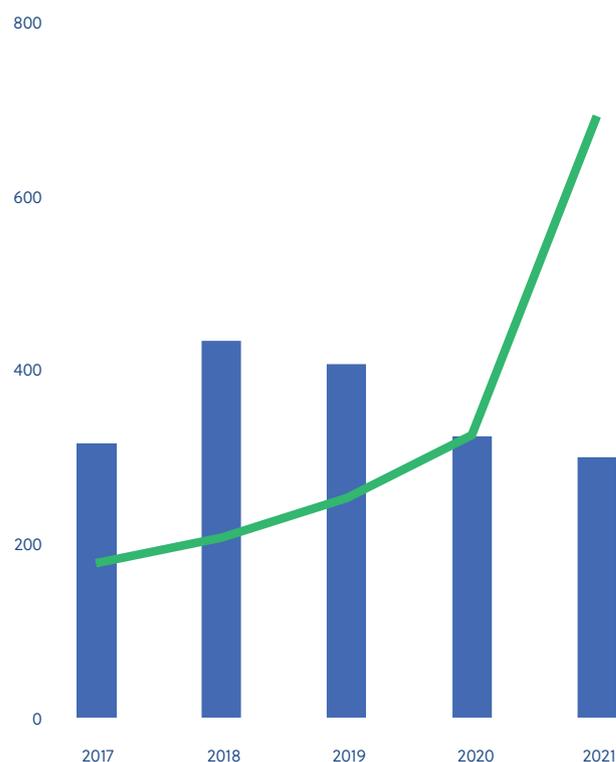
Esta certificação é essencial na medida em que a Docapesca tem a responsabilidade pela aplicação das normas de segurança alimentar ao pescado transacionado nas lotas do continente português, contribuindo também para a valorização do produto e para o reforço da rastreabilidade do pescado e da informação ao consumidor. Garante-se, assim, de forma independente e imparcial, o reconhecimento de que os produtos são fornecidos de forma segura, com qualidade e em conformidade com as exigências definidas pelas normas respetivas.

Com a publicação da [Política de Segurança Alimentar](#) e a introdução de boas práticas nos seus estabelecimentos, incluindo as fábricas de gelo, ações de modernização e requalificação das instalações, a Docapesca assegura o cumprimento dos requisitos legais, regulamentares e códigos de boas práticas em matéria de segurança alimentar.

A maior parte das suas instalações estão dotadas de Planos de Higiene e Segurança Alimentar, baseados nos princípios do HACCP, apostando em pré-requisitos como a capacitação do pessoal, qualidade das águas e do gelo, higienizações, manutenções, cadeias de frio, controlos de pragas e subprodutos. A Docapesca tem reforçado a formação e sensibilização na área da segurança alimentar, assegurando que os trabalhadores se mantêm conscientes das suas responsabilidades neste âmbito e que as ações formativas são de índole prática e adaptadas, o mais possível, à realidade de cada local.

Em 2021, e na sequência da alteração do procedimento de gestão do processo formativo, para além das ações de formação certificadas iniciaram-se ações de capacitação, sendo partes destas formações de pequena duração e ministradas por trabalhadores da empresa, que são agora registadas através de formulário próprio e contabilizadas, o que justifica o aumento verificado no número de participantes face ao número de horas ministradas. Este novo procedimento permite evidenciar o cumprimento com os requisitos da norma ISO 22000 e com os procedimentos de segurança alimentar, nos quais se identificam

FORMAÇÃO EM SEGURANÇA ALIMENTAR





concretamente todos os trabalhadores que fazem parte das equipas de Segurança Alimentar, permitindo assim uma melhor gestão e identificação de formandos, pois estes têm a obrigatoriedade de ter formação nas áreas relevantes de segurança alimentar.

A Docapesca assume ainda o papel de envolver os pescadores, armadores e comerciantes no cumprimento dos requisitos de segurança alimentar, contribuindo para uma maior valorização do pescado, desde a captura até ao desembarque em lota e posterior comercialização. Destaca-se, em 2021, a publicação do “[Código Nacional de Boas Práticas para Embarcações de Pesca](#)” (ver caixa de destaque).

Sob o mote “Boas Práticas” e “ABC da Segurança Alimentar”, a Docapesca publica regularmente, nas redes sociais, informação útil neste âmbito. Disponibiliza também fichas técnicas de produto relativas às espécies transacionadas em lota e promove ações de informação e sensibilização dirigidas a vários intervenientes da cadeia de valor do pescado, como pescadores, armadores e comerciantes. A rastreabilidade e a melhoria da informação ao consumidor são também apostas da Docapesca.

CÓDIGO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS PARA EMBARCAÇÕES DE PESCA

A Docapesca, com a colaboração do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), lançou, em maio de 2021, o Código Nacional de Boas Práticas para Embarcações de Pesca. Esta publicação tem como principal objetivo sensibilizar os armadores e respetiva tripulação para o cumprimento da legislação e aplicação de boas práticas. Baseia-se na legislação comunitária e nacional em matéria de higiene e segurança do pescado.

O Código teve como base quatro ideias chave: (1) a minimização do processo de decomposição natural do pescado; (2) as normas de higiene da embarcação, dos materiais e da tripulação; (3) o correto manuseamento e conservação do pescado a bordo; (4) o transporte do pescado até à lote onde é transacionado. Assim, pretende-se promover uma maior consciencialização e abertura do setor produtivo para a melhoria contínua das suas metodologias e, desta forma, contribuir para a valorização do pescado.

O documento foi publicado no Portal da Comissão Europeia (Registo de guias nacionais de boas práticas de higiene) e pode ser consultado no [site da Docapesca](#), no portal da [DGAV](#) e no portal da [Comissão Europeia](#).

c) Energia e mobilidade

Ciente de que o combate às alterações climáticas é um dos maiores desafios que a Humanidade enfrenta e da necessidade de se promover a otimização dos recursos, a redução de emissões de gases com efeito de estufa (GEE) e de custos, a Docapesca aposta na eficiência energética e na promoção da mobilidade sustentável.

A energia consumida pela Docapesca encontra-se fundamentalmente relacionada com os consumos de: (1) energia elétrica – associada à iluminação pública dos Portos de Pesca e dos seus edifícios; ao funcionamento de instalações e equipamentos, como câmaras frigoríficas, fábricas de gelo, máquinas de lavagem de caixas para o acondicionamento de pescado; e aos equipamentos informáticos; (2) combustíveis – relacionados com a frota automóvel da empresa, distribuída pelas várias unidades orgânicas da sede e direções de portos e lotas, e com os geradores de emergência (com menor expressão).

A energia elétrica assume-se como a principal fonte de energia da Docapesca, representando 90% do total do consumo de energia. Entre os combustíveis fósseis, o consumo de gasóleo assume maior expressão (89% do total de combustíveis).

De uma forma geral, as variações dos consumos de energia elétrica registados no período considerado, encontram-se diretamente associadas às atividades da primeira venda de pescado e produção de gelo, isto é, à variação da venda de pescado em lota e, consequentemente, das atividades conexas que se desenvolvem nestas infraestruturas.

A redução no consumo de combustível a partir do ano de 2020 é um reflexo da aposta em viaturas elétricas e híbridas, para além dos efeitos da pandemia.

CONSUMO DE ENERGIA (GJ)

	2019	2020	2021
Gasóleo	1.556	1.327	1.328
Gasolina	206	172	157
Eletricidade	18.675	19.878	20.301
Solar fotovoltaico	0	14	369
Total de energia consumida	20.437	21.391	22.154

Nota 1: Os consumos de eletricidade são referentes aos portos de pesca: Póvoa de Varzim, Viana do Castelo, Matosinhos, Aveiro, Figueira da Foz, Nazaré, Peniche, Sesimbra, Setúbal, Sines, Sagres, Olhão, Lagos, Rio Arade, Albufeira, Quarteira, Vila Real de Santo António.

Nota 2: Não inclui a eletricidade das instalações cedidas a terceiros e cujo valor é faturado pela Docapesca aos seus utentes.



EMISSÕES DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA ASSOCIADAS AO CONSUMO DE ELETRICIDADE (TON CO2)

	2019	2020	2021
Emissões indiretas – âmbito 2	1.310	1.113	1.137

Nota: as emissões de âmbito 2 foram calculadas com base no método baseado na localização (*location-based approach*). Ver Tabela GRI, indicador 305-2, para mais informações.

No âmbito das obras de modernização e requalificação das infraestruturas e da elaboração de projetos de instalações e equipamentos elétricos, a Docapesca tem investido na monitorização dos consumos e na otimização do comportamento energético de edifícios e equipamentos, através de:

- Manutenção dos sistemas de gestão técnica centralizada, que permitem obter a monitorização dos consumos de energia elétrica das lotas, das unidades de alimentação ininterrupta de energia (UPS), da supervisão dos registadores de temperatura, e a monitorização de outros equipamentos. De referir que o comando e monitorização da iluminação exterior e interior das lotas é atualmente uma realidade em algumas lotas e portos de pesca da empresa.
- Substituição da iluminação exterior dos portos e estaleiros navais por sistemas LED mais eficientes.

No contexto económico, a empresa efetua anualmente concursos públicos para o fornecimento de energia elétrica, no sentido de se obterem tarifas mais vantajosas.

A Docapesca tem apostado, desde 2020, na produção de energia renovável, nomeadamente através da instalação de parques solares fotovoltaicos, em portos de pesca, em sistema UPAC (Unidade de Produção de Autoconsumo). De salientar, em 2021, a instalação do Parque Solar Fotovoltaico em sistema UPAC no Porto de Pesca do Rio Arade (ver caixa de destaque).

Associado ao abate de viaturas da frota, a Docapesca tem investido na aquisição de veículos híbridos e elétricos, com uma redução gradual dos consumos de gasolina e gasóleo. Em 2021 foi adquirida uma nova viatura elétrica, totalizando-se quatro viaturas elétricas e três híbridos. De referir que em consequência da pandemia de COVID-19, em 2021 e à semelhança do ano anterior, as deslocações em serviço foram reduzidas, o que contribuiu para a redução do consumo de combustível.

Em 2021, foi ainda realizado um estudo sobre mobilidade sustentável (ver caixa de destaque).

SISTEMA UPAC NO PORTO DE PESCA DO RIO ARADE

Com o objetivo de aumentar a produção de energia renovável para autoconsumo, a Docapesca procedeu à instalação de um novo Parque Solar Fotovoltaico em sistema UPAC (Unidade de Produção de Autoconsumo), neste caso no Porto de Pesca do Rio Arade. A sua instalação deu-se ao abrigo do Decreto-Lei n.º 162/2019, de 25 de outubro.

A Central entrou em funcionamento em setembro de 2021 e estima-se uma produção energética anual de 260MWh e uma redução de CO2 de 182 toneladas por ano, contribuindo, deste modo, para uma redução da pegada de carbono da Docapesca.

ESTUDO SOBRE MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

Com o surgimento da pandemia e a adoção das respetivas regras sanitárias, verificou-se uma tendência generalizada para o aumento da utilização do transporte automóvel individual, cujo objetivo da Docapesca será inverter. Pretende-se motivar os trabalhadores a encontrarem formas de mobilidade alternativas à utilização do veículo individual, nas suas deslocações pendulares entre casa e o local de trabalho, e a adotarem uma mudança nos seus hábitos, privilegiando a utilização de transporte público coletivo e/ou o recurso a modos de mobilidade suave.

Neste contexto, a Docapesca apresentou um programa, em três etapas, de motivação para a mobilidade sustentável dos trabalhadores. A primeira etapa do programa, iniciada em dezembro de 2021, constituiu na caracterização das formas de mobilidade utilizadas nas deslocações pendulares dos trabalhadores, através do preenchimento de um inquérito inicial, por parte dos trabalhadores aderentes, sobre os seus hábitos de mobilidade.

Da análise do inquérito verifica-se que existe uma elevada relutância dos trabalhadores em fazer a passagem do transporte individual para o transporte público, essencialmente devido à rapidez e falta de alternativas de trajeto. Em 2022 dar-se-á continuidade ao programa, através de etapas progressivas, cada uma delas com um nível de compromisso distinto por parte de cada trabalhador aderente.

d) Gestão de água e efluentes

A Docapesca, à semelhança, do que sucede com o recurso energia, reconhece a importância de salvaguardar o recurso água e da necessidade de um uso otimizado, evitando o seu desperdício e reduzindo o seu consumo. É consumidora, na sua maioria, de água doce fornecida pela rede pública, e, em menor quantidade, de água salgada captada e tratada pela empresa.

O consumo de água doce está associado fundamentalmente às seguintes atividades: manutenção das condições de higiene e limpeza das áreas portuárias e das suas infraestruturas; produção de gelo efetuada nas fábricas de gelo; lavagem e higienização das caixas de acondicionamento de pescado, efetuada a quente por máquinas de lavagem de caixas, com recurso a detergentes adequados à área alimentar e não nocivos para o ambiente; higiene pessoal dos trabalhadores, através da utilização de balneários e sanitários.

A água salgada é utilizada em alguns locais para a lavagem dos pavimentos da área de exploração da lota. Adicionalmente, a Docapesca capta, armazena e efetua o tratamento da água salgada que é fornecida aos armadores para utilização na descarga do pescado. A qualidade desta água é garantida através da sua monitorização e do seu tratamento, equivalente ao da água para consumo humano, consistindo na utilização de produtos químicos de qualidade adequada, nomeadamente o hipoclorito de sódio.

Os consumos de água doce encontram-se relacionados com a dimensão dos portos de pesca e das suas infraestruturas e ao volume das atividades aí desenvolvidas, associadas à primeira venda de pescado, nomeadamente a produção de gelo. O consumo de água registado nas instalações cedidas a terceiros é faturado pela Docapesca aos utentes.

Os consumos de água doce da empresa têm sofrido algumas oscilações, registando-se no ano de 2021 um aumento face a 2020, em resultado da maior atividade comercial nos portos de pesca e lotas.

CONSUMO DE ÁGUA (M³)

	2019	2020	2021
Água adquirida a terceiros (entidades gestoras municipais)	454.848	349.798	397.442

Nota 1: Os consumos de água são referentes aos portos de pesca: Póvoa de Varzim, Viana do Castelo, Matosinhos, Aveiro, Figueira da Foz, Nazaré, Peniche, Sesimbra, Setúbal, Sines, Sagres, Olhão, Lagos, Rio Arade, Quarteira, Vila Real de Santo António.

Nota 2: Não inclui a água das instalações cedidas a terceiros e cujo valor é faturado pela Docapesca aos seus utentes.

A Docapesca tem implementado ações para monitorizar e otimizar a utilização deste recurso, através do reforço do número de contadores de água e controlo dos fornecimentos/consumos, procurando reduzir os impactes, quer do seu consumo, quer da descarga de efluentes.

No que diz respeito à descarga de efluentes, esta dá-se essencialmente para a rede municipal de esgotos e rede de águas pluviais. Em Vila Nova de Milfontes existe também uma estação de tratamento de águas residuais, com tratamento primário e secundário, que descarrega em meio marítimo.

De salientar que a Docapesca aposta, no âmbito dos projetos de modernização e requalificação das suas infraestruturas, na renovação das redes de água e esgotos, na instalação de novas captações e beneficiação dos sistemas de tratamento e armazenamento de água salgada.

e) Promoção da economia circular

A Docapesca está comprometida em garantir uma gestão eficiente dos recursos e resíduos, privilegiando a sua redução, valorização e a procura de soluções que promovam a economia circular.

As suas ações neste âmbito refletem-se não só nas práticas de gestão de resíduos, como a montante, no âmbito do consumo das matérias-primas. É preocupação da Docapesca melhorar continuamente os seus requisitos de compra, por forma a integrar critérios ambientais neste âmbito.

A tipologia e quantidade de matérias-primas usadas pela Docapesca refletem a dependência dos recursos naturais e os impactes que estas têm na sua disponibilidade. No exercício da atividade da empresa destacam-se como principais matérias-primas:

- O plástico predominantemente associado às caixas para acondicionar o pescado;
- O algodão e materiais sintéticos usados no vestuário de trabalho da empresa (manutenção, fábricas de gelo, exploração), sendo que a empresa tem apostado na aquisição da prestação de serviços de aluguer operacional e higienização do vestuário de trabalho para os trabalhadores da 1.ª venda de pescado;
- O papel associado às atividades administrativas, sendo que o foco na desmaterialização dos procedimentos tem resultado na redução do seu consumo e na produção desta tipologia de resíduos.

Destaca-se, no caso das caixas de plástico para acondicionamento de plástico, que a Docapesca privilegia a utilização de matérias recicladas, sempre que legalmente e operacionalmente possível. Neste caso, a utilização de materiais reciclados está restrita às caixas utilizadas para evitar o contacto com o solo das restantes caixas de acondicionamento direto do pescado (as quais têm que ser produzidas em matéria-prima virgem, dado o contacto direto com o produto alimentar). Em 2021, foram adquiridas, do total de caixas PEAD para pescado, 6,8% de caixas em material reciclado.


CONSUMO DE MATERIAIS NÃO RENOVÁVEIS E RECICLADOS (TONELADAS) – CAIXAS DE PLÁSTICO

	2019	2020	2021
PEAD reciclado (caixas azuis)	1,7	6,2	5,8
Total de PEAD	113	99	84
Percentagem de materiais reciclados	1,5%	6,3%	6,8%

Nota: PEAD - Polietileno de alta densidade

Decorrente das atividades nas lotas, nomeadamente da escolha do pescado que não entra no circuito comercial e de produtos da pesca que não tenham sido comercializados no leilão, são gerados subprodutos de origem animal não destinados ao consumo humano (SPOA). Estes são enquadrados na categoria M³, que, de acordo com a legislação comunitária, correspondem aos subprodutos próprios para consumo humano, mas que, por motivos comerciais não têm esse destino, e, como tal, são encaminhados pela empresa para a indústria da farinha animal. Os SPOA contaminados com substâncias perigosas, com sinais de doença transmissível ou da mistura de categorias (enquadrados nas categorias M1 e M2), ocorrem pontualmente, e são encaminhados para incineração.

No que diz respeito à gestão de resíduos, esta incide sobre os resíduos produzidos nas áreas portuárias sob a gestão e jurisdição da Docapesca. Decorrem das atividades desenvolvidas nestas áreas, do lixo marinho produzido nas embarcações e retirado do mar (ver "Lixo marinho"), e dos resíduos decorrentes da atividade da primeira venda de pescado desenvolvida nas lotas.

Em 2021, produziram-se 2.735 toneladas de resíduos, 93,6% dos quais são resíduos não perigosos e 6,4% resíduos perigosos. Do total de resíduos gerados, 85,4% foram encaminhados para eliminação e 14,6% para valorização.

RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS (TONELADAS)	2019	2020	2021
Embalagens de plástico (1)	46,2	66,9	59,6
Redes de pesca (plástico) (2)	20,8	50,6	2,7
Madeira (3)	134,0	182,0	144,0
Embalagens de papel e cartão (4)	24,5	18,4	17,5
Resíduos indiferenciados (5)	2.034,0	2.299,0	2.335,0
Total	2.259,4	2.616,9	2.558,7

Códigos da Lista Europeia de Resíduos (LER):

(1) LER 150102; (2) LER 020104; (3) LER 150103; (4) LER 150101; (5) LER 200301

RESÍDUOS PERIGOSOS (TONELADAS)	2019	2020	2021
Óleos usados (1)	150,8	157,7	164,0
Absorventes e filtros de óleo (2)	0,7	6,6	0,3
Embalagens contaminadas (3)	10,1	8,5	12,1
Total	161,6	172,8	176,4

Códigos da Lista Europeia de Resíduos (LER):

(1) LER 130208*; (2) LER 150202* e LER 160107*; (3) LER 150110*

Os resíduos que assumem maior relevância, tanto pela sua tipologia como pela sua quantidade, são os decorrentes das áreas portuárias, encontrando-se a sua gestão diretamente associada à manutenção das condições de limpeza e salubridade dos portos de pesca. Esta gestão encontra-se incorporada nas prestações dos serviços de limpeza, higienização e gestão de resíduos, contratadas. Neste âmbito tem-se investido igualmente na melhoria continua destas prestações de serviços, através da introdução de ajustes e alterações nos conteúdos contratados, nomeadamente ao nível do armazenamento, triagem e encaminhamento dos resíduos, no sentido da sua melhor e mais eficiente gestão, privilegiando-se, sempre que possível, as operações de valorização (ex. reciclagem). Adicionalmente, os prestadores de serviço na área dos resíduos, no decurso das suas atividades, vão sensibilizando os utilizadores dos espaços para o correto acondicionamento e separação dos resíduos.

No que diz respeito aos resíduos associados à exploração dos edifícios das lotas e dos serviços centrais, estes representam uma pequena parcela da quantidade total produzida pela empresa, sendo essencialmente compostos por embalagens de plástico (associadas à primeira venda de pescado) e papel (associado às atividades administrativas), respetivamente.

No âmbito da promoção da economia circular importa referir:

- O encaminhamento dos resíduos das caixas de pescado como matéria-prima para o fabrico de equipamentos similares;
- O encaminhamento de EPS (caixas de esferovite) para valorização. Estas usualmente não eram recicladas (devido à presença de escamas e odores), mas através do projeto desenvolvido pela empresa [BEWI](#), ao qual a Docapesca se associou, passou-se a assegurar um melhor destino.
- O encaminhamento para valorização das redes de pesca, através de um piloto desenvolvido na Capitania do Porto de Cascais, no âmbito do [Blue Circular PostBranding Project](#) (ver caixa de destaque).
- A abertura para participação em grupos de trabalho, adesão a outras iniciativas e estabelecimento de parcerias que visem a melhoria da deposição, armazenamento e encaminhamento de resíduos, o aumento das quantidades valorizadas, e a promoção da circularidade dos materiais e da economia azul.

Em 2021, a Docapesca reencaminhou 2.735 toneladas de resíduos produzidos nos portos e recolhidos no mar.

BLUE CIRCULAR POSTBRANDING PROJECT

O Blue Circular Post Branding Project é um projeto piloto desenvolvido nos portos de Cascais e Ericeira, com a missão de fomentar uma produção de artigos duradouros com impacto ambiental, social, visual e de consumo consciente, a partir de lixo marinho. Assenta numa proposta de Economia Circular Azul, em que o desperdício de recursos é recriado em novas marcas, por um processo de transição e de participação ativa que motiva os atores da cadeia de valor. Desde os produtores aos consumidores e alicerçado em I&D, aposta-se numa abordagem sistémica, multidisciplinar, colaborativa e de eco-design promotora de soluções sustentáveis como alavanca para a mudança social e ambiental.

O *Blue Circular pb* decorre em parceria com o projeto "A Pesca por um Mar sem lixo" (ver Cap. 3. b) Lixo Marinho). Ao chegar a terra, o lixo marinho recolhido é colocado no Ecoporto Marítimo (referente ao projeto) para depois ser reciclado, contando já, em 2021, com o encaminhamento de 30m³ deste material, para a empresa Zouri, parceira do projeto, e que o integra como matéria-prima secundária nas sapatilhas produzidas. Assim, visa-se "dar uma nova vida" ao plástico, transformando-o em novos produtos que serão devolvidos aos pescadores, representando um valor acrescentado para o setor das pescas.

Este projeto é financiado pelo programa operacional Mar 2020 e envolve igualmente a Universidade Europeia/IADE - Faculdade de Design, Tecnologia e Comunicação, a TratoLixo e a autarquia de Cascais.

f) Compras sustentáveis e gestão de fornecedores

A Docapesca conta atualmente com 1.487 fornecedores e prestadores de serviços, que representam cerca de 19,7 milhões de euros em compras. A cadeia de fornecedores é quase exclusivamente constituída por fornecedores nacionais (99,9%), grande parte com cobertura em várias regiões do país.

Os fornecedores da Docapesca encontram-se divididos em dois grandes grupos:

- Fornecedores correntes, que se referem à prestação de bens e serviços para o funcionamento diário da empresa – ex. o fornecimento de água e energia, a limpeza e gestão de resíduos das áreas portuárias, vigilância e segurança destes espaços, limpezas interiores de edifícios, aquisições de equipamentos e empreitadas reabilitação e construção;
- Fornecedores de investimento, referentes às prestações no âmbito de empreitadas de reabilitação e construção, equipamentos, viaturas, entre outros.

A empresa está consciente do contributo que as suas práticas de compras têm para a distribuição de valor económico, impactando direta e indiretamente, em milhares de empresas e de trabalhadores. A Docapesca promove uma relação de abertura e proximidade com os seus fornecedores, considerando muito importante, neste relacionamento, que o prazo médio de pagamento a fornecedores seja tão curto quanto possível, cumprindo os prazos estabelecidos no "Programa Pagar a Tempo e Horas" (≤ a 40 dias).

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO A FORNECEDORES (DIAS DE CALENDÁRIO)

	2019	2020	2021
Pagamento a fornecedores	39	33	38

Para além do cumprimento do prazo médio de pagamento, a Docapesca considera como aspetos importantes nas suas contratações o reequilíbrio financeiro dos seus fornecedores, considerando a possibilidade de atualizações contratuais ao nível da remuneração mínima garantida e taxa de inflação.

De referir que para as principais atividades contratadas, nomeadamente a vigilância e as limpezas interiores, a Docapesca nas suas contratações considera as atualizações salariais que decorrem de convenções coletivas de trabalho, estabelecidas para os seus setores de atividade. Esta é uma forma de se promover o direito dos trabalhadores e o trabalho digno.

Como empresa do Setor Empresarial do Estado, toda a contratação efetuada pela Docapesca encontra-se vinculada



1.487

fornecedores e prestadores de serviços



19,7

milhões de euros em compras



99,9%

fornecedores nacionais

ao cumprimento das regras da contratação pública previstas no CCP - Código dos Contratos Públicos. Ao abrigo destas regras, a empresa promove uma contratação baseada nos princípios da concorrência e transparência e assegura o cumprimento das obrigações contratuais inerentes, criando uma imagem de credibilidade e confiança junto dos seus fornecedores.

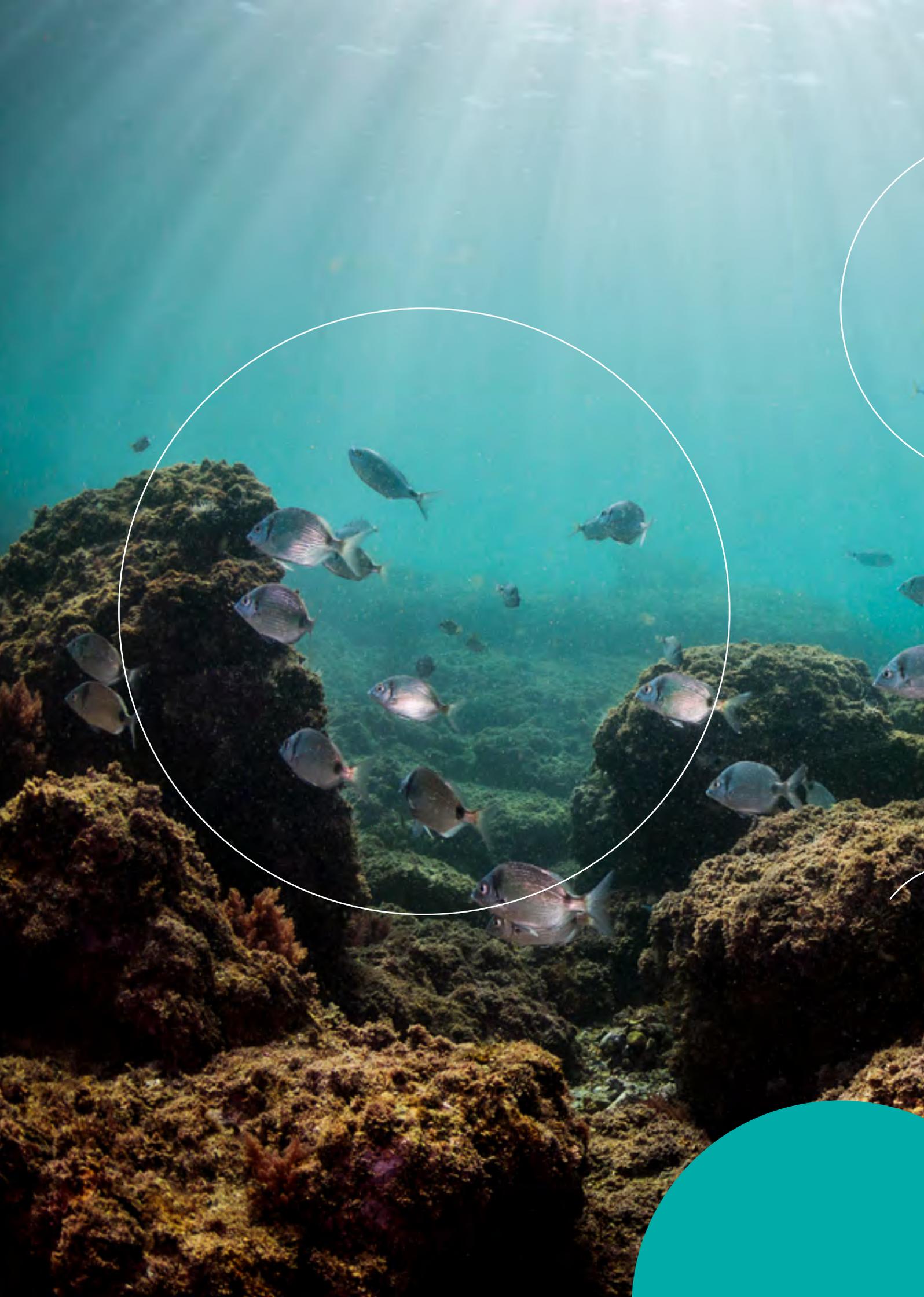
O investimento da Docapesca, nesta matéria, vai no sentido de:

- Tornar mais simples e céleres os procedimentos de contratação;
- Estabelecer cadernos de encargos com mais especificidades, que garantam o cumprimento dos requisitos ambientais, de higiene e segurança no trabalho e na qualidade e segurança alimentar;
- Fazer cumprir os princípios normativos da contratação pública.

Em 2021, ao nível da contratação pública, a Docapesca desenvolveu as seguintes iniciativas e mecanismos de controlo interno: criou um sistema de avaliação dos serviços prestados pelos fornecedores; elaborou um manual de procedimentos de contratação pública, incorporado no Manual de Procedimentos de Procedimentos da Docapesca, disponível a todos os trabalhadores na pasta pública; atualizou as minutas das peças dos procedimentos concursais para incluir alterações legislativas ao nível do Código de Contratação Pública.

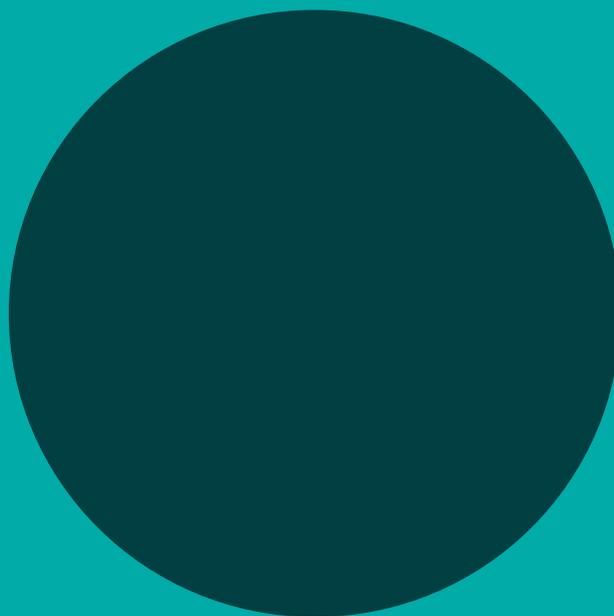
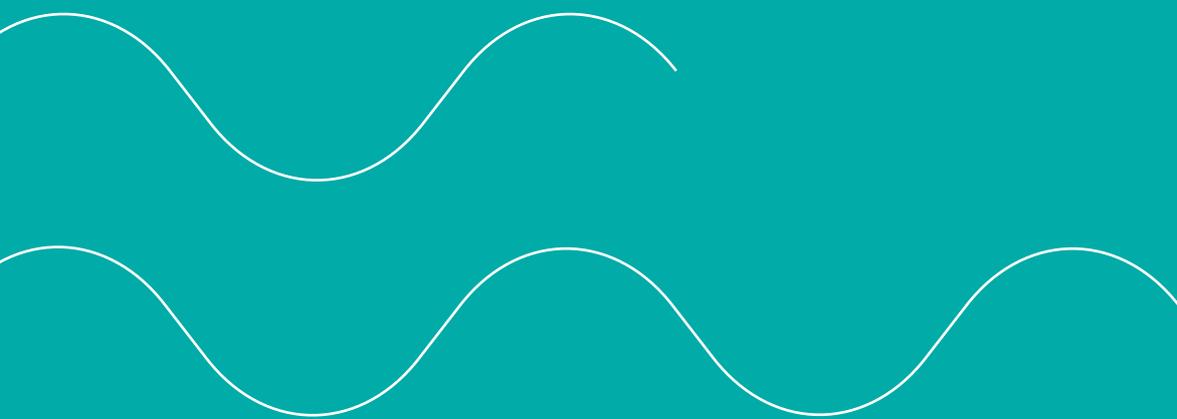
Neste âmbito encontram-se projetadas as seguintes atividades:

- Desenvolvimento e implementação do novo software para a gestão da contratação pública;
- Estudo e avaliação de soluções de mercado, para a aquisição de bens e serviços necessários, que promovam a economia circular;
- Avaliação da inclusão de aspetos ambientais e de sustentabilidade no âmbito das principais contratações.



5. PERFORMANCE DA DOCAPESCA





5.1. DIREÇÃO DE ASSESSORIA JURÍDICA E DOMINIAL (DAJD)

A Direção de Apoio Jurídico e Dominial visa assegurar o suporte jurídico legal e colaborar com todas as unidades orgânicas da empresa. Esta direção tem como atribuições a responsabilidade organização da base de dados da assessoria jurídica, a instrução e acompanhamento de processos concursais, contraordenacionais, judiciais e a instrução de processos disciplinares e de inquérito, de averiguações e, ainda, a colaboração na elaboração e análise de diversa documentação recebida e preparada na empresa.

No âmbito das suas competências, esta direção emitiu as renovações de títulos de ocupação dominial cuja validade terminava no ano, tendo também procedido à emissão de novas licenças e concessões.

Foram preparadas as minutas dos protocolos celebrados entre a Docapesca e entidades públicas e privadas.

Foram efetuados os procedimentos concursais para atribuição de títulos dominiais, tendo também sido elaboradas as minutas de vários contratos de concessão.

Foram continuadas as conversões de títulos, na continuidade da resolução de situações irregulares que perduravam desde o tempo do ex-IPTM.

Igualmente deu-se continuidade a:

- Elaboração das minutas usadas pela Docapesca;
- Adoção de medidas de uniformização interna de procedimentos;
- Adoção de medidas de correção de desconformidades procedimentais generalizadas;
- Adoção de medidas de instituição de uma tramitação procedimental centralizada;
- Prestação dos esclarecimentos solicitados;
- Prestação de informação oficiosa;
- Aferição das propostas de decisão de contratar e das peças do procedimento;
- Participações no júri dos procedimentos;
- Prestação de todo o apoio jurídico solicitado;
- Procura de soluções mediante dificuldades na fase procedimental e de execução do contrato (designadamente impugnações administrativas e serviços/trabalhos complementares);
- Elaboração diária da "informação diária", do diário da república;
- Elaboração de diversas procurações, atos notarias, nomeadamente autenticações de documentos particulares e certificação de documentos;
- Acompanhamento de processos judiciais,
- Envio de centenas de cartas de notificação de dívidas vencidas;

- Instaurados centenas de processos de contraordenação;
- Emissão de pareceres e demais instrumentos jurídicos.

5.2. DIREÇÃO DE RECURSOS HUMANOS (DRH)

Evolução dos Efetivos

No quadro de uma política global de otimização dos recursos humanos, o número total de trabalhadores do quadro da Docapesca manteve-se próximos dos 500, registando em 31/12/2021 504 trabalhadores. Destes, 426 pertencem ao quadro efetivo da empresa, 49 em regime de contrato de Acordo de Cedência de Interesse Público (ACIP), e 29 com contrato e trabalho a termo.

Os ACIP resultam de 58 trabalhadores proveniente do ex-IPTM, admitidos em 2014, cuja integração decorre da publicação do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, sendo que atualmente apenas 44 integram a Docapesca. Os restantes 5 referem-se a acordos de cedência de interesse público celebrados para reforço de algumas áreas de atividade deficitárias.

O saldo acumulado registado, durante o ano em análise, reflete a seguinte movimentação:

QUADRO DE PESSOAL	ANOS		VARIAÇÃO	
	2020	2021	NÚM.	%
N.º Trabalhadores em 31 de Dezembro	500	504	4	0,80%
Entradas				
Readmissões	0	0	0	-
Admissões (Com Termo)	63	49	-14	-
Admissões (Efetivos)	33	30	-3	-9%
Acordo de Cedência de Interesse Público	2	1	-1	-50%
Total Entradas	98	80	-18	-18%
Saídas				
Rescisões Mútuo Acordo	6	4	-2	-33%
Reformas Velhice	30	21	-9	-30%
Reformas Invalidez	1	1	0	0%
Reformas Velhice Antecipada	1	1	0	0%
Rescisões por Iniciativa Própria	13	13	0	0%
Despedimentos Justa Causa	0	0	0	-
Abandono do trabalho	1	0	-1	-
Falecimentos	0	4	4	-
Rescisões Contratos a Termo	46	32	-14	-30%
Total Saídas	98	76	-22	-22%

Enquanto as saídas registadas resultam, essencialmente, de rescisões de contratos a termo certo, de reformas por velhice e rescisões de contratos por iniciativa própria, as entradas de trabalhadores para o quadro de efetivo da empresa, no decurso do ano em análise, decorrem do Decreto-Lei de Execução Orçamental n.º 84/2019, em vigor, onde é referido que fica autorizado o recrutamento para substituição direta do trabalhador que cessa funções por causa não imputável à entidade empregadora, o que deu origem a 30 admissões para o quadro da empresa decorrentes das saídas por motivo de reforma e por iniciativa própria ocorridas nos anos 2020 e 2021.

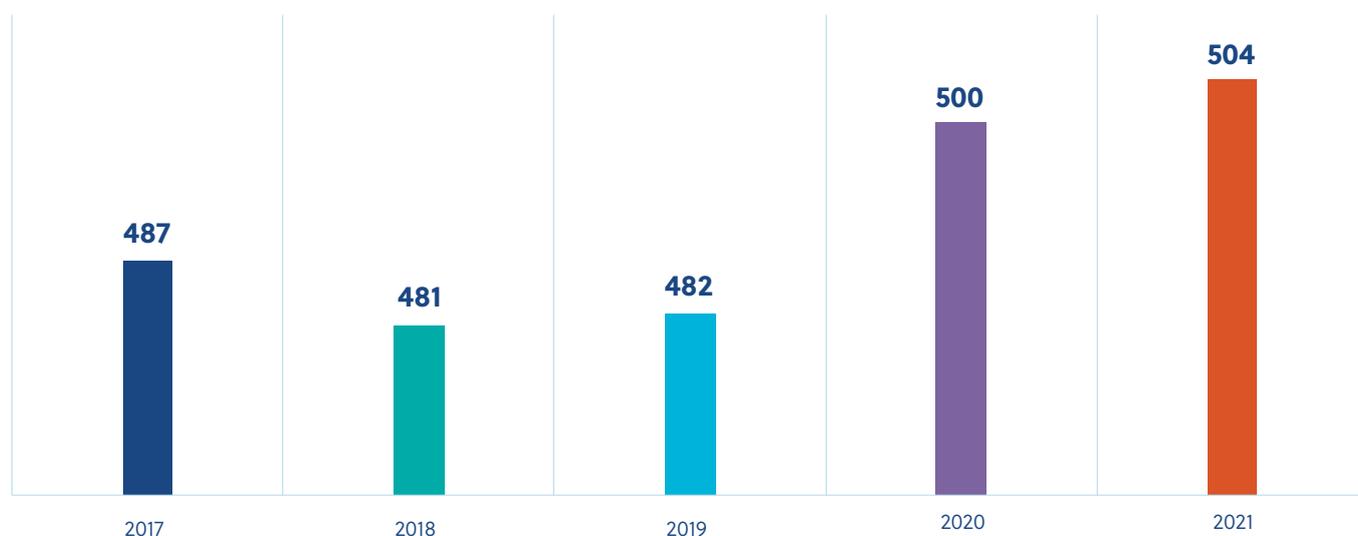
Para reforço do quadro de pessoal, foi ainda contratado um trabalhador com vínculo contratual público através da celebração de contrato de Acordo de Cedência de Interesse Público.

Em 2021 conjugando entradas e saídas de trabalhadores, a empresa aumentou em 0,8% o seu quadro de pessoal registando 504 trabalhadores, podendo desta forma continuar a garantir a boa prestação de serviço público de primeira venda do pescado.

No âmbito dos recursos humanos, e com o intuito de manter a sustentabilidade da empresa e a extinção da precariedade laboral, foi ainda possível, no cômputo total, eliminar o número de trabalhadores contratados em regime de prestação de serviços e trabalho temporário, destinados a substituir ausências de trabalhadores originadas por baixas médicas, férias e saídas naturais, recorrendo à contratação de trabalhadores pela modalidade de contratos a termo certo ou incerto.

Evolução do Quadro de Pessoal – 2017 / 2021

EFETIVOS



O número total de trabalhadores, no final do ano de 2021, de acordo com o gráfico acima, registou um acréscimo de 0,8%, quando comparado com o ano anterior, sendo que registou um aumento de cerca de 3,5% comparativamente ao ano 2017.

Refira-se que, sem a integração dos atuais 44 trabalhadores provenientes do ex-IPTM e os 5 trabalhadores contratados em regime de ACIP para reforço do quadro de pessoal, o número total de trabalhadores do quadro da Docapesca contabilizaria apenas 426, mantendo analogamente o número de 2017.

A antiguidade média na empresa dos trabalhadores efetivos situou-se, no final de 2021, nos 12 anos, tendo-se reduzido 3 anos, face a 2020, em virtude da cessação de contratos de trabalhadores com maior antiguidade e admissão por substituição de novos trabalhadores.

No que se refere à idade média dos trabalhadores, esta começa a situar-se abaixo dos 50 anos registando-se no ano em análise em 45 anos. De salientar, ainda, que apenas 37% do quadro de pessoal efetivo tem idade inferior a 40 anos.

N.º DE TRABALHADORES POR UNIDADE ORGÂNICA – 31/DEZEMBRO/2021

UNIDADES ORGÂNICAS		N.º TRAB. EFETIVOS	N.º TRAB. CONTRATADOS	ACORDO DE CEDÊNCIA DE INTERESSE PÚBLICA	
SERVIÇOS CENTRAIS	Direções e Gabinetes	Conselho de Administração	1	1	
		Gabinete de Assessoria Técnica	2		
		Gabinete de Auditoria Interna (*)	1		
		Gabinete de Planeamento e Controlo Orçamental	3		
		Gabinete de Estatística	3		
		Gabinete de Segurança Alimentar e Certificação	4		
		Direção de Inovação e Marketing	5	2	
		Direção de Sistemas de Informação	7	1	1
		Direção de Recursos Humanos	6	1	
		Direção de Segurança e Manutenção	5		1
		Direção de Apoio Jurídico e Dominial	6	1	
		Direção de Exploração	6	1	1
		Direção de Infraestruturas e Modernização de Ativos	10		
		Direção Financeira	10		
Total Sede		69	7	3	
DIREÇÕES DE PORTOS E LOTAS	Norte e Matosinhos	Viana do Castelo	6	1	
		Póvoa de Varzim	8		4
		Matosinhos	45		1
	Centro Norte	Aveiro	33	1	
		Figueira da Foz	25	2	2
	Centro	Nazaré	16	5	7
		Peniche	43	3	14
		Cascais	5		
	Centro Sul	Sesimbra	35	2	
		Setúbal	15	1	
Sines		16	2		
Algarve	Sagres (**)	8	1	2	
	Lagos	9		1	
	Portimão	25	2	2	
	Albufeira	1			
	Quarteira	15	1	2	
	Olhão	27	1	10	
	Tavira	0			
	Santa Luzia	5			
Vila Real de Santo António	18		1		
Total Direções Protos e Lotas		355	22	46	
Sub-Total		424	29	49	
Requisitados à Docapesca (*)		1			
Licenças sem Vencimento (**)		1			
TOTAL		426	29	49	

Valorização dos Recursos Humanos

A formação profissional enquanto vetor de valorização profissional e pessoal tem assumido um papel central na empresa, pois é através desta que se conseguem desenvolver as competências transversais e específicas de cada categoria profissional, permitindo o reforço de aquisição de conhecimentos, e capacidades necessárias para o desempenho de cada função.

Considerando que, durante o ano de 2021, o cenário pandémico por SARS-COV-2 (COVID-19) ainda se manteve, a empresa optou por elaborar um Plano Plurianual de formação, 2021-2022. O referido plano de formação privilegia as formações de carácter e-learning bem como a realização de ações de formação na grande maioria das nossas instalações evitando assim as deslocações por forma a garantir a segurança de todos os envolvidos. Decorrente da alteração da modalidade clássica da ministração presencial das ações de formação, foi iniciada a revisão dos procedimentos internos relativos ao processo de gestão da formação tendo como objetivo a sua eficiência e eficácia.

Todas as ações de formação foram devidamente adaptadas à realidade e necessidades da empresa, tendo sido avaliada a sua eficácia de acordo com os procedimentos internos em vigor. Esta avaliação de eficácia da formação permite verificar a qualidade e o impacto das ações de formação na evolução d desempenho das funções por parte dos trabalhadores, bem como o grau de satisfação.

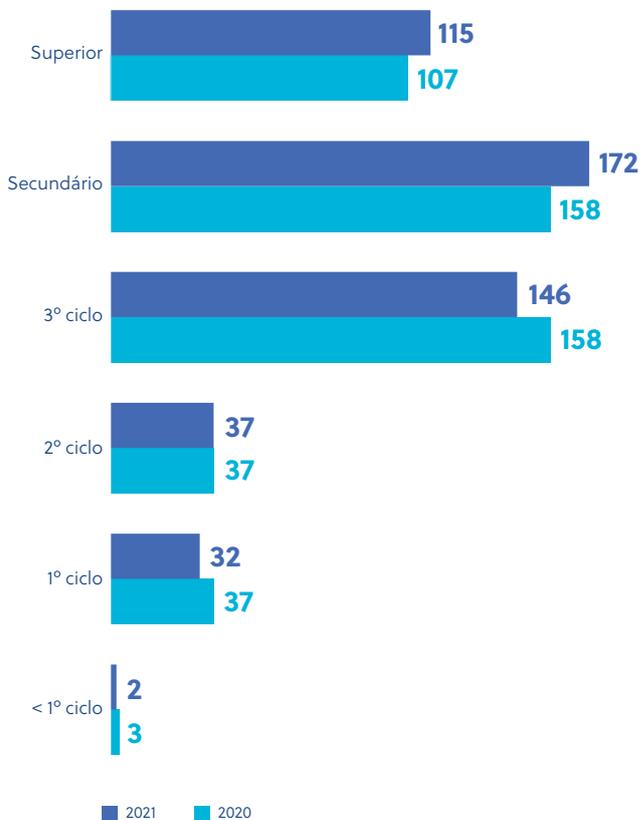
Em 2021, foi dado particular enfoque às áreas formativas da Segurança e Saúde no Trabalho (SST), Higiene e Segurança Alimentar (HSA), Comunicação, Contabilidade e Finanças e Informática.

Foram ministradas 213 ações de formação (80 ações de formação certificadas e 133 ações de capacitação internas não certificadas), com um total de 1110 participações (628 participações em ações de formação certificadas e 482 participações em ações de capacitação internas não certificadas. As ações de formação realizadas (durante o ano em análise) contabilizaram um total de cerca de 1671 horas formativas.

No computo global os custos com à realização de ações de formação, em 2021, ascendeu a 36.705,90 €.

A formação profissional enquanto vetor de valorização profissional e pessoal tem assumido um papel central na empresa

Habilitações Académicas



A saída de trabalhadores menos qualificados para a reforma, bem como os requisitos para os atuais recrutamentos, que estabelecem preferencialmente como habilitações mínimas ao nível do 12º ano, têm contribuído para a melhoria deste parâmetro na empresa, sobretudo desde 2010. O número de trabalhadores que possuem, no presente, habilitações iguais ou inferiores ao 1.º Ciclo é de (6,7%), enquanto o n.º de trabalhadores com qualificações abaixo ou equivalentes ao nível do 3.º ciclo representa cerca de 43% dos trabalhadores do quadro da empresa.

O número de trabalhadores com o Ensino Secundário e Superior representavam, no final de 2021, cerca de 56,9% do total do quadro, contra os 53% relativo a 2020, verificando-se uma assinalada melhoria.

No computo geral, a implementação de regras ao nível de habilitações como requisito para concretizar a admissão de trabalhadores para o quadro efetivo, tem vindo a contribuir para aumentar o nível e literacia na empresa.

Evolução dos Custos com o Pessoal (Total da Empresa)

Os Gastos com pessoal registaram, em 2021, um aumento de cerca de 2,93% face aos contabilizados no exercício anterior. Este aumento decorre, essencialmente, da reposição integral do Acordo de Empresa cuja aplicação, desde a Lei do Orçamento de 2018, tem vindo gradualmente a ser restituída.

A rubrica "Remunerações Fixas" é a que maior peso tem nos gastos com pessoal, representando no ano em análise cerca 43,8% (5.772.791,23€) do total dos gastos, enquanto em 2020 representou 44,0% (5.624.928,47 €).

Globalmente apesar de em 2021 o valor da rubrica "Remunerações Fixas" ter sofrido uma redução de 0,2% em relação a 2020, os custos com o pessoal tendem a aumentar devido essencialmente à reposição integral do Acordo de Empresa.

Outros Indicadores Laborais

Mais uma vez a empresa, em 2021, conseguiu manter um clima de estabilidade no âmbito das relações laborais, estabilidade essencial para poder dar continuidade ao crescimento das atividades no âmbito da sua intervenção e consequentemente à consolidação económico-financeira da Empresa.

No cumprimento das orientações do Governo para o Sector Empresarial do Estado (SEE) designadamente sobre política salarial, de acordo com a Lei do Orçamento de Estado para o ano em análise, e no seguimento do praticado nos últimos anos, deu-se continuidade à política de gestão de ajustamento de recursos humanos e salarial, mantendo-se condicionada com forte orientação para a redução de custos operacionais.

Por forma a satisfazer as necessidades transitórias de recursos humanos, a empresa, procedeu à contratação a termo de trabalhadores pelo período estritamente necessário de forma a poder garantir todas as obrigações que legalmente lhe estão cometidas.

Absentismo

A taxa de absentismo registada no ano em análise foi de 7,59%, mais 1,17% face ao ano transato. Este indicador deve-se essencialmente ao aumento de baixas por isolamento profilático e pela doença COVID-19, por baixas médicas prolongadas por doença e por sinistro. Esta elevada taxa deve-se, também, à elevada média de idades do quadro de pessoal da empresa.

Destaca-se, ainda, a realização de um dia de greve realizada pela maioria dos trabalhadores do quadro operacional da empresa, com vínculo contratual com e sem termo, mas sem repetição, o que, por certo, resultou do diálogo que tem sido mantido com as estruturas sindicais.

Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho

No âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho e, mais concretamente, no que respeita ao número de ocorrências de acidentes de trabalho, verificou-se um aumento face ao ano anterior.

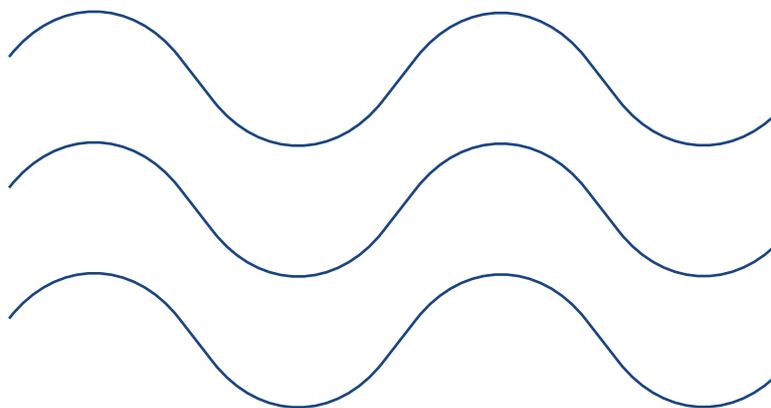
Os acidentes ocorrem, predominantemente, no espaço da Lota e resultam de quedas ao mesmo nível e incorreto manuseamento manual de cargas, originando lesões de tipo entorses e luxações nos pés, mãos e costas.

Refira-se que os meses e os dias com maior número de ocorrências de registo de acidentes, durante o ano de 2021, foram o mês de março e junho e os dias da semana a segunda-feira e quarta-feira.

Decorrente dos acidentes de trabalho, verifica-se que, na sua maioria, ou não originaram baixa ou originaram baixa até 15 dias.

Assumem-se como principais riscos profissionais decorrentes das atividades desenvolvidas na empresa, os riscos de carácter físico, relacionados com as condições estruturais, máquinas e equipamentos, e os riscos de carácter ergonómico, decorrentes do manuseamento manual de cargas, ritmo elevado de trabalho, monotonias, repetibilidade de tarefas e posturas inadequadas de trabalho.

A empresa continua a prosseguir o objetivo de querer atingir a máxima de "zero acidentes", pautando a sua ação pelo reforço das ações de formação e informação no âmbito da SST, com especial enfoque nos riscos profissionais, bem como na constante análise dos Equipamento de Proteção Individual utilizados e das questões infraestruturais e de automatização das técnicas de trabalho.



5.3. DIREÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E MODERNIZAÇÃO DE ATIVOS (DIMA)

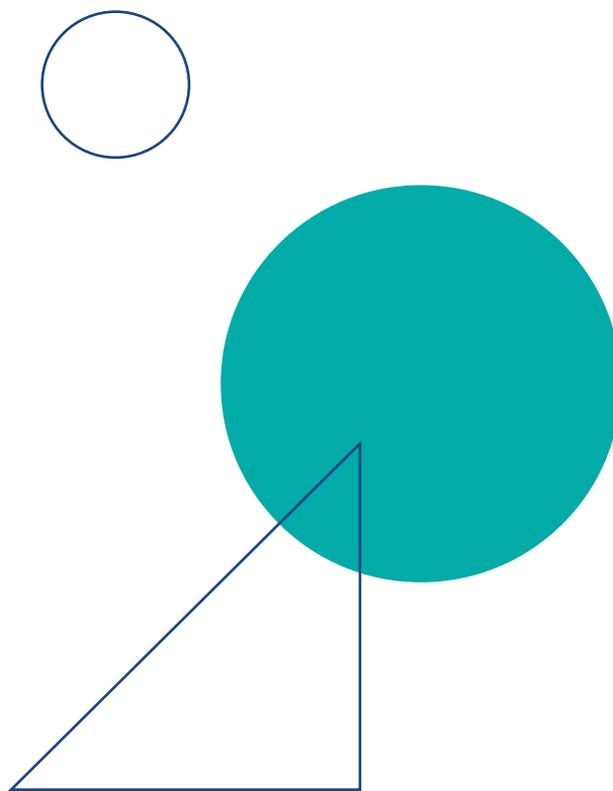
Investimentos – 2021

O Plano de Investimentos Correntes e Específicos de 2021 foi planeado com o envolvimento das unidades orgânicas da sede e Conselho de Administração. Os investimentos correntes foram planeados pelas Direções da Sede e pelas Direções de Portos e Lotas, dentro das condições estabelecidas.

Os investimentos específicos e os correntes efetuados pela DIMA, previstos e executados em 2021 são os que se apresentam no quadro abaixo.

Verifica-se uma taxa de realização financeira global de 64%, sendo 63% a taxa de execução financeira dos projetos de investimento específico executados pela DIMA e de 71% a dos investimentos correntes. As percentagens das adjudicações são respetivamente de 67% e 71%.

Foram analisados 14 projetos e emitidos os respetivos pareceres na plataforma SIRJUE (Sistema de Informação do Regime jurídico da Urbanização e Edificação)



MAPA RESUMO DE ADJUDICAÇÕES DE INVESTIMENTOS – 2021

DIREÇÕES DE PORTOS E LOTAS	INVESTIMENTO TOTAL (€)	REALIZAÇÃO PREVISIONAL 2021 (€)	ADJUDICAÇÕES EM 2021 (€)	REALIZAÇÃO FINANCEIRA EM 2021 (€)
DPL Norte e Matosinhos	12.292.953	276.427	1.647.628	294.622
DPL Centro Norte	4.670.861	888.684	482.803	255.876
DPL Pesca Centro	8.288.115	1.970.449	1.818.196	1.293.651
DPL Centro Sul	8.629.125	1.040.000	1.546.680	959.611
DPL Algarve	20.289.701	5.856.083	2.285.622	1.605.952
Outros Projetos Específicos	4.025.000	252.464	565.228	172.153
Total Investimentos Específicos	58.195.755	10.284.107	8.346.157	4.581.865
Investimento Corrente	1.500.000	477.280	336.478	336.478
Total Plano de Investimentos	59.695.755	10.761.387	8.682.635	4.918.343

5.4. DIREÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (DSI)

Apresentação

A Direção de Sistemas de Informação foi criada em 27 de dezembro de 2020 pela Ordem de Serviço n.º CA-21/2020, que definiu o novo organograma da Docapesca – Portos e Lotas, S.A..

Investimentos 2020 e Orçamento de Exploração

O Plano de Investimentos para 2021, Corrente e Específico, à semelhança dos anos anteriores, foi executado com o envolvimento das Unidades Orgânicas da Sede e das Direções de Portos e Lotas.

As despesas com intervenções de conservação e reparação dos sistemas de informação foram executadas maioritariamente pela DSI, as quais foram realizadas através de meios próprios ou recorrendo a contratação pública de bens e/ou serviços.

Investimentos Correntes

Os Investimentos Correntes previstos e executados em 2021, da responsabilidade da DSI, totalizaram €162.344,89, contemplando a renovação do parque informático das lotas, a modernização administrativa e o Core Business da empresa, garantindo a continuidade de negócio.

Foram renovados e ampliados diversos sistemas de hardware (computadores, impressoras, ecrãs e sensores) no sistema de primeira venda de pescado em lota, de norte a sul do país, com vista a mitigar as falhas no leilão eletrónico.

Investimentos Específicos

Os Investimentos Específicos executados em 2021 pela DSI totalizaram €1.023.044,24, donde se destacam a disponibilização da ferramenta "Leilão a Bordo", a modernização da impressão com sistemas centralizados de gestão de custos, a elaboração de um caderno de encargos para o modelo de estruturação e gestão de um sistema de informação geográfica (SIG), o upgrade da solução SAP existente para SAP S/4Hana Private Cloud Edition (a concluir em 2022) e o diagnóstico de segurança da informação (levantamento de medidas de Cibersegurança, a concluir em 2022).

Orçamento de Exploração

Os valores totais das despesas relativas ao Orçamento de Exploração totalizaram €301.904,51, donde se destaca a implementação de sistemas para a harmonização da utilização de software de forma transversal em toda a empresa.

Foi reforçada a segurança informática e foram criadas condições para a desmaterialização documental.

Neste capítulo, foram também contempladas alterações nas políticas de gestão dos servidores da empresa, bem como a aplicação de mecanismos de autenticação multi-factor (MFA) por utilizador.

Atividades Desenvolvidas

Na parte que respeita às atividades desenvolvidas pela direção no decurso de 2021, apresentam-se de seguida as principais:

- Instalação e substituição de novos equipamentos em várias lotas (em curso);
- Migração de servidores instalados na Sede para *Cloud*;
- Revisão das infraestruturas obsoletas no *Data Center*;
- Centralização da informação cadastral (plantas, redes e infraestruturas);
- Implementação um novo sistema de backup a nível nacional, com recurso à virtualização;
- Apoio aos utilizadores, donde se destacam 1315 *tickets* de *helpdesk*;
- Foram criados automatismos no sistema de primeira venda, para que fosse possível integrar o Leilão a Bordo, com vista a aumentar a rastreabilidade dos produtos;
- Estudo da solução para implementação de um novo sistema de venda em lota, contemplando constrangimentos e limitações não previstas antes da implementação do Leilão a Bordo;
- Disseminação das novas tecnologias para apoio à mobilidade e ao teletrabalho, com a revisão dos licenciamentos Microsoft e disponibilização de novos equipamentos;
- Elaboração de diversos tutoriais, para facilitar a rápida transição para o trabalho remoto;
- Desenvolvimento de suportes inox padrão para aplicação nacional nos sistemas de leilão de pescado;
- Desenvolvimento de aplicações para tratamento de dados estatísticos de suporte à primeira venda de pescado, bom como nos trabalhos realizados em parceria com a Academia.

5.5. DIREÇÃO DE EXPLORAÇÃO (DEXP)

Sistema de Gestão da Documentação

A direção, na qualidade de responsável pela receção dos documentos, externos e internos, que diariamente dão entrada e saída na Sede da Empresa, efetua, para além dos registos de toda a correspondência, a sua separação (por áreas - Direções), digitalização e classificação, procedendo, posteriormente, depois de introduzido no sistema de gestão documental, à sua distribuição junto dos destinatários (exceto no caso das Direções de Lotas).

No ano 2021 foram rececionados e distribuídos mais de dez mil documentos, diariamente rececionados.

Contratos de Abastecimento Direto de Pescado

Durante o ano de 2021, todos os contratos celebrados ao abrigo do N.º 1, do Art.º 8.º, do Decreto-Lei n.º 81/2005, e rececionados na Docapesca, enviados e homologados pela DGRM, foram sujeitos a registos informáticos em ficheiros, e, posteriormente, enviados para as respetivas Direções de Lotas e Portos de Pesca.

Em 2021 verificou-se, de novo, face ao sucedido em igual período do ano anterior, uma significativa diminuição do número de contratos efetivos (+955 no total), sendo que a distribuição desses contratos, por Organização de Produtores, foi conforme adiante designado:

ORGANIZAÇÃO DE PRODUTORES	CONTRATOS APROVADOS PELA DGRM 2021	CONTRATOS APROVADOS PELA DGRM 2020	DIFERENÇA 2020-2021
APARA	529	23	506
APPLN	157	139	18
APROPESCA	145	66	79
ARMALGARVE	12	15	-3
ARTESANALPESCA	75	16	59
BARLAPESCAS	42	35	7
BIVALMAR	5	1	4
CAPA	119	62	57
CENTRO LITORAL	16	11	5
OLHÃOPESCA	258	255	3
OPCENTRO	157	220	-63
ORPAGU	5	1	4
PROPEIXE	6	5	1
SESIBAL	64	24	40
VIANAPESCA	342	103	239
PDM	8	9	-1
TOTAIS	985	985	955

Contratos de Transferência de Pescado

Com as alterações introduzidas pela Autoridade Tributária (AT) na circulação de mercadorias, a Docapesca, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 81/2005, enquanto entidade responsável pela primeira venda de pescado, e numa estreita colaboração com o setor, substitui os armadores na elaboração das guias de transferência de pescado. Assim, no ano de 2021 a Docapesca elaborou 19 novos contratos com Armadores/ Pescadores, para, em substituição destes, elaborar a guia de transferência de pescado descarregado num determinado porto para ser vendido em local diferente do da descarga.

Serviço da Portaria e Correio Expedido

O serviço de portaria é assegurado por uma empresa externa. De salientar que este serviço, para além de controlar as entradas e saídas de pessoas na Sede, dá um significativo contributo no despacho e controlo do correio enviado pela Docapesca para o exterior, digitalizando e registando, em ficheiro informático, todas as cartas remetidas para o exterior.

Controlo e Gestão da Frota Automóvel

Os procedimentos de controlo e gestão da frota automóvel foram reforçados com a aquisição/aluguer de um serviço de controlo através de um dispositivo de geo-localização e monitorização de vários parâmetros de controlo. Este serviço, disponibilizado através de uma plataforma eletrónica, representa uma mais valia na gestão efetiva da frota, proporcionando ao seu gestor um controle em tempo real, seja através da visualização de mapas de consultas, até aos mais variados relatórios existentes, destacando-se os adiante designadas.

- Registo de quilómetros percorridos pelas viaturas a nível nacional;
- Registo dos locais e dos condutores;
- Registo dos tempos de atividade das viaturas;
- Registo dos litros e dos valores monetários consumidos;
- Registo e acompanhamento das revisões e inspeções dos veículos da sede;
- Registo das deslocações efetuadas pelos trabalhadores com recurso aos veículos de serviço da Sede, bem como outras eventuais ações que se revelaram úteis para o controlo e gestão atrás referidos.

A Docapesca era, no final de 2021, proprietária de 38 viaturas automóveis e 3 motocicletas, e locatária de 6 viaturas. Do total dos 47 veículos atrás referidas, 46 encontram-se no ativo, e 1 encontra-se inoperacional e deverá ser abatido em 2022.

No que concerne ao consumo de combustível, no que aos abastecimentos com os cartões Repsol diz respeito, foram consumidos 37.105,86 litros de combustível, cujo valor de aquisição se cifrou em 47.074,72€, tendo-se percorrido (de acordo com a contagem efetuada a toda a frota da empresa) um total de 699.127 kms perfazendo uma média de 5,30lts/viatura.

Compras nacionais efetuadas pela direção

No decurso do período em análise foram registadas 457 requisições internas, enviadas pelas diversas unidades orgânicas da empresa, para fornecimento de diversos materiais de economato, entre outros bens. A direção contrata estes fornecimentos através de concursos públicos para depois abastecer toda a empresa.

Ambiente

Sistema de Gestão Ambiental (SGA)

O Sistema de Gestão Ambiental da Docapesca encontra-se em atualização/revisão. Importa adequar o documento realidade da empresa nas funções de autoridade portuária, mas também em conformidade com as alterações introduzidas pela Norma ISO 14 001:2015 e de outra legislação existente de âmbito ambiental.

Quanto às obrigações legais em matéria de ambiente convém referir que foram reportados à Agência Portuguesa do Ambiente (APA), no 1.º trimestre de 2021, os dados, relativos ao ano de 2020, conforme adiante mencionado.

Gestão de resíduos

Preenchimento dos Mapas Integrados de Registo de Resíduos para cada um dos Portos de Pesca da empresa, através da plataforma eletrónica disponibilizada para o efeito pela APA (SILIAMB - Sistema Integrado de Licenciamento do Ambiente), permitindo obter a caracterização e quantificação dos resíduos produzidos nos vários estabelecimentos da empresa.

Gases Fluorados com efeito estufa

Preenchimento dos Formulários de Gases Fluorados para os estabelecimentos da empresa, disponibilizados online pela APA, relativos à utilização de gases fluorados com efeito de estufa, que se encontram presentes nos equipamentos de refrigeração e de produção de gelo.

No que concerne à gestão de resíduos na empresa, esta é garantida de duas formas:

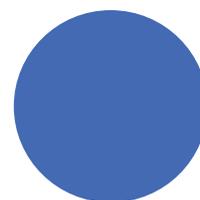
- Indiretamente, através das empresas contratadas ao exterior, no âmbito da prestação dos serviços de limpeza e gestão de resíduos, sendo esta gestão aplicável aos resíduos produzidos nos portos de pesca e que decorrem das atividades aí desenvolvidas, quer as da Docapesca, quer as dos seus clientes.

Cumprindo-se o que vem sendo prática em matéria de gestão de resíduos, no caso dos geridos diretamente pela Docapesca, e no que diz respeito ao período em análise, efetuaram-se alguns encaminhamentos de resíduos para operações de valorização, permitindo-se assim, por um lado, a reciclagem das matérias e a redução dos efeitos nefastos para o ambiente, e, por outro, algum proveito económico para a empresa.

De entre os resíduos encaminhados para valorização destacam-se, entre outros, algum mobiliário de escritório, pertencente à Sede da empresa, decorrente da renovação dos e o encaminhamento anual de caixas de pescado obsoletas em todas as lotas do país.

Gestão de Recursos hídricos

Foi efetuada à realização das análises às águas residuais do Porto de Pesca de Matosinhos, e da ETAR de Vila Nova de Milfontes, decorrente de um novo procedimento de contratação pública realizado em conjunto com o Gabinete de Segurança Alimentar e Certificação, que resultou num contrato, ficando assim garantida a prestação destes serviços até 31/12/2021.



Aquisição de novos equipamentos para as áreas exploração das lotas

No âmbito da aquisição de equipamentos, inscritos no Plano de Investimentos Correntes para 2021, foi realizado o processo anual de contratação das caixas de 30 litros, em polietileno de alta densidade (o vulgo vasilhame da Docapesca), tendo sido, até ao final do terceiro trimestre, concluída a totalidade das entregas contratadas, em concordância com o previsto no Caderno de Encargos, e que adiante se menciona:

Total de Caixas contratualizadas para aquisição em 2021:

CAIXAS LARANJAS

34.150
unidades

CAIXAS BRANCAS

1.000
unidades

CAIXAS AZUIS

2.400
unidades

Relativamente a novos equipamentos para utilização nas áreas de exploração das lotas, bem como para armazenamento de resíduos, foi adquirido o seguinte material de estiva em plástico: 261 paletes; 7 contentores isotérmicos paletizados de 1100 litros; 1 contentor para subprodutos de 120 litros; 9 contentores paletizados de 300 litros; 10 contentores isotérmicos de 400 litros; 61 contentores isotérmicos paletizados de 600 litros; 20 contentores de lixo de 120 litros; e 16 caixas para gelo de 47 litros.

Contratação Pública

A utilização da plataforma eletrónica de contratação pública implica diversos procedimentos, tendo a direção um papel de área de compras da Docapesca.

No ano de 2021, a direção realizou 91 procedimentos de contratação pública.

Observadores de pesca

Zona NAFO

No âmbito desta zona de pesca, foram efetuadas 19 solicitações para disponibilização de observadores de pesca, tendo a Docapesca conseguido corresponder a todas elas ao abrigo do contrato estabelecido com a Seaexpert (vencedora do concurso público em 2020).

Zona CECAF

Não existiu qualquer solicitação para a contratação de observadores para esta zona no decurso do ano de 2021.

Atum Rabilho

Como habitualmente costuma suceder, a atividade nesta zona de pesca começou a registar-se a partir do mês de abril, com 3 solicitações nesse mês, sendo que no total do ano de 2021 foram solicitadas 43 contratações diárias de observadores.

Colaboração Institucional

A direção manteve durante o ano de 2021 uma relação estreita com as entidades oficiais que coordenam, vistoriam e auditam os nossos estabelecimentos, e que connosco colaboram noutras áreas, nomeadamente com a DGRM, a DGAV, o IPMA, as autarquias locais, a Polícia Marítima, a Unidade de Controlo Costeiro da Guarda Nacional Republicana e o Gabinete da Secretaria de Estado das Pescas.

Para além disso, a direção também colaborou com as Unidades Orgânicas, sendo um bom exemplo disso, a receção e o envio, de todos os despachos e notificações emitidos pela DGRM e pelo IPMA, cujas matérias têm diretamente a ver com temáticas referentes à primeira venda de pescado, acrescido da elaboração e controlo da nova requisição interna (que visou a facilitação do trabalho do pessoal das delegações) e do controlo dessas requisições e dos consumos a nível nacional.

5.6. DIREÇÃO FINANCEIRA (DF)

A Docapesca apresenta uma estrutura funcional de apoio à receção e venda em lota do pescado descarregado nos portos de pesca do continente, que se caracteriza pela exploração e manutenção de infraestruturas, implantadas em terrenos do domínio público, destinada a garantir o apoio às atividades da pesca. As lotas estão dimensionadas para garantir a descarga das embarcações, assumindo, por este motivo, custos fixos de exploração. Neste contexto, um aumento das quantidades descarregadas e vendidas, se enquadrado na capacidade instalada, não origina acréscimos de encargos. O contrário, por igual motivo, também não permite poupanças significativas.

Para dar cobertura a estes custos fixos e indispensáveis, ainda que objeto de esforço continuado na sua contenção, a Docapesca cobra taxas pelos serviços prestados, fixadas pelo Governo, em percentual sobre o valor do produto bruto do pescado vendido em lota. A rigidez deste modelo económico de exploração das lotas coloca em evidência o valor do pescado transacionado em lota como fator decisivo para a formação dos resultados de exploração.

Todavia, o valor do pescado transacionado em lota é dependente de fatores exógenos à Empresa, relacionados com condicionantes biológicas, climatéricas e comportamentais por parte da frota de pesca. Dentro da sua esfera de ação, a Empresa procura fomentar o incremento das quantidades de pescado descarregadas para venda, atendendo aos limites de capturas em vigor, e criar as melhores condições para a sua valorização através da promoção institucional de espécies de pescado de elevado valor nutricional, mas com reduzido preço formado em lota, assim como promove uma forte concorrência por parte dos compradores em lota.

No exercício de 2021, a atividade das embarcações de pesca registou forte aumento em volume, na sequência da inversão, a partir de 2018, da tendência negativa que se verificava desde 2011. A comparação do ano em análise com o ano transato revela um acréscimo significativo de 24,8 mil toneladas (mais 27,3 %) nas quantidades apresentadas para venda em lota, reforçado no seu impacto pelo aumento em 1,5% no preço médio de venda em lota, donde resultou um acréscimo global do valor do pescado transacionado em 57,0 milhões de euros. Os rendimentos por serviços prestados, obtidos pela aplicação das taxas cobradas na primeira venda de pescado em lota e diretamente relacionados com o valor do pescado transacionado registaram um acréscimo de 3.516,5 mil euros, em contraponto com a diminuição de 1.224,6 mil euros do ano anterior, e contribuiu decisivamente para o aumento do resultado líquido registado neste exercício de 2021.

Com a publicação e consequente entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, a Docapesca assumiu funções de autoridade portuária nos portos de pesca e marinas de recreio sob a anterior jurisdição do IPTM, IP.

Em 2021, as atividades da empresa traduziram-se num lucro de 2,665 milhões de euros

A Docapesca passou, assim, a assegurar a gestão portuária e dominial das áreas anteriormente afetadas ao IPTM, competindo-lhe, nomeadamente, garantir a segurança dos acessos marítimos às infraestruturas portuárias, o acesso em segurança de pessoas e bens às zonas portuárias e nas pontes-cais de apoio à pesca e transporte fluvial e potenciar a utilização das áreas e espaços existentes na área de jurisdição portuária para os diferentes usos compatíveis com a missão da empresa.

Embora não tendo sido concluída a integração de saldos de clientes e fornecedores do IPTM, dado o processo de fecho e certificação das contas daquele Instituto não ter permitido a conclusão do processo sem intervenção por avaliação externa, a Docapesca garantiu o exercício das competências adquiridas e, em 2021, foram cobrados mais 69 mil euros de dívidas faturadas aos clientes em nome do IPTM, acrescendo este montante à situação líquida da Docapesca.

Em termos de resultados líquidos, as atividades da empresa em 2021 traduziram-se num ano positivo, com 2,665 milhões de euros de lucro, que assim reforça a estrutura dos seus capitais e permite a continuidade dos investimentos previstos para o futuro.

Ao nível dos Fluxos de Caixa, no ano de 2021, e tal como no ano anterior, mostra-se atenuado o desfasamento que ocorre durante os primeiros anos de vigência de um novo quadro comunitário e que remete para o final do quadro o recebimento da maior parte dos subsídios ao investimento não reembolsáveis. Em 2021 foram pagos investimentos no montante de 6,94 milhões de euros (6,56 milhões de euros em 2020). Para além do recebimento de 1,83 milhões de euros em subsídios não reembolsáveis (2,38 em 2020), foi determinante o reforço dos fluxos recebidos das atividades operacionais. Esta realidade permite enquadrar o esforço de investimento que se projeta para o futuro próximo sem recurso a endividamento externo.

O balanço da Docapesca apresenta, em 31 de dezembro de 2021, capitais próprios positivos no montante de 24,28 milhões de euros (este ano com um aumento do capital social em 0,5 milhões de euros), que comparam com os 20,6 milhões de euros de 2020 e os 17,57 milhões de euros de 2019, representando a consolidação da evolução positiva após a inversão gerada pelas alterações decorrentes da fusão por incorporação/integração do IPTM.

5.7. DIREÇÃO DE SEGURANÇA E MANUTENÇÃO (DSM)

Apresentação

Como unidade orgânica nuclear, a DSM reporta diretamente ao Conselho de Administração, incumbindo a esta direção assegurar a manutenção preventiva e corretiva das infraestruturas e equipamentos dos portos de pesca e áreas dominiais sob responsabilidade da Docapesca, para além de garantir e acompanhar a manutenção curativa e a mitigação dos riscos no âmbito dos equipamentos e ao nível da segurança de pessoas e bens.

Investimentos 2020 – Descrição Geral

O Plano de Investimentos Específicos foi executado com o envolvimento das unidades orgânicas da Sede.

O Plano de Investimento Correntes de 2021 foi executado pelas unidades orgânicas da Sede e pelas DLPP, dentro das condições estabelecidas.

As despesas relacionadas com intervenções de conservação e reparação foram executadas maioritariamente pela DSM, apresentando-se neste relatório as intervenções da responsabilidade da DSM realizadas através de meios próprios ou recorrendo a fornecimentos e serviços externos.

Investimentos Correntes

Os Investimentos Correntes executados em 2021, da responsabilidade da DSM, são os que se apresentam no Quadro I.

O Quadro I revela uma taxa de realização global superior ao valor previsto de cerca de 37%. Regista-se que, à exceção da DPLCN e DPLC, nas restantes DPL a taxa de execução foi superior ao previsto no Plano de Investimentos Correntes de 2021.

Investimentos Específicos

Os valores totais de investimentos específicos executados em 2021 pela DSM, são os que se apresentam no Quadro II.

QUADRO I

MAPA-RESUMO DE INVESTIMENTO CORRENTES DA RESPONSABILIDADE DA DSM EM 2021

DPL/SEDE	REALIZAÇÃO PREVISIONAL	REALIZAÇÃO EFETIVA	REALIZAÇÃO EFETIVA EM %
DPL Norte e Matosinhos	€ 66.271,00	€ 112.615,85	169,93%
DPL Centro Norte	€ 19.280,00	€ 16.969,19	88,01%
DPL Centro	€ 76.165,00	€ 73.649,63	96,70%
DPL Centro Sul	€ 63.125,00	€ 94.211,18	149,25%
DPL Algarve	€ 109.900,00	€ 171.825,76	156,35%
Sede	€ 52.000,00	€ 59.559,87	114,54%
TOTAL	€ 386.741,00	€ 528.831,48	136,74%

QUADRO II

MAPA-RESUMO DE INVESTIMENTO ESPECÍFICOS REALIZADOS PELA DSM EM 2021

DPL	REALIZAÇÃO
DPL Norte e Matosinhos	€ 231.974,27
DPL Centro Norte	€ 79.738,10
DPL Centro	€ 144.731,63
DPL Centro Sul	€ 88.382,01
DPL Algarve	€ 87.097,68
TOTAL	€ 631.923,69

Orçamento de Exploração – Contas de conservação e reparação

Os valores das despesas relativas ao Orçamento de Exploração - contas de conservação e reparação, são os que se apresentam no Quadro III. Nesse quadro apresenta-se também informação sobre os valores previsionais para cada DPL em 2021.

Neste quadro não estão incluídos os valores relativos aos contratos de manutenção preventiva e assistência técnica de instalações frigoríficas e portões, os quais são apresentados no Quadro IV.

QUADRO III

MAPA-RESUMO DE DESPESAS EM OE – CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO

DPL/SEDE	ORÇAMENTO 2021	EXECUÇÃO 2021
DPL Norte e Matosinhos	€ 175.000,00	€ 99.192,49
DPL Centro Norte	€ 170.000,00	€ 108.343,47
DPL Centro	€ 130.000,00	€ 145.525,86
DPL Centro Sul	€ 150.000,00	€ 103.467,81
DPL Algarve	€ 210.000,00	€ 142.623,80
Sede	€ 15.000,00	€ 13.108,18
TOTAL	€ 850.000,00	€ 612.261,61

QUADRO IV

MAPA-RESUMO DOS CONTRATOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

TIPO DE EQUIPAMENTO	MANUTENÇÃO PREVENTIVA	ASSISTÊNCIA TÉCNICA
Instalações de frio	€ 74.813,59	€ 120.593,97
Empilhadores	€ 9.069,80	€ 29.610,73
Tratamento de água	€ 7.992,80	€ 325,20
Portões	€ 10.732,66	€ 4.829,15
TOTAL	€ 74.813,59	€ 120.593,97



5.8. DIREÇÃO DE INOVAÇÃO E MARKETING (DIM)

No âmbito da Direção de Inovação e Marketing, desenvolveram-se um conjunto de projetos que visam o reforço da imagem e notoriedade da Docapesca junto dos seus públicos-alvo (produtores, compradores, trabalhadores, formadores de opinião, públicos-alvo, comunidade académica, comunicação social, etc.) e da opinião pública.

Estes projetos enquadram-se nos objetivos da empresa, estabelecidos no seu Plano Estratégico, nomeadamente: (1) promover a valorização do pescado e circuitos de proximidade; (2) contribuir para a internacionalização do setor; (3) promover a sustentabilidade ambiental; (8) Garantir Volume de Negócios.

CAMPANHAS E PROJETOS DE VALORIZAÇÃO DO PESCADO

Os principais objetivos passam por identificar e valorizar o pescado transacionado em lota, junto do consumidor final, através da etiqueta CCL e de um conjunto de ações integradas que potenciem o seu valor, contribuindo para o aumento da rentabilidade da frota, a retribuição justa do pescador e um consumo económico e mais responsável. Neste âmbito realizaram-se as seguintes ações:

Campanha CCL

A campanha CCL – Comprovativo de Compra em Lota iniciou-se no mês de junho e decorre nos pontos de venda aderentes, nas redes sociais e em publicidade exterior, através da colaboração com os municípios. Esta campanha teve como objetivo dar rosto ao setor e para isso contámos com a colaboração de um armador e um comprador de pescado em cada lota selecionada. Foram realizadas as seguintes ações:

- Comunicação no ponto de venda: Foram distribuídas novas etiquetas e materiais promocionais (aventais e autocolantes) a todos os aderentes nas lotas a nível nacional. Relativamente às grandes superfícies foram distribuídas etiquetas e efetuado um reforço da comunicação nas lojas Continente e Auchan. Para além destas grandes superfícies, o projeto conta atualmente conta com 524 aderentes em lota.
- Imprensa e Rádio: Nestes meios, a campanha decorreu na imprensa local (8 títulos de imprensa escrita e 3 digitais) e nas rádios (2 rádios nacionais e 6 locais)
- Redes sociais e site: Foi definido um plano de publicações semanal, composto por três publicações com informação sobre as principais espécies, receitas em vídeo no âmbito da *webseries* “Ó Chef” com o chef Vítor Sobral e a comunicadora Fátima Lopes, bem como com o *blogger* “A Pitada do Pai”, dicas nutricionais e boas práticas a bordo das embarcações. Em 2021, a página da

Docapesca no [Facebook](#) registou 18.657 gostos, mais 20% na comparação homóloga e um alcance acumulado de 3.585.449 pessoas. No [Instagram](#), a página tem atualmente 1073 seguidores e no [LinkedIn](#) tem 1.382 seguidores. Em relação ao site Docapesca, registou 188.801 acessos (+11% em relação ao período homólogo).

- Publicidade exterior: 18 municípios aderiram ao projeto disponibilizando mupis e a colocação de faixas nos seus mercados municipais.
- Responsabilidade social: Decorre também um programa de apoio social às IPSS (via juntas de freguesia) e à Cruz Vermelha Portuguesa através do donativo de pescado. Em 2021, os donativos ascenderam a 18 toneladas de pescado. Desde o início de maio de 2020, foram entregues mais de 33 toneladas de pescado adquirido pela Docapesca aos armadores.

Site “A Lota em Casa”

Em dezembro de 2020, foi lançado o site “A Lota em Casa”, um diretório de pontos de venda aderentes ao CCL, em que o consumidor final pode pesquisar na sua área de residência locais onde adquirir pescado das lotas portuguesas, quer sejam peixarias, mercados, grandes superfícies ou cabazes de pescado.

Em 16/11/2021, foi lançada a 2ª fase deste site, com a criação de um *marketplace*, em que cada aderente do CCL pode criar a sua loja e vender *online* os seus produtos ao consumidor final. Desde o lançamento do site, em dezembro de 2020, registou 17.126 acessos.

Literacia dos Oceanos

No total, em 2021, realizaram-se 32 palestras, que alcançaram um total de 879 alunos e 42 visitas a lotas com um total de 584 pessoas.

Em parceria com o Desporto Escolar, estava prevista a realização do programa “Docapesca Ocean Sessions” em quatro locais: Caminha, Peniche, Sines e Lagos, que não se concretizou devido à evolução da pandemia, estando marcado para o início de 2022. De forma a complementar esta dificuldade, ainda durante o 2.º trimestre, decorreu um *webinar* dirigido aos alunos de norte a sul do país dos Centros de Formação Desportiva do Desporto Escolar, que teve cerca de 40 participantes.



PARTICIPAÇÕES EM FEIRAS E FESTIVAIS GASTRONÓMICOS

Em 2021, a Docapesca manteve a sua participação no âmbito do projeto Setúbal Terra de Peixe, através da realização de showcookings durante a Semana do Choco, Semana da Sardinha, Semana do Carapau e da Semana da Cavala.

No âmbito do projeto "Há Vida no Sapal" e a convite da Câmara Municipal do Seixal, desenvolveu-se também uma ação de valorização do pescado no moinho de maré de Corroios.

PARTICIPAÇÕES INSTITUCIONAIS

Em 2021, a Docapesca esteve presente nos espaços expositivos do Ministério do Mar no Festival Internacional da Ciência em Oeiras e no *Aquaculture Europe* no Funchal.

Para além destas iniciativas, a Docapesca esteve também presente nos eventos "Oceano sem Lixo" (Lisboa), Dia Nacional do Mar (Sesimbra), Jornadas de Inovação e Transferência de Conhecimento (Viana do Castelo) e no "Parar para Pensar" sob o tema "sustentabilidade" promovido pelo Expresso e DECO PROTESTE.

PARTICIPAÇÕES EM FEIRAS PROFISSIONAIS E INTERNACIONAIS

O Ministério do Mar e a Docapesca decidiram organizar uma feira virtual que permitiu a alavancagem de negócios internacionais e incentivar as empresas portuguesas para a transição digital dos modelos de negócios, motivando-as na procura de projeção internacional através dos meios digitais.

Desta forma, a [Expo Fish Portugal](#), esteve aberta a todas as empresas do setor, organizações de produtores e associações setoriais que pretendiam divulgar e comercializar os seus produtos.

Para além da vertente comercial, em paralelo decorreu uma conferência com diferentes painéis de discussão com personalidades e entidades de diversas áreas, onde foram partilhados experiências e conhecimentos.

A Expo Fish Portugal proporcionou a criação de novas oportunidades comerciais e estabeleceu contactos internacionais, de uma forma dinâmica, com vista à exportação do pescado, quer seja fresco, congelado ou em conserva.

Entre os principais objetivos alcançados, destaca-se:



Mais de
30
mercados
internacionais
representados



Mais de
100
reuniões B2B



2.000
visualizações
das conferências



4.000
visualizações da
plataforma da feira



409
Participantes
registados
Expositores: 81
Visitantes: 328

INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Projeto "A Pesca por um Mar sem Lixo"

Em 2021, não se realizaram novos lançamentos. O projeto está atualmente implementado em 17 portos, contando com 786 embarcações aderentes, representando cerca de 3.150 pescadores. Foram recolhidos 764 m³ de embalagens e 1.510 m³ de resíduos indiferenciados (total do projeto: 2.180 m³ de embalagens e 4.689 m³ de resíduos indiferenciados). Foram concluídos os trabalhos de desenvolvimento da app "A Pesca por um Mar sem Lixo", que permite quantificar e caracterizar os resíduos recolhidos pelas embarcações aderentes.

Foi também concluído o concurso de expressão artística mARTE, em que selecionamos 3 peças vencedoras feitas de lixo marinho. As peças foram inauguradas no dia 16 de novembro nas lotas de Portimão, Peniche e Aveiro.

Neste âmbito, foram organizadas várias ações de limpeza costeira abrangendo os portos de pesca de: Nazaré, Peniche, Sesimbra, Albufeira, Póvoa de Varzim, Viana do Castelo, Figueira da Foz, Cascais, Sagres e Sines.

Código Nacional de Boas Práticas a Bordo das Embarcações de Pesca

A sessão de lançamento online decorreu no dia 11 de maio com a presença da Secretária de Estado das Pescas e com a participação do IPMA e da DGAV.

Centro de Interpretação da Lota de Sagres

O Centro de Interpretação da Lota de Sagres foi inaugurado no dia 13 de julho com a presença do Sr. Ministro do Mar. A exploração do Centro de Interpretação da Lota de Sagres foi entregue à Câmara Municipal de Vila do Bispo através de Protocolo assinado no dia da inauguração.

Livro dos 60 Anos da Docapesca

Em 2021, foi desenvolvido o Livro Comemorativo dos 60 anos da Docapesca, que retratou a empresa e atividade dos portos de pesca nos dias de hoje através do olhar da objetiva da máquina fotográfica de três fotógrafos: Nicolas Lemonnier, Rodrigo Rodrigues e Filipe da Palma. O livro foi apresentado no aniversário da Docapesca, já no início do ano de 2022.

Life Águeda

O Programa "LIFE", que a Docapesca integrou, através do projeto do Posto Móvel de Registo, teve o início dos trabalhos em outubro de 2017. Em 2021, por dificuldades relacionadas com a ausência de trabalhador para operar a viatura, deu-se início ao processo de identificação do pescado, com a colocação do selo individual durante o mês de março. Nesta época, foram identificados 119 espécimes de lampreia e sável.

ValorMar

O projeto "ValorMar" (Programas Mobilizadores), conta com a participação da Docapesca em duas iniciativas (PPS1 - "Novos produtos de mar, tecnologias e processos para a indústria e mercado" e PPS4 - "Integração da cadeia de valor do pescado"), continua em curso. O projeto terminou oficialmente em 31/7/2021.

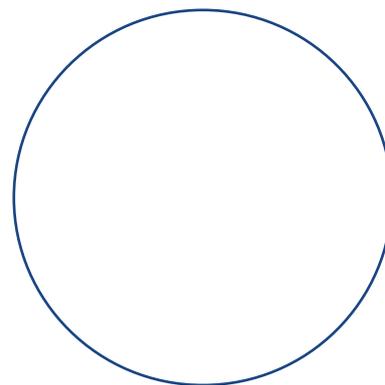
Nem tudo o que vem à rede é peixe

No âmbito deste projeto de combate às redes fantasma, a Docapesca tem vindo a acompanhar os trabalhos, nomeadamente ao nível do desenvolvimento da imagem do projeto.

Regulamento de Tarifário

Em 2021, o processo de revisão dos Tarifários e Regulamentos de Tarifas da empresa, decorreu através da criação de grupos de trabalho, tendo como objetivos a concentração num único documento, a uniformização de taxas e a sua forma de aplicação.

Foi realizada a consulta pública e o tarifário foi aprovado pelo CA para implementação em 01/01/2022.



5.9. GABINETE DE ESTATÍSTICA (GE)

O Gabinete de Estatística é a unidade orgânica responsável pela disponibilização de informação estatística, estudos e análise integrada e comparada de indicadores estatísticos sobre a primeira venda em lota de todo o pescado descarregado nos portos de pesca do território continental. O gabinete articula e coopera com outras entidades nacionais, designadamente no fornecimento de informação estatística relevante sobre o setor das pescas nacional e sobre a atividade náutica.

No âmbito das suas competência, apresenta de seguida a estatística do pescado transacionado em lota, com a indicação das quantidades e valores, nos anos de 2021 e de 2020, bem como a análise da evolução do pescado transacionado nos últimos anos e das principais espécies vendidas em lota.

DPL	ANO 2020			ANO 2021		
	KG	EUROS	€/KG	KG	EUROS	€/KG
NORTE E MATOSINHOS	11.418.666	25.374.037	2,22	23.985.658	44.812.553	1,87
Viana do Castelo	1.254.854	3.264.674	2,6	1.907.567	4.569.798	2,4
Caminha	43.818	812.282	18,54	43.975	743.559	16,91
Esposende	94.247	342.141	3,63	106.233	443.359	4,17
V. Praia de Âncora	145.933	394.767	2,71	161.218	516.984	3,21
Castelo de Neiva	216.943	1.205.184	5,56	368.074	2.406.922	6,54
Apúlia/Fão	14.425	56.212	3,9	8.898	41.619	4,68
Póvoa de Varzim	595.018	1.784.386	3	742.821	2.749.885	3,7
Vila Chã	15.703	68.359	4,35	19.880	74.536	3,75
Vila do Conde	85.439	216.327	2,53	97.895	247.602	2,53
Matosinhos	8.864.092	16.868.509	1,9	20.442.587	32.694.115	1,6
Angeiras	45.667	203.893	4,46	50.482	212.297	4,21
Afurada	5.374	32.004	5,95	4.851	29.654	6,11
Aguda	4.531	44.067	9,73	5.204	48.636	9,35
Espinho	30.710	39.534	1,29	25.975	33.588	1,29
Valbom	1.913	41.697	21,8	0	0	0
CENTRO NORTE	14.995.801	26.886.562	1,79	18.479.632	36.211.468	1,96
Aveiro	7.437.863	14.544.738	1,96	8.158.447	17.272.575	2,12
Vagueira	5.498	18.068	3,29	14.300	22.374	1,56
Torreira	1.069.960	1.733.910	1,62	1.814.283	4.144.093	2,28
Mira	100.962	301.742	2,99	113.339	221.873	1,96
Furadouro	97.932	170.997	1,75	57.117	90.193	1,58
Cais do Bico	655.446	848.816	1,3	850.537	1.440.922	1,69
Figueira da Foz	5.628.141	9.268.291	1,65	7.471.609	13.019.439	1,74
CENTRO	17.818.006	43.668.938	2,45	20.284.644	51.747.038	2,55
Nazaré	4.135.001	9.005.460	2,18	4.975.509	11.778.525	2,37
Peniche	13.473.080	33.703.916	2,5	15.154.704	39.063.337	2,58
Foz do Arelho	57.175	521.827	9,13	58.066	483.908	8,33
Praia Vieira de Leiria	121.546	111.244	0,92	75.479	56.736	0,75
Cascais	31.205	326.491	10,46	20.886	364.532	17,45
CENTRO SUL	32.221.640	49.105.989	1,52	33.714.473	54.515.720	1,62
Sesimbra	19.986.760	26.996.107	1,35	21.571.314	28.194.726	1,31
Costa da Caparica	1.178.035	3.239.826	2,75	1.356.460	4.887.557	3,6
Trafaria	241.514	1.631.528	6,76	304.351	2.289.306	7,52
Fonte da Telha	710.196	839.186	1,18	1.389.709	1.662.796	1,2
Setúbal	2.148.881	6.661.036	3,1	2.266.463	7.150.155	3,15
Carrasqueira	90.829	346.852	3,82	71.507	278.681	3,9
Sines	7.774.174	8.848.080	1,14	6.608.342	9.025.391	1,37
V.N.Milfontes	60.865	359.526	5,91	120.475	819.111	6,8
Azenha do Mar	4.944	29.156	5,9	889	6.909	7,77
Zambujeira	25.444	154.692	6,08	24.966	201.088	8,05
ALGARVE	14.370.460	49.679.721	3,46	19.184.845	64.453.054	3,36
Lagos	579.771	2.249.120	3,88	611.616	3.182.481	5,2
Sagres	1.365.737	5.678.875	4,16	2.013.098	7.275.918	3,61
Portimão	3.650.297	7.189.352	1,97	4.648.828	11.100.777	2,39
Albufeira	194.832	1.132.324	5,81	279.933	2.218.955	7,93
Olhão	2.931.904	7.379.604	2,52	3.453.318	7.586.245	2,2
Fuzeta	661.467	3.555.493	5,38	551.097	3.951.496	7,17
Quarteira	3.671.518	8.540.923	2,33	6.216.617	11.029.205	1,77
Santa Luzia	283.319	1.766.987	6,24	235.662	1.963.545	8,33
V.R.S. António	1.031.616	12.187.043	11,81	1.174.676	16.144.433	13,74
TOTAL	90.824.573	194.715.247	2,14	115.649.252	251.739.834	2,18



Nas lotas do continente, no ano de 2021, foram transacionadas, 115.649 toneladas de pescado fresco, (mais 24.825ton que em 2020). O valor total foi de 251.740 mil euros (mais 57.025 mil euros que no ano anterior). O preço médio foi de 2,18 €/kg, com um ligeiríssimo incremento face a 2020.

No quadro Q – I, estão representadas as quantidades, os valores e os preços médios registados, nos anos de 2020 e 2021, em cada uma das Direções de Portos e Lotas (DPL): Norte e Matosinhos, Centro Norte, Centro, Centro Sul e Algarve, bem como, os movimentos das lotas e postos de vendagem associados a cada uma das DPL atrás mencionadas.

DPL Norte e Matosinhos, no ano de 2021 foram vendidas 23.986ton de pescado e o valor total foi de 44.813 mil euros a um preço médio de 1,87€/kg. Relativamente a 2020, mais 110% em volume, mais 76,6% em valor, mas o preço médio registou uma quebra de 15,9%. Nesta DPL, as cinco espécies mais transacionadas, ordenadas por quantidades vendidas, foram Sardinha 9.782ton, Biqueirão 6.286ton, Carapau 2.128ton, Amêijo-a-branca 810ton e Polvo-vulgar 725ton.

DPL Centro Norte, foram vendidas 18.480ton de pescado, o valor correspondente foi de 36.211 mil euros e o preço médio de 1,96€/kg. Relativamente a 2020, o volume e o valor registaram evoluções significativamente positivas, em respetivamente, 23,2% e 34,7%. O preço médio, subiu 9,3% relativamente ao ano transato. As cinco espécies mais transacionadas foram, Carapau 4.064ton, Biqueirão 3.228ton, Sardinha 3.107ton, Berbigão-vulgar 2.650ton, e Pota 895ton.

DPL Centro, foram transacionadas 20.285ton, o valor de vendas foi de 51.747 mil euros e o preço médio de 2,55€/kg. Comparando com os dados do ano transato, registam-se assinaláveis melhorias, quer nas quantidades vendidas quer nos valores correspondentes, respetivamente em 13,8% e em 18,5%. O preço médio, aumentos 4,1%. As cinco espécies mais vendidas foram, na seguinte ordem, Carapau 5.467ton, Sardinha 4.098ton, Carapau-negrão 2.429ton, Cavala 1.514ton e Pota 1.296ton.

DPL Centro Sul, o volume de pescado vendido foi de 33.714ton, o valor das vendas de 54.516 mil euros e o preço médio foi 1,62€/kg. Relativamente a 2020, a variação registada no volume foi positiva, em 4,6% e no valor das vendas, a variação registada foi de mais 11%. O preço médio subiu 6,1% relativamente ao ano anterior. As cinco espécies mais transacionadas foram, Cavala 13.754ton, Sardinha 4.633ton, Carapau 3.871ton, Carapau-negrão 2.330ton e Peixe-espada-preto 2.026ton.

DPL Algarve, foram vendidas 19.185ton de pescado, o valor correspondente foi de 64.453 mil euros e o preço médio de 3,36€/kg. Quando comparado com o ano anterior, as evoluções registadas foram significativamente elevadas, em volume mais 33,5% e em valor das vendas 29,7%. O preço médio registou uma pequena quebra de 2,8% face a 2020. As cinco espécies mais vendidas no conjunto das lotas do Algarve foram, Cavala 5.366ton, Sardinha 5.053ton, Polvo-vulgar 2.790ton, Carapau 1.111ton e Gamba-branca 613ton.

GRÁFICO 1
DISTRIBUIÇÃO DO VOLUME (TON) POR DPL – 2020 E 2021

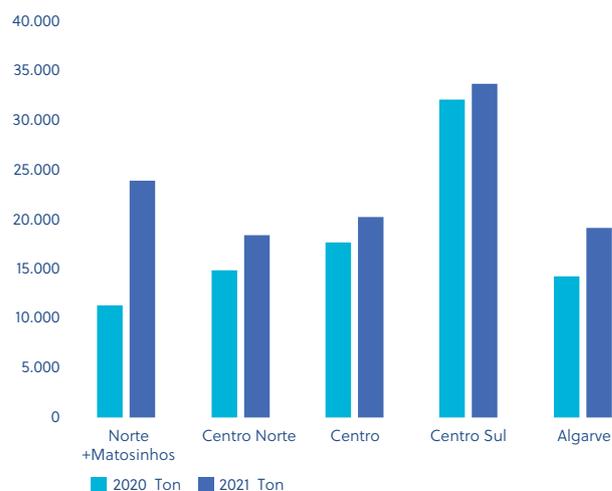


GRÁFICO 2
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR (MIL €) POR DPL 2020 E 2021

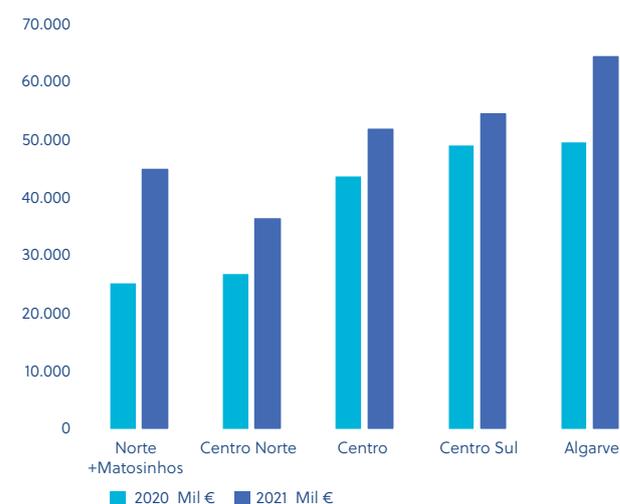
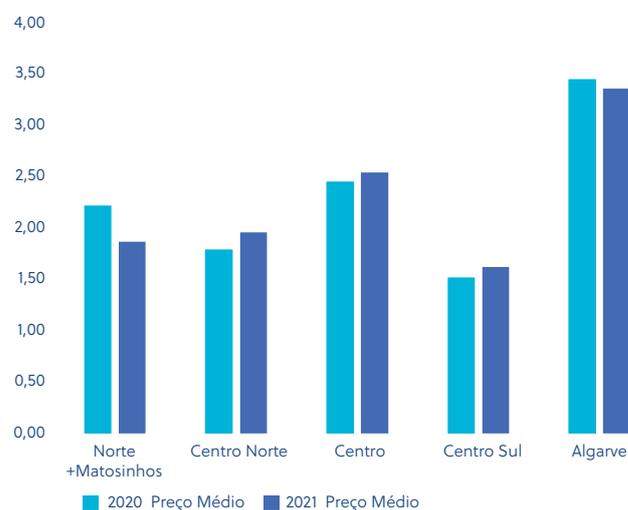


GRÁFICO 3
EVOLUÇÃO PREÇOS MÉDIOS (€/KG) POR DPL 2020 E 2021



O quadro Q - II e o gráfico 4, ilustram a evolução do pescado transacionado no conjunto das lotas, nos últimos cinco anos, 2017 a 2021.

Os quadros Q - III a Q - V e os gráficos 5 a 7, ilustram a evolução dos movimentos do pescado transacionado no conjunto das lotas, nos últimos cinco anos, 2017 a 2021, distribuídos pelas artes de pesca Arrasto, Polivalentes e Cerco.

 **TOTAIS PESCADO**

Q - II	TOTAIS PESCADO			EVOLUÇÃO (%) ANOT/ ANOT-1			
	TON	MIL EUROS	PR MÉD	% (TON)	% (MIL €)	% PR MÉD	
2017	95.899	195.512	2,04	-8,2%	-3,1%	5,5%	2017/2016
2018	99.915	205.528	2,06	4,2%	5,1%	0,9%	2018/2017
2019	111.618	212.356	1,90	11,7%	3,3%	-7,5%	2019/2018
2020	90.825	194.715	2,14	-18,6%	-8,3%	12,7%	2020/2019
2021	115.649	251.740	2,18	27,3%	29,3%	1,5%	2021/2020
				20,6%	28,8%	6,8%	2021/2017

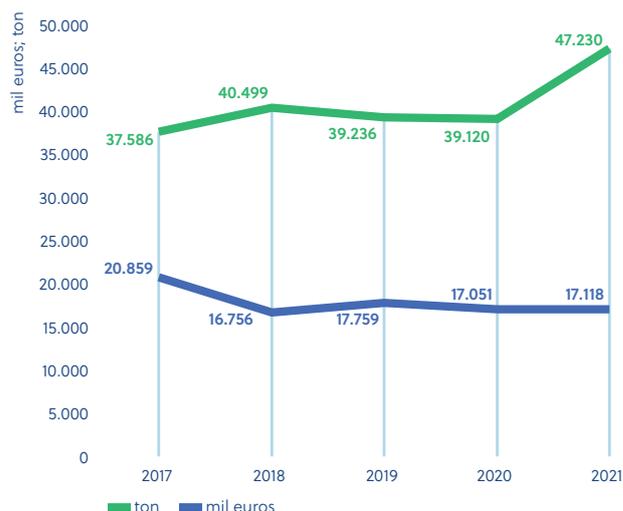
 **ARRASTO**

Q - III	ARTES: ARRASTO			EVOLUÇÃO (%) ANOT/ ANOT-1			
	TON	MIL EUROS	PR MÉD	% (TON)	% (MIL €)	% PR MÉD	
2017	20.859	37.586	1,80	2,5%	3,0%	0,4%	2017/2016
2018	16.756	40.499	2,42	-19,7%	7,8%	34,1%	2018/2017
2019	17.759	39.236	2,21	6,0%	-3,1%	-8,6%	2019/2018
2020	17.051	39.120	2,29	-4,0%	-0,3%	3,8%	2020/2019
2021	17.118	47.230	2,76	0,4%	20,7%	20,3%	2021/2020
				-17,9%	25,7%	53,1%	2021/2017

GRÁFICO 4
TOTAIS PESCADO (QUANTIDADES E VALORES)
EVOLUÇÃO 2017 A 2021



GRÁFICO 5
ARRASTO
EVOLUÇÃO 2017 A 2021



POLIVALENTES

Q - IV	ARTES: POLIVALENTES			EVOLUÇÃO (%) ANOT/ ANOT-1			
	TON	MIL EUROS	PR MÉD	% (TON)	% (MIL €)	% PR MÉD	
2017	29.909	106.710	3,57	-0,7%	-2,1%	-1,4%	2017/2016
2018	29.698	115.149	3,88	-0,7%	7,9%	8,7%	2018/2017
2019	29.078	112.891	3,88	-2,1%	-2,0%	0,1%	2019/2018
2020	28.011	111.340	3,97	-3,7%	-1,4%	2,4%	2020/2019
2021	30.790	137.047	4,45	9,9%	23,1%	12,0%	2021/2020
				2,9%	28,4%	24,8%	2021/2017

CERCO

Q - V	ARTE: CERCO			EVOLUÇÃO (%) ANOT/ ANOT-1			
	TON	MIL EUROS	PR MÉD	% (TON)	% (MIL €)	% PR MÉD	
2017	45.131	51.216	1,13	-16,3%	-8,9%	8,9%	2017/2016
2018	53.461	49.879	0,93	18,5%	-2,6%	-17,8%	2018/2017
2019	65.782	60.230	0,92	23,0%	20,8%	-1,9%	2019/2018
2020	45.762	44.255	0,97	-30,4%	-26,5%	5,6%	2020/2019
2021	67.741	67.463	1,00	48,0%	52,4%	3,0%	2021/2020
				50,1%	31,7%	-12,2%	2021/2017

GRÁFICO 6
POLIVALENTES
EVOLUÇÃO 2017 A 2021



GRÁFICO 7
CERCO
EVOLUÇÃO 2017 A 2021



Os quadros Q – VI a Q - VIII, ilustram a partição das vendas por artes de pesca, nos tipos de pesca - contrato e leilão, nos anos 2020 e 2021 e ainda a respetiva evolução percentual.

Q - VI VENDAS POR ARTES DE PESCA - CONTRATO & LEILÃO - ANO 2021

ARTE PESCA/ TIPO DE VENDA	ARRASTO			POLIVALENTES			CERCO			TOTAL		
	TON	MIL €	PR MÉD	TON	MIL €	PR MÉD	TON	MIL €	PR MÉD	TON	MIL €	PR MÉD
Contrato	697	930	1,33	11.046	36.909	3,34	18.771	10.596	0,56	30.514	48.435	1,59
Leilão	16.421	46.300	2,82	19.744	100.138	5,07	48.970	56.867	1,16	85.135	203.305	2,39
TOTAL	17.118	47.230	2,76	30.790	137.047	4,45	67.741	67.463	1	115.649	251.740	2,18

Q - VII VENDAS POR ARTES DE PESCA - CONTRATO & LEILÃO - ANO 2020

ARTE PESCA/ TIPO DE VENDA	ARRASTO			POLIVALENTES			CERCO			TOTAL		
	TON	MIL €	PR MÉD	TON	MIL €	PR MÉD	TON	MIL €	PR MÉD	TON	MIL €	PR MÉD
Contrato	1.304	1.423	1,09	9.975	29.673	2,97	9.183	5.227	0,57	20.462	36.323	1,78
Leilão	15.747	37.697	2,39	18.037	81.667	4,53	36.579	39.028	1,07	70.363	158.392	2,25
TOTAL	17.051	39.120	2,29	28.011	111.340	3,97	45.762	44.255	0,97	90.825	194.715	2,14

Q - VIII EVOL % VENDAS POR ARTES DE PESCA - CONTRATO & LEILÃO - 2021 / 2020

ARTE PESCA/ TIPO DE VENDA	ARRASTO			POLIVALENTES			CERCO			TOTAL		
	TON	MIL €	PR MÉD	TON	MIL €	PR MÉD	TON	MIL €	PR MÉD	TON	MIL €	PR MÉD
Contrato	-47%	-35%	22%	11%	24%	12%	104%	103%	-1%	49%	33%	-11%
Leilão	4%	23%	18%	9%	23%	12%	34%	46%	9%	21%	28%	6%
TOTAL	0%	21%	20%	10%	23%	12%	48%	52%	3%	27%	29%	2%

Como acima referido, os Q-VI a Q-VIII, ilustram a partição das vendas por artes de pesca, nos tipos de pesca - contrato e leilão, nos anos 2020 e 2021, bem como as respetivas evoluções percentuais, no entanto, um dado, que digamos está "escondido" nesta apresentação, são as espécies envolvidas, e como esta informação é sobretudo pouco divulgada para os Contratos de abastecimento de pescado, apresenta-se um pequeno resumo, de forma a ter-se uma perceção de quais as espécies e qual o número de espécies envolvidas no tipo de pesca - contrato.

No ano de 2021, na arte de arrasto, sob contrato, foram vendidas 40 espécies distintas e em 2020, um total de 32.

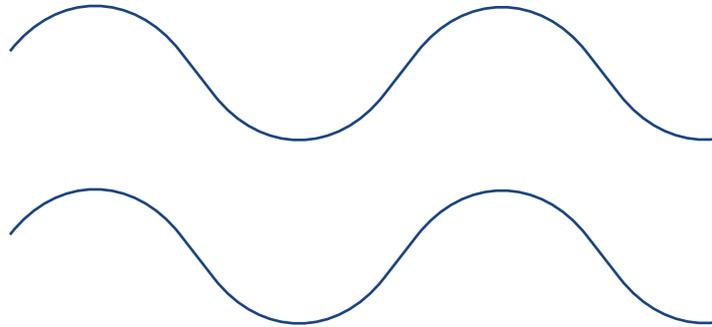
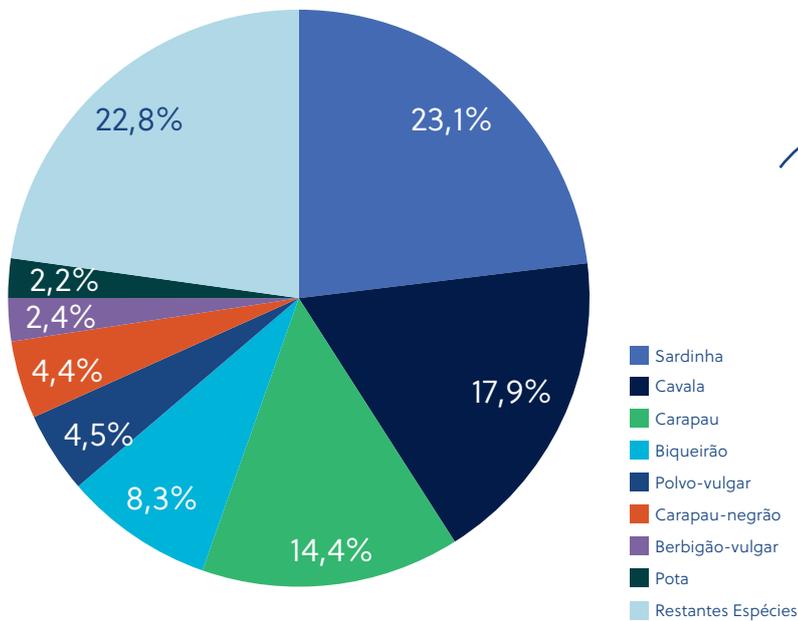
No ano de 2021, as mais vendidas foram Verdinho, Carapau, Gamba-branca, Pescada-branca e Cartas.

Nas artes polivalentes, no ano de 2021 foram vendidas 129 espécies distintas e em 2020 um total de 126. No ano de 2021, as espécies mais significativas foram: Berbigão-vulgar, Peixe-espada-preto, Amêijoia-branca, Espadarte e Polvo-vulgar.

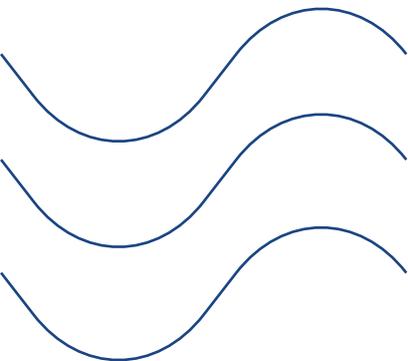
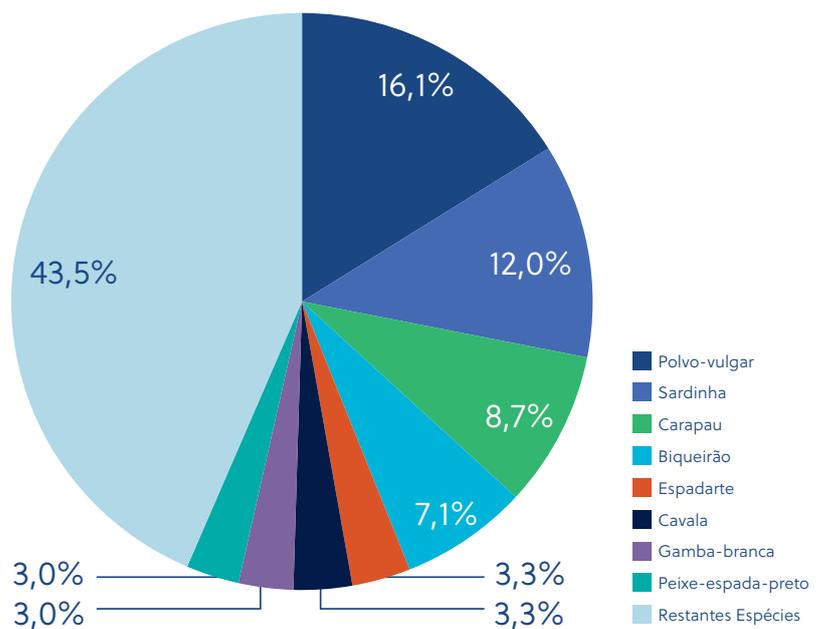
Na arte de cerco, no ano 2021, sob contrato, foram vendidas 10 espécies, menos uma que em 2020, sendo as mais representativas no ano 2021: Cavala, Sardinha, Carapau, Carapau-negrão e Biqueirão.

**ESPÉCIES PREDOMINANTES 2021:
PESO PERCENTUAL - EM VOLUME E EM VALOR**

**GRÁFICO 8
ESPÉCIES C/ QUANTIDADES >= A 2,5% DO VOLUME TOTAL**



**GRÁFICO 9
ESPÉCIES C/ VALORES DE VENDAS >= A 3% DO VALOR TOTAL**



5.10. GABINETE DE AUDITORIA INTERNA (GAI)

Enquadramento

As atividades desenvolvidas pelo GAI, no ano de 2021, tiveram como referência o Plano Anual de Atividades, aprovado em 11/02/2021, bem como a satisfação de pedidos pontuais do Conselho de Administração. As ações desenvolvidas abrangeram a totalidade das unidades orgânicas da empresa.

Síntese das Atividades Realizadas

- Monitorização da implementação do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão (incluindo os riscos de corrupção e infrações conexas) da Docapesca – Portos e Lotas, SA (PPRG): No âmbito das competências conferidas pelo C.A., o GAI desenvolveu um conjunto de atividades para monitorizar a execução do PPRG e elaborou os respetivos relatórios:
 - o Relatório de execução anual – 2020: O Relatório de Execução Anual do ano de 2020;
 - o Relatório de Execução Semestral | 1.º semestre 2021;
 - o Adenda ao Relatório da Execução Semestral – 1.º semestre de 2021.

Neste âmbito, o GAI desencadeou as ações necessárias para implementar as medidas de mitigação dos riscos inerentes à atividade, tendo reportado a sua execução para os relatórios produzidos.
- Gestão das Irregularidades Comunicadas no âmbito da Política de Comunicação de Irregularidades da Docapesca: foi elaborado o Relatório Anual e desencadeados os procedimentos previstos na Política de Comunicação de Irregularidades da Docapesca, em vigor.
- Auditoria aos procedimentos de assiduidade – Monitorização da implementação das recomendações propostas na auditoria aos procedimentos de assiduidade.
- Auditoria às deslocações em serviço – Monitorização da implementação das recomendações propostas na auditoria às deslocações em serviço.
- Auditoria aos procedimentos do Livro de Reclamações - Na sequência desta ação, foi efetuada uma síntese de identificação dos canais de entrada das reclamações na Docapesca com os respetivos procedimentos de tratamento. Foram dados contributos para o novo Manual de Procedimentos das Reclamações na Docapesca, que foi elaborado na sequência das recomendações constantes no Relatório de Auditoria.
- Auditoria ao Sistema de Gestão Ambiental.
- Auditoria aos Procedimentos de Registo da Primeira Venda Pescado Fora das Lotas na Lota de Setúbal | Direção de Portos e Lotas do Centro Sul.
- Auditoria aos Procedimentos das Cativações em Lota: Foram concretizadas as ações e elaborado o relatório respetivo.
- Manual de Procedimentos da Docapesca: O manual foi atualizado para incorporar os procedimentos recebidos das unidades orgânicas.
- Portal Único de Reclamações e Denúncias do IGAMAOT (Inspeção-geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território): Participação em reuniões de trabalho para testar as funcionalidades do portal e apresentar propostas.
- Análise de ameaças e oportunidades da Docapesca e proposta de medidas e ações: Participação num dos grupos de trabalho para a discussão da matriz SWOT da Docapesca (ameaças e oportunidades).
- Procedimentos do Código da Contratação Pública – Minutas do CCP: Participação na reunião de trabalho sobre as minutas das peças dos procedimentos concursais, para incluir as alterações introduzidas pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, que aprova medidas especiais de contratação pública e altera o Código dos Contratos Públicos.
- Certificação da Lota da Nazaré pela NP ISO 22000: No âmbito do processo de certificação, o GAI acompanhou a equipa do GSAC numa visita de auditoria para preparar a certificação do estabelecimento.
- Reporte das atividades desenvolvidas pelo GAI para integrar os relatórios de atividades trimestrais da Docapesca, bem como o Relatório de Gestão e Contas do Exercício 2020.
- Relatório de Sustentabilidade da Docapesca 2017-2020: Enquanto membro do grupo de trabalho da Sustentabilidade, participou nas reuniões para a auscultação das partes interessadas e preparou elementos para o relatório.
- Implementação a intranet da Docapesca – site do GAI: No âmbito da implementação da intranet da Docapesca o GAI deu início ao processo de gestão de ficheiros na plataforma do Microsoft SharePoint.

5.11. GABINETE DE SEGURANÇA ALIMENTAR E CERTIFICAÇÃO (GSAC)

O Gabinete de Segurança Alimentar e Certificação tem como atribuições coordenar o Sistema de Gestão de Segurança Alimentar, garantindo o cumprimento da legislação comunitária e nacional, com vista à manutenção e atribuição do Número de Controlo Veterinário às lotas e infraestruturas conexas, bem como o estudo, conceção, desenvolvimento, promoção e monitorização do modelo de certificação no âmbito da norma EN NP ISO 22000.

Em 2021 foi implementado o sistema de segurança alimentar segundo a norma NP EN ISO 22000:2018 nas lotas de Peniche, Sines, Portimão e Olhão.

Foi também acompanhado o sistema de segurança alimentar nas lotas que já estavam certificadas, Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Aveiro, Figueira da Foz, Sesimbra, Setúbal, Sagres, Quarteira e Vila Real de Santo António.

Neste âmbito, foram realizadas reuniões conjuntas entre as diversas Unidades Orgânicas intervenientes no processo, de modo a tornar o sistema apto para a certificação das lotas novas a certificar, assim como das que já se encontram certificadas e necessitam de melhoramentos neste âmbito. Os elementos dos serviços centrais e locais passaram a realizar reuniões, com o objetivo de tornar a envolvimento de todos mais forte.

Foram realizadas as auditorias internas por uma auditora contratada para o efeito ao longo do 2º e 3º trimestre nas lotas certificadas e nas que se fez a extensão da certificação. No 4.º trimestre realizaram-se as auditorias de acompanhamento e extensão da certificação. Após resposta às não conformidades levantadas nas auditorias pela APCER - Associação Portuguesa de Certificação foi emitido o certificado a 20/12/2021 para as lotas de Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Aveiro, Figueira da Foz, Sesimbra, Setúbal, Sagres, Quarteira, Vila Real de Santo António, Peniche, Portimão, Olhão e Sede no referencial NP EN ISO 22000:2018 no âmbito da primeira venda de pescado.

Foi efetuada a revisão pela gestão para as lotas referidas.

Foram efetuados controlos de verificação da Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) às lotas da Trafaria, Setúbal, Matosinhos, Peniche, Castelo do Neiva, Vila do Conde, Viana do Castelo, Mira e Costa da Caparica. Destas visitas resultou uma melhoria significativa do sistema com a resolução das não conformidades levantadas.

Foi pedido à DGRM pareceres para a requalificação da lota de Peniche, Nazaré e para a lota de Cerco de Sines.

Foi atribuído o NCV à lota de Castelo do Neiva.

Foi acompanhada a obra de requalificação do posto da Nazaré e da Fuseta e pedido de parecer à DGRM para atribuição do NCV para a lota da Fuseta.

Foi dado pareceres para o plano de recuperação das instalações dos postos da Ericeira, Carrasqueira, Pavilhão do Cerco de Sines e Quatro Águas (Tavira).

Este departamento tem elaborado procedimentos, instruções de trabalho, planos e registos no âmbito da Segurança Alimentar, para serem implementados na organização e divulgados internamente e externa caso seja necessário.

Foram revistos os manuais de segurança alimentar, e o manual do sistema de segurança alimentar, instruções de trabalho, procedimentos e o plano de controlo de perigos (HACCP) das lotas.

Foi feita a Monitorização da execução anual do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão (incluindo os riscos de corrupção e infrações conexas) da Docapesca, assim como os riscos que estão diretamente ligados à segurança alimentar.

No âmbito da pandemia do COVID-19 o Gabinete reviu se seria necessário alterar os procedimentos com medidas de prevenção para minimizar o risco de contágio implementados nas lotas.

Foi divulgado o Código de Boas Práticas para as Embarcações de Pesca, junta das Associações e das Organizações de produtores, esta divulgação foi feita em parceria com a Secretaria de Estado das Pescas, DGAV e IPMA. O Código está publicado no site da Comissão Europeia, DGAV e Docapesca.

Foi feita a aquisição de material de laboratório para as lotas (Biolominometro (ATP) zaragatoas, medidores de cloro, reagentes e padrões).

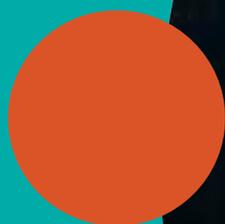
Em conjunto com a Direção de Recursos Humanos, foi possível adequar as formações previstas para 2021 em segurança alimentar para obter o máximo de eficácia na formação destas matérias. O objetivo é tornar a formação o mais prático e o mais próximo possível da realidade de cada local. No âmbito da certificação articulou-se com a Direção de Recursos Humanos a aprovação dos atuais descritivos de funções havendo atualmente a necessidade de criação de um manual de funções.

Em 2021 foi certificado o sistema de segurança alimentar (ISO 22000) nas lotas de Peniche, Portimão e Olhão, ficando a Docapesca com 12 lotas certificadas.

5.12. GABINETE DE PLANEAMENTO E CONTROLO ORÇAMENTAL (GPCO)

No âmbito das suas competências, no ano de 2021 o GPCO desenvolveu, entre outras, as atividades que de seguida se enumeram:

- Anuais:
 - o Relatório de Gestão e Contas do Exercício 2020, em articulação com a Direção Financeira, contando ainda com a colaboração de diferentes unidades orgânicas;
 - o Relatório do Governo Societário 2020;
 - o Orientações para o Plano de Atividades e Orçamento 2022 (PAO 2022) e o respetivo calendário para todas as unidades orgânicas da empresa;
 - o Preparação e apresentação ao Conselho de Administração do PAO 2022 e posterior submissão na plataforma Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF);
 - o Elaboração dos mapas financeiros referentes ao PAO 2022, de acordo com o modelo do SIRIEF e respetiva submissão na plataforma;
 - o Criação de um modelo de relatório e respetivos mapas para reporte mensal das Direções de Portos e Lotas;
 - o Elaboração dos relatórios das fábricas de gelo da Docapesca (Aveiro, Figueira da Foz, Matosinhos e Sines); para o período de 2018-2020;
 - o Elaboração dos relatórios sobre os postos de vendagem para o período de 2018-2020;
- Trimestrais:
 - o Relatórios de atividades referentes ao 4.º trimestre de 2020 e aos 1.º, 2.º e 3.º trimestres de 2021, com a colaboração de todas as unidades orgânicas;
 - o Relatórios de execução orçamental referentes ao 4.º trimestre de 2020 e aos 1.º, 2.º e 3.º trimestres de 2021, mapas financeiros referentes aos mesmos trimestres e respetiva submissão dos mapas financeiros (SIRIEF);
- Mensais:
 - o Elaboração dos relatórios de execução orçamental referentes aos meses de janeiro, fevereiro, abril, maio, julho, agosto, outubro e novembro de 2021;
 - o Preparação dos mapas financeiros nos formulários do SIRIEF e respetiva submissão;
- Outras atividades:
 - o Preparação de informação solicitada pelo Conselho de Administração em diferentes âmbitos e apoio elaboração de ordens de serviço e de ofícios diversos para o acionista;
 - o Colaboração com o Conselho Fiscal e com o Revisor Oficial de Contas;
 - o Desenvolvimento de novos procedimentos a adotar na solicitação dos pedidos de declaração de cabimento;
 - o Elaboração de declarações de cabimento e respostas a pedidos de consulta de entidades de acordo com o artigo 113.º do CCP;
 - o Revisão e acompanhamento dos lançamentos contabilísticos solicitando, sempre que necessário, as devidas correções, estimativas e/ou estornos dos mesmos;
 - o Reorganização dos centros de custos no sistema de informação de gestão SAP, de acordo com a estrutura orgânica em vigor em 2021;
 - o Controlo mensal dos valores do pescado transacionado nas diferentes lotas e postos de vendagem, com a confrontação dos dados estatísticos e contabilísticos;
 - o Integração do software Power BI (Power BI Desktop) como ferramenta de reporte do GPCO - foi preparado um *Dashboard* com alguns dos principais indicadores da empresa e apresentado ao Conselho de Administração no final do primeiro semestre;
 - o Elaboração de um estudo económico sobre a taxas de primeira venda de pescado;
 - o Intranet da Docapesca - Desenvolvimento da nova página do GPCO na plataforma do Sharepoint;
 - o Iniciada a colaboração com a DSI para estudar a solução de migração do sistema SAP para a plataforma S4Hanna da própria SAP.





6. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS





CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO E AS CONTAS DE 2021
DOCAPESCA – PORTOS E LOTAS, S.A.

1. ENQUADRAMENTO

Em observância às disposições legais e estatutárias, cumpre ao Conselho Fiscal (CF) da DOCAPESCA – Portos e Lotas, S.A., (DOCAPESCA) dar parecer sobre o Relatório de Gestão e as Contas (R&C) e sobre o Relatório de Governo Societário (RGS).

A DOCAPESCA apresentou os anteditos documentos, relativos ao exercício de 2021, aprovados pelo Conselho de Administração (CA) a 7 de março de 2022, preparados de acordo com as orientações emitidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), através do ofício circular n.º SAI_DGTF/2022/359, de 20 de janeiro de 2022, e com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Nos termos dos Estatutos, aprovados em Assembleia Geral de 5 de junho de 2018, o órgão de fiscalização da DOCAPESCA é composto por um Conselho Fiscal e por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) que não é membro daquele órgão, adotando o modelo previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 413.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

Em 2021, os anteditos Estatutos foram alterados na sequência do aumento de capital da sociedade, através do Aviso n.º 15678/2021¹.

Atualmente o CF é constituído pelo Dr. Pedro Miguel Pinto Monteiro (presidente), pela Dra. Maria Gabriela Nunes Mendes Campos (vogal efetiva), eleitos em Assembleia Geral de 5 de junho de 2018, para o mandato 2018-2020, e pelo vogal efetivo Dr. André Joaquim Limas Ribas, designado por Deliberação Social Unânime por Escrito (DUE) de 31 de julho de 2019², para acompanhar o mandato em curso.

No âmbito das suas competências, o CF encetou o procedimento de seleção para a contratação do Revisor Oficial de Contas (ROC). Tal procedimento ficou concluído a 14 de agosto de 2018, tendo o CF deliberado, conforme exarado em ata daquela data, propor a nomeação de ROC ao Acionista.

Por DUE de 10 de dezembro de 2018, foi designada para o triénio 2018-2020 a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) BDO & Associados, SROC, Lda³, para a prestação de serviços de auditoria e certificação legal das contas, tendo sido designada a Sociedade Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC., Lda, como suplente, nos termos propostos pelo CF.

¹ Publicado no Diário da República, 2.ª série – N.º 162 – 20 de agosto de 2021.

² Na sequência da renúncia do outro vogal efetivo com efeitos a partir de 30 de julho de 2019.

³ Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) sob o n.º 29 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) sob o n.º 20161384, representada pelo Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias, registado na OROC com o n.º 725 e na CMVM com o n.º 20160361.



CONSELHO FISCAL

Em 29 de janeiro de 2021, através de DUE, foi eleito para finalizar o mandato 2019-2021, o Prof. Doutor Sérgio Miguel Redondo Faias para presidente e a Dra. Isabel Maria Rodrigues Feijão para vogal. Posteriormente, em 5 de novembro de 2021, na sequência do pedido de renúncia⁴ ao cargo pelo membro do Conselho de Administração Dr. Carlos Figueiredo (a quem aproveitamos uma vez mais para agradecer a estrita colaboração prestada a este órgão e desejar as maiores felicidades), por DUE foi eleito como vogal do Conselho de Administração o Dr. João Pedro da Silva Correia para completar o mandato 2019-2021.

2. ATIVIDADE FISCALIZADORA

O controlo efetuado pelo Conselho Fiscal, no decurso de 2021, no âmbito das suas competências, materializou-se, principalmente, pelo acompanhamento regular da gestão da sociedade e a atividade desenvolvida, destacando-se o seguinte:

- a) Formulámos uma proposta ao acionista para a prorrogação dos serviços de auditoria da BDO & Associados, SROC, Lda., para um novo mandato correspondente ao triénio 2021 – 2023, desconhecendo-se à data o seu desfecho;
- b) Recolhemos e analisámos todos os elementos julgados como convenientes e adequados ao bom entendimento das operações e obtivemos todos os esclarecimentos necessários junto da Administração e dos serviços da Empresa;
- c) Procedemos à análise das propostas de plano de atividades/investimentos e orçamento, respetivas revisões, submetidos pela Empresa (para os exercícios de 2021 e 2022) e emitimos os respetivos pareceres;
- d) Analisámos e elaborámos os relatórios trimestrais de execução orçamental, sobre os controlos implementados, anomalias detetadas, desvios em relação ao previsto, necessidade de adoção de medidas corretivas e observância das orientações tutelares;
- e) Tomámos conhecimento das ações desenvolvidas pela Direção de Auditoria e Controlo Interno e dos relatórios emitidos e acompanhámos o processo de auditoria externa;
- f) Acompanhámos a preparação dos documentos de prestação de contas, que incorporam o Relatório de Gestão, o Relatório de Governo Societário e as demonstrações financeiras;
- g) Atuámos em conformidade com o n.º 2 do artigo 420.º do CSC, fiscalizando o processo de revisão de contas através de reuniões regulares com o ROC e mantendo contacto permanente com este no decurso dos trabalhos;
- h) Realizámos 12 reuniões, das quais 4 através de meios telemáticos em alturas de restrições de deslocações em território nacional, decorrentes da imposição do Estado de Emergência em Portugal, com a presença de todos os membros CF, e consultámos todas as atas do CA.

3. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO, DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E APLICAÇÃO DE RESULTADOS

⁴ Apresentada em 7 de julho, com efeitos a 31 de agosto de 2021.



CONSELHO FISCAL

Apreciação do relatório de gestão

O Relatório, aprovado pelo Conselho de Administração em 7 de março de 2022, e disponibilizado ao CF na mesma data, descreve, adequadamente, a atividade desenvolvida em 2021, o desempenho e a posição financeira da Empresa e apresenta, em ponto autónomo, informação quanto à observância das disposições legais e das orientações do acionista, cumprindo, no geral, com o disposto no artigo 66.º do CSC e com as instruções para a prestação de contas para 2021, transmitidas pela DGTF, através do ofício circular n.º SAI_DGTF/2022/359, de 20 de janeiro de 2022.

A DOCAPESCA, preparou e apresentou as demonstrações financeiras de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), contemplando o Balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total do ativo de 46 898 329 euros e um total de capital próprio de 24 278 172 euros, incluindo um resultado líquido de 2 664 688 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações ao Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, e o respetivo anexo, relativas ao ano findo naquela data.

A BDO & Associados, SROC, Lda, examinou as demonstrações financeiras e emitiu a respetiva Certificação Legal das Contas em 14 de março de 2021, que faz parte integrante do presente relatório, teor com o qual o CF concorda, incluindo a opinião com reservas que subsistem de anos anteriores, uma relacionada com o processo de integração do extinto Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, IPTM, I.P. (IPTM) e outra com o Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) resultante da assunção de responsabilidades com novas infraestruturas na sequência das novas competências atribuídas e da negociação de alguns contratos de concessão celebrados com as Administrações Portuárias.

Nos termos da alínea f) do n.º 5 do artigo 66.º do CSC, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado, no exercício de 2021, no montante de 2 664 687,60 euros seja aplicado da forma seguinte:

- 532 937,52 euros para Reservas Legais, correspondendo a 10 %, definidos estatutariamente (cfr. alínea a) do artigo 18.º dos Estatutos), e mais 10%, visando atingir 20% do Capital Social (cfr. n.º 1 do artigo 295.º do CSC);
- 2 131 750,08 euros para a conta de Resultados Transitados.

Atividade

Em 2021, transacionaram-se nas diversas lotas da DOCAPESCA, 116 mil toneladas de pescado, correspondendo a 252 milhões de euros (M€) de valor de venda de pescado, superando os valores atingidos no ano transato⁵, traduzindo um preço médio de 2,18€.

⁵ Em 2020, foram transacionadas 91 mil toneladas de pescado, no montante de 195 M€, traduzindo um preço médio de 2,14€.



CONSELHO FISCAL

A Empresa apenas reconhece na demonstração dos resultados os rendimentos relativos à primeira venda de pescado que resultam da aplicação de taxas⁶, sobre o valor do pescado transacionado, a liquidar pelos armadores/pescadores e compradores.

Investimento

Em 2021, o montante de investimento realizado pela DOCAPESCA totalizou 6 368 mil euros, do quais 4 542 mil euros de natureza específica. Tais níveis de execução ficaram 22,7% abaixo do total de investimento previsto para 2021⁷.

Desempenho financeiro

De forma a verificar o desempenho financeiro da DOCAPESCA, apreciou-se a evolução das principais rubricas de rendimentos, gastos e respetivos resultados alcançados no período de 2021 face a 2020, bem como o comportamento dos principais indicadores.

Sinteticamente, em 2021, a DOCAPESCA apresentou o desempenho financeiro seguinte:

Quadro 1 - Demonstração de desempenho financeiro e indicadores

RENDIMENTOS, GASTOS E RESULTADOS	2021	2020	Unidade: 10 ³ euros	
			Δ 21/20	
			Valor	(%)
Rendimentos operacionais	29 693	25 835	3 858	14,9%
Vendas e Serviços Prestados	29 628	25 546	4 082	16,0%
Subsídios à exploração	65	289	-224	-77,4%
Variação nos inventários da produção	-1	0	-1	-866,3%
Gastos operacionais	-22 478	-21 306	-1 171	-5,5%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-392	-443	51	11,6%
Fornecimentos e serviços externos	-8 913	-8 065	-848	-10,5%
Gastos com o pessoal	-13 173	-12 798	-375	-2,9%
Outros rendimentos e gastos	196	472	-276	-58,4%
Imparidades	-233	56	-290	-516,2%
Provisões	-163	-77	-86	-112,3%
Outros rendimentos	2 241	2 528	-287	-11,3%
Outros gastos	-1 648	-2 034	386	19,0%
Resultados				
EBITDA	7 412	5 001	2 410	48,2%
Amortizações, depreciações e reversões	-3 740	-3 478	-261	-7,5%
EBIT	3 672	1 523	2 149	141,1%
Resultado financeiro	15	-2	16	1009,2%
Resultado antes de impostos	3 686	1 521	2 165	142,3%
Impostos	-1 022	-370	-651	-175,8%
Resultado líquido	2 665	1 151	1 514	131,6%

Fonte: Documentos de prestação de contas

Em 2021, o resultado líquido apurado fixou-se em 2 665 mil euros, traduzindo um acréscimo de 1 514 mil euros (+131,6%) face a 2020 (1 151 mil euros). Tal ficou a dever-se, sobretudo, ao aumento registado nas vendas e serviços prestados de 4 082 mil euros (+16%), em resultado do incremento registado nos serviços prestados de 1ª venda de pescado – tarifas – (+3 495 mil euros) em relação ao período homólogo,

⁶ Fixadas pelas Portarias n.º 251/2008, de 4 de abril e n.º 495/2008, de 23 de junho.

⁷ A execução dos investimentos correntes ficou 21,7% acima do previsto e os investimentos específicos ficaram 32,6% abaixo do previsto, considerando as revisões efetuadas ao plano de investimentos, em particular a posterior ao aumento do capital social ocorrido a 17 de junho.



CONSELHO FISCAL

repercutindo-se nos rendimentos operacionais que aumentaram 3 858 mil euros (+14,9%).

Tal incremento nos serviços prestados resultou, principalmente, do comportamento favorável na primeira venda de pescado, sendo o melhor ano que há registo, refletindo-se positivamente nas taxas de vendagem.

Os gastos operacionais atingiram 22 478 mil euros, expressando um acréscimo de 1 171 mil euros (+5,5%) em relação a 2020. Tal resultado, do agravamento dos gastos com fornecimentos e serviços externos em 848 mil euros (+10,5%) e do aumento dos gastos com pessoal em 375 mil euros (+2,9%) atenuado pela redução de 51 mil euros registada no custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.

A rubrica outros rendimentos e gastos atingiu 196 mil euros, reduzindo 276 mil euros (-58,4%) face a 2020. Tal variação resultou, sobretudo, do aumento de imparidades de dívidas a receber em 232 mil euros, do reforço da provisão constituída, para fazer face à impugnação de taxas cobradas, no montante de 165 mil euros e da redução dos outros rendimentos em -287 mil euros, montantes que a redução registada nos outros gastos no valor de 386 mil euros não permitiu acomodar.

Em 2021, em resultado do comportamento das anteditas rubricas, o EBITDA e EBIT cifraram-se em 7 412 e 3 672 mil euros, traduzindo um acréscimo de 48,2% e 141,1%, respetivamente, em relação a 2020.

Posição financeira

No que tange à posição financeira da DOCAPESCA, importa salientar que, em 31 de dezembro de 2021, o processo de integração do extinto Instituto Português e dos Transportes Marítimos, IPTM, I.P. (IPTM) ainda se encontrava em curso⁸.

Entre 2016 e 2021, a Empresa efetuou a integração dos bens patrimoniais inerentes às viaturas, embarcações e equipamento de movimentação portuária, porém os restantes bens patrimoniais e dominiais carecem ainda de inventariação e avaliação por parte de entidade externa, nos termos do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, desconhecendo-se, no final de 2021, o impacto que tal possa ter nas demonstrações financeiras.

Não contempla, também, o impacto que a potencial transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades municipais possa ter no âmbito do processo de descentralização.

Sobre esta matéria, a DOCAPESCA encontra-se a aguardar a conclusão do processo de descentralização, para então proceder à avaliação do património que permanece na sua esfera de atuação, ou seja, que não venha a ser incluído nas transferências a realizar para as Autarquias.

No 1º semestre de 2019, a DOCAPESCA concretizou a aquisição da participação financeira⁹, na qualidade de associada fundadora, na Associação (sem fins lucrativos) “Smartocean – Associação para a promoção e desenvolvimento do Parque da Ciência e Tecnologia do Mar”, tendo subscrito 58 unidades de participação (de um total de 215) a 2 500 euros cada, num valor total de 145 000 euros, correspondendo a 27% do capital da associação, desconhecendo-se, à data, o justo valor da participação.

⁸ O n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, estipula o prazo de 18 meses, após entrada em vigor do diploma, para identificação e avaliação de bens e direitos transmitidos do ex-IPTM.

⁹ Na sequência da DUE do acionista, de 28 de dezembro de 2018.



CONSELHO FISCAL

A 31 de dezembro de 2021¹⁰, a DOCAPESCA evidenciava um ativo total de 46 898 329 euros, um passivo total de 22 620 157 euros e um capital próprio de 24 278 172 euros.

Destaca-se no ativo não corrente, o aumento da rubrica ativos fixos tangíveis em 2 429 mil euros (+10,5%) em resultado da boa execução do plano de investimentos em 2021 e ao nível do ativo corrente o aumento da rubrica outros créditos e receber em 4 627 mil euros (+86,1%) e das disponibilidades em 959 mil euros (+16,3%), contrapondo com a diminuição registada em clientes no montante de -515 mil euros.

Em 2021, o capital próprio registou um acréscimo de 3 679 mil euros (+17,9%) em relação a 2020, em resultado do aumento da reserva legal (+230 mil euros) e dos resultados transitados (+921 mil euros) proveniente da aplicação do resultado líquido positivo atingido em 2020 (1 151 mil euros), bem como do aumento de 515 mil euros ocorrido em outras variações no capital próprio e do incremento de 1 514 mil euros do resultado líquido em relação a 2020.

Salienta-se também, o aumento do capital social em 500 mil euros ocorrido no 2º trimestre de 2021¹¹, para utilizar, especificamente, nos investimentos indicados como “Construção do Porto de Pesca da Trafaria”.

No final de 2021, o saldo de provisões constituídas ascendia a 1 330 mil euros, apresentando-se cerca de 163 mil euros acima do exercício anterior, dos quais 528 mil euros respeitavam à melhor estimativa da Empresa, com o exfluxo de recursos que espera incorrer com os processos judiciais que transitaram do ex-IPTM, 160 mil euros respeitante a duas provisões relacionadas com o processo de integração do ex-IPTM e 642 mil euros para fazer face a riscos e encargos (348 mil euros para pagamento de imposto municipal sobre imóveis – IMI, 228 mil euros para impugnação das taxas cobradas, 54 mil euros para cobertura do sinistro ocorrido com o *Travel Lift* de Portimão, 8 mil euros para acidentes de embarcações e 4 mil euros para indemnizações a pagar).

Em 2021, o passivo não corrente registou uma diminuição com responsabilidades por benefícios pós-emprego no montante de -219 mil euros e um incremento das provisões e outras dívidas a pagar em 163 mil euros e 147 mil euros, respetivamente, tendo aumentado no total 91 mil euros (+1,6%). Já o passivo corrente registou um aumento de 3 849 mil euros, em resultado, principalmente, dos aumentos registados em fornecedores (+705 mil euros), Estado e outros entes públicos (+1 392 mil euros) e outras dívidas a pagar (+1 760 mil euros).

Em termos de fluxos financeiros, em 2021, o *cash flow* libertado pelas atividades operacionais e de financiamento nos montantes de 5 577 mil euros e 493 mil euros, respetivamente, foi suficiente para cobrir os exfluxos incorridos com as atividades de investimento que ascenderam a 5 112 mil euros, gerando no período uma variação de caixa e seus equivalentes positiva de 959 mil euros.

4. CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS E DAS ORIENTAÇÕES DO ACIONISTA

Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento

¹⁰ A 31 de dezembro de 2020, a DOCAPESCA evidenciava um ativo total de 39 279 226 euros, passivo total de 18 680 510 euros e um capital próprio de 20 598 716 euros.

¹¹ Por Deliberação Social Unânime por Escrito, de 17 de junho de 2021, correspondendo a 100 000 novas ações de valor nominal de 5 euros cada.



CONSELHO FISCAL

Apesar de não terem sido celebrados contratos de gestão para o ano de 2021, o CA regeu a sua atuação pelo Plano de Atividades e Orçamento para 2021 (PAO 2021)¹². De acordo com a informação constante no R&C, a Empresa indica ter atingido um grau de cumprimento dos objetivos de 111,8%, conforme apresentado no quadro seguinte:

Quadro 2 – Indicadores de gestão propostos pela DOCAPESCA

EIXO/ OBJETIVO	Peso objetivo	Objetivos de gestão 2021			
		Proposto	Executado	Execução (%)	Execução
Indicadores financeiros	50%				68,9%
Eixo 4					
Volume de negócios ¹ (€)	10%	26 558 771	29 628 457	111,6%	11,2%
Peso dos CMVMC+FSE+GcP no Volume de negócios (€) ²	10%	81,8%	75,9%	107,3%	10,7%
PMP (dias)	10%	33	38	84,8%	8,5%
Resultado líquido (€)	10%	993 662	2 664 688	268,2%	26,8%
EBITDA superior ao de 2018 (€)	5%	5 331 698	7 411 511	139,0%	7,0%
Taxa de cofinanciamento Investimentos	5%	45,0%	43,2%	96,0%	4,8%
Indicadores de atividade	50%				42,8%
Eixo 1					
Desenvolvimento sustentável e inovação	25%	100%	66%	66,0%	16,5%
Eixo 2					
Modernização, qualidade e segurança	20%	100%	106%	106,0%	21,2%
Eixo 3					
Desempenho organizacional	5%	100%	103%	102,5%	5,1%
Total	100%				111,8%

¹Volume de negócios = 71 vendas + 72 Prestação de Serviços.

Fonte: Documentos de prestação de contas

Gestão do Risco Financeiro

Em virtude do financiamento bancário registado nos últimos anos ser nulo, os encargos financeiros com comissões fixas têm vindo a ser diminutos, ascendendo a 3 125 euros em 2021, igualando 2020.

Limite de crescimento do endividamento

A DOCAPESCA não tem qualquer contrato de financiamento celebrado, dispondo apenas de um descoberto bancário em depósitos à ordem no montante de 1 250 mil euros no Millennium BCP, que não foi utilizado no ano de 2021, não sendo relevante o recurso a instrumentos de gestão de risco.

Prazo Médio de Pagamentos (PMP) e atrasos nos pagamentos

Em 2021, o prazo médio de pagamentos situou-se nos 38 dias traduzindo um agravamento de 5 dias em relação ao verificado em 2020 (33 dias), não existindo naquele período dívidas a pagamento com prazo superior a 90 dias.

Uma vez que o PMP se encontra abaixo de 45 dias, considera-se cumprido o estipulado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro.

Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista e diligências tomadas para solucionar as situações subjacentes à emissão de reservas na última Certificação Legal das Contas

Na Assembleia Geral de 31 de março de 2021, realizada por meios telemáticos, o acionista Estado votou favoravelmente a aprovação do Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2020, atentas as reservas expressas na Certificação Legal das Contas, recomendando ao Conselho de Administração que diligenciasse no sentido de:

¹² Aprovado através da Deliberação Social Unânime por Escrito, datada de 11 de março de 2021.



CONSELHO FISCAL

- i. produzir anualmente o relatório sobre prevenção da corrupção, conforme previsto no n.º 1 do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro;
- ii. dar cumprimento ao disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 158.º do no Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2019, relativa aos gastos com o pessoal.

De acordo com a informação constante no R&C, a Empresa indica as medidas adotadas visando dar cumprimento às referidas recomendações, referindo ter elaborado o Relatório de Execução Anual de 2020 do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão (incluindo os Riscos de Corrupção e Infrações Conexas), tendo o mesmo sido objeto de aprovação em 29 de abril de 2021.

No âmbito do disposto na alínea a) do n.º 3 do art.º 158.º, do DLEO 2019, os gastos com pessoal registaram um aumento de 375 mil euros (+2,9%), em relação a 2020, que a Empresa justifica com o acréscimo significativo de atividade, que traduziu uma melhoria do rácio de eficiência operacional, que implicou o recurso à contratação de curto prazo para fazer face a tal incremento de atividade.

Relativamente às reservas constantes da Certificação Legal de Contas, a Empresa no R&C faz a atualização acerca da real situação das mesmas. No entanto, importa referir que tais reservas consubstanciam uma limitação de âmbito e subsistem de anos anteriores sendo que a sua extinção não está dependente só da intervenção da DOCAPESCA, uma vez que envolve outras entidades.

Remunerações

A DOCAPESCA evidencia ter dado cumprimento às orientações relativas às remunerações vigentes em 2021 para órgãos sociais e auditor externo.

Aplicação do disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público (EGP)

A DOCAPESCA indica ter dado cumprimento ao disposto nos artigos 32.º e 33.º do EGP.

Realização de despesas não documentadas ou confidenciais

No exercício de 2021, a Empresa não apresentou qualquer tipo de despesa não documentada ou confidencial.

Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens

A Empresa tem apresentado e divulgado o relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens conforme previsto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, encontrando-se publicado no sítio institucional da Empresa o relativo a 2020.

Relatório anual sobre prevenção de corrupção

Em 2019, a DOCAPESCA elaborou um novo Plano de Prevenção de Riscos de Gestão (incluindo os riscos de corrupção e infrações conexas), tendo o mesmo sido aprovado pelo CA no início de 2020.

A Empresa tem apresentado e divulgado os relatórios anuais sobre prevenção da corrupção conforme disposto no n.º 1 do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, que estabelece o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE), tendo o relatório de execução do Plano relativo ao ano de 2021, sido aprovado pelo Conselho de Administração em 2 de março de 2022.



CONSELHO FISCAL

Contratação pública

Em matéria de contratação pública, a DOCAPESCA indica ter aplicado o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e subsequentes alterações.

Sistema Nacional de Compras Públicas

A DOCAPESCA aderiu à ESPAP/ANCP, em 9 de agosto de 2012.

Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais

O artigo 158.º do Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho (DLEO 2019), que vigorou para 2021, determina:

No n.º 1 – *“Para efeitos do disposto no artigo 57.º da Lei do Orçamento do Estado, o rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios deve ser igual ou inferior ao verificado em 2018 sem prejuízo do disposto no número seguinte.”*

No n.º 3 – *“...devem ser iguais ou inferiores aos montantes registados em 2018 os seguintes gastos operacionais:*

a) Com pessoal, corrigidos dos encargos decorrentes das indemnizações por rescisão, da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das valorizações remuneratórias nos termos do disposto na Lei do Orçamento do Estado;

b) Conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel;

c) Conjunto dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria.”

No n.º 4 – *“O acréscimo dos gastos operacionais referidos no número anterior apenas pode ocorrer em situações excecionais e devidamente sustentadas em análise custo-benefício, mediante autorização do membro do Governo responsável pela área das finanças, em sede de apreciação do plano de atividades e orçamento da empresa.”*

Com efeito, com as devidas adaptações, comparando com o exercício de 2020 as anteditas rubricas apresentaram o comportamento que consta do quadro seguinte:

Quadro 3 – Eficiência Operacional



CONSELHO FISCAL

EFICIÊNCIA OPERACIONAL	2021	2021 Orç.	2020	2019	Unidade: euros	
					Valor	Δ 21/20 (%)
EBITDA	7 411 511	5 331 698	5 001 259	6 494 954	2 410 252	48,2%
CMVMC	391 507	485 705	442 976	564 578	-51 469	-11,6%
FSE	8 912 815	8 457 644	8 065 096	8 466 267	847 719	10,5%
Gastos com o pessoal	13 173 219	12 790 630	12 798 195	12 261 024	375 024	2,9%
i) Indemnizações pagas por rescisão	140 168	200 000	151 000	178 840	-10 832	-7,2%
ii) Valorizações remuneratórias	123 871	52 856	92 028	78 991	31 843	34,6%
iii) Impacto da aplicação dos IRCT	46 969	46 969	44 144		2 826	6,4%
Gastos com o pessoal sem os efeitos i), ii) e iii)	12 862 210	12 490 805	12 511 023	12 003 192	351 187	2,8%
Impactos da pandemia por COVID-19 nos Gastos Operacionais (CMVMC, FSE e GcP)	32 897	34 005	155 866		-122 969	-78,9%
Gastos operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional	22 444 644	21 699 974	21 150 400	21 291 868	1 294 244	6,1%
Volume de negócios (VN)	29 628 457	26 558 771	25 546 082	26 950 995	4 082 374	16,0%
Subsídios à Exploração	65 296	58 528	289 076	232 334	-223 780	-77,4%
Perda de receita decorrente da pandemia por COVID-19		392 224	473 519		-473 519	-100,0%
Volume de negócios para efeitos de apuramento da eficiência operacional	29 628 457	26 950 995	26 019 601	26 950 995	3 608 855	13,9%
Eficiência operacional (GO/VN)	75,8%	80,5%	81,3%	79,0%		-5,5 p.p.
Conjunto de gastos operacionais previstos nas alíneas b) e c) do n.º 3 do artigo 158.º do DLEO 2019						
Deslocações e alojamento (FSE)	8 229	21 935	6 185	22 288	2 043	33,0%
Ajudas de custo (GcP)	17 094	22 242	13 259	25 108	3 835	28,9%
Gastos com a frota automóvel ¹	190 645	206 441	159 245	176 084	31 400	19,7%
Subtotal de gastos alínea b)	215 968	250 618	178 689	223 479	37 279	20,9%
Encargos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	93 525	109 200	69 853	110 315	23 673	33,9%
Subtotal de gastos alínea c)	93 525	109 200	69 853	110 315	23 673	33,9%
Total de gastos alínea b) e c)	309 493	359 818	248 542	333 794	60 951	24,5%

¹Inclui rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustível e/ou eletricidade, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

Fonte: Documentos de prestação de contas

Em 2021, o indicador de eficiência operacional¹³ situou-se nos 75,8% registando uma melhoria de 5,5 p.p. em relação a 2020 (81,3%) e apresenta um desempenho favorável de 3,2 p.p. quando comparado com o orçamentado para o mesmo período (80,5%).

Apesar do acréscimo dos gastos operacionais (+6,1%), que em parte são justificados pelo aumento de atividade, a melhoria do antedito indicador, face a 2020, deve-se, sobretudo, ao volume de negócios que registou um acréscimo de 3 609 mil euros (+13,9%), que tal como referido, resultou, principalmente, do comportamento favorável na primeira venda de pescado, sendo o melhor ano que há registo, refletindo-se positivamente nas taxas de vendagem.

Por outro lado, os gastos com o pessoal, corrigidos dos efeitos das indemnizações, da reposição do Acordo de Empresa e das valorizações remuneratórias, registaram um acréscimo de 2,8% face a 2020, que a Empresa justifica com a necessidade que teve em recorrer a contratações de curto prazo para fazer face ao acréscimo de atividade verificado.

O conjunto de gastos previstos na alínea b) do n.º 3 do artigo 158.º do DLEO 2019, registou um acréscimo de 37 279 euros (+20,9%) face a 2020, tendo todas as rubricas registado aumentos que, a Empresa justifica com o retomar normal da atividade, pós estado de emergência.

Quanto aos gastos previstos na alínea c) do antedito preceito, os mesmos ficaram 23 673 euros (+33,9%) acima do registado em 2020, também justificado pelo retomar normal da atividade.

A DOCAPESCA terminou o ano de 2021 com 510 trabalhadores¹⁴, mais cinco em relação ao ano transato.

¹³ Rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios.

¹⁴ Inclui órgãos sociais e dirigentes.



CONSELHO FISCAL

No final de 2021, a frota automóvel da DOCAPESCA era composta por 43 viaturas mais 3 em relação a 2020 (40 viaturas), pelo facto da Empresa ainda não ter procedido ao abate das viaturas substituídas.

Cumprimento do princípio da unidade de tesouraria do Estado

Através do ofício n.º SGC – 2018/9193, de 04 de junho de 2018, a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. (IGCP), informou a DOCAPESCA que foi proferido despacho de autorização parcial de exceção ao cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado (UTE), estando autorizada a recorrer à banca comercial, no entanto o valor das receitas geradas deve ser transferido semanalmente para as contas detidas na tesouraria do Estado

No final de 2020, uma vez que o decreto-lei de execução de orçamental para este exercício não fora publicado, a Empresa solicitou, junto do IGCP, dispensa do cumprimento deste princípio.

Em 18 de dezembro de 2020, por despacho, o IGCP excecionou a DOCAPESCA do cumprimento da UTE, para os anos de 2020 e 2021, somente para os valores:

- a) Dos descobertos bancários;
- b) Das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos de caução à ordem de terceiros;
- c) Objeto dos contratos de recolha de valores celebrados com a banca comercial, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para contas de DOCAPESCA no IGCP.

Assim, no final de 2021, o montante centralizado no IGCP elevava-se a 6 524 mil euros, repartido em 5 500 mil euros (81%) em aplicações financeiras de curto prazo (CEDIC¹⁵) e 1 024 mil euros (15,1%) em disponibilidades imediatas (D.O), encontrando-se fora da tesouraria do Estado 266 mil euros (3,9%).

Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas

De acordo com a informação constante do R&C, nos últimos três anos, a DOCAPESCA não foi objeto de qualquer auditoria por parte do Tribunal de Contas.

Plano para a igualdade

A Empresa apresentou e divulgou o seu Plano para a Igualdade e não Discriminação, para o biénio 2021-2022¹⁶, conforme disposto no artigo 7.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto.

Elaboração e divulgação da demonstração não financeira

Desde 2010 que a DOCAPESCA prepara, de acordo com as normas *Global Report Initiative* (GRI), e divulga os relatórios de sustentabilidade, tendo apresentado o de 2010 e os relativos aos biénios 2011-2012, 2013-2014 e 2015-2016 e o de 2017-2020, tendo este último sido divulgado no final de 2021, relevando-se a preparação e importância de tal documento.

A demonstração não financeira relativa ao exercício de 2021 foi preparada de acordo com as GRI e consta no capítulo 4º do Relatório de Gestão.

¹⁵ Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo

¹⁶ Aprovado pelo CA, em 14 de setembro de 2021.



CONSELHO FISCAL

Acontecimentos após a data do balanço

O atual contexto internacional (quer ao nível da pandemia, quer ao nível da situação de conflito armado no leste europeu) reveste alguma incerteza, impossibilitando, no momento presente, a quantificação em toda a sua plenitude dos impactos ao nível macroeconómico e, conseqüentemente, na Empresa. Poder-se-ão sentir efeitos ao nível do custo com combustíveis, energia elétrica e no aumento do custo dos bens e serviços e das empreitadas, no entanto, não se perspetiva que os mesmos sejam suscetíveis de afetar a continuidade da Empresa, bem como o cumprimento de quaisquer responsabilidades.

5. RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

Analisado o RGS, o Conselho Fiscal emite a sua opinião em Declaração Autónoma (Vd. Anexo 6)

6. PARECER

Face ao que precede, e considerando a informação disponibilizada ao CF, no âmbito das suas competências, conclui-se que o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2021 refletem de forma apropriada, em todos os aspetos materiais, a atividade da Sociedade e a sua situação económica e financeira.

Destaca-se, no entanto, o facto de não se encontrar integralmente cumprido o disposto no n.º 3 do artigo 158.º do Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho, bem como a opinião com reservas constante da Certificação Legal das Contas, emitida pelo ROC em 14 de março de 2022, decorrentes da assunção pela DOCAPESCA das atribuições e competências do extinto IPTM, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, relacionadas com o impacto da futura integração dos ativos provenientes do extinto IPTM e ainda não avaliados e outra com o IMI resultante da assunção de responsabilidades com novas infraestruturas na sequência das novas competências atribuídas e da negociação de contratos de concessão celebrados com as Administrações Portuárias.

Em consequência do sobredito, o CF é de parecer favorável que a Assembleia Geral:

- Aprove o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2021, apresentados pelo Conselho de Administração da DOCAPESCA, atenta a opinião com reservas e a ênfase constante da Certificação Legal das Contas;
- Pondere a proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão;
- Proceda à apreciação geral da administração e da fiscalização da Sociedade, nos termos previstos no artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais.



CONSELHO FISCAL

Por último, o Conselho Fiscal regista com apreço e agradece toda a colaboração que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos serviços da DOCAPESCA.

Lisboa, 14 de março de 2022

Presidente,



Pedro Pinto Monteiro

Vogal,



Maria Gabriela Campos

Vogal,



André Ribas



CONSELHO FISCAL

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1	Balanço em 31 de dezembro 2021
Anexo 2	Demonstração individual dos resultados por naturezas em 31 de dezembro 2021
Anexo 3	Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro 2021
Anexo 4	Investimento em 31 de dezembro de 2021
Anexo 5	Informação estatística do pescado transacionado – janeiro a dezembro de 2021
Anexo 6	Declaração Autónoma do Conselho Fiscal – Relatório de Governo Societário 2021



CONSELHO FISCAL

ANEXO 1 – BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unidade: euros

Ativo	2021	2020	Δ 21/20	
			Valor	(%)
Investimentos financeiros	145 000	145 000	0	0,0%
Ativos fixos tangíveis	25 603 743	23 175 030	2 428 712	10,5%
Ativos intangíveis	409 213	295 485	113 728	38,5%
Outros investimentos financeiros	78 102	53 596	24 506	45,7%
Ativos por impostos diferidos	534 996	584 345	-49 349	-8,4%
Ativo não corrente	26 771 053	24 253 456	2 517 597	10,4%
Inventários	99 527	96 891	2 637	2,7%
Clientes	2 983 678	3 498 559	-514 881	-14,7%
Estado e outros entes públicos	1 508	388	1 120	288,6%
Outros créditos a receber	10 001 436	5 374 160	4 627 276	86,1%
Diferimentos	184 581	157 783	26 798	17,0%
Caixa e depósitos bancários	6 856 546	5 897 990	958 556	16,3%
Ativo corrente	20 127 276	15 025 770	5 101 506	34,0%
Total do Ativo	46 898 329	39 279 226	7 619 103	19,4%
Capital Próprio e Passivo				
Capital realizado	9 028 400	8 528 400	500 000	5,9%
Reserva legal	912 580	682 434	230 146	33,7%
Resultados transitados	4 192 446	3 271 864	920 583	28,1%
Outras variações no Capital Próprio	7 480 059	6 965 289	514 769	7,4%
Resultado líquido do período	2 664 688	1 150 728	1 513 959	131,6%
Total do capital próprio	24 278 172	20 598 716	3 679 457	17,9%
Provisões	1 329 919	1 167 120	162 799	13,9%
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	2 377 760	2 597 088	-219 329	-8,4%
Outras dívidas a pagar	2 052 746	1 905 538	147 208	7,7%
Passivo não corrente	5 760 424	5 669 746	90 678	1,6%
Fornecedores	1 568 646	863 631	705 015	81,6%
Estado e outros entes públicos	3 052 194	1 660 028	1 392 167	83,9%
Outras dívidas a pagar	12 226 721	10 467 105	1 759 615	16,8%
Diferimentos	12 171	20 000	-7 829	-39,1%
Passivo corrente	16 859 733	13 010 765	3 848 968	29,6%
Total do passivo	22 620 157	18 680 510	3 939 646	21,1%
Total do capital próprio e do passivo	46 898 329	39 279 226	7 619 103	19,4%

Fonte: Documentos de prestação de contas



CONSELHO FISCAL

**ANEXO 2 – DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

Unidade: euros

Rendimentos e Gastos	2021	2020	Δ 21/20	
			Valor	(%)
Vendas e serviços prestados	29 628 457	25 546 082	4 082 374	16,0%
Subsídios à exploração	65 296	289 076	-223 780	-77,4%
Varição nos inventários da produção	-1 189	-123	-1 066	-866,3%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-391 507	-442 976	51 469	11,6%
Fornecimentos e serviços externos	-8 912 815	-8 065 096	-847 719	-10,5%
Gastos com o pessoal	-13 173 219	-12 798 195	-375 024	-2,9%
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	-1 519	-14 458	12 939	89,5%
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-231 915	70 545	-302 459	-428,7%
Provisões (aumentos/reduções)	-162 799	-76 689	-86 110	-112,3%
Outros rendimentos	2 240 997	2 527 592	-286 595	-11,3%
Outros gastos	-1 648 275	-2 034 499	386 224	19,0%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	7 411 511	5 001 259	2 410 252	48,2%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-3 739 806	-3 478 431	-261 375	-7,5%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	3 671 705	1 522 828	2 148 877	141,1%
Juros e rendimentos similares obtidos	23 012	6 738	16 274	241,5%
Juros e gastos similares suportados	-8 341	-8 352	10	0,1%
Resultado antes de impostos	3 686 376	1 521 215	2 165 161	142,3%
Imposto sobre o rendimento do período	-1 021 688	-370 487	-651 202	-175,8%
Resultado líquido do período	2 664 688	1 150 728	1 513 959	131,6%

Fonte: Documentos de prestação de contas



CONSELHO FISCAL

ANEXO 3 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

	2021	2020	Unidade: euros	
			Δ 21/20	
			Valor	(%)
Recebimentos de clientes	33 710 177	30 735 798	2 974 378	9,7%
Pagamentos a fornecedores	-12 264 448	-10 958 315	-1 306 133	-11,9%
Pagamentos ao pessoal	-13 140 346	-13 109 190	-31 156	-0,2%
Caixa geradas pelas operações	8 305 382	6 668 293	1 637 089	24,6%
Pagamentos / recebimentos do imposto sobre o rendimento	-15 266	-853 385	838 118	98,2%
Outros recebimentos / pagamentos	-2 712 750	-2 455 717	-257 033	-10,5%
Fluxos de caixa das atividades operacionais	5 577 366	3 359 191	2 218 175	66,0%
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis	-6 942 156	-6 550 390	-391 766	-6,0%
Ativos intangíveis	-4 305	-5 314	1 009	19,0%
Investimentos financeiros			0	n.a.
Recebimentos provenientes de:				
Subsídios ao investimento	1 834 856	2 380 691	-545 835	-22,9%
Juros e rendimentos similares	1		1	n.a.
Fluxos de caixa das atividades de investimento	-5 111 604	-4 175 013	-936 591	-22,4%
Recebimentos provenientes de:				
Realizações capital e outros instr. cap. próprio	500 000		500 000	n.a.
Pagamentos respeitantes a:				
Juros gastos similares	-7 205	-16 959	9 753	57,5%
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	492 795	-16 959	509 753	3005,9%
Variações de caixa e seus equivalentes	958 556	-832 781	1 791 337	215,1%
Caixa e seus equivalentes no início do período	5 897 990	6 730 770	-832 781	-12,4%
Caixa e seus equivalentes no fim do período	6 856 546	5 897 990	958 556	16,3%

Fonte: Documentos de prestação de contas



CONSELHO FISCAL

ANEXO 4 – INVESTIMENTO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unidade: euros

Local investimento (janeiro a dezembro de 2021)	Corrente		Taxa de	Específico		Taxa de	Total		Taxa de
	Executado	Previsto	execução	Executado	Previsto	execução	Executado	Previsto	execução
DLPP do Algarve	588 069	500 000	17,6%	1 406 105	2 596 606	-45,8%	1 994 174	3 096 606	-35,6%
DLPP do Norte e Matosinhos	262 687	260 000	1,0%	1 202 594	1 217 427	-1,2%	1 465 281	1 477 427	-0,8%
DLPP do Centro	261 374	145 000	80,3%	958 131	1 287 322	-25,6%	1 219 505	1 432 322	-14,9%
DLPP do Centro Norte	153 103	165 000	-7,2%	390 277	400 246	-2,5%	543 380	565 246	-3,9%
DLPP Centro Sul	265 827	180 000	47,7%	539 552	1 090 000	-50,5%	805 379	1 270 000	-36,6%
Outros Projetos Específicos	294 678	250 000	17,9%	45 198	147 464	-69,3%	339 876	397 464	-14,5%
Total	1 825 739	1 500 000	21,7%	4 541 857	6 739 065	-32,6%	6 367 596	8 239 065	-22,7%

Fonte: Documentos de prestação de contas

Unidade: euros

Investimento total (janeiro a dezembro de 2021)	Execução	Previsto	Taxa de execução	
			Valor	%
Específico	4 541 857	6 739 065	-2 197 208	-32,6%
Correntes	1 825 739	1 500 000	325 739	21,7%
Total	6 367 596	8 239 065	-1 871 469	-22,7%

Fonte: Documentos de prestação de contas



CONSELHO FISCAL

ANEXO 5 – INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA DO PESCADO TRANSACIONADO
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021

Delegações e postos	jan - dez 2021			jan - dez 2020			Δ 21/20 (%)		
	Volume (10 ⁶ Kg)	Valor (10 ⁶ €)	Preço Médio (€/Kg)	Volume (10 ⁶ Kg)	Valor (10 ⁶ €)	Preço Médio (€/Kg)	Volume	Valor	Preço Médio
Norte e Matosinhos	24	45	1,87	11	25	2,22	110,1%	76,6%	-15,9%
Centro Norte	18	36	1,96	15	27	1,79	23,2%	34,7%	9,3%
Centro	20	52	2,55	18	44	2,45	13,8%	18,5%	4,1%
Centro Sul	34	55	1,62	32	49	1,52	4,6%	11,0%	6,1%
Algarve	19	64	3,36	14	50	3,46	33,5%	29,7%	-2,8%
TOTAL	116	252	2,18	91	195	2,14	27,3%	29,3%	1,5%

Fonte: Informação Estatística - dezembro de 2021



CONSELHO FISCAL

ANEXO 6 – Declaração Autónoma do Conselho Fiscal – Relatório de Governo Societário 2021

DECLARAÇÃO DO CONSELHO FISCAL
RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO 2021
DOCAPESCA – PORTOS E LOTAS, S.A.

Nos termos do n.º 2 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013¹⁷, de 3 de outubro, declaramos que foram cumpridas as orientações legais vigentes para o Setor Empresarial do Estado (SEE), em matéria de reporte, por parte da DOCAPESCA – Portos e Lotas, S.A.

É nosso entendimento que o Relatório de Governo Societário referente ao exercício de 2021, elaborado pelo Conselho de Administração daquela Sociedade, contém informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas no Capítulo II – Secção II do antedito diploma e foi elaborado em conformidade com o modelo disponibilizado pela UTAM - Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial.

O Conselho Fiscal regista com apreço e agradece toda a colaboração que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos serviços da DOCAPESCA.

Lisboa, 14 de março de 2022

Presidente,

Pedro Pinto Monteiro

Vogal,

Maria Gabriela Campos

Vogal,

André Ribas

¹⁷ Que aprovou o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE), e alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30/10 e pela Lei n.º 42/2016, de 28/12.



Tel: +351 217 990 420
Fax: +351 217 990 439
www.bdo.pt

Av. da República, 50 - 10º
1069-211 Lisboa

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Docapesca - Portos e Lotas, SA (adiante também designada por Docapesca ou Empresa), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total do ativo de 46 898 329 euros e um total de capital próprio de 24 278 172 euros, incluindo um resultado líquido de 2 664 688 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

Com a publicação do Decreto-Lei nº 16/2014, de 3 de fevereiro, a Docapesca assumiu as funções de autoridade portuária nos portos de pesca e marinas de recreio anteriormente sujeitos à jurisdição do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, IP (IPTM), bem como todos os bens, direitos e obrigações afetos ao referido Instituto. Tal como referido na Nota 1.3 do Anexo, o processo de integração encontra-se ainda em curso, tendo em 2021 sido reconhecidos 69 035 euros referentes a clientes. Assim, as demonstrações financeiras da Empresa referentes ao exercício de 2021, conforme detalhado na Nota 28 do Anexo, refletem alguns saldos decorrentes desse processo, nomeadamente Outras variações no capital próprio no total de 702 820 euros (633 785 euros em 2020), fundamentalmente com integração de saldos de clientes e responsabilidades com processos judiciais e outras responsabilidades. Os bens patrimoniais e dominiais, com exceção, das viaturas, das embarcações e dos equipamentos de movimentação portuária, não foram ainda integrados por não se encontrarem ainda avaliados, em virtude da Empresa se encontrar a aguardar a conclusão do processo de descentralização ao abrigo da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, pelo que não é possível concluir sobre os eventuais efeitos nas demonstrações financeiras resultantes dessa integração, bem como dos ajustamentos que possam vir a ser necessários efetuar relativamente aos saldos já reconhecidos. Esta situação configura uma limitação ao âmbito do nosso trabalho.



Na sequência das novas competências atribuídas e da negociação de alguns contratos de concessão celebrados com Administrações Portuárias, a Empresa assume a responsabilidade pela manutenção das infraestruturas móveis e imóveis, assumindo por isso encargos associados ao Imposto Municipal sobre Imóveis sobre as referidas infraestruturas. Uma vez que não é possível determinar nem o valor patrimonial tributário dos bens nem as possíveis isenções em sede de IMI, a empresa não está em condições de determinar o potencial montante a pagar. Em exercícios anteriores e para bens registados antes da integração foi utilizado como base o valor de aquisição e constituída uma provisão, no montante de cerca de 348 375 euros, a qual não foi objeto de qualquer reforço ou reversão no corrente ano, conforme referido na nota 14 do Anexo. Conforme referido no ponto 2, do Relatório de Gestão a Empresa aguarda a conclusão do processo de descentralização ao abrigo da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto. Dado que não dispomos de elementos que nos permitam aferir a razoabilidade de tal montante, e considerando que a estimativa efetuada pelos Serviços, para além de não ter sido atualizada em 2021, não tomou em consideração a totalidade das infraestruturas envolvidas, não nos foi possível desenvolver procedimentos alternativos suscetíveis de apurar o montante de responsabilidades que poderão estar envolvidas, bem como a suficiência, ou insuficiência, da provisão constituída. Esta situação configura uma limitação ao âmbito do nosso trabalho.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Empresa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão e de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Empresa de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; (ii) elaboração do relatório de gestão, nos termos legais e regulamentares aplicáveis; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade da



Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Empresa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou a erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas



conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades;

- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

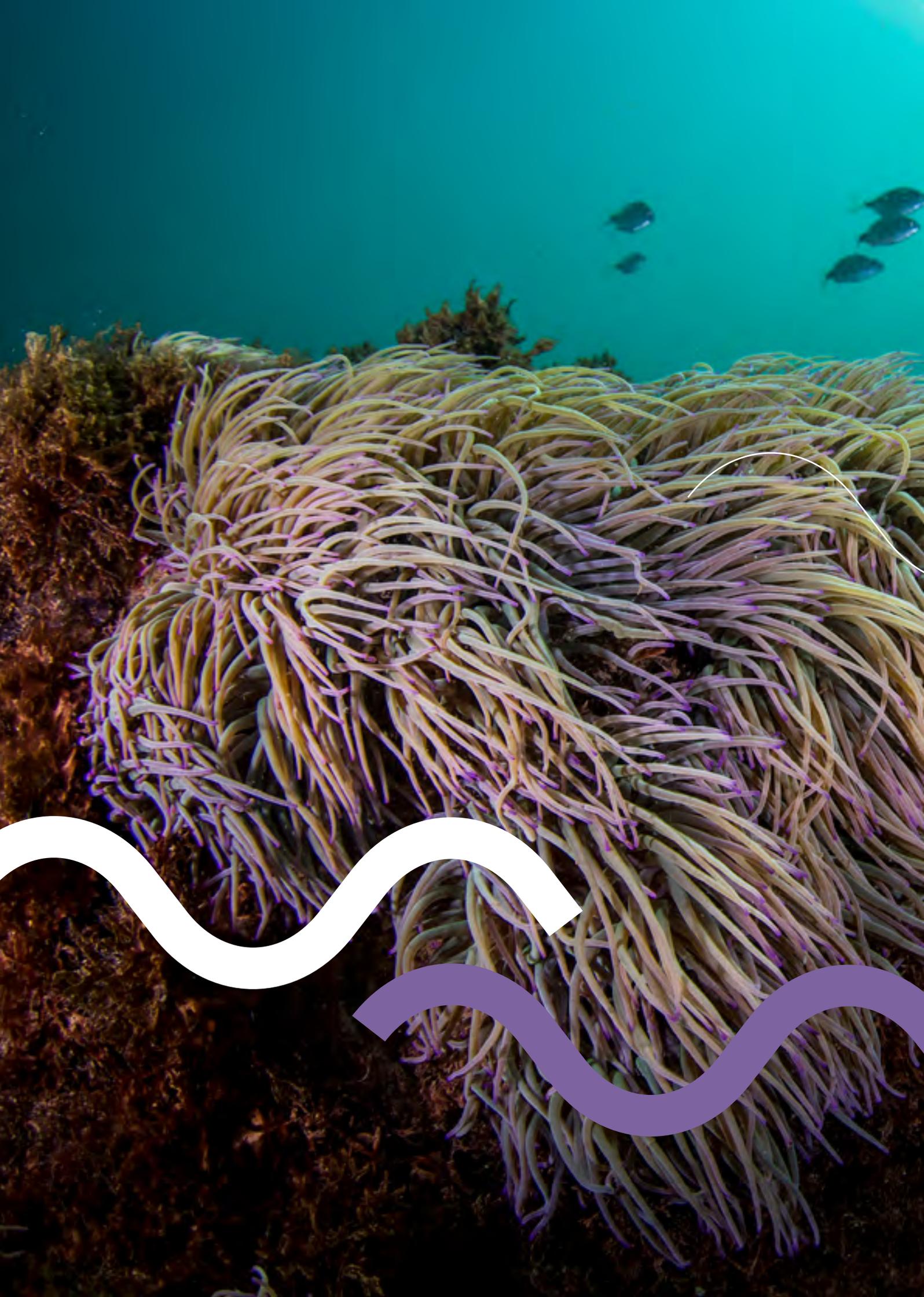
Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Empresa, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a demonstração não financeira

Dando cumprimento às Instruções da Direção-Geral do Tesouro e Finanças do Processo de Prestação de Contas referente a 2021, informamos que a Docapesca incluiu no seu relatório de gestão a demonstração não financeira.

Lisboa, 14 de março de 2022

Pedro Aleixo Dias
(ROC n.º 725, inscrito na CMVM sob o n.º 20160361)
em representação de
BDO & Associados - SROC



An underwater photograph of a coral reef. In the foreground, there are large, branching coral structures with a yellowish-brown hue. The background shows a clear blue-green water with several small, dark fish swimming. A white wavy line graphic separates the upper part of the image from the lower part. A large, solid purple shape is overlaid on the bottom right corner.

ANEXOS TABELA GRI

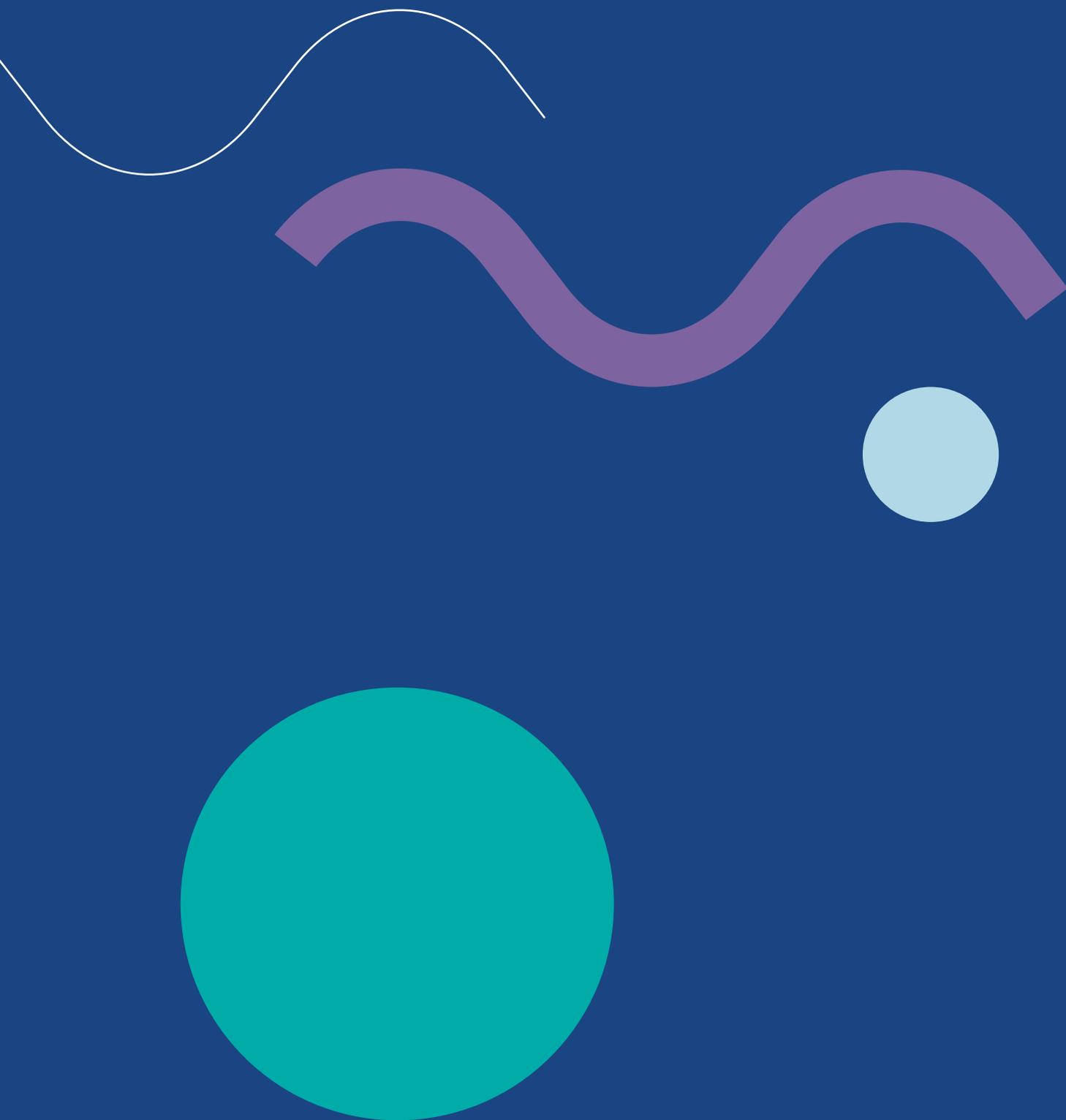


TABELA GRI

CONTEÚDOS GERAIS			
GRI 102: CONTEÚDOS GERAIS	Localização		
Referente à norma publicada em 2016			
PERFIL ORGANIZACIONAL			
102-1 Nome da organização			
Docapesca – Portos e Lotas, SA			---
102-2 Atividades, marcas, produtos e serviços			
Relatório de Sustentabilidade de 2017-2020, Cap. 2.2 O negócio Docapesca (pág. 13-14)			---
102-3 Localização da sede			
Av. Brasília – Pedrouços 1400-038 Lisboa			---
102-4 Localização das operações			
Relatório de Sustentabilidade de 2017-2020, Cap. 2.2 O negócio Docapesca (pág. 14)			---
102-5 Tipo e natureza jurídica da propriedade			
A Docapesca – Portos e Lotas, SA é uma empresa do Setor Empresarial do Estado, tutelada pelo Ministério do Mar e pelo Ministério das Finanças.			---
102-6 Mercados servidos			
<p>A Docapesca opera no território de Portugal continental, no litoral de Caminha a Vila Real de Santo António. Serve vários setores da economia: setor primário das pescas e o setor terciário; fornecimento do serviço público de primeira venda de pescado; fornecimento de serviços da cadeia de frio, incluindo venda de gelo, entrepostos frigoríficos concessionados a terceiros; mercados de segunda venda - retalho alimentar; prestação do serviço de fornecimento de dados estatísticos (universidades, centros de investigação, associações de pescadores, organizações de produtores, entre outros); cativações para a Segurança Social, para os sindicatos, entre outros; serviços associados à náutica de recreio, estaleiros navais, emissão de títulos de utilização, licenças.</p> <p>A Docapesca conta com um conjunto diversificado de clientes, dos quais se destacam os armadores, os compradores de pescado do retalho alimentar e estabelecimentos do canal HORECA, as organizações de produtores, as empresas da indústria conserveira. Como beneficiários temos pescadores, armadores, sindicatos, mútuas.</p> <p>Relatório de Sustentabilidade de 2017-2020, Cap. 2.2 O negócio Docapesca (pág. 13-14).</p>			---
102-7 Dimensão da organização			
	2019	2020	2021
Número de Trabalhadores	500	500	504
Vendas Líquidas / Receitas Líquidas	26.950.994 €	25.546.082 €	29.628.457 €
Capitalização – Capital Próprio	17.567.352 €	20.598.716 €	24.278.172 €
Capitalização – Passivo	18.578.537 €	18.680.510 €	22.846.801 €

102-8 Informação sobre colaboradores e outros trabalhadores

NÚMERO TOTAL DE TRABALHADORES POR DURAÇÃO DE CONTRATO E POR GÊNERO		2019	2020	2021
Contrato sem termo	Homens	387	368	369
	Mulheres	95	104	106
	Subtotal	482	472	475
Contrato a termo certo	Homens	12	15	17
	Mulheres	6	13	12
	Subtotal	18	28	29
Total Trabalhadores		500	500	504

Notas: Os dados reportam-se ao número de trabalhadores existentes à data de 31 de dezembro de cada ano. Em 2019 e 2020 um dos membros do Conselho de Administração fazia parte do quadro de pessoal pelo que, para que o número total de trabalhadores fosse coerente, foi incluído nos técnicos superiores no período referido.

NÚMERO TOTAL DE TRABALHADORES POR DURAÇÃO DE CONTRATO E POR REGIÃO		2019	2020	2021
Contrato sem termo	Sede	63	70	73
	Norte	17	22	18
	Matosinhos	53	48	46
	Centro Norte	65	65	60
	Centro	88	82	85
	Centro Sul	64	67	66
	Algarve	132	118	127
	Subtotal	482	472	475
Contrato a termo certo	Sede	3	5	7
	Norte	3	2	1
	Matosinhos	2	0	0
	Centro Norte	1	3	3
	Centro	5	4	8
	Centro Sul	1	3	5
	Algarve	3	11	5
	Subtotal	18	28	29
Total Trabalhadores		500	500	504

NÚMERO TOTAL DE TRABALHADORES POR TIPO DE CONTRATO E POR GÊNERO		2019	2020	2021
Tempo integral	Homens	397	381	384
	Mulheres	101	117	118
	Subtotal	498	498	502
Tempo parcial	Homens	2	2	2
	Mulheres	0	0	0
	Subtotal	2	2	2
Total Trabalhadores		500	500	504

102-9 Cadeia de fornecedores

Cap. 5 f) Compras sustentáveis e gestão de fornecedores 124

102-10 Alterações significativas na organização ou na sua cadeia de fornecedores

No período de relato ocorreram várias alterações na estrutura orgânica da empresa, a última decorrida em dezembro de 2020 e com entrada em vigor em janeiro de 2021. ---

102-11 Abordagem ao princípio da precaução

Relatório de Sustentabilidade de 2017-2020, Cap. 3.1 Compromisso com a sustentabilidade (pág. 15-17), Cap. 4. Os nossos mares (pág. 26-34), Cap. 6. As nossas operações (61-78) ---

102-12 Iniciativas externas

Cap. 2. a) Compromisso com a sustentabilidade
A Docapesca é parceira do programa "Portugal Sou Eu" (PSE), tendo subscrito os seus princípios e valores e integrado o logótipo do PSE nas etiquetas CCL - Comprovativo de Compra em Lota. 96

102-13 Participação em associações

A Docapesca participa nas seguintes associações: ---

NOME DA ENTIDADE	ENCARA A PARTICIPAÇÃO COMO ESTRATÉGICA	EXERCE FUNÇÕES NOS ÓRGÃOS SOCIAIS	PARTICIPA EM PROJETOS OU COMISSÕES	CONTRIBUI COM FINANCIAMENTOS SUBSTANCIAIS (ULTRAPASSA AS OBRIGAÇÕES DOS ASSOCIADOS)
Associação dos Portos de Portugal	X			
Associação Portuguesa de Portos de Recreio	X			
Fileira do Pescado	X	X	X	X
Fórum Oceano	X			

Adicionalmente a Docapesca participa como associado nas entidades Algarve STP, BBA - Associação Nacional para os Biorecursos Marinhos e Biotecnologia Azul, Portugal Foods e Portugal Sou Eu.

ESTRATÉGIA**102-14 Declaração da Administração**

Ponto 1 5

ÉTICA E INTEGRIDADE**102-16 Valores, princípios, padrões e normas de conduta**

Cap. 2 b) Ética, transparência e credibilidade
Consultar também o site da Docapesca, Missão e Estratégia 97

102-17 Mecanismos para aconselhamento e preocupações sobre ética

Cap. 2 b) Ética, transparência e credibilidade
Consultar também o site da Docapesca, Práticas de Bom Governo e Canal de Comunicação de Irregularidades 97

GOVERNAÇÃO

102-18 Estrutura de Governação

Consultar informação referente ao [organigrama e órgãos sociais](#), assim como os [Estatutos da Docapesca](#) (Aviso n.º 9989/2018, 26 de julho de 2018, publicado na 2.ª série do Diário da República), disponível no site da empresa. 15

A Docapesca tem constituído, desde 2011, um Grupo de Trabalho para a Sustentabilidade (GTS). De referir que este foi reforçado com mais um elemento, em 2017, no sentido de dar mais cobertura às questões da sustentabilidade na Docapesca, aumentando a sua pluridisciplinaridade nas dimensões económica, ambiental e social. O GTS tem como atribuições a coordenação do processo de elaboração do relatório de sustentabilidade e o acompanhamento das ações desenvolvidas pela empresa neste âmbito. A implementação das ações de sustentabilidade, previstas no plano de atividades/investimentos e orçamento, é assegurado pelas Direções/Gabinetes com atribuições neste âmbito.

ENVOLVIMENTO COM STAKEHOLDERS

102-40 Lista de grupos de stakeholders

A Docapesca identifica como grupos de partes interessadas: ---

- Tutela e acionista
- Clientes
- Trabalhadores
- Concedentes e fornecedores
- Associações representativas dos pescadores e da náutica de recreio
- Grupos de ação costeira
- Regulação e fiscalização
- Entidades públicas tuteladas pelo ministério do mar
- Entidades locais e regionais
- Comunidade
- Sindicatos
- Parcerias/ investigação

102-41 Acordos de contratação coletiva

	2019	2020	2021
N.º total de trabalhadores abrangidos por acordos de negociação coletiva	441	442	455
N.º total de trabalhadores	500	500	504
Percentagem de trabalhadores abrangidos por acordos de negociação coletiva (%)	88%	88%	90%

Notas: Os dados reportam-se ao número de trabalhadores existentes à data de 31 de dezembro de cada ano. Os restantes trabalhadores não abrangidos por negociação coletiva são funcionários públicos a exercer funções na Docapesca através de Acordo de Cedência de Interesse Público.

102-42 Identificação e seleção de stakeholders

[Relatório de Sustentabilidade de 2017-2020](#), Cap.3.4 Envolvimento das partes interessadas (pág. 21-22) --

102-43 Abordagem ao envolvimento de stakeholders

Como canais de comunicação transversais aos grupos de PI, refiram-se os e-mails, o [site](#) e as redes sociais da Docapesca ([Facebook](#), [Instagram](#) e [LinkedIn](#)), assim como o [canal de comunicação de irregularidades](#). --

A Docapesca está abrangida pela obrigatoriedade de apresentar [Livro de Reclamações](#). De referir que participa ainda em várias associações ligadas ao setor e grupos de trabalho, como parte da sua estratégia de estreitamento de relações e atuação colaborativa.

TUTELA E AÇIONISTA	CLIENTES	TRABALHADORES	CONCEDENTES E FORNECEDORES
<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões regulares • Assembleias-gerais (ordinária e extraordinária) • Relatório e Contas • Relatórios regulares de informação diversa • Respostas a solicitações 	<ul style="list-style-type: none"> • Balcões de atendimento • Reuniões • Inquéritos de satisfação do cliente • Reclamações e sugestões • Resposta a solicitações 	<ul style="list-style-type: none"> • Intranet (em desenvolvimento) • Consulta aos trabalhadores no âmbito da SST • Organização e participação em celebrações festivas e outras atividades relevantes 	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões regulares • Resposta a solicitações
ASS. REPRESENT. PESCADORES E DA NÁUTICA DE RECREIO	GRUPOS DE AÇÃO COSTEIRA	REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	ENTIDADES PÚBLICAS TUTELADAS PELO MINISTÉRIO DO MAR
<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões regulares • Participação em projetos comuns • Disponibilização regular de informação 	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões regulares • Participação em projetos comuns • Disponibilização regular de informação 	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões regulares • Presença esporádica para a realização de ações inspetivas • Presença assídua nas lotas e nos Portos de Pesca • Respostas a solicitações 	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões regulares • Participação em projetos comuns e grupos de trabalho • Respostas a solicitações • Disponibilização regular de informação
ENTIDADES LOCAIS E REGIONAIS	COMUNIDADE	SINDICATOS	PARCERIAS/ INVESTIGAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões regulares • Realização de eventos 	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilização de informação • Realização de eventos • Participação em projetos pontuais 	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões regulares com o Conselho de Administração e com os trabalhadores, no âmbito dos seus direitos laborais 	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões regulares • Protocolos • Participação em projetos comuns e grupos de trabalho

102-44 Principais questões e preocupações identificadas

Relatório de Sustentabilidade de 2017-2020, Tabela GRI (pág. 86)

PRÁTICAS DE RELATO

102-45 Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

Este relatório incide sobre as atividades da Docapesca – Portos e Lotas, S.A.

102-46 Definição do conteúdo do relatório e limites dos tópicos

Relatório de Sustentabilidade de 2017-2020, Cap.3.3 Os nossos tópicos materiais (pág. 19-20)

102-47 Lista de tópicos materiais

A Docapesca identifica como tópicos materiais:	---
<ul style="list-style-type: none"> • Ética, transparência e credibilidade • Preservação dos recursos e ecossistemas marinhos • Lixo marinho • Maximização do valor do pescado • Atratividade da primeira venda em lota • Comunicação e sensibilização do consumidor • Inovação, investigação e desenvolvimento • Gestão do talento • Segurança no trabalho, saúde e bem-estar dos trabalhadores (1) • Interação com a comunidade (2) • Manutenção e modernização dos estabelecimentos • Segurança alimentar e certificações • Energia e mobilidade (3) • Gestão de água e efluentes • Promoção da economia circular (4) • Compras sustentáveis e gestão de fornecedores 	

(1) Resulta da agregação dos tópicos materiais "Saúde e bem-estar dos trabalhadores" e "Segurança no trabalho"

(2) Tópico renomeado, anteriormente designado por "Apoio à comunidade".

(3) Tópico renomeado, anteriormente designado por "Eficiência energética".

(4) Tópico renomeado, anteriormente designado por "Gestão dos Resíduos e Economia Circular".

102-48 Reformulação de informações

Os seguintes indicadores foram alterados/atualizados face aos dados constantes do último Relatório de Sustentabilidade: 404-1 Contratação de novos colaboradores e rotatividade dos colaboradores, 306-3 Resíduos gerados, 306-4 Resíduos destinados a operações de valorização, 306-5 Resíduos destinados a operações de eliminação e 416-2 Casos de não conformidade em relação aos impactos na saúde e segurança causados por produtos e serviços. Remete-se para os respetivos indicadores a identificação da informação alterada.	---
--	-----

102-49 Alterações no relato

Não há alterações a assinalar.	---
--------------------------------	-----

102-50 Período coberto pelo relatório

Cap. 1 Introdução	95
-------------------	----

102-51 Data do relatório anterior mais recente

O último relatório de sustentabilidade foi publicado em 2021, referente ao exercício de 2017/2020.	---
--	-----

102-52 Ciclo de publicação

Cap. 1 Introdução	95
-------------------	----

102-53 Contactos para questões sobre o relatório

Docapesca – Portos e Lotas, SA Av. Brasília – Pedrouços, 1400-038 Lisboa, Tel. 21 393 61 38 • Fax 21 393 61 01, email: area.sustentabilidade@docapesca.pt	---
---	-----

102-54 Declaração de conformidade com as Normas GRI

Cap. 1 Introdução	95
-------------------	----

102-55 Tabela GRI

A presente tabela	---
-------------------	-----

102-56 Verificação externa

A informação constante do relatório não foi sujeita a uma verificação externa por uma entidade independente.	---
--	-----

ABORDAGEM DE GESTÃO**GRI 103: ABORDAGEM DE GESTÃO**

Localização

Referente à norma publicada em 2016

103-1 Explicação do tópico material e do seu Limite

Relatório de Sustentabilidade de 2017-2020, Cap.3.3 Os nossos tópicos materiais (pág. 19-20) ---

Cada tópico material apresenta, no início do respetivo subcapítulo deste documento e mais em detalhe no Relatório de Sustentabilidade de 2017-2020, informação introdutória sobre a sua relevância para a Docapesca.

103-2 A abordagem de gestão e as suas componentes

Cada tópico material apresenta, no respetivo subcapítulo deste documento e mais em detalhe no Relatório de Sustentabilidade de 2017-2020, informação sobre a estratégia, políticas e compromissos definidos, responsabilidades, entre outras informações relevantes, que refletem a forma de gestão da Docapesca. Adicionalmente, apresenta-se uma seleção de ações específicas, tais como projetos, programas e iniciativas, desenvolvidas pela Docapesca, como forma de ilustrar a concretização da sua gestão neste âmbito. ---

No que diz respeito às reclamações e no âmbito das competências da empresa, existem dois tipos de reclamações formalmente distintas: (1) as reclamações de pescado, ao abrigo da prestação do serviço de primeira venda, apesar da empresa nunca ser detentora do pescado; e (2) as reclamações relativas aos serviços prestados pela empresa.

No que respeita ao pescado, são geridas como reclamações as situações que coloquem em causa a conformidade e segurança alimentar do produto, bem como as respeitantes às espécies, tamanho e grau de frescura. Todas as reclamações são registadas. No âmbito da segurança alimentar são registadas, sendo analisada a causa da não conformidade, definidas as ações de correções consideradas necessárias, pelos responsáveis pela segurança alimentar. No caso de reclamações efetuadas que não coloquem em causa a segurança do produto, são geridas como ocorrências, sendo registadas no impresso de registo de ocorrências, documentando a decisão tomada pelo responsável. Se a reclamação estiver relacionada com a espécie, o tamanho ou o grau de frescura, é feito um registo da mesma, e é efetuada a respetiva avaliação. Caso se conclua que o comprador tem razão, e sempre com autorização superior, são efetuadas as devidas correções à fatura.

No que se refere às reclamações efetuadas no âmbito dos restantes serviços prestados pela empresa, encontram-se disponíveis vários canais de reclamação: livro de reclamações eletrónico acessível a partir do site da empresa, um formulário e um email para comunicar irregularidades, também disponível a partir do site da Docapesca, livros de reclamações físicos disponíveis nos estabelecimentos da empresa. Salienta-se ainda que a empresa tem uma Política de Comunicação de Irregularidades que se encontra disponível para consulta no referido site.

103-3 Avaliação da abordagem de gestão

A Docapesca realiza a monitorização e avaliação regular dos indicadores associados a cada tópico e definidos no âmbito da sua estratégia. Para avaliar a eficácia da forma de gestão, conta também com os resultados de auditorias (internas e externas), de inspeções e de outras atividades de supervisão, assim como com a avaliação das ações empreendidas para tratar riscos e oportunidades e feedback dos *stakeholders*. De referir que a empresa está sujeita a supervisão e controlo externo por parte de várias entidades e organismos, nos termos legalmente previstos para as empresas do Setor Empresarial do Estado, como por ex., a Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), a Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização da Direção-Geral de Recursos Naturais, segurança e Serviços Marítimos (DGRM), a Inspeção-Geral de Finanças (IGF), o Tribunal de Contas, a Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT). ---

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

DESEMPENHO ECONÓMICO

GRI 201: DESEMPENHO ECONÓMICO

Localização

Referente à norma publicada em 2016

201-1 Valor económico direto gerado e distribuído

	2019	2020	2021
I) Valor Económico Direto Gerado	26.950.995 €	25.546.082 €	29.628.547 €
Receitas	26.950.995 €	25.546.082 €	29.628.457 €
II) Valor Económico Direto Distribuído (Custos operacionais)	27.136.348 €	27.603.372 €	29.590.191 €
Despesas com financiadores e acionistas	20.268 €	8.352 €	8.341 €
Despesas com o Estado e outras entidades públicas	1.070.286 €	475.545 €	1.128.220 €
Despesas com investimentos efetuados na comunidade	4.753.926 €	5.813.209 €	6.367.596 €
Despesas com pessoal	12.261.024 €	12.798.195 €	13.173.219 €
Despesas operacionais	9.030.845 €	8.508.072 €	8.912.815 €
III) Valor Económico Acumulado (I-II)	-185.353 €	-2.057.290 €	38.266 €

De referir que a Docapesca recebeu apoio financeiro por parte do Governo, decorrente do Programa Operacional MAR 2020.

70

GRI 204: PRÁTICAS DE COMPRAS

Localização

Referente à norma publicada em 2016

204-1 Proporção de despesas com fornecedores locais

Cap. 5 f) Compras sustentáveis e gestão de fornecedores

124

	2019	2020	2021
Total de custos com fornecedores estrangeiros	16 351 €	37 694 €	21 989 €
Total de custos com fornecedores nacionais	18 627 587 €	18 502 664 €	19 753 035 €
Total de custos com fornecedores	18 643 939 €	18 540 358 €	19 775 024 €
Percentagem de compras efetuadas a fornecedores nacionais	99,91%	99,8%	99,9%

GRI 205: COMBATE À CORRUPÇÃO

Localização

Referente à norma publicada em 2016

205-2 Comunicação e formação em políticas e procedimentos de combate à corrupção

Cap. 2 b) Ética, transparência e credibilidade 97

205-3 Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas

Cap. 2 b) Ética, transparência e credibilidade 97

	2019	2020	2021
N.º total de incidentes confirmados de corrupção	0	0	0
N.º total de incidentes confirmados nos quais trabalhadores foram demitidos ou disciplinados devido a corrupção	0	0	0
N.º total de incidentes confirmados nos quais contratos com parceiros de negócio foram terminados ou não renovados devido a violações provocadas por corrupção	0	0	0

DESEMPENHO AMBIENTAL**GRI 301: MATERIAIS**

Localização

Referente à norma publicada em 2016

301-1 Consumo total de materiais usados por peso ou volume

Cap. 5 e) Promoção da economia circular 121

Para o relato do presente indicador considerou-se as caixas para acondicionamento do pescado para a primeira venda, produzidas em polietileno de alta densidade (material não renovável), como sendo a tipologia de material mais representativa da atividade da Docapesca.

301-2 Matérias-primas ou materiais reciclados utilizados

Cap. 5 e) Promoção da economia circular 121

Para o relato do presente indicador considerou-se as caixas para acondicionamento do pescado para a primeira venda, produzidas em polietileno de alta densidade (material não renovável), como sendo a tipologia de material mais representativa da atividade da Docapesca.

No caso do material reciclado, este diz respeito apenas às caixas de pescado azul, que servem para evitar o contacto direto das restantes caixas (cor-de-laranja e brancas) com o solo. De referir que as caixas cor-de-laranja e brancas, por terem contacto direto com o produto alimentar, são produzidas com matéria-prima virgem.

GRI 302: ENERGIA

Localização

Referente à norma publicada em 2016

302-1 Consumo de energia dentro da organização

Cap. 5.c) Energia e mobilidade 118

A Docapesca efetua anualmente concursos públicos para o fornecimento de energia elétrica, no sentido de se obterem tarifas mais vantajosas, servindo o seu próprio consumo, mas também o dos seus concessionários/clientes, referentes às instalações cedidas a terceiros, e cujo valor é posteriormente faturado pela empresa. Os consumos de eletricidade reportados são referentes aos portos de pesca: Póvoa de Varzim, Viana do Castelo, Matosinhos, Aveiro, Figueira da Foz, Nazaré, Peniche, Sesimbra, Setúbal, Sines, Sagres, Olhão, Lagos, Rio Arade, Albufeira, Quarteira, Vila Real de Santo António. Para o cálculo da eletricidade consumida pela Docapesca, deduziu-se do total de eletricidade comprada o valor de eletricidade fornecido aos concessionários/clientes. Os consumos de gásóleo e gasolina são referentes à frota da empresa.

GRI 303: ÁGUA E EFLUENTES	Localização
----------------------------------	-------------

Referente à norma publicada em 2018

303-1 Interações com a água como um recurso partilhado

Cap. 5. d) Gestão de água e efluentes	120
---------------------------------------	-----

303-2 Gestão dos impactes relacionados com a descarga de água

Cap. 5. d) Gestão de água e efluentes	120
---------------------------------------	-----

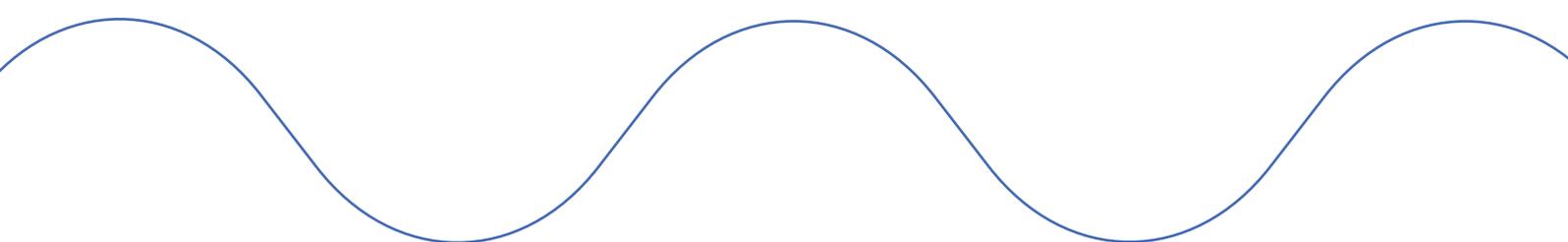
303-3 Captação de água

Cap. 5. d) Gestão de água e efluentes	120
---------------------------------------	-----

No texto do relatório, a referência a "consumo de água" diz respeito à captação de água, por uma questão de simplificação da linguagem. Neste caso os dados reportam-se exclusivamente a água adquirida a terceiros, i.e., às entidades gestoras municipais. A Docapesca não tem disponíveis dados referentes à água salgada captada, utilizada nalguns portos de pesca.

CAPTAÇÃO DE ÁGUA POR DIREÇÕES DE LOTAS E PORTOS (DLP) (M ³)	2019	2020	2021
DLP Norte e Matosinhos	216.6700	99.033	91.555
DLP Centro Norte	53.185	52.368	22.099
DLP Centro	49.434	57.322	115.714
DLP Centro Sul	49.768	48.600	50.208
DLP Sul	85.761	92.474	117.866
Total	454.848	349.798	397.442

Os dados reportados dizem respeito aos portos de pesca de: Póvoa de Varzim, Viana do Castelo, Matosinhos, Aveiro, Figueira da Foz, Nazaré, Peniche, Sesimbra, Setúbal, Sines, Sagres, Olhão, Lagos, Portimão, Quarteira, Vila Real de Santo António. Não incluem a água das instalações cedidas a terceiros e cujo valor é faturado pela Docapesca aos seus utentes.



GRI 304: BIODIVERSIDADE

Localização

Referente à norma publicada em 2016

304-1 Instalações operacionais pertencentes, arrendadas, geridas, ou próximas de áreas protegidas, ou em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas

Alguns dos portos de pesca da empresa encontram-se localizados em áreas protegidas e com relevância no âmbito da biodiversidade, destacando-se as áreas classificadas como Rede Nacional de Áreas Protegidas e Rede Natura 2000.

INFRAESTRUTURA	LOCALIZAÇÃO	REDE NACIONAL ÁREAS PROTEGIDAS	REDE NATURA 2000
Lota de Esposende	Litoral Norte	X	X
Lota de Aveiro	Ria de Aveiro	X	
Lota de Peniche	Peniche/Santa Cruz		X
Lotas de Vila Nova de Milfontes e de Sagres	Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina	X	
Lotas de Vila Nova de Milfontes, Sines e Sagres	Costa Sudoeste	X	
Lota de Olhão e Posto de Tavira	Ria Formosa	X	X
Lota de Vila Real de Santo António	Sapais de Castro Marim	X	

304-2 Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade

Cap. 3 a) Preservação dos recursos e ecossistemas marinhos

99

No que diz respeito às operações próprias da Docapesca, a maioria das infraestruturas da empresa está localizada em áreas urbanas e/ou com outras atividades portuárias com maior significância, pelo que os impactes diretos associados à atividade da Docapesca acabam por assumir menor significância. Como principais impactes ambientais diretos refira-se a produção de resíduos e efluentes e, de forma indireta, os impactes associados à circulação de veículos/embarcações e ao ruído gerado.

304-4 Espécies incluídas na lista vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações da organização

Cap. 3 a) Preservação dos recursos e ecossistemas marinhos

99

Nas áreas afetadas diretamente pelas instalações da empresa, não se identificou a existência de espécies ameaçadas.

GRI 305: EMISSÕES

Localização

Referente à norma publicada em 2016

305-2 Emissões indiretas (âmbito 2) de GEE

Cap. 5 c) Energia e mobilidade

118

As emissões de âmbito 2, associados ao consumo de eletricidade da Docapesca, foram calculadas com base no método baseado na localização (location-based approach). Para tal recorreu-se aos fatores de emissão indicados pela Association of Issuing Bodies nos seus relatórios anuais, "European Residual Mixes - Results of the calculation of Residual Mixes" (2017 - Version 1.13, 2018-07-11; 2018 - Version 1.2, 2019-07-11; 2019 - Version 1.1, 2020-09-08; 2020 e 2021 - Version 1.0, 2021-05-31).

GRI 306: RESÍDUOS

Localização

Referente à norma publicada em 2020

306-1 Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos

Cap. 5 e) Promoção da economia circular

120

306-1 Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos

Cap. 5 e) Promoção da economia circular

120

A gestão de resíduos da empresa é efetuada, na sua maioria, por operadores de gestão de resíduos contratados para o efeito, responsáveis também pela limpeza e higienização das áreas portuárias. Estão definidas cláusulas contratuais específicas, que devem ser seguidas pelas entidades envolvidas. São elaborados e enviados, pelos respetivos operadores de gestão de resíduos, relatórios mensais e, anualmente, os dados são validados no portal SILiAmb.

306-3 Resíduos gerados

Cap. 5 e) Promoção da economia circular

120

RESÍDUOS GERADOS (TONELADAS)	2019	2020	2021	
Resíduos perigosos	Destinados para operações de valorização	162	173	177
	Destinados para operações de eliminação	0	0	0
	Total	162	173	177
Resíduos não perigosos	Destinados para operações de valorização	406	632	224
	Destinados para operações de eliminação	1.853	1.985	2.335
	Total	2.259	2.617	2.559
Total de resíduos gerados	2.421	2.790	2.735	

Nota 1: Os dados acima para o período de 2019 a 2020 foram corrigidos face ao Relatório de Sustentabilidade, uma vez que se verificou um erro de preenchimento. Adicionalmente foi acrescentado um novo Código LER 150110* (embalagens contaminadas).

A compilação dos dados foi realizada com base no MIRR - Mapa Integrado de Registo de Resíduos, relato anual da produção de resíduos à Agência Portuguesa de Ambiente.

306-4 Resíduos destinados a operações de valorização

Cap. 5 e) Promoção da economia circular

120

RESÍDUOS DESTINADOS A OPERAÇÕES DE VALORIZAÇÃO (TONELADAS)		2019	2020	2021
Resíduos perigosos	Código LER 130208* (óleos usados)	150,8	157,7	164,0
	Código LER 150202* (absorventes, filtros de óleo, etc.)	0,6	0,1	0,2
	Código LER 160107* (filtros de óleo)	0,1	6,5	0,1
	Código LER 150110* (embalagens contaminadas)	10,1	8,5	12,1
	Total de resíduos perigosos	161,6	172,8	176,4
Resíduos não perigosos	Código LER 200301 (mistura de resíduos)	181,0	322,0	0,0
	Código LER 150101 (embalagem papel e cartão)	24,5	18,4	17,5
	Código LER 150102 (embalagem plástico)	46,2	65,0	59,6
	Código LER 150103 (madeira)	134,0	182,0	144,0
	Código LER 020104 (plásticos - redes de pesca)	20,8	44,5	2,7
Total de resíduos não perigosos	406,4	632,0	223,8	
Total de resíduos destinados a operações de valorização		568,0	804,8	400,1

RESÍDUOS DESTINADOS A OPERAÇÕES DE VALORIZAÇÃO (TONELADAS)		2019	2020	2021	
Resíduos perigosos	Outras operações de valorização (R7, R8, R10, R11, R12, R13)	Onsite	0,0	0,0	0,0
		Offsite	161,6	172,8	176,4
		Total	161,6	172,8	176,4
Resíduos não perigosos	Reciclagem (R3, R4, R5)	Onsite	0,0	0,0	0,0
		Offsite	46,2	65,0	59,6
		Total	46,2	65,0	59,6
	Outras operações de valorização (R7, R8, R10, R11, R12, R13)	Onsite	0,0	0,0	0,0
		Offsite	179,3	251,0	164,2
		Total	179,3	244,9	164,2

Nota 1: Os dados acima para o período de 2019 a 2020 foram corrigidos face ao Relatório de Sustentabilidade, uma vez que se verificou um erro de preenchimento. Adicionalmente foi acrescentado um novo Código LER 150110* (embalagens contaminadas).

A compilação dos dados foi realizada com base no MIRR - Mapa Integrado de Registo de Resíduos, relato anual da produção de resíduos à Agência Portuguesa de Ambiente.

306-5 Resíduos destinados a operações de eliminação

Cap. 5 e) Promoção da economia circular

120

RESÍDUOS DESTINADOS A OPERAÇÕES DE ELIMINAÇÃO (TONELADAS)		2019	2020	2021
Resíduos não perigosos	Código LER 200301 (mistura de resíduos)	1.853,0	1.977,0	2.335,0

RESÍDUOS DESTINADOS A OPERAÇÕES DE ELIMINAÇÃO (TONELADAS)		2019	2020	2021	
Resíduos não perigosos	Confinamento em aterro (D1, D5)	Onsite	0,0	0,0	0,0
		Offsite	1.111,8	1.186,2	1.401,0
		Total	1.111,8	1.186,2	1.401,0
	Outras operações de eliminação (D2 a D4, D6 a D9, D12 a D15)	Onsite	0,0	0,0	0,0
		Offsite	741,2	790,8	934,0
		Total	741,2	790,8	934,0

A compilação dos dados foi realizada com base no MIRR - Mapa Integrado de Registo de Resíduos, relato anual da produção de resíduos à Agência Portuguesa de Ambiente.

GRI 308: AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE FORNECEDORES

Localização

Referente à norma publicada em 2016

308-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais

Cap. 5 f) Compras sustentáveis e gestão de fornecedores

124

	2019	2020	2021
Número de novos fornecedores	343	236	314
Número de novos fornecedores que foram sujeitos a processos de <i>due diligence</i> para impactes ambientais	0	0	0
Percentagem de novos fornecedores que foram sujeitos a processos de <i>due diligence</i> para impactes ambientais	0,0%	0,0%	0,0%

DESEMPENHO SOCIAL

GRI 401: EMPREGO

Localização

Referente à norma publicada em 2016

401-1 Contratação de novos colaboradores e rotatividade dos colaboradores

Cap. 4 a) Gestão do talento

108

PERCENTAGEM DE ENTRADAS E SAÍDAS, POR LOCALIZAÇÃO, GÊNERO E GRUPO ETÁRIO		2021					
		ENTRADAS			SAÍDAS		
		<30	30 A 50	>50	<30	30 A 50	>50
Sede	Homens	100%	10%	0%	67%	10%	0%
	Mulheres	25%	14%	0%	0%	0%	0%
	Subtotal	57%	12%	0%	29%	5%	0%
Norte	Homens		29%	0%		29%	38%
	Mulheres		50%	0%		100%	0%
	Subtotal		33%	0%		44%	30%
Matosinhos	Homens	20%	6%	0%	20%	0%	25%
	Mulheres		17%	0%		25%	0%
	Subtotal	20%	11%	0%	20%	11%	23%
Centro Norte	Homens	27%	15%	9%	18%	15%	36%
	Mulheres		13%	0%		25%	33%
	Subtotal	36%	14%	6%	27%	17%	35%
Centro	Homens	71%	26%	6%	29%	8%	12%
	Mulheres	0%	0%	0%	0%	0%	13%
	Subtotal	63%	23%	5%	25%	7%	12%
Centro Sul	Homens	57%	20%	6%	36%	16%	28%
	Mulheres		25%	0%		13%	0%
	Subtotal	57%	21%	4%	36%	15%	21%
Algarve	Homens	62%	15%	2%	31%	8%	16%
	Mulheres	50%	25%	14%	50%	0%	14%
	Subtotal	60%	16%	4%	33%	7%	16%

PERCENTAGEM DE ENTRADAS E SAÍDAS, POR LOCALIZAÇÃO, GÊNERO E GRUPO ETÁRIO		2021					
		ENTRADAS			SAÍDAS		
		<30	30 A 50	>50	<30	30 A 50	>50
Percentagem total de Entradas e Saídas (por grupo etário)		52%	17%	3%	30%	11%	16%
Percentagem total de Entradas e Saídas (por género)	Homens		17%			16%	
	Mulheres		13%			12%	
Percentagem total de Entradas e Saídas (por localização)	Sede		11%			5%	
	Norte		16%			37%	
	Matosinhos		9%			15%	
	Centro Norte		16%			24%	
	Centro		18%			11%	
	Centro Sul		23%			21%	
	Algarve		16%			14%	
	Total de Entradas e Saídas		16%			15%	

Nota: As percentagens foram calculadas com base no n.º total de trabalhadores existentes à data de 31 de dezembro de 2021, relativos a cada geografia, género e faixa etária.

401-2 Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de período parcial

Cap. 4 b) Segurança no trabalho, saúde e bem-estar dos trabalhadores 111
Os benefícios mencionados são conferidos apenas aos trabalhadores do quadro (efetivos).

GRI 403: SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

Localização

Referente à norma publicada em 2018

403-1 Sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho

Cap. 4 b) Segurança no trabalho, saúde e bem-estar dos trabalhadores 111

A organização não tem um sistema de gestão de segurança e de saúde no trabalho (SGSST) implementado. No entanto este está a ser, paulatinamente, desenvolvido, havendo já uma intenção clara de desenhar a estrutura do mesmo e desenvolver todas as ações que o possam robustecer, tais como:

- Existência de uma plataforma informática de suporte de dados que todos os envolvidos no sistema possam comunicar, carregar e trabalhar dados;
- Desenvolvimento de um Manual de Procedimentos de SST;
- Formação mais específica na área de SST (interlocutores).

A Docapesca definiu como objetivo a implementação do SGSST até ao primeiro semestre de 2023.

403-2 Identificação de perigos, avaliação de riscos e investigação de incidentes

Cap. 4 b) Segurança no trabalho, saúde e bem-estar dos trabalhadores 111

A Docapesca contrata serviços externos de segurança no trabalho que realizam, anualmente, visitas a todas as instalações onde existam trabalhadores da empresa a desempenhar funções com o objetivo de realizar auditorias e avaliações de riscos, utilizando para esse fim uma checklist adaptada às reais necessidades da empresa. Decorrente deste processo, é elaborado um relatório de auditoria e avaliação de risco, que por sua vez é analisado por técnicos superiores de SST (Nível VI) da Direção de Recursos Humanos (DRH) e que, em conjunto com o fornecedor externo de serviços de SST, definem medidas de correção e minimização dos riscos identificados, respeitando a hierarquia de controlo de riscos. As unidades orgânicas são também envolvidas no processo de definição e implementação das ações relativas às não conformidades e oportunidades de melhoria identificadas. Localmente existem interlocutores de SST que apoiam essas atividades e que têm vindo a frequentar ações de formação sobre esta temática.

Os trabalhadores têm: 1) conhecimento dos principais riscos associados às suas funções; 2) formação em SST; 3) equipamentos de proteção individual disponíveis e adequados ao desempenho das suas funções; 4) consultas de medicina no trabalho.

As situações de perigo podem ser relatadas por qualquer trabalhador, através do envio de emails para a DRH. Este relato destina-se a fins de melhoria contínua e não para identificar os trabalhadores denunciadores, estando assegurado que não existem represálias aos trabalhadores por participarem na identificação das situações de perigo.

403-3 Serviços de saúde no trabalho

Cap. 4 b) Segurança no trabalho, saúde e bem-estar dos trabalhadores 111

403-4 Envolvimento do colaborador na participação, consulta e comunicação sobre saúde e segurança no trabalho

Os trabalhadores da Docapesca são chamados a participar através da consulta anual aos trabalhadores bem como pela comunicação, através de email, de situações que considerarem relevantes. 111

403-5 Formação dos colaboradores em saúde e segurança no trabalho

Cap. 4 b) Segurança no trabalho, saúde e bem-estar dos trabalhadores 111

403-6 Promoção da saúde do colaborador

Cap. 4 b) Segurança no trabalho, saúde e bem-estar dos trabalhadores 111

403-7 Prevenção e mitigação de impactos na saúde e segurança no trabalho atribuíveis a relações comerciais

Não foram considerados relevantes os impactos atribuíveis a relações comerciais. 111

403-9 Acidentes de trabalho

Cap. 4 b) Segurança no trabalho, saúde e bem-estar dos trabalhadores 111

A recolha de dados relativa a acidentes de trabalho é efetuada com base nas comunicações efetuadas à seguradora e à análise dos relatórios internos de acidentes de trabalho (de preenchimento obrigatório). Para o cálculo da taxa de frequência de acidentes de trabalho foi utilizado um fator de normalização do número de horas trabalhadas de 1.000.000.

403-10 Doenças profissionais

Cap. 4 b) Segurança no trabalho, saúde e bem-estar dos trabalhadores 111

GRI 404: CAPACITAÇÃO E EDUCAÇÃO

Localização

Referente à norma publicada em 2016

404-1 Média anual de horas de formação anual por colaborador

Cap. 4 a) Gestão do talento

108

TOTAL DE HORAS DE FORMAÇÃO, POR CATEGORIA FUNCIONAL E GÊNERO		2019	2020	2021
Técnico Superior	Homens	698	297	811
	Mulheres	682	334	2.797
	Subtotal	1.380	631	3.608
Técnico	Homens	422	175	479
	Mulheres	175	70	229
	Subtotal	597	245	708
Administrativo	Homens	63	70	7
	Mulheres	284	0	557
	Subtotal	347	70	564
Operador de Exploração	Homens	2.718	3.260	1.568
	Mulheres	249	151	225
	Subtotal	2.967	3.411	1.782
Operador de Serviços de Apoio	Homens	35	14	28
	Mulheres	63	28	12
	Subtotal	98	42	40
Operador de Venda	Homens	515	569	463
	Mulheres	60	0	14
	Subtotal	575	569	477
Operador Técnico e de Manutenção	Homens	162	105	60
	Mulheres	0	0	0
	Subtotal	162	105	60
Total	Homens	4.631	4.518	3.405
	Mulheres	1.513	583	3.840
	Subtotal	6.144	5.101	7.245

Nota 1: Os dados acima para o período de 2019 a 2020 foram corrigidos face ao Relatório de Sustentabilidade, uma vez que se verificou um erro de preenchimento.

MÉDIA DE HORAS DE FORMAÇÃO, POR CATEGORIA FUNCIONAL E GÊNERO		2019	2020	2021
Técnico Superior	Homens	17	7	16
	Mulheres	20	9	68
	Subtotal	19	8	40
Técnico	Homens	14	6	14
	Mulheres	35	5	14
	Subtotal	17	6	14
Administrativo	Homens	2	4	0
	Mulheres	8	-	14
	Subtotal	6	1	10
Operador de Exploração	Homens	12	15	7
	Mulheres	15	8	14
	Subtotal	13	15	8
Operador de Serviços de Apoio	Homens	4	2	6
	Mulheres	21	14	6
	Subtotal	9	5	6
Operador de Venda	Homens	8	11	9
	Mulheres	12	-	5
	Subtotal	8	10	9
Operador Técnico e de Manutenção	Homens	12	8	4
	Mulheres	-	-	-
	Subtotal	12	8	4
Total	Homens	12	12	9
	Mulheres	15	5	33
	Subtotal	12	10	14

Nota 1: Os dados reportam-se ao número de trabalhadores existentes à data de 31 de dezembro de cada ano. Em 2019 e 2020 um dos membros do Conselho de Administração fazia parte do quadro de pessoal pelo que, para que o número total de trabalhadores fosse coerente, foi incluído nos técnicos superiores no período mencionado. As horas de formação dos membros do Conselho de Administração que não fazem parte do quadro de pessoal não foram contabilizadas na tabela acima.

404-2 Programas para desenvolvimento de competências e gestão do fim da carreira

Cap. 4 a) Gestão do talento

108

404-3 Percentagem de colaboradores que recebem regularmente análises de desempenho e desenvolvimento de carreira

A Docapesca tem em curso a implementação de uma nova modalidade de avaliação de desempenho e que passará a abranger a totalidade dos trabalhadores. A Docapesca compromete-se em apurar e relatar este indicador no relatório do próximo ano.

108

GRI 405: DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

Localização

Referente à norma publicada em 2016

405-1 Diversidade nos órgãos de governação e colaboradores

Cap. 4 a) Gestão do talento

108

PERCENTAGEM DE TRABALHADORES POR CATEGORIA FUNCIONAL E A SUA DISTRIBUIÇÃO POR GÉNERO	2019		2020		2021	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
Técnico Superior	54%	46%	55%	45%	55%	45%
Técnico	86%	14%	68%	33%	68%	32%
Administrativo	41%	59%	32%	68%	27%	73%
Operador de Exploração	93%	7%	92%	8%	93%	7%
Operador de Serviços de Apoio	73%	27%	75%	25%	71%	29%
Operador de Venda	93%	7%	93%	7%	94%	6%
Operador Técnico e de Manutenção	100%	0%	100%	0%	100%	0%

PERCENTAGEM DE TRABALHADORES POR CATEGORIA FUNCIONAL E A SUA DISTRIBUIÇÃO POR IDADE	2019			2020			2021		
	<30	30 A 50	>50	<30	30 A 50	>50	<30	30 A 50	>50
Técnico Superior	3%	68%	30%	7%	65%	28%	4%	65%	31%
Técnico	8%	19%	72%	3%	43%	55%	2%	46%	52%
Administrativo	3%	24%	73%	11%	24%	65%	11%	27%	62%
Operador de Exploração	23%	39%	39%	24%	41%	35%	20%	48%	32%
Operador de Serviços de Apoio	27%	45%	55%	0%	50%	50%	14%	29%	57%
Operador de Venda	3%	38%	57%	2%	48%	50%	4%	59%	37%
Operador Técnico e de Manutenção	0%	46%	38%	7%	57%	36%	0%	63%	38%

Nota: Os dados reportam-se ao número de trabalhadores existentes à data de 31 de dezembro de cada ano. Em 2019 e 2020 um dos membros do Conselho de Administração fazia parte do quadro de pessoal pelo que, para que o número total de trabalhadores fosse coerente, foi incluído nos técnicos superiores no período mencionado.

405-2 Rácio do salário e remuneração entre homens e mulheres

Cap. 4 a) Gestão do talento

Para o relato do indicador foram considerados os valores médios mensais de remuneração referentes ao ano de 2020.

108

GRI 413: COMUNIDADES LOCAIS

Localização

Referente à norma publicada em 2016

413-1 Operações com envolvimento da comunidade local, avaliações de impacte e programas de desenvolvimento

Cap. 4 c) Interação com a comunidade

113

GRI 414: AVALIAÇÃO SOCIAL DE FORNECEDORES

Localização

Referente à norma publicada em 2016

414-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais

Cap. 5 f) Compras sustentáveis e gestão de fornecedores. 124

	2019	2020	2021
Número de novos fornecedores	343	236	314
Número de novos fornecedores que foram sujeitos a processos de <i>due diligence</i> para impactes ambientais	0	0	0
Percentagem de novos fornecedores que foram sujeitos a processos de <i>due diligence</i> para impactes ambientais	0,0%	0,0%	0,0%

GRI 416: SAÚDE E SEGURANÇA DO CONSUMIDOR

Localização

Referente à norma publicada em 2016

416-1 Avaliação dos impactes na saúde e segurança das principais categorias de produtos e serviços

Cap. 5 b) Segurança alimentar e certificações 116

416-2 Casos de não conformidade em relação aos impactos na saúde e segurança causados por produtos e serviços

Cap. 5 b) Segurança alimentar e certificações 116

	2019	2020	2021
Nº de não conformidades com regulamentos que originaram coimas por parte da entidade reguladora competente	0	0	0
Nº de não conformidades com regulamentos que originaram advertências por parte da entidade reguladora competente	1	0	0
Nº de não conformidades relativamente a códigos voluntários	7	7	4
Nº total de não conformidades com regulamentos e códigos voluntários	8	7	4

Nota 1: a forma de apuramento do indicador foi reformulada, tendo-se passado a integrar os casos de não conformidades levantadas no âmbito das auditorias de certificação NP EN ISO 22000:2018. Deste modo, foram alterados os dados relativos ao período de 2019 a 2020, que constavam do Relatório de Sustentabilidade anterior.

Nota 2: As não conformidades relativamente a códigos voluntários foram levantadas nos processos de certificação das lotas, de acordo com a NP EN ISO 22000:2018, e estão relacionadas fundamentalmente com a documentação, pré-requisitos ao nível das infraestruturas, rastreabilidade e descrição de processos.

Docapesca – Portos e Lotas, SA

Av. Brasília – Pedrouços

1400-038 LISBOA

Telefone: +351 213 936 100

Fax: +351 213 936 101

E-Mail: docapesca@docapesca.pt

